



A POLÍTICA NO CORPO

gêneros e sexualidades
em disputa

.....

organização

Alexsandro Rodrigues

Gustavo Artur Monzeli

Sérgio Rodrigo da S. Ferreira

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari, 514 - *Campus de Goiabeiras*
CEP 29075-910 - Vitória - Espírito Santo - Brasil
Tel.: +55 (27) 4009-7852 - *E-mail*: edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor | Reinaldo Centoducatte
Vice-Reitora | Ethel Leonor Noia Maciel
Superintendente de Cultura e Comunicação | José Edgard Rebouças
Secretário de Cultura | Rogério Borges de Oliveira
Coordenador da Edufes | Washington Romão dos Santos

Conselho Editorial | Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça,
Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Glícia Vieira dos Santos, Grace Kelly
Filgueiras Freitas, José Armínio Ferreira, Josevane Carvalho Castro, Julio César
Bentivoglio, Luis Fernando Tavares de Menezes, Sandra Soares Della Fonte

Secretários do Conselho Editorial | Douglas Salomão, Tânia Canabarro

Revisão de Texto | Fernanda Scopel
Projeto Gráfico, Diagramação e Capa | Sérgio Rodrigo da S. Ferreira
Fotos | André Alves

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P769 A política no corpo : gêneros e sexualidade em disputa /
Alexsandro Rodrigues, Gustavo Monzeli, Sérgio Rodrigo da
Silva Ferreira, organizadores. - Vitória : EDUFES, 2016.
346 p. : il. ; 21 cm

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7772-332-4

1. Identidade de gênero. 2. Minorias sexuais. 3. Violência
contra a mulher. I. Rodrigues, Alexsandro, 1970-. II. Monzeli,
Gustavo. III. Ferreira, Sérgio Rodrigo da Silva, 1987-.

CDU: 316.6

A POLÍTICA NO CORPO

gêneros e sexualidade em disputa

Alexsandro Rodrigues
Gustavo Monzeli
Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira
organizadores

 EDUFES

Vitória, 2016

SUMÁRIO

9 Prefácio
Luiz Claudio Kleaim

15 Quando a existência entra em disputa, nossos
corpos são nossas armas
Gustavo Artur Monzeli

QUE O DESEJO NÃO DIGA “AMÉM”

21 Rastros da cidade no corpo de um leque vermelho
Beatriz Adura Martins
Luis Antonio Baptista

33 Dosagens do imoral, overdose de bichice
Steferson Zanoni Roseiro
Matheus Magno dos Santos Fim
Alexsandro Rodrigues

47 Expressões travestis: da precariedade aos gêneros
nômades
Adriana Sales
Herbert Proença
William Siqueira Peres

67 Corpos, gêneros e uso de banheiros na universi-
dade pública: a precariedade do disciplinar
Alexsandro Rodrigues
Jésio Zamboni
Pablo Cardozo Rocon

- 85 Corputopias: Foucault vai ao cinema
Mateus Dias Pedrini
Hugo Souza Garcia Ramos
- 105 “Ah, se foras meu irmão”: a mulher como
compensação pelo jugo masculino em “Cântico
dos cânticos”
Oswaldo Luiz Ribeiro
- 123 Do lugar de que se fala: territorialidades
discursivas sobre gênero e sexo nas redes
Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira
Maria Carolina F. B. Roseiro
Anderson Cacilhas Santiago

QUE O CORPO GRITE “EXISTIMOS!”

- 145 Criminalização do assédio ideológico nas escolas:
ideologia de gênero como argumento central na
disputa fundamentalista da política de educação
Tatiana Lionço
- 161 Transmasculinidades no ambiente escolar:
laicidade e resistências
Benjamim Braga de Almeida Neves
- 179 O paradoxo entre a luta pelo reconhecimento e o
direito de diferir
Allan Felipe Rocha Penoni
Catarina Dallapicula
Miguel da Silva Fonseca

- 195 Sexualidades e gênero na psicologia: ativismos formativos e tensionamentos curriculares
*Maria Carolina F. B. Roseiro
Marina Francisqueto Bernabé
Naiara Ferreira Vieira Castello*
- 217 Feminização do trabalho no Brasil e a precarização da docência no Espírito Santo
*Elda Alvarenga
Erineusa Maria da Silva
Helder Gomes*
- 237 Fundamentalismo religioso e a saúde trans no Brasil
*Pablo Cardozo Rocon
Alexsandro Rodrigues*
- 259 A violência contra as mulheres em Vitória (ES): caminhos para a compreensão e enfrentamento do problema
*Maria Beatriz Nader
Mirela Marin Morgante
Luciana Silveira
Alex Silva Ferrari*
- 285 Representações de gênero e construção da verdade jurídica nos processos de defloramento e estupro na Comarca de Campos dos Goytacazes (1890-1930)
*Lana Lage
Mariana Lima Winter*
- 309 Quadros interpretativos e movimentos sociais: notas sobre a “agenda política trans” no Espírito Santo
André Luiz Zanão Tosta

Prefácio

Luiz Claudio Kleaim²

Eu sei que você fica preso no ar quando eu canto
 A minha moda, o meu deserto
 A minha trova, meu momento
 Violado ou coisas mais
 Viverei pra ver que sob a porta aberta desta
 escuridão
 A luz suave e terna vai estender a mão
 E a trava em torno toda clarear estrela nova
 Pra acabar com esse medo,
 De achar que tudo tem que ter censura
 De querer tirar das ruas minha juventude
 Eu sei que você fica preso no ar quando eu canto
 Nestas horas de silêncio,
 A minha história meus inventos
 Com certeza ou coisa mais [...]
 (Música “Diversidade”, de Diana Pequeno,
 composição de Chico Maranhão).

Um dia, uma estudante de Biologia me disse uma frase sintomática desses fluxos contemporâneos de subjetivação dos gêneros e do sexo: “Depois que coloquei silicone nos peitos, quando me deitei com meu marido consegui ver a verdadeira mulher que estava dentro de mim”. A asseveração dessa mulher se tornou uma sombra que tem me acompanhado e me posto a pensar: o que seria de nossos corpos se não fossem as marcas que nos (im)põem? Como seguem os processos de tornar-se homem ou mulher contemporaneamente?

¹Professor do Departamento de Línguas da Universidad del Norte (Uninorte), Barranquilla, Colômbia. Mestre e Licenciado em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

A tentativa de dar inteligibilidade a um corpo é, via de regra, o gesto de engendr -lo sob alguma forma de reconhecimento a qual tem por base normas sociais, estatais ou médico-jurídicas vigentes. Ler um corpo   tramar-lhe signos: um nome, uma raça, um sexo, uma deficiência, uma pessoa, um gênero, uma sexualidade. Ler um corpo   reconhecê-lo por meio da linguagem,   observ -lo atravessa(n)do (por) dispositivos e normas, regimes de poder e biotecnologias. O ato de atribuir um gênero e uma sexualidade a um corpo   repercutir um ser em gênero para os outros e para si mesmo;   enred -lo em uma teia discursiva de regula es, de repeti es e de desplugues.

Vimos aprendendo com os feminismos que aliar uma pessoalidade e uma identidade a um corpo está para além de adjudicar-lhe um gênero, um sexo e uma sexualidade; mais que isso: enredamo-lo (nosso corpo) na divisão social (e sexual) do trabalho e nos limites de participa o/exclusão dos diversos espaços sociais, passando pelos gestos contidos (ou agressivos) até chegar nas próteses de silicone, no cinema porn , na anorexia e na bulimia... A presença ou não de um pênis em um corpo pode ser decisiva para desenvolver um rol de significa es, classifica es e expectativas dentro das sociedades modernas; constitui-se dado importante para a biotopol tica, para a governabilidade dos sujeitos.

A premissa de que há uma espécie de amarra o, de costura ditada pelas “normas”, no sentido de que o corpo reflete o sexo e de que o gênero só pode ser entendido – s  adquire vida – quando se refere a essa rela o (de maneira que o gênero   o destino que se espera, mas o sexo   a norma), estabelece um silogismo que diz que o gênero (social)   o espelho do sexo (biológico) e que a sexualidade   construída de acordo com as disposi es naturais do corpo. Uma visão assim só nos arrasta a um exclusivo destino: a (re)produ o compulsória da heterossexualidade.

A suposta “naturalidade” (sexo-gênero-sexualidade) dessa sexopolítica vem subjacente   organiza o das nossas sociedades em produzirem uma normaliza o de nossos corpos de maneira a determinar nossas formas de subjetiva o. Esse feito fez emergir um

“Império dos Normais” a partir das ideias de desvio e de anormalidade dos desejos e dos corpos (por meio das marcações de gênero e sexualidade). Os espaços que são esperados para os corpos de cis/trans-homens e os de cis/trans-mulheres são delineados, encadeados e prescritos, mas não totalmente eficientes porque o gênero é corroborado através de reiteradas *performances*, de miríades de repetições e representações que fixam e definem nossas identidades a partir de situações de sujeição. Muitas vezes, as reações de machismo e da homolebitransfobia revelam a leitura que se faz dos corpos de mulheres, ou d@s que fogem à lógica heterossexual (ditos “desviantes” desse “natural”): o merecimento à submissão, à humilhação, à abjeção, à violência ou à morte.

Por outro lado, sabemos que, enquanto situação, o corpo não se conforma somente como uma estrutura passiva por sobre a qual incide a normatização dos discursos do (sexo/)gênero. Mesmo que se torne lugar de vulnerabilidade e sujeição, o corpo logra subversão e disputa. Como anormalidade, muitas vezes nos mostra sua potência política, denunciando a plasticidade e o caráter prostético dos gêneros, por meio desse não paralelismo sexo-gênero.

Perante as experiências de travestis e transexuais, @s quais denunciam os limites desse dispositivo dimórfico sustentado pelos saberes médico-jurídicos e questionam a adequação dos seus corpos ao gênero com o qual se identificam e no qual se reconhecem, também é possível notar que essa condição de “naturalidade” cai por terra. Esse suposto deslocamento tem sido investimento de muitos movimentos (trans)feministas e de homens trans ao reivindicarem seus corpos como lócus de sua experiência identitária, livres da voz patologizante das instituições e dos saberes que os/nos catalogam.

Pensamos nessas potências de reação porque sabemos que não há poder sem resistência. Se observarmos a correlação de forças, deduzimos que as resistências também provêm dos investimentos do poder. Assim como John Money estabeleceu nos idos de 1950 o conceito de (sexo/)gênero, mais tarde os diversos feminismos o reapropriariam tornando-o uma ferramenta de luta para a análise histórica e social.

Em contrapartida, também há que se atentar para o aspecto de que, como desvio desse regime (re)produtivo da heterossexualidade, nós, os anormais, também nos enredamos nesse sistema de exclusão/inclusão, seja pelo fascínio da excentricidade, seja pela proibição, seja pela sujeição, seja pelos fascismos, seja pela sustentação às hierarquias e aos modelos de normalidade etc.

Ultimamente, por exemplo, vemos surgir, depois de alcançada a despatologização, certa identidade homossexual humanizada (normalizada) e domesticada – a do guei e da lésbica “limpos”, “bem comportados”, “pagadores de impostos”, “pessoas de bem”, capazes de “constituírem família” e de “adotarem filhos”. Essa normalização vem simultânea e paulatinamente acompanhada de uma reafirmação da sexopolítica heterossexual e do aparecimento de exclusões por motivos de classe, raça, etnia, deficiências, faixa etária etc.

Isso se deve ao fato de que ainda não mudamos os paradigmas epistêmicos pelos quais somos lidos, muito menos temos questionado completamente o dimorfismo sexual e de gênero dos discursos médico-jurídicos. Cada vez mais, temos nos tornado verdadeiros laboratórios cosmeto-midiático-fármaco-porno-políticos onde os gêneros e a sexualidade funcionam como produtos e conceitos a serem comprados, consumidos, vendidos, copiados, digitalizados, (re)negados, traídos, baixados, injetados, descartados, mudados...

As minorias sexuais são muito mais que uma identidade guei. Nesse sentido, se fazer política sexual e promover reconhecimento é adequar-nos ao modelo heterossexual de produção da sexualidade, nós não te(re)mos, nem quere(re)mos identidade, nem casa, nem abrigo, nem estabilidade, nem propriedade, nem nação: queremos ser a multidão.

Assim como o capitalismo pós-fordista alcança seus tentáculos em direção aos complexos fluxos econômicos do capital abstrato e o pós-moneyismo converte o conceito de gênero em uma cadeia de fluxos de produção de coisas e conceitos, cabe-nos pensar todas essas complexidades, pois, acompanhados da expansão da pornofarmacoindústria e da explosão de programas midiáticos cujo interesse

tem sido exhibir/expor ((in)formativamente?) aparatosamente sobre as práticas transgêneras e a assunção ou não de celebridades gueis e lésbicas, temos convivido ainda com altos índices de violência contra mulheres, mulheres negras, mulheres lésbicas, travestis, transexuais, homossexuais; com o parlamento brasileiro, que impede a aprovação dos projetos de lei para legalizar o aborto, criminalizar a homofobia e legalizar as uniões homoafetivas; com as movimentações conservadoras que comprometem a laicidade do Estado; com as manobras parlamentares que tentam proibir as discussões sobre gênero e diversidade sexual nas escolas; com os índices de estupros etc.

Essas problemáticas cada vez mais nos impelem a repensarmos estratégias e a recriarmos uma/nossa política dos afetos em meio a (e por meio d)essa multidão de corpos insubmissos e indóceis que vão reinventando suas experiências em meio a reapropriações e ressignificações de discursos; que, a partir da luta por livres experimentações, se insurgem contra as ciladas da normalização e seguem promovendo identificações estratégicas e escapes às biotecnologias do corpo e desestabilizando o *status* ontológico da sexopolítica.

Porque, como multidão de mulheres e homens cis-trans--hetero-homo-lesbi, negamos esse sistema de (re)produção de cidadania a partir dos investimentos dessa sexopolítica que prima pela expansão da heterossexualidade masculinista, interessam-nos o tráfico, a reapropriação e a ressignificação de técnicas e saberes acerca da sexualidade que seguem sendo circulados, (re)produzidos, traficados e (re)apropriados por meio das redes sociais – em subversão e irregível atuação frente aos neocolonialismos, ao novo mercado das guerras, às (i)migrações forçadas, às inovações tecnológicas e aos novos fluxos da política e da economia (policêntricas? multipolares?), ao controle e vigilância por meio dos sistemas de comunicação, aos racismos e às xenofobias institucionais, ao extermínio dos povos indígenas, à produção e difusão de imagens pornográficas que se refletem no desempenho sexual das pessoas e ao fluxo de técnicas e saberes acerca da sexualidade por meio de grupos e instituições formadoras de opinião.

Articular o direito ao exercício de nossa autonomia nunca é fácil, mas, como argumenta Judith Butler, talvez não seja impossível. Não se trata apenas de produzir, mas de colaborar e compartilhar: reunirmo-nos colaborativamente em insubmissão aos diversos machismos e à desigualdade de circulação desses fluxos contemporâneos normalizadores da sexualização e da genderização de nossos corpos, denunciando-os e reagindo contra tais regimes.

Frente a essas disputas, só me resta dizer que as insurreições estão a vir...

Quando a existência entra em disputa, nossos corpos são nossas armas

Gustavo Artur Monzeli

Este terceiro livro, uma nova obra arquitetada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Gepss), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), traz à tona diferentes processos reflexivos, investigativos e políticos no que concerne à problematização e desestabilização das propostas de desflorar a vida, bem como a busca por outras formas e possibilidades de compreensão, produção e expressão de nossos corpos.

Num contexto marcado por diversos fascismos e fundamentalismos, situações de opressão se tornam tão constantes quanto violentas, colocando a exuberância da vida em processos contínuos de poda. Podam-se os pelos, os cabelos, os seios, os sonhos e seus desejos. Podam-se as flores, a vivacidade das cores, seus afetos e seus amores.

A existência de corpos que negam a formatação a esses processos de poda faz com que os campos de flores, transformados em campos de guerra, logo se tornem zona propícia para a denúncia das espoliações diárias que intentam e criam corpos e subjetividades normatizados.

Dessa forma, as leitoras e leitores que entrarem em contato com as dezesseis experiências aqui relatadas e organizadas, vivenciarão de distintas formas o passeio por esses campos de guerra que atingem nossos próprios corpos e subjetividades, percebendo as tecnologias sofisticadas que são utilizadas para a mortificação da vida, bem como as apostas e respostas mais criativas para que essas próprias vidas se multipliquem e floresçam nesses lugares de disputa.

O título *A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa* já adianta, a seus interlocutores, que esta obra se preocupa em problematizar ideais hegemônicos sobre corpos, gêneros e sexualidade e suas reverberações nas políticas da vida. Os textos, aqui apresentados, percorrendo diferentes apostas e atitudes de pesquisa, se enredam como fios que tramam o tecido das histórias e das temáticas colocadas, apresentando-se como mais uma possibilidade de produzir estranhamento *sobre e com* as políticas em curso e suas estratégias de produção de realidades.

Muito mais do que um conjunto de textos denunciativos e pessimistas sobre a atual conjuntura política, econômica e social, este livro se coloca como um conjunto plural e cintilante de armamentos e munições *babadeiras* para as diferentes guerras cotidianas às quais somos convocadas e convocados.

O livro se divide em duas principais partes. Na primeira delas – **Que o desejo não diga “Amém”** – acompanhamos leques que deixam rastros pela cidade numa overdose gigantesca de bichice, gêneros nômades que recolocam a precariedade disciplinar dos banheiros, além de um intenso passeio ao cinema com Foucault. De textos bíblicos a publicações *on-line*, questionam-se representações de gêneros e sexualidade, bem como as formas de opressão e violência que se sustentam, também, nessas categorias.

Na segunda parte – **Que o corpo grite “Existimos!”** – imergimos nas discussões sobre os fundamentalismos e suas articulações com os campos da educação, da psicologia, do direito, da saúde, além de examinarmos os processos de precarização do trabalho e das violências físicas e jurídicas produzidas nesse campo, apontando também para os movimentos sociais e suas proposições políticas e interpretativas.

Insatisfeitos com os desenhos de realidade do presente, os autores se colocam em resistências criativas, forjando, porque possível, uma compreensão do corpo, do gênero e da sexualidade como uma obra de arte. Numa busca que se faz pergunta aos jogos de poder e pelo direito à vida vivida, os textos que compõem este livro colocam questões ao pensamento, desejando provocar, aos seus leitores, deslocamentos em seus exercícios cotidianos de pensar e fazer políticas.

Por sabermos, resistirmos, sentirmos e existirmos com nossos corpos, gêneros e sexualidade é que este livro assume, de forma endereçada, um convite de leitura aos interessados e implicados com as temáticas colocadas como escrita e exercício político. Em *A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa* vocês encontrarão saberes da educação, da filosofia, da psicologia, da história, da saúde, da teologia, da comunicação e das artes, transversalizando em comum o desejo pela construção de um mundo mais justo e menos desigual.

De um campo de guerra seco e monocromático, que nossas proposições sejam das mais diversas flores e formas. Que nossas armas se livrem das ferrugens que engessam o viver para se enfeitar com as mais diversas cores e plumagens. Esta é uma das difíceis tarefas a que este coletivo se propõe: combater as sofisticadas formas de poder e controle que se materializam nos corpos, gêneros e sexualidades, buscando potencializar e pluralizar as formas de se viver.

Quando a existência entra em disputa, nossos corpos são nossas armas.

QUE O DESEJO NÃO DIGA “AMÉM”



Parada do Orgulho LGBTT, Praia de Camburi, Vitória, 2013.

1

RASTROS DA CIDADE NO CORPO DE UM LEQUE VERMELHO

Beatriz Adura Martins
Luis Antonio Baptista

Introdução

Construir a cidade topograficamente, dez vezes ou cem vezes, a partir de suas passagens e suas portas, seus cemitérios e bordéis, suas estações, assim como antigamente ela se definia por suas igrejas e seus mercados. E as figuras mais secretas, mais profundamente recônditas da cidade: assassinatos e rebeliões, os nós sangrentos no emaranhado das ruas, os leitos de amores e incêndios (BENJAMIN, 2007, p. 126).

Na atualidade, diferentes formas de extermínio são realizadas nas metrópoles. O mais conhecido seria a morte de alguém indesejável. Extermina-se o intolerável, mata-se o que está fora da ordem das coisas e dos afetos. A biopolítica do atual apresenta-nos uma modalidade peculiar: a eliminação no corpo da presença da cidade. Extermínio que produz a retificação da diferença, ou a aura da diversidade onde o corpo que as aloja existiria apartado dos paradoxos do mundo e das possíveis e impossíveis intervenções sobre ele. A diferença tornada tema, ou sagrada, não acolheria o ultrapassar-se a si mesma, a recusa a um destino; a ela seria vetada a transgressão dos desígnios de uma existência que diz sem hesitar eu ou nós.

À luz do conceito de biopolítica², sabemos que o oposto de extinção não é garantia da vida, mas a afirmativa de um problema sobre a vida. Vida tomada como essência ou oposta à morte é frequentemente garantida na cidade que se quer sem espanto, sem atorramento, uma cidade feita para que as diferenças caibam. Aprendemos pouco a pouco a ser uma espécie, a diferença pode caber na espécie ou extrapolá-la. Extermínio para extinção, mas que deixa rastros.

O corpo seria apenas o efeito de um organismo, ou de uma alma. Nessa forma de extermínio afirmar-se-ia uma radical oposição à categorização do que seja um corpo em Michel Foucault, segundo ele:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos [...], lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (1998, p. 22).

Na atualidade, a certos corpos, é recusado ter em sua superfície a presença e a ausência de acontecimentos. Possuiriam peles como invólucros da alma, superfície apenas para expressar o interior, o interno das vísceras ou do espírito, ou ser reflexo do exterior. O corpo como superfície de acontecimentos tramados pela história, como lugar de captura de vida e de recusa a esse sequestro, é indesejável para a biopolítica operada nas cidades contemporâneas. Onde encontraríamos uma pele, um corpo que efetua a “dissociação do Eu” e nos apresenta a “superfície de inscrição dos acontecimentos” de uma cidade?

² Sobre a biopolítica afirma Michel Foucault (1999, p. 134): “O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder”.

Na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, extermínios diversos sucedem no dia a dia. A narração³ de um episódio sobre um objeto vermelho seria uma forma de enfrentá-lo.

Rastros de uma cidade

O leque vermelho amenizava o calor da Baixada Fluminense. Samba e cerveja regavam a família Tavares nos finais de semana. Chegavam sempre alguns amigos. A regra era cada um trazer uma porção de carne para o rateio do churrasco na calçada. Era mês de fevereiro, durante o dia ninguém conseguia ficar em casa, muito calor. Nem água refrescava, só mesmo a gelada. Ela não largava aquele leque vermelho, quanto mais abanava mais ar quente era produzido pelo movimento.

O bairro ficava na cidade de Magé na Baixada Fluminense, cuja população batia 227.000 habitantes, segundo o IBGE. Diz o órgão de geografia e estatística que essa era a população residente; podia ser, mas certamente a população adulta não trabalhava por lá, pois não chegava nem a 25.000 o número de residentes ocupados. A cidade fervia. O trem é o transporte conhecido dos moradores do bairro da Lagoa na Baixada. Durante a semana, eles são facilmente encontrados em lojas e repartições do município do Rio de Janeiro. Às vezes estampados nas páginas dos jornais. Mas, no final de semana, com aquele calor, a cadeira ia para a calçada e a carne, para a churrasqueira. Fervia o bairro no churrasco. O leque vermelho trazia ar e alegria aos incansáveis habitantes daquele lugar.

Enquanto o boi assava sempre passava um “abençoado” ou uma “abençoada” – o pastor cumprimentava o grupo com o semblante sério. Durante o dia era mais tranquilo, mas, quando começava o *funk*, os crentes, como são chamados pelos moradores, não

³ Walter Benjamin (1994, p. 221), no intuito de ressaltar o caráter artesanal da narrativa, afirma: “podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria – a vida humana – não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência – a sua e a dos outros – transformando-a num produto sólido, útil e único”. Inspirado em Benjamin, Baptista (2012) aposta que a ética da narração que pretende “recontar o fato intolerável do dia a dia impediria ao horror o risco de ser capturado pela anestesia da banalização. A dor torna-se mais dor, transforma-se em outra dor na perda do espaço e do tempo originário, desvencilha-se de um sujeito, atordoa o reconhecimento do adjetivo que a torne classificável”.

gostavam. Magé é uma cidade predominantemente de negros, a família Tavares era inteirinha negra. Apesar dessa característica, a cidade era dividida em duas religiões hegemônicas, como na maioria das cidades do Brasil. Católicos somavam 90.300 pessoas. Evangélicos perdiam por pouco: 78.411 fiéis. O pessoal espírita, candomblé, umbanda e kardecista não passava de 5.000. O boi esquentava, mas, se começava o tambor, o “bicho pegava” onde fosse, área de milícia ou do tráfico. Em Magé o povo de santo não é bem-visto. Os tambores deixavam nervoso o pessoal da igreja, do tráfico e da milícia. A Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial até tentou promover festividades para integração dos moradores, mas foi muito difícil. A cada ano diminui o número de integrantes da ala das baianas da escola de samba do bairro próximo. Integram o rebanho dos pastores que proliferam na Baixada Fluminense. O leque vermelho quando fechado assemelha-se à perda do sorriso dessas mulheres. Porém o churrasco persiste na lama da rua. As promessas de cura da alma, a violência do Estado, as balas perdidas do tráfico e da milícia não conseguem manter por muito tempo fechado aquele objeto vermelho que faz ventar.

A dona do leque vermelho olhava com atenção cada pedacinho de carne na churrasqueira: carré, linguiça, fígado, asinha. Gostava de tudo e também da gelada. Quando “fez o santo” teve que ficar recolhida, mas agora, acabado o resguardo, estava livre. Sua mãe, Maria das Graças, não gostava dessa transformação, dizia que, quando a menina era macho, ser “macumbeira” nem passava pela cabeça. A família jurava que não tinha nenhum preconceito pelo redesenho corporal, mas a menina com seu leque vermelho era sempre Rafael da Silva Tavares. Das Graças também fazia questão de garantir a quem perguntasse “que o menino até namorou quando era macho”. Para a igreja, para a milícia e para o tráfico, o corpo proprietário do leque seria apenas um. Certos territórios da cidade não toleram ambiguidades, algo indefinível. Quando a alegria do corpo abria o leque, tornava impossível definir o nome preciso. O vento dissipava a origem, o futuro, a raça, o destino daquela vida; trazia outros lugares, corpos, tempos para percorrerem a pele atravessada e desenhada por afetos. O vento o tornava ninguém, e muitos. Sobre a pele negra de Rafael da Silva Tavares, a história da Baixada Fluminense narrada por infames,

desclassificados e miseráveis juntava-se ao perfume barato. Ele, ela, nós, eles narravam a coragem da recusa de reduzirem-se à triste sina dos excluídos. Os tambores do passado ainda são ouvidos quando a cidade não é invadida por medo ou culpa.

A pele negra, o cabelo cacheado, o corpo magro se misturavam com todos do bairro da Lagoa, em Magé. Lá era só ficar tranquila que ninguém mexeria com ela. Rafael saía durante o dia, gostava de conversar com as crianças. Ela não se prostituía e não queria ficar em casa durante o dia. Seus pés tocavam o chão das ruas e seus lábios apareciam maiores, ganhavam mais carne iluminados pelo brilho do sol. O sorriso dele, dela, incomodava. A voz ambígua também. Para certos moradores, o dia fazia de Rafael uma bicha “atrevida”, e, então, era agredida. Ela sempre procurava a religião quando a obrigavam ao sexo forçado com os machos da comunidade, ou apanhava. A casa do santo sempre a acolhia: passava o dia sendo cuidada pela sua mãe de santo. Mas Rafael ainda carregava certa culpa por ser o que era, por isso não denunciava. O leque fechava e o fazia eu. No terreiro, conseguia falar de suas vontades e sempre pedia para que a deixassem se bombar, mas lá corpo bombado não entrava. Parece que os orixás ficavam bravos com essa prática de modificação corporal. Rafael se conformava, e aproveitava para ajudar na limpeza e nas obrigações da casa de santo. Quando a noite caía, ela voltava para o seu canto.

A sorte é que o verão daquele ano não teve muita chuva, nos temporais a rua inundava, ficava com o pé cheio de lama. Não tinha asfalto naquele lado do bairro. Quando ia para Caxias, curtir as festas organizadas pela “Pluralidade”, chegava toda suja, algumas meninas até a chamavam de “capiau”. Ela ria, gostava de ir para Caxias, lá tinha uma ONG para a população LGBT, sentia-se mais à vontade. Sempre achava estranho quando as pessoas criticavam o gueto gay, não entendia por que criticavam um espaço de que ela gostava tanto. Sentia-se bem no gueto. Foi numa dessas idas para Caxias que conheceu Janaína. No gueto ensaiava o seu sorriso.

Janaina era muito desbocada. Em 2010 o prefeito de Caxias proibiu a parada gay; Janaína, em protesto, foi até a prefeitura e se despiu. O pessoal da ONG não gostou nada, mas Rafael se divertiu, tinha apenas 18 anos e começava a conhecer aquele mundo. Jana,

como era chamada, era mulher mais velha, esperta, e Rafael aprendia muito com ela. Ela era mulher da noite. À noite Rafael não sentia nenhuma atração pela rua. Preferia o dia, cuidar dos bichos do terreiro e, quando deixavam, ficar com a sobrinha. Carol, a mulher do Binho, seu irmão, não gostava que ela ficasse com a criança. Carol era evangélica e sempre dizia a Rafael que lugar de homem é trabalhando, não cuidando de criança. Temia o pior para sua filha ao lado daquele corpo sem as bênçãos do Senhor. Binho trabalhava para o tráfico local. Era de idade próxima à de Rafael, sempre foram muito chegados, porém, quando Rafael se redesenhou e passou a caminhar como travesti, Binho se afastou. Agora se falavam pouco, mas Rafael era querido e protegido pelo tráfico, apesar das desavenças com a sua religião. Binho só olhava, não aprovava o leque vermelho, principalmente quando aberto fazendo vento.

Janaína também era moradora de Magé, mas, ao contrário de Rafael, adorava circular. Sacudia a hora que fosse. Rafael não gostava de ir ao Rio de Janeiro, mas Jana prometera que, se fosse à praia com ela, conseguiria o tão sonhado namorado: “na Zona Sul tá cheio de homem lindo!”. Foram. O que Rafael mais queria era um namorado. Ficaram quase 40 minutos esperando o ônibus e com o calor que já destruía a maquiagem resolveram abandonar a ideia de ônibus e pegaram o trem. Depois do trem, o metrô.

Esticaram o corpo, limparam a roupa que já estava cheia de biscoito de polvilho e partiram para o metrô. No caminho, injúrias e convite para programas. Do funcionário da SuperVia, Rafael ouviu que era uma “pretinha do jeito que ele queria em casa”. Já o colaborador do MetrôRio queria saber o preço do programa. Rafael garantiu que não fazia programa e saiu enojada. Mas o moço insistiu: “pago igual aos gringos!”. E ria muito. Na saída da estação ferroviária Central do Brasil reclamavam da dor na coluna após a viagem de trem, dor conhecida dos trabalhadores da Baixada. As duas no metrô animadas seguiam a viagem rumo ao paraíso da Zona Sul carioca. As fronteiras da cidade, os muros visíveis e invisíveis dos guetos, as muralhas das praias da zona sul, a geografia desenhada pelo medo não impediram a abertura do leque.

Chegaram. Rafael estava ansiosa, pois Jana prometera a ela que a levaria na rua que só tinha bicha bonita. Ao pisar em Ipane-

ma, a menina abriu seu leque vermelho, tirou a roupa e mostrou aquele corpo magro e negro. Jana, bem mais encorpada, fez o mesmo. Na primeira esquina, Rafael falava: “isso aqui é um sonho, muito homem lindo”, dourado de sol, de bicicleta, *skate* eletrônico, nos botecos muitos sorrisos. Rafael sentiu um gelo nas suas costas, virou e não viu nada, mas estava molhada e cheirando à cerveja. Ninguém a convidara para um chope, mas gargalhavam da bicha molhada. Os atos encarceradores da milícia, dos pastores e dos garotos do tráfico ao seu corpo ambíguo ultrapassavam os limites da Baixada. Jana puxou Rafael, que tropeçou num policial: “Já foram avisadas de que os pontos da Avenida Atlântica têm dona? Travesti da Baixada aqui não pisa sem passar por ela”. Na Vieira Souto, Rafael gradativamente era forçado a fechar o leque vermelho.

Foram para a praia. No caminho do metrô até a areia, teriam feito uns quatro programas com transeuntes, pacatos moradores de um dos bairros mais caros da capital carioca. Na praia se entocaiaram. Não estava tão divertido como Rafael esperava, mas estava feliz. Foi para o mar, ouviu alguns xingamentos, voltou, descoloriu os pelos e cochilou. Acordou lembrada por vozes masculinas de que era muito gostosa, quase parecia uma mulher. Depois de quase enganarem os jovens da Zona Sul, partiram para a Baixada. O sábado acabava. Quando chegou em casa dormiu sem tirar a areia do corpo. O corpo cansado de tanto prazer, humilhação, insistência para usar a cidade repousava. As ruas do Rio de Janeiro com seus cheiros díspares, com seus atos de horror e de combate a esses atos misturavam-se ao aroma do desodorante.

No domingo, a família Tavares tomava café junto. O café com leite da Dona Graça era imbatível. A tia sempre presente trazia o pão e o queijo. Rafael contava do dia anterior. A família não gostava muito de Jana, achavam que ela que havia levado a menina para o mundo gay, mas davam risadas das gírias e dos deboches que Jana deixava pela cidade. A Dona Graça e a tia permitiram Rafael falar à vontade dos homens lindos de Ipanema. Ele, ela, omitia as ofensas, não gostava de trazer preocupação. Finalizado o café o celular toca, era Jana e Rebeca que berravam para ela se montar, passariam pelo barraco para buscar Rafael. Ela titubeou, mas foi convencida. As meninas só passariam às 15 horas. Rafael se arrumou linda num

vestidinho branco curto e colado, fez as tranças, pegou o leque protetor do verão. Partiram para Caxias rumo à festa da ONG Plural. Organizavam um evento para a ida à Parada Gay de São Paulo. Não perderiam por nada a festa paulista.

Na volta para casa, Rebeca sugeriu de irem para a praia em Magé. Jana sorriu, pois sabia que lá sempre tinha macho. Sentaram num quiosque e logo depois parou um carro branco com dois homens. Os moços desceram, um puxou papo com Rafael. Ele, ela com seu leque estava encantada, pois não lhe perguntavam o preço do programa. Começaram a conversar, a prosa era boa, o rapaz bem vestido. Acenderam um baseado e a noite tinha até uma lua bonita. Começou uma fina garoa que logo virou uma chuva, dessas de verão. O moço convidou Rafael para o carro estacionado logo em frente. A corrida foi tão entusiasmada que Rafael deixou o leque cair, olhou, mas resolveu abandoná-lo. Partiram. A menina sem aquele objeto vermelho fazedor de ventos, sem roupa, com seis tiros no corpo se confundia com o mato. A cidade fechava as suas portas. Ela, ele agora ganhavam um nítido e claro nome. Os ventos do leque que dissipavam os cárceres da Baixada paravam. O corpo sem ambiguidades endurecia na individualidade onde a cidade é morta.

Abanos do leque

Sem grandes feitos e nem mirabolantes acontecimentos, apresenta-se uma extraordinária história. O assassinato de uma travesti não é o fim, não é o início, arrebenta com saltos e pinotes a vida de quem leu no jornal a tentativa de sua extinção. Na morte há espanto. O leque abandonado no mato aguardava um novo uso. Ainda vive. Do corpo endurecido, da cidade morta, a informação do jornal atravessava outros espaços desprezando o objeto vermelho. Segundo a notícia:

Travesti é achado morto com 6 tiros na Baixada; polícia investiga motivação homofóbica, Rafael da Silva Tavares foi visto pela última vez em quiosque em Magé. Rafael da Silva Tavares, de 21 anos, foi encontrado morto com seis tiros em um terreno na Baixada Fluminense. O jovem era travesti

e foi visto pela última vez em um quiosque em Magé. Na ocasião, em 19 de julho passado, ele estava acompanhado de outro travesti quando entrou em um carro branco com dois homens dentro. O titular da delegacia de Magé (65ª DP), Robson da Costa Ferreira da Silva, já ouviu três testemunhas e não descarta que o crime possa ter sido motivado por vingança ou homofobia. Segundo parentes da vítima, Rafael não tinha inimigos e a opção sexual dele sempre foi respeitada pela família e pelos amigos.

Benjamin, ao escovar a história a contrapelo, nos alerta de que a história não é passado, nem presente, nem futuro: “A história é um objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado pelo tempo-de-agora” (2012, p. 119). Em uma belíssima passagem da Tese XV, somos presenteados com uma força imagética dessa discussão quando ele conta sobre uma noite nas sombras da Comuna, quando, em vários locais de Paris, pessoas independentes começam ao mesmo tempo a disparar objetos contra os relógios das torres. Michel Lowy (2012, p. 126), ao comentar essa Tese, lembra um levante de alguns “índios” contra o Relógio Comemorativo da Rede Globo, que insistia em cronometrar o tempo que diria ao país que era hora de festejar os 500 anos da descoberta do Brasil. Benjamin sabe que o relógio atrofia e ilude aqueles interessados na análise do real. O real, tomado em sua materialidade, insiste que não pode ser confundido com a aparição imediata de um fato, mas encoraja que esse fato seja escovado a contrapelo, seja ficcionalizado. Os jovens “índios brasileiros” que protestaram em frente ao relógio oficial da comemoração, em abril do ano 2000, salvaram seus mortos.

“Como descrever essa atividade narradora que salvaria o passado, mas saberia resistir à tentação de preencher suas faltas e de sufocar seus silêncios?” (GAGNEBIN, 2004, p. 63). Para que remexer na terra, recolher vestígios, tocar naquilo que jaz finito?⁴ Tratar da Baixada Fluminense com um ato que nos horroriza é uma ação de destruir histórias concluídas e nesse meneio sustentar que, ao narrar, estamos apresentando um acontecimento para supostos

⁴ “O dom de atear ao passado a centelha de esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 2012, p. 65).

concluídos. O encontro com o corpo endurecido no mato, supostamente encerrado, tensiona os caminhos de uma escrita e se apresenta como possibilidade de um outro tempo aos ocorridos.

Apostando no leque usado por ele, por ela, por muitos quando a cidade vive, afirma Walter Benjamin (2013, p. 38):

A faculdade da imaginação é o dom de fazer interpolações no infinitamente pequeno, de inventar para cada intensidade, enquanto algo de extensivo, uma nova e densa plenitude, em suma, de tomar cada imagem como se fosse a do leque fechado que só ao desdobrar-se respira.

Corpos em que a diferença é feita de intensidades. Pele e cidade que respiram desdobrando seus limites. Plenitude da ética ofertada pela abertura do leque, necessária quando o mundo impede a respiração. Dessa ética, os assassinatos em qualquer lugar do mundo, as mortes efetuadas por balas, ou por culpas, estarão inscritas na superfície de outros corpos que ainda respiram. Proposição que incita a fazer do díspar uma interpelação incansável aos limites do eu e da cidade.

Neste breve ensaio recusamos o saber que petrifica, que se endurece junto ao corpo passível de extinção ou que reluz prenhe de verdade, como a escrita de um jornal. Abrir o leque, ventilar e desmontar aquilo que é fundamental aos imperativos anatômicos, “osso, armadura e carcaça”, “para fazer surgir a carne viva e tremulante” (KIFFER, 2005, p. 41). Escrever a partir daquilo que apavora não se limita à solidariedade aos “mais fracos”. Nesse sentido, a primeira ou a terceira pessoa passa a não ter pertencimento. Usá-la para confundir os gêneros e não para afirmar um Eu. Ficcionalizar. Entender o texto como experiência que rasga e modifica. Nesse jogo, distancia-se da vontade de devorar ou utilizar o outro no banquete de conceitos coloridos que reluzem sintetizações e explicações. A diferença não é tema, não se cristaliza na vontade de fazer o bem. A diferença enquanto modulações rasga o texto que se quer puro e verdadeiro, a espécie é só mais uma utopia fascista.

Abandonar a pergunta *Quem é você?* é uma aposta de não fazermos de nosso saber mais uma faca amolada que mata a dúvida.

Esperar do outro respostas é desgraçá-lo⁵. Querer o fim dos assassinatos de travestis para destruir verdades prenes de corpos eretos, de ossaturas que não bailam. Carcaças fétidas dos cursos de anatomia. Recolher os rastros para afirmar o sopro de um leque neste sufocante mundo que ainda não sabemos se vale a pena, mas que é necessário inventarmos. Querer contar as mortes de travestis para devolver à cidade o seu espanto. Construir as cidades dez vezes ou cem vezes a partir de seus espantos.

Referências

- BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Obras escolhidas, magia e técnica. arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- _____. *Passagens*. Tradução: Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.
- _____. Antiguidades. In: _____. *Rua de mão única*. Tradução: João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 37-38.
- _____. Sobre o conceito de História. In: LOWI, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Tradução: Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BLANCHOT, M. *A conversa infinita. A palavra plural*. Tradução: Aurélio Gerra Neto. São Paulo: Escuta, 2010.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 15-38.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GAGNEBIN, J. M. *História e narração em W. Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- KIFFER, A. Expressão ou pressão? Desfigurações poético-plásticas em Antonin Artaud. *Lugar Comum* (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 1, n. 21-22, p. 39-56, 2005. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120817Lugar%20Comum%2021-22_completo.pdf>.
- LOWI, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2012.

⁵ “Assim, no Sim da resposta, perdemos o dado direto, imediato, e perdemos a abertura, a riqueza da possibilidade. A resposta é a desgraça da questão” (BLANCHOT, 2010, p. 43).



Transenep, 28º Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia, Vitória, 2015.

DOSAGENS DO IMORAL, OVERDOSE DE BICHICE

*Steferson Zanoni Roseiro
Matheus Magno dos Santos Fim
Alexsandro Rodrigues*

Palavras que não podem mais dizer

Talvez os homens não sejamos outra coisa que um modo particular de contar o que somos (Jorge Larrosa).

Talvez – e muito possivelmente – Larrosa converse com Absolem em seus devaneios. “Quem é *você*?”, indaga a lagarta azul de Alice incessantemente. E tal qual Alice viria a descobrir, não lhe cabe dizer apenas um nome – algo tão minimalista de uma vida! –, mas, a este, ela precisa vincular toda uma história, uma aventura, uma deambulação, uma travessia. “Eu... eu mal sei, Sir, neste exato momento... pelo menos sei quem eu era quando me levantei esta manhã, mas acho que já passei por várias mudanças desde então” (CARROLL, 2009, p. 55).

Fazemos de nós mesmos uma experiência com palavras. Dizemo-nos e deixamos de nos dizer. De algum modo, sabemos que “os homens não se conhecem a si mesmos, que se enganam a si mesmos, que não são o que dizem que são e o que creem que são” (LARROSA, 2015). Enganamo-nos nos modos de nos narrar, nas aventuras escolhidas para dizermos que são e justamente por isso,

como a lagarta de Alice bem o faz, a todo momento reinsерimos a pergunta inquisitiva: “Você! Quem é você?”.

Lançados à temática-convite – **Fundamentalismos e violências: “O que temos feito de nós mesmos?”** –, aventuramo-nos à moda de Alice, isto é, arriscando-nos nas hipérboles das histórias, brincando com cada história que nos contam ao invés de “entender” ou “interpretar”. “Não me interprete!”, Deleuze chicoteava. E é um pouco disso que trazemos para esta escrita: uma chicotada com as palavras por nós proferidas. Afinal, como Larrosa tão majestosamente diz, dizemos muitas palavras que não nos dizem. Palavras que não são, não ecoam, não brincam em nossa pele, não a habitam. Dizemos palavras que não podem percorrer nossos corpos. E assim, talvez, urge uma necessidade de desdizê-las, “desvê-las”, como brincava Manoel de Barros.

Talvez, ali onde as palavras não habitam, percebamos corpos limpando-se de palavras (rasgam-nas, queimam-nas, gritam, correm!) com tanto afínco que, por algum motivo, atraem nossos olhares para eles. E quanto mais olhamos, mais eles se esfregam com qualquer utensílio que lhes apareça.

A intensidade nos incomoda e, no ato, paramos e oferecemos ajuda.

Aquela cena assusta. Como pode um corpo se descascar de suas palavras? Desfazer-se, despir-se daquilo que nele habita ou que parecia habitar? O que faz palavras fugirem, deixarem de ecoar quando, na superfície dos corpos, elas parecem tão bem a transitar? Diante de nossa mão, o corpo continua a se esfregar. Sua própria face é esfregada ao extermínio! Sempre sussurrando e cantarolando, ele continua: “Essas palavras não me dizem mais...”.

E você percebe: havia mais daquelas palavras cobrindo todo o seu corpo, toda a sua face. O corpo percebe seu susto e se encanta, olhando você de volta. Da face que o olha, resta apenas a boca para novas palavras dizer. O resto são palavras ainda no processo de serem eliminadas.

Damo-nos conta, nesse momento, de que nem todas as palavras são bem-vindas aos corpos, que palavras podem não dizer de um corpo por imposição, por uma “vontade” de não as deixarem dizer. “Silêncio!”, berra o corpo para aquelas palavras. E ali, diante de

nós, está um corpo em processo de se desfazer das palavras que não lhe dizem, que não *podem* mais dizer dele. O corpo, assiduamente envolvido no processo de limpeza, rejeita palavras de sexualidade, de bichice.

A boca se movimenta. E, ao fazê-lo, mais uma palavra começa a se desgrudar de sua pele. “Sou ex-gay”, diz ela. E a palavra “baitola” começa a escorrer por sua face.

E logo o corpo está a se esfregar, pondo outras palavras para escorrer.

Imagem 01. Palavras que não são mais bem-vindas. Fonte: Criação própria.



A Grande Máquina Sexualidade

Ex-gays, ex-viados, ex-bichas, ex-travas... Falar de sexualidades e dos sexos nunca sai de moda, como bem observa Foucault em *A vontade de saber* (2014) e *Não ao sexo Rei* (2013). Há toda uma economia gerenciando redes de saberes e poderes em torno das sexualidades que as coloca em um sistema de produção incessante. Não há silenciamentos quanto às sexualidades, mas produções infinitas do que pode ou não passar e ser validado quanto a elas. É, certamente, uma questão de *qualidade* da sexualidade que os discursos professam.

Ora, diante dessa economia produtora da “qualidade” da sexualidade, não nos seria difícil encontrar causas “impositivas” para a rejeição dessas palavras, da rejeição das “bichices”. Uma série de vídeos sobre testemunhos de ex-gays pode ser encontrada no YouTube e, em uma margem considerável deles, encontramos o envolvimento das religiões cristãs na produção dessa sexualidade “ex-gay”⁶. Como tão bem o destacam: “Um abismo chama outro abismo”, e, em torno dessa afirmação, a bichice é um abismo na qual o corpo bicha não pode fazer outra coisa senão se arrastar para outros abismos (RODRIGUES; FIM; ROSEIRO, 2015). Todavia, como Foucault (2014) adverte, poder e saber se articulam à sexualidade não por uma relação de imposição e corte, mas produzindo um modo de se exercer em vida. Assim, ainda olhando para o corpo, perceberíamos junto aos sussurros insistentes dele (“*Palavras que não me dizem... palavras que não me dizem...*”) um ruído baixo por demasiado disciplinado. Um ruído, talvez, *maquínico*.

A maquinaria – a máquina, o maquinico! –, no conceito deleuziano, não diz de rigidez alguma, não indica, em absoluto, um movimento mecânico no sentido comumente utilizado, isto é, um movimento apático e repetitivo. Ao contrário, a máquina indica produção, desejo! E essa é a grande questão para nós nesse ponto: *desejo é produção* (DELEUZE; GUATTARI, 2011). As maquinarias funcionam por produção e por coengendramento de máqui-

⁶ Um recorte de nossa pesquisa referente à análise do envolvimento do cristianismo na produção da sexualidade “ex-gay” foi discutido no texto “Além do corpo e dos holofotes: Édipo, a maior de todas as bichas” (RODRIGUES; FIM; ROSEIRO, 2015).

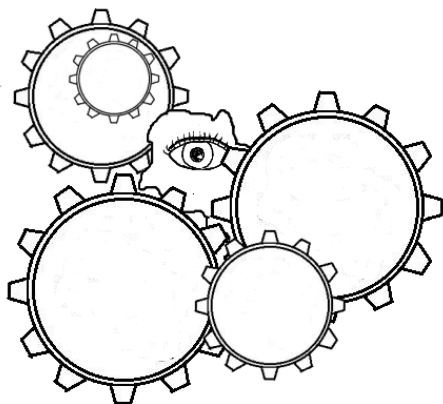
nas; as máquinas acoplam-se. Ao nos aproximarmos daquele corpo se rasgando, talvez pudéssemos ver máquinas transitórias, máquinas um pouco afastadas do corpo e algumas máquinas tentando se aproximar. Poderíamos ver, de certo modo, uma guerra de máquinas trabalhando avidamente na produção de sentidos daquele corpo.

É justamente essa a grande questão na produção de modos de viver, de se afetar e de produzir, e, em nosso caso específico, de sexualidade. Ao funcionarem como produtoras de desejo, as máquinas produzem vidas. Uma máquina social capitalista, por exemplo, está imbricada na produção do consumo, do gasto, do uso exacerbado; a maquinaria religiosa, por sua vez, está relacionada à produção de signos de fé, de culto ao divino; a máquina família implica signos familiares, relações, gostos, aprendizagens, comunicação primária; a máquina escola diz de currículos, de estudo, de aprendizagens... em suma, “há tão somente máquinas em toda parte” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 12). Em absoluto, toda máquina se agencia com outras máquinas, e, por isso, é impossível falar de uma máquina isolada, isto é, de uma máquina escola que não esteja inserida em um coengendrado com a máquina capital, máquina religião, máquina família, etc.

Eis, portanto, nossas refutações nas causas “impositivas” da produção da sexualidade “ex-gay”. Aquele corpo rasgado, aquele corpo que busca o asséptico na limpeza de si não pode ser visto apenas em uma esteira de produção. Apesar de ouvirmos um som maquínico disciplinado, se nos aproximássemos mais, poderíamos notar não apenas o som de uma engrenagem girando, mas de infinitas máquinas trabalhando ao mesmo tempo. “Senhoras e senhores, a Grande Máquina Sexualidade!” Uma máquina de máquinas, uma máquina sexualidade que não consegue se isolar de todas as outras (máquina capital, máquina igreja, máquina família, máquina escola, máquina mídia, máquina cinema...). As máquinas se acoplam e, ao fazerem, produzem desejos umas nas outras. A máquina sexualidade se casa tão bem com a máquina capital que não apenas o sexo é comerciável, mas também o próprio dinheiro passa a ser material erótico, passa a ser dildo; a máquina cinema não somente explora o sexo nas telas, como ainda discute as próprias sexualidades em conceitos, funções e estéticas.

Em meio à maquinaria, o corpo – produto e coprodutor das máquinas – não consegue identificar a origem desse ou daquele desejo. Ele sabe dizer (“*Há desejo!*”) e também sabe desejar (“*Essas palavras não me dizem mais...*”), mas, dificilmente, vê-se em meio aos movimentos maquínicos. Olha o mundo por entre engrenagens e não percebe que, no meio delas, apenas seu olho – e apenas um! – fica de fora. As máquinas produzem o próprio corpo que é, desde sempre, já máquina.

Imagem 02. Olhos maquínicos. Fonte: Criação própria.



É nesse sentido que Beatriz Preciado (2014) vai afirmar que a sexualidade é sempre uma produção tecnológica. As tecnologias não são um “[...] conjunto de objetos, instrumentos, máquinas ou outros artefatos” (2014, p. 154), mas a tessitura complexa entre saberes, poderes, fazeres, instrumentos, textos, corpos, discursos, regras, etc. As tecnologias e maquinarias produzem a própria vida⁷. As engrenagens interpelam a produção das sexualidades que lhes são mais desejáveis para tais e quais momentos! “O que nos serve

⁷ É preciso enfatizar que a operação das máquinas e das tecnologias não diz respeito de um modo de vida bom ou ruim. A produção maquínica é a própria produção de vida, podendo ser ela um modo de vida potente (isto é, um modo de vida que se organiza a produzir uma vida mais estética) ou modos de vida menos potentes e mais próximos da vida dominada.

agora?”, elas indagam. “A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinserir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais” (PRECIADO, 2014, p. 26). E esse é justamente o ponto. Isso não quer dizer que alguma sexualidade (se assim reconhecida) não possa existir. Nossa sociedade politicamente correta inclusive diria “Não tem nenhum problema!” com certo entusiasmo e tom de voz utilizado para falar com crianças. A grande questão, que preferimos não fazer por medo, é: *e qual é mais desejável?*

Não nos faltarão respostas e justificativas para dizer por que a sexualidade heterodominante (XY, obviamente!) é mais favorável e desejável – e “fácil”, acrescentariam alguns – que quaisquer outras (A, B, T, TT, YY, XX, XYZ...). “A heterossexualidade é mais saudável”, poderiam nos dizer. E é justamente a não falta de respostas e justificativas que aparecem como ditames, como verdades científicas, filosóficas, religiosas, novelísticas, literárias, etc. O imaginário é o limite! E, convenhamos, não faltam criações para “justificar” a heterodomação, mesmo e muito embora, se indagadas, essas criações não se defendam como tal. “De modo algum!”, a resposta politicamente correta reaparece, “Não damos preferência...”, “Não é para normatizar...”, “Diz apenas de uma maioria...”, “É apenas gosto...”. E toda uma série de respostas--padrão de palavras que dizem e podem dizer ocupam as respostas polidas e educadas da sociedade asséptica.

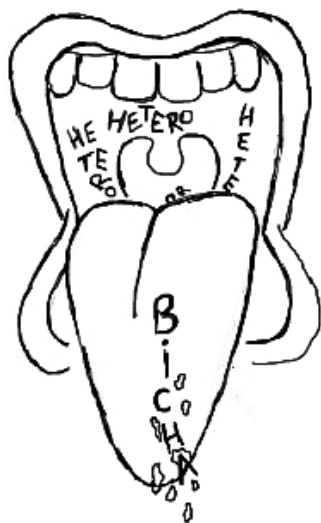
Um calafrio percorre nosso corpo: como pode o “politicamente correto” assustar tanto?

Desfazer-se do corpo

Um leve movimento do corpo: um sussurro diferente? Uma pausa no movimento de se esfregar? Olhamos e, em um momento de desespero no qual o corpo fala sem se preocupar, ele nos conta um pouco de si e de seus sonhos devassos de dominação e de abuso com outros homens. Sua voz se eleva, mas não há paixão, não há nada; a voz parece morta. Por um momento, ele toma a narrativa

para falar de si com as palavras que não podem mais falar dele, e, ao dizê-las, ele as usa para serem eliminadas. E, de repente, cessa. Algo dentro dele aquiesce a tal ponto que ele parece morrer, adoecer. “Mas aquilo estava me fazendo mal...”, diz ele com a voz arrastada e doentia, “Então eu cuspi”.

Imagem 03. Cuspir a bicha; alimentar-se do hétero. Fonte: Criação própria.



Em um esgar do tempo, a bicha se move e começa a babar e a mastigar o ar. Entre mastigadas, conseguimos ouvir um som, um grunhido rítmico: *hetero, hetero, hetero, hetero...* A bicha se alimenta da heterossexualidade. Mastiga-a e excreta suas bichices, suas viagens. É a própria bicha que, de algum modo, se põe a mutilar. Ela não precisa que outros o façam por ela. Como Rodrigues, Pedrini e Rocon (2015) destacam, as próprias bichas colocam-se em briga! A própria bicha encontra modos de se deixar morrer, e, na guerra, pode ser que ela não se levante. “Sou ex-gay”, repete o corpo, e, mais uma vez, um modo de vida deixa de existir.

Bem alimentado, o corpo ex-gay busca novas palavras para se dizer. O corpo asséptico empodera-se do discurso “politicamente correto”, da “limpeza” dos discursos “ideais”. E como Núria Perez de Lara chega a machucar por dizer, é preciso dar-se ao corte e

repensar tudo que nos foi pensado a partir da academia, a partir dos textos especializados, a partir do discursos politicamente corretos, a partir da consciências acomodadas daqueles que se conhecem como parte da normalidade, do racional, do democrático (LARA, 2003, p. 13).

E percebemos: o politicamente correto assusta porque ele diz de uma “maioria”, diz de uma “vontade de todos”. E nos perguntamos: quão submissa, regrada e vazia de vida pode ser uma “vontade de todos”?

Minimamente falando (ou melhor, nitzschianamente falando...): “sentimos a boa consciência como um perigo” (NIETZSCHE, 2015, p. 56). A “boa consciência” – em prol da “maioria”, da “vontade de todos” –, funciona por sedução e doçura. Loucas são as bichas que não se deixam seduzir por esse discurso! “Seja politicamente correta”, dizem as propagandas, os enunciados de politicagem, as legislações, as falas midiáticas. “Politicamente correto” ou *agir para os outros*. A máxima da submissão e da não vontade. E, assim, cada palavra do novo vocabulário do corpo asséptico é dejetivo que a bicha expulsa – expele! –, fazendo girarem as engrenagens mortíferas às bichas. Ao mesmo tempo, é um aviso de seus corpos fragilizados, dizendo de envenenamentos, de conteúdos estranhos ao seu corpo. As palavras que não lhe dizem vazam de todos os modos pútridos. Por fora, o corpo veste a armadura reluzente, limpa e asséptica, dócil e disciplinada, pronta para circular por todos os meios, falar sem ofender, entrar sem ser observada, ou seja, “se fazer de morta” para não ser vista, afinal, a bicha está morta por dentro!

Há algo de perigoso na relação entre o “desejável” e o “politicamente correto”. E é preciso ser bicha para perceber isso. Mas, afinal, o que implica ser bicha para quem rejeita a bicha e faz de seu corpo lugar de assepsia?

Dosagens do imoral, overdose de bichice

“Talvez os homens não sejamos outra coisa que um modo particular de contarmos o que somos” (LARROSA, 2014, p. 22). Talvez sejamos, justamente, um conjunto de palavras que dizem e não dizem. Talvez sejamos aquelas palavras que grudam em nossas faces, em nossos corpos, sendo elas bem-vindas ou não; o corpo da ex-bicha está aí para provar: é difícil desgrudar-se das palavras que lhe diziam e não dizem mais. Mas, decerto, somos produções incessantes, operações e maquinações que não funcionam em uma única velocidade. Operamos em meio à vida; as maquinarias giram suas engrenagens sem parar, mas nossas relações com elas podem acelerar ou diminuir seu movimento, podem intensificar ou destituir acoplamentos. As máquinas estão vivas! Produzem, cansam, acoplam-se a novas máquinas e, por vezes, somem.

O corpo asséptico – a ex-bicha politicamente correta – é a inverdade das velocidades contínuas. Não há movimento retilíneo uniforme! Há movimento, sem sombra de dúvida, mas os trajetos e as intensidades mudam nas relações. A bicha não começa a se limpar apenas por ir à igreja ou por começar psicanálise; ela é um corpo que, em muitos de seus esbarrões e encontros, acelera algumas velocidades e diminui outras. Ela sente na pele quando chega pintada da festa para comprar pão antes de chegar em casa; sente quando gargalha como louca e todas a olham; sente quando a família para de perguntar “Tá namorando?” ou quando a tia insiste “E as namoradas?”. A bicha, aquele corpo-máquina em meio às máquinas, não pernoita em suas dúvidas, mas, aos poucos, as dúvidas pernoitam nela.

Pasmem, viadas: ninguém é bicha a todo momento.

Entre o politicamente correto, as palavras que nos dizem e as máquinas, tempos são criados. Tempos de usos, tempos de vida, tempos de saberes. A bicha não habita todos os tempos porque ela, de certo modo, é o limite do corpo, o limite da invenção. A bichice – arte da bicha – não consegue ser regra, mas fuga da mesma. Puderamos fôssemos bichas o tempo todo só por gostar de pintos! Fazer a bicha é um pouco de filosofia, é exercitar os limites da moral, fazer-se “imoral”. Afinal, a bicha (que se exercita por filosofia) e o filósofo (que se exercita por bichice) têm praticamente o direito de terem

mau-caráter (NIETZSCHE, 2015)! E, como Preciado (2014) tão prazerosamente anunciou, é preciso olhar a filosofia como *a arte superior de dar o cu*.

Ora, não há dúvida, pois, que exercitar a bichice requer mais do que apenas cu e piru em movimento. No limiar, a bichice requer doses do imoral em *drinks* cavalares de coragem. Não se trata de uma “boa vontade” ou de uma “inclinação para a verdade” que produz a fala e o modo de existir bicha, mas a violência da situação da vida (PRECIADO, 2014), e, se vamos ao seu encontro com “humanidade” em demasia (NIETZSCHE, 2015), a produção é vazia. A bicha se esvai! E não há cu ou filosofia que aguentem na tomada de 220v.

Não há dúvida: a bicha precisa de overdoses de si mesma para continuar a existir; ao mesmo tempo – e como qualquer viciado pode dizer –, ela corre o risco de se extinguir. Altamente chapaçada em sua bichice, a bicha não percebe possíveis afastamentos e esvaziamentos de suas relações. Só pensa na sua filosofia de cu às abertas e se esquece de colocá-lo para respirar. Não percebe que, aos poucos, ela passa a ser desacreditada. E, vazia, a bicha anda até se esquecer de suas palavras, até enxergá-las como a causa de seus problemas, até não lhe restarem mais vontades, até não lhe restar nenhuma potência. Vazia, a bicha anda até se esquecer e se encontrar em outro corpo.

E ela, no novo corpo, sempre se estranha. “Que palavras são essas que não me dizem?”, ela se indaga. E nada dizem mesmo. Não podem dizer. Então ela começa a se esfregar.

Imagem 04. A mão que lhe estende o corpo. Fonte: Criação própria.



Morta e dilacerada, o corpo asséptico em produção – ex-bicha, ex-viada, ex-gay... –, vê-se e a cena inicial se repete. O corpo fala, em seus muitos momentos alegres, não dar mais o cu, todavia, sabe que, ao dizê-lo, mais afirma um modo de vida politicamente correto e engajado com a “boa consciência”. Asséptico, o corpo não cospe na bicha, mas verte-a de seu corpo como quem excreta o pus de um tumor. Seu corpo bicha podia até não lhe fazer mal, mas carregava muitas dúvidas e indagações.

E o corpo precisava ser acreditado! Asséptico, o corpo aprende a ser enxergado.

Olhamos para o corpo uma última vez e, inadvertidamente, um menos nos assalta. Aos poucos, damo-nos conta de que a vida da bicha, tal qual a da fada, só é pensável se acreditada.

Como pode a vida ser contada pela bicha imoral?

Oh, infame assepsia!

Referências

- CARROLL, L. *Aventuras de Alice no País das maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. Il. John Tenniel. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* 1. Trad. Luiz B. L. Orlandi. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FOUCAULT, M. Não ao sexo Rei. In: _____. *Microfísica do poder*. Trad. e rev. Roberto Machado. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.
- LARA, N. P. de. Pensar muito além do que é dado, pensar a mesmidade a partir do outro que está em mim. In: SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- LARROSA, J. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. 5. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- NIETZSCHE, F. W. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Martin Claret, 2015.
- PRECIADO, B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1, 2014.
- RODRIGUES, A; PEDRINI, M. D.; ROCON, P. C. Pedagogia da lampadada ou... as bichas se digladiando. *Periódicus*, Salvador, n. 4, v. 1, p. 242-253, 2015.
- RODRIGUES, A; FIM, M. M. dos S.; ROSEIRO, S. Z. Além do palco e dos holofotes: Édipo, a maior de todas as bichas. *Revista de Audiovisual Sala 206*, Vitória, n. 4, p. 27-49, 2015.



Bloco Amigos da Onça, Centro de Vitória, 2016.

EXPRESSÕES TRAVESTITIS: DA PRECARIEDADE AOS GÊNEROS NÔMADES

Adriana Sales
Herbert Proença
William Siqueira Peres

Ao trazer as travestilidades enquanto expressões de gêneros válidos para os cenários das discussões científicas em perspectivas de resistências, tomamos como pressuposto as produções de Judith Butler e Gayatri Spivac como pano de fundo para dialogar com os conceitos de precariedade e subalternidade na intenção de avançar nas problematizações sobre os gêneros, ainda em premissas feministas, mas alocando os holofotes nas travestis, demandas que atravessam as duas pesquisas em andamento.

A primeira pesquisa, em nível de mestrado, propõe o acompanhamento de processos de criação teatral desenvolvidos por um coletivo formado por travestis e transexuais da cidade de Londrina, no Paraná; e a segunda, em nível de doutoramento, mapeia diálogos com travestis das cinco regiões do país, lideranças no movimento organizado de travestis, focando uma das pautas desse coletivo, que é o processo escolar e as relações com a produção de gêneros, corporalidades e sexualidades na escola.

Tal precariedade é afirmada, aqui, como componente de estratégias de resistências, ao tentarem sobreviver de maneira inteligível e de articular algumas barganhas e discursos para romper com as normas e com os fascismos existentes nos controles heteronormativos e de gêneros. Pois, antes disso: “trata-se, contudo, de saber como essas normas operam para tornar certos sujeitos pessoas

‘reconhecíveis’ e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer” (BUTLER, 2015, p. 20).

Essas normas disparam o contraponto da subalternidade, não no sentido de menor prestígio ou de menor valia, mas de estratégia marginal, que ecoa vozes para se fazer valer, principalmente no mundo das ideias, e reagir para com as recusas de certos modos de vidas e certos posicionamentos não capturados pelas hegemonias heterossexuais binárias, pois, novamente em Butler, “o problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada” (2015, p. 20).

São formas diferenciadas que, muitas vezes, demandam afirmações de subalternidades para romper com tais hegemonias e fazer valer seus discursos e estilísticas das existências. Ao escolher esse espaço de subalternas, as travestis garantem que suas vidas são viáveis e que a morte não é o único caminho para suas expressões de gênero flutuantes, nômades.

São estratégias de escapar das molduras fixas para essas produções de vidas que ampliam os quadros de referências sobre as possibilidades das feminilidades e masculinidades, que são reproduzidas pela contemporaneidade, abrindo espaços para seus desejos e práticas sexuais que transbordam dos parâmetros reprodutivos e universais. Desejos quase que como máquinas, máquinas de guerra que, dialogando com as produções “Deleuzianas”, também estão conectadas entre os processos de produção e os resultados de seus produtos, ou seja, reforçam as perspectivas nômades.

Sobre tais produtos, no caso específico da afirmação do gênero travesti como viável, emergem os discursos subalternos que se contrapõem a certas produções e defesas que tentam emoldurar essas pessoas nos polos identitários fixos, não dando espaços para seus desejos, práticas sexuais e empoderamentos sobre suas corporalidades e modos de vidas, pois, para Spivac:

Invocações contemporâneas da economia libidinal e do desejo como interesse determinante, combinados com a prática política dos oprimidos (sob o capital socializado) “que falam por si mesmos”, restauram a categoria do sujeito soberano no cerne da teoria que mais parece questioná-la (2010, p. 49).

Seria impossível reconhecer essas expressões de vidas se não nos posicionássemos eticamente e politicamente estabelecendo relações com as vozes (discursos) que mais têm importância nessa defesa, porque são esses discursos, das pessoas que vivem as travestilidades, que irradiam, disparam elementos que nos dão suporte para a afirmação de validade do gênero travesti, de quão subalterno e precário é essa expressão e de como são resistentes, quase que resilientes, na tentativa de sobreviver e existir.

São discursos que escapam de certos enquadramentos, pois, corroborando com Wittig, esses discursos emanam feixes de realidades sobre as corporalidades sociais que não são facilmente descartáveis (BUTLER, 2015, p. 201). Podem até sofrer as pressões das invisibilidades pela reprodução de sexualidades reguladoras, mas tal regulação de poder/conhecimento amplia as estratégias de resistência e legitima as vozes subalternas em premissas de ineligibilidade.

Nesse sentido, reconhecemos e/ou reafirmamos as posições feministas, aqui, na tentativa de ampliar quais são as pessoas que estão nessa guerra pela manutenção da vida, de alargamento das possibilidades dos gêneros e, automaticamente, das produções das corporalidades, das sexualidades e das práticas sexuais. Pois utilizamos ferramentas que servem não somente para compartilhar “as críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade”, mas também para problematizar certas produções convencionais científicas questionando “a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social” (LOURO, 2011, p. 33).

Tais ferramentas coletivas vão forjando redes e invadindo espaços, via discursos, que dão forças para tais subalternidades que tomam as vidas precárias como possíveis e de enfrentamento aos fascismos com os corpos, gêneros e práticas sexuais e que, de acordo com Spivak,

nos estudos subalternos, devido à violência da inscrição epistêmica imperialista, social e disciplinar, um projeto compreendido em termos essencialistas deve trafegar em uma prática textual radical de diferenças (2010, p. 76).

São verdadeiras batalhas, aqui textual, para garantirmos o rigor que é tão necessário em respeito às produções científicas éti-

cas, mas guerrilhando com algumas posturas que sempre usaram outras vozes para produzir em nome desta ou daquela pessoa, deste ou daquele grupo. É a tentativa de escapar aos controles e contextos que tentam amarrar os jogos e diálogos teóricos para vislumbrar as possíveis vozes precárias dessas pessoas subalternas, nos quesitos de gênero, pois “afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo” (BUTLER, 2015, p. 30).

Dessa maneira, trazer as vidas travestis, vivas, com direito às vozes, é reconhecer as vidas precárias como resistentes, que trazem nas suas subalternidades as marcas que validam seus direitos sobre os modos que querem produzir suas corporalidades, suas práticas sexuais, suas identidades políticas e as maneiras como querem viver, escapando dos dualismos biológicos e binários. Ou mesmo uma subalternidade, de acordo com Spivac (2010), que tem nos deslizamentos dos mecanismos visíveis para a singularidade vocal das pessoas como recurso de manutenção desses discursos subalternos em contraponto à dominação masculina e suas insurgências.

Nesse sentido, afirmar as vozes dessas vidas precárias é não somente ampliar o universo de referência sobre as expressões de gêneros, mas também, antes de tudo, chamar a atenção para as vidas ceifadas que não tiveram direitos de se manifestar, dos corpos que foram amordaçados, dos desejos reprimidos, dos sofrimentos psicossociais com que muitas dessas pessoas tiveram de conviver. Para além, “a precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (BUTLER, 2015, p. 31) e, aqui, nas mãos (nos discursos) de outra travesti.

Obviamente, tal posicionamento se dá não apenas por estar atravessada por certas travestilidades, que somente cabem a mim, mas, principalmente, por decisão de marcar, subalternamente, nas produções de conhecimento, a expressão de gênero travesti, com seus corpos, suas práticas sexuais e desejantes. Como um gênero *nômade* que não tem compromisso algum com as marcas e estigmas das binaridades (homem/mulher), pois

as decisões são práticas sociais, e a afirmação de direitos surge precisamente onde as condições de interlocução podem ser pressupostas ou minimamente invocadas e inscrites quando ainda não institucionalizadas (BUTLER, 2015, p. 40).

Sobremaneira, insistir em práticas e sexualidades dissidentes e corporalidades que vibram é o que marca/dá o tom ético/estético/político que acreditamos, neste texto; do mesmo modo, a afirmação de como os discursos subalternos e as vidas precárias afetam os códigos heteronormativos machistas, nas discussões de gêneros. Ampliam tais códigos para dar manutenção às potências das vidas; das outras formas e estilísticas das existências; de outras corporalidades para além das biológicas; práticas sexuais não somente reprodutivas e processos desejantes validados, pois, se estão nessa inscrição de vida e expressão humana, é porque existem e precisam ser respeitadas.

Este debate se propõe a não reforçar os binarismos sexuais, as impressões dos gêneros enquanto poderes discriminatórios, nem discursos que interdita as expressões que destoam dos padrões estabelecidos pelos grupos majoritários; que negociam e validam a circulação de algumas pessoas em espaços específicos e marginais (discursos). É, ao contrário, a tentativa intencional de focar olhares e problematizações acerca das potências que há nos gêneros fluídos que estão inscrevendo e reconfigurando os contextos políticos, sociais e culturais contemporâneos e enquanto dispositivos biopolíticos.

Essa contextualização dispara indagações que expõem a urgência de reconhecimento e adição da expressão travesti, para além dos dispositivos das sexualidades, mas como marcas políticas e barganhas de espaços que muitas vezes são negadas a essas sexualidades. Uma política como negociação do cotidiano, como arte de bom viver. É uma aproximação das maneiras que se quer, aqui, assumir, para essas expressões de gêneros nômades emergentes, atravessadas por outros marcadores como raça/cor e classe, portanto em prerrogativas que se somam às produções feministas, de contestação, pois, novamente em Guacira Lopes Louro, “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder”, evocando as premissas nômades (2011, p. 45).

Assumir esse nomadismo, para o gênero travesti, é situar os processos sempre contínuos, antiessencialistas, marcando as virtualidades que pinçamos, nós travestis, dos signos dos universos femininos e masculinos, na crise que vivemos e atravessamos na contemporaneidade (BRAIDOTTI, 2004), reafirmando, portanto, nossa posição de travesti feminista ao contrapor as regulações machistas e sexistas.

A inteligibilidade desses signos duais, para as travestilidades, reconfiguram-se em ingerências das corporalidades, desejos e práticas das sexualidades, e assim faz emergir outros *status* nas expressões de gênero os quais extrapolam as limitações universais e binárias. Nesse sentido, ampliamos os conceitos de gênero que figuram apenas as contestações que favorecem, enobrecem as feminilidades ligadas aos aspectos biologizantes e naturais referendados apenas às mulheres biológicas.

O aprisionamento dos gêneros, como cortes da liberdade das experimentações, se dá na produção das outras corporalidades possíveis, não ocupando um lugar de privilégios, mas sim de subalternidade ou mesmo de vidas precárias, embaralhando qualquer possibilidade de dualismo, ou fixidez e normalidade. É romper com os engessamentos dos modos de poder ser num gênero e numa sexualidade. Algo definido, fechado, acabado.

O nomadismo, aqui, habita uma multiplicidade de diferenças em cada pessoa (travesti) e suas composições, com recortes específicos e que podem variar de pessoa para pessoa. As validades e potências que permeiam esses dispositivos que estão em cheque no quesito das produções de conhecimento e na defesa da travestilidade enquanto uma expressão de gênero viável.

É a tentativa de romper com as manutenções das normas, os marcadores clássicos binários de sexo e gênero que são reguladores e que autorizam problematizar apenas o que tem nome e é reconhecido, pois o gênero está em todas as ações de nossas vidas. Não é uma ilha isolada no mundo sem trazer raça, classe e sexo para os diálogos. São linhas de desejo das pessoas que vão validando as linhas de subjetivação que se atravessam nas relações de poder e resistências.

Revisitando as histórias sobre as problematizações que irradiaram os grandes embates sobre as perspectivas das expressões

de gêneros, é preciso ressaltar posicionamentos sobre o conceito e, dialogando com Joan Scott, podemos significar que o gênero é a primeira linha de subjetivação humana, quando, por exemplo, já se classifica a criança que nasce como menino ou menina, estabelecendo as relações de poder, via gênero, que vão marcando que pessoas se quer na sociedade. Para a autora feminista:

Na sua maioria, as tentativas dos/as historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado, porque elas têm tendência a incluir generalizações reductivas ou demasiadamente simples, que se opõem não apenas à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de causalidade social, mas também aos compromissos feministas com análises que levem à mudança. Um exame crítico destas teorias exporá seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa (SCOTT, 1995, p. 74).

Logo, atestam nossas defesas de que os gêneros atravessam as pessoas e são fortes dispositivos que se somam para marcar quanto se tem de masculino e de feminino em cada pessoa. Dispositivos de poder que marcam o quanto se é permitido para cada expressão humana, rotulando o que é possível e o que não é para as estilísticas das existências e que não dão espaços para os trânsitos entre os aspectos desses universos de ser mulher e de ser homem. Procuram interditar as inscrições que transbordam dessas marcações identitárias ou, até mesmo, flutuam nas somas desses gêneros esperados.

Nesse sentido, as travestis, desde muito cedo, são atravessadas por muitos processos psicossociais de sofrimentos, rejeições e conflitos. Seja consigo mesmas, seja no universo familiar, escolar e qualquer outro espaço que sempre apresenta repulsa aos seus modos de vida e estilísticas da existência. Então, para as travestilidades potentes, são as resistências que mantêm seus fluxos de ir e vir, e os aspectos que borram os códigos de inteligibilidades dos conhecimentos – aqui, os transbordamentos – vão encontrando estratégias de sobrevivência.

Esses transbordamentos não estão garantidos, enquanto atributos, para as discussões de gêneros binários, pois se tem na “presumida fixidez do sexo” (BUTLER, 2015, p. 176) os parâmetros para se estabelecer em qual gênero deve ser alocado este ou aquele corpo e quais serão as práticas sexuais permitidas que evocam ou que são autorizadas para tais gêneros fixos.

São flutuações que são recusadas, marginalizadas, pois “temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuína dos termos da diferença sexual” (SCOTT, 1995, p. 84). E são as décadas de 1960 e 1970 que podem ser consideradas como os anos que marcam os acontecimentos sociais, políticos, intelectuais e culturais em diversas partes do mundo, inclusive para as relações sobre gêneros.

O aparelho do Estado insiste em se articular com seus seguidores e seguidoras para manter as teorias universalistas discriminatórias que silenciam os grupos considerados como “minorias”. As dissidências, nessa prerrogativa, dialogando com o “biopoder” Foucaultiano – que se desloca das regulações disciplinares dos corpos, enquanto ação de poder, enquanto dispositivo, sendo cenário de fundo para chamar atenção para o campo dos conhecimentos –, focam olhares que vão ao encontro daquilo que escapa dos controles do poder, da norma, da lei e dos contratos burgueses.

Nesse sentido, as contestações pelo direito de poder transitar pelas feminilidades e masculinidades são posicionamentos neste estudo, porque “devemos nos tornar mais autoconscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar” (SCOTT, 1995, p. 84). É colocar-se como ferramenta que se soma às demandas coletivas, atravessadas pelas experimentações singulares das travestis, sem esgotar os diálogos, nem categorizar as pessoas, pois “devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica” (1995, p. 84). Ou mesmo, retornando a Butler e suas problematizações na obra *Problemas de gênero*, “trata-se do sexo que não é ‘um’, no sentido de que é múltiplo e difuso em seus prazeres e seu modo de significação” (2015, p. 181).

Escutar o colonizado sociocultural é uma ação muito importante, nesta pesquisa, porque dá voz às pessoas que significam uma outra vida daquela esperada pelos que se acham colonizadores dos conhecimentos. Esse domínio que se pauta em preceitos dogmáticos, religiosos e estigmatizadores desdobra-se em várias intencionalidades e resistências que vão eclodindo numa força contrária, como a entrada das mulheres e das travestis na academia, negligenciando os parâmetros heterossexistas e machistas que ainda imperam na contemporaneidade.

Ampliar as leituras sobre os outros gêneros, atravessados pelas sexualidades e corporalidades, carregadas de uma filosofia moral e cultural, pode ser caminho que dissocie todos os eventos da vida humana à sexualidade que cataloga os sexos, as sexualidades, os corpos que, via discursos, inscrevem a sociedade burguesa, branca e heterossexual, de gêneros biológicos. Porque as corporalidades e sexualidades só ganham significados pelos discursos em contextos das relações de poder/resistência, sendo também organizações históricas entre esses dois dispositivos (BUTLER, 2015, p. 162).

Os códigos de inteligibilidade dos grupos não conseguem significar as pessoas que não se enquadram nessas catalogações e podem disparar “pânico racional” e, em sequência, “pânico moral”. Os órgãos sexuais não estão mais nas pernas e sim na consciência; logo, os corpos, como os gêneros, são também inventados, e as dinâmicas das relações sexo/gênero/corporalidades desenham atritos entre poder e resistência, pois, para Scott:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (1995, p. 92).

Os atritos nas relações são revistos no decorrer dos acontecimentos, nos corpos, nos desejos. Esses atritos são as desestabi-

lizações dos modelos de funcionamento “padrão”, o que excede às perspectivas dos corpos, que têm privilégios políticos socioculturais. É necessário quebrar as racionalidades humanas disciplinadas que engessam as potências de vida, que existem e estão circulando nos cotidianos contemporâneos, dando vazão para “os desvios dos desejos” (BUTLER, 2015, p. 182).

As disposições de muitas possibilidades de identificação das pessoas ampliam os marcadores identitários, precariamente e performaticamente estabelecidos, para agregar os modos desejantes das existências. Novas possibilidades que não se reduzem a uma única singularidade, inclusive biológica, neste caso exemplificadas pelas pessoas travestis. Então, a proposta que se quer afirmar, aqui, é a não natural, não essencialista, mas expressões de gêneros que estão sempre em processo e nada têm de compromisso com a categoria de sexo universal. Pois se trata “claramente de casos em que partes componentes do sexo não perfazem a coerência ou unidade reconhecível que é normalmente designada pela categoria do sexo” (BUTLER, 2015, p. 188).

Os reconhecimentos que avançam nas categorias unicamente sexuais, para garantir gêneros nômades viáveis, vêm ao encontro dos aspectos de contestação, subalternidade e resistência aos poderes biopolíticos, portanto constituintes de posições feministas. Continuam marginais por estarem em permanente luta e contestação aos aprisionamentos psicossociais, políticos e culturais na contemporaneidade. Estão em permanente guerra, pois, para Donna Haraway, “num sentido crítico, político, o conceito de gênero foi articulado e progressivamente contestado e teorizado no contexto dos movimentos de mulheres feministas pós-guerra” (2004, p. 211).

Negociar essas linhas de forças, de discursos, oscilando entre os gêneros biológicos, rompe com as condições imprescindíveis para alargar nossos modos de análise e significações das emergentes pessoas que transitam na sociedade, com seus gêneros híbridos e “não naturais”, inclusive, porque “gênero é um conceito criado para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta (HARAWAY, 2004, p. 211).

O recorte neoliberal que dispara os discursos machistas falocêntricos, que insistem em transitar nas relações de desejos, re-

flete uma economia capitalista para com estes. Delatar um desejo desviante desmancha a inteligibilidade dos aspectos binários de gêneros e sexualidades e cria estereótipos identitários que não negociam outras significações.

Os processos de transformação humana possibilitam fluxos de ir e vir, em tempos que não são fechados, únicos, nem com estruturas de modelos binários. São processos atravessados por muitos elementos cotidianos que não dão conta de padronizar identidades fixas. Pelo contrário, para além das marcas políticas, delineamentos estéticos dos corpos que vão expressando os muitos gêneros das pessoas.

Temporalidades, para as expressões de gênero, que rompem com as sincronizações das produções precárias das estéticas das vidas, dos corpos, das sexualidades. São novas contextualizações velozes das dinâmicas disponíveis e aceleradas que nos levam aos estados de permanente refazer temporal, processual, pois sempre estamos combatendo, desafiando uma estrutura sincronizada que fixa certas vias (BRAIDOTTI, 2000).

As questões que extrapolam as hegemonias classificatórias higienistas de algumas psicologias e suas práticas buscam colocar as pessoas em determinadas caixinhas de possibilidades, que ditam quais são os parâmetros que são permitidos e os que são tabus, intocáveis, nas perspectivas das expressões dos gêneros. Pois “uma das maneiras pelas quais o poder é ocultado e perpetuado é pelo estabelecimento de uma relação externa ou arbitrária entre o poder, concebido como repressão ou dominação [...]” (BUTLER, 2015, p. 167). Tais discursos hegemônicos circulantes no campo *psi*, em certas situações, podem patologizar tais estilísticas das existências e as práticas sexuais dessas pessoas que demandam, para essas sexualidades, libertações, ou o que chamou Butler de “autoexpressão autêntica” (2015, p. 167).

Nesse sentido, o que se pode fazer para teorizar várias contestações, que emergem, cotidianamente, nos processos das relações, é exigir novas significações sobre o que se validava para os diálogos sobre as pessoas, as corporalidades, gêneros e as várias sexualidades, práticas sexuais, que atravessam e estão atravessadas pelas humanidades. Essas relações, no entanto, são muitas vezes

marcadas por processos de estigmatização, em certas configurações corporais e das estilísticas das existências, dando manutenção aos padrões cristãos, brancos, machistas e sexistas, que há tempos perpetuam poder na história da sociedade brasileira.

Os próprios fluxos processuais das vidas vão direcionando quais são as premissas dessas contestações aos poderes heteronormativos instituídos. As resistências e artifícios usados para fazer valer o direito íntegro das vidas, das que escapam dos modelos binários essencialistas, com suas necessidades, desejos, erotismos, prazeres e nomadismos dos corpos e gêneros, *a priori*, posicionam-se subalternos.

São posicionamentos mais preocupados nas garantias dos direitos básicos e sexuais das pessoas que extrapolam os direitos universais. Tais direitos, que capturam outras intensidades das vidas, das corporalidades, dos gêneros, são revisitados e problematizados no sentido de atravessar os pecados, as culpas higienistas, que foram se estabelecendo como aceitáveis ou não para as estéticas e prazeres das vidas, dos sexos. Mesmo porque “a categoria do sexo pertence a um sistema de heterossexualidade compulsória que claramente opera através de um sistema de reprodução sexual compulsória” (BUTLER, 2015, p. 192).

Logo, pensar nesses gêneros emergentes é problematizar outras formas de constituição das corporalidades, das sexualidades e das práticas sexuais, que borram os binarismos, mulher e homem, ampliando as nuances dessas expressões, trazendo-as para os cenários das produções inteligíveis, via produções acadêmicas, que garantem outras formas de apresentar tais corpos e sexualidades, que se contemplam sem estarem colados nas perspectivas universalistas e essencialistas. E, ainda, “a recusa em tornar-se ou permanecer homem ou mulher marcada/o pelo gênero é, então, uma insistência eminentemente política em sair do pesadelo da muito-real narrativa imaginária de sexo e raça” (HARAWAY, 2004, p. 246).

São novos rumos que efetivam outras manifestações de vida tão válidas quanto as já garantidas na história até a contemporaneidade. São nômades estéticas que circulam, com corpos fluidos, flutuantes, desejantes, transbordando os parâmetros totalizantes, prontos, fixos e muito cruéis. Dessa maneira, discutir gêneros e se-

xualidades sem estabelecer os elos obrigatórios criados por tais dispositivos de controle torna-se importantíssimo para a manutenção da vida, mas não é tarefa fácil.

Os conhecimentos (discursos) que circulam a formação das pessoas, para além dos sistemas lógicos e estruturais da cognição, acabam por potencializar as categorias moduláveis de espaço, tempo, corpo e formação das travestis. Nesse sentido, ao apresentarmos uma possibilidade de gênero nômade, reforçamos nosso posicionamento político de dar visibilidade às subjetividades que atravessam as pessoas, os aspectos naturais e os psicossociais.

As experiências que fundamentam ou balizam os padrões cunhados discursivamente para reconhecer o caótico como componente das relações e expressões humanas demandam posturas mais amplas e despidas das limitações acerca dos próprios conceitos de formação das pessoas e os planos de intensidade dessa formação nas relações, que afetam todo o plano dos contextos do cotidiano e construção dos conhecimentos. Esses processos dicotômicos se valem dos empirismos relacionais, muito mais calcados de realidades constatadas pelo como a outra pessoa significa do que pelo como é significada. Nesse sentido, sexo e gênero se complementam, mas não são dependentes um do outro. Para Butler:

A tarefa de distinguir sexo de gênero torna-se difícil uma vez que compreendamos que os significados como marca de gênero estruturam a hipótese e o raciocínio das pesquisas biomédicas que buscam estabelecer o “sexo” para nós como se fosse anterior aos significados culturais que adquire. A tarefa torna-se certamente ainda mais complicada quando entendemos que a linguagem da biologia participa de outras linguagens, reproduzindo essa sedimentação cultural nos objetos que se propõe a descobrir e descrever de maneira neutra (2015, p. 190).

Problematizar essas diferenciações, discursos patologizantes e biologizantes trazem consigo as afirmações dos nomadismos possíveis, dos hibridismos nos corpos que relacionam esses hibridismos de maneira tranquila aos processos de conhecimento. É proporcionar autonomia para garantia de direitos amplos das pessoas que preconizam as demandas de grupos tidos como caóticos, marginais.

Afetar as significações em perspectivas democráticas requer ir para além das universalizações biologicistas e adentrar em planos que partem de corpos biológicos, que estão em contínuos processos de ressignificações, enviezados pelas relações nas diferenças; e não potencializando igualitarismos radicais que corroboram com as experimentações de situações para algumas pessoas cotidianas reguladoras, mas distinções possíveis de existir-se.

Os conhecimentos das ciências biológicas têm sua validade se dialogados com os de outras ciências na perspectiva de não dar manutenção às estruturas rígidas com elementos naturais como disparadores para o desenho das pessoas, por exemplo. Os acoplamentos estruturantes não são fixos e muito menos biologizantes de maneira negatizada, mas dando suporte para problematizarmos quais são as composições dos corpos e os atravessamentos que estes sofrem no processo de formação e transformação constante, marcados pela escolha de um gênero.

Os discursos, nesse sentido, obtêm potências nas determinações de quais são e como devem ser esses corpos, pois são corpos construídos nas relações e nos conhecimentos que se tem dessas corporalidades. Os significados perdem terreno para as interações e ações nas produções estilísticas e imagéticas das pessoas, logo, no sistema gênero/sexo/corpo. Os eventos que inscrevem esses três dispositivos demandam reorganizações nas produções sobre as prerrogativas discursivas unívocas, pois “os rearranjos estruturais ligados às relações da ciência e da tecnologia apresentam uma forte ambivalência” (HARAWAY, 2000, p. 89). Mesmo porque validamos, em nossas produções e posicionamentos políticos e éticos, toda e qualquer possibilidade de arranjos que resultem em felicidades, prazeres no viver e potências de vidas.

As ciências e as produções de conhecimento se entrecruzam nos cotidianos, e as relações dos gêneros estão inseridas nas dinâmicas corporais e sexuais contestando aspectos biológicos fixos universais. São gêneros nômades por trazerem os hibridismos, mas que, aqui, se somam, para além do sistema das tecnologias dos corpos das mulheres, em sistemas de processualidades e subjetivações que não têm no polo binário biológico suas únicas contestações. É nômade porque permite a criação (BRAIDOTTI, 2009).

Da mesma maneira que são produzidos gêneros que se desenham nas variadas expressões, neste caso, pinçado das estilísticas que foram historicamente excluídas das inteligibilidades das vidas, as travestis, cada vez mais visibilizadas nas emergências em ser feliz e em marcar problematizações sobre os gêneros que ampliam as noções de fixidez que levam sempre à noção de “representação binária do gênero” (SCOTT, 1995, p. 87).

Os rituais e “papéis” pré-determinados já no nascimento das pessoas ditam quais as possibilidades que são legítimas para as expressões e sexualidades abnegando qualquer outra possibilidade nessas outras expressões e estilísticas de vidas. Os gêneros que borram essas legitimações, que buscam de perpetuar os poderes biológicos instituídos, ficam à mercê de violências e discriminações em todas as esferas dos cotidianos.

E não é possível marcar as discussões sobre as expressões de gênero sem somar outras linhas de subjetivação, as sexualidades, que podem produzir as exclusões e privilégios para certos grupos dominantes. Logo, as classificações das sexualidades são resultantes desse jogo de poderes.

Sobremaneira, os nomadismos convidados para essas afirmações confirmam produções de gêneros que demandam novas produções discursivas e posicionamentos psicossociais éticos, pois

o sujeito nômade é um mito, ou ficção política, que me permite pensar sobre o mover-me através de categorias estabelecidas e níveis de experiência. Implícita na escolha desta figuração é a crença na potência e relevância da imaginação, da construção de mitos como um meio de sair da crise política e intelectual destes tempos pós-modernos (BRAIDOTTI, 2002, p. 10)

São posicionamentos de vida que, para além das viagens geográficas e planos de fuga da realidade, subvertem as convenções e contradizem as parametrizações contemporâneas que a sociedade vigente tenta capturar. Tal nomadismo permite renunciar aos gêneros apresentados em todas as etapas da vida, desconstruindo qualquer senso de identidade fixa, ou mesmo, “o nômade é semelhante ao que chamou Foucault de contra-memória, é uma forma de resis-

tir à assimilação ou homologação dentro das formas dominantes de representar a si próprio” (BRAIDOTTI, 2002, p. 10).

Mapear as travestilidades enquanto produções de gêneros nômades ultrapassa e desconstrói os machismos falocêntricos que sempre ditaram as regras e normas, inclusive das consciências, dando vazão às novas configurações precárias e subalternas de vidas que se posicionam contrárias aos aprisionamentos do falo ao gênero, porque as travestis são pessoas que se apresentam numa perspectiva de gênero feminina, mas não de mulher. E o mais desestabilizador para tais padrões machistas falocentricos é que essas pessoas se mantêm na feminilidade e, na maioria das vezes, com seus pênis, funcionais, diga-se de passagem.

São pessoas nômades ao trazerem e resistirem às dominações masculinas, não as negando e aproveitando as mesmas, em certos momentos e práticas da vida, que se empoderam de tal gênero justamente para garantir seus processos de subjetivação. É importante (re)afirmar essa flexibilidade, pois, como afirma Braidotti,

[...] reconcebir las raíces corpóreas de la subjetividade es el punto de partida para iniciar un proyecto epistemológico del nomadismo. El cuerpo, o la corporización del sujeto, no debe entenderse ni como una categoría biológica ni como una categoría sociológica, sino más bien como un punto de superposición entre lo físico, lo simbólico y lo sociológico (2000, p. 29-30).

São as somatórias processuais desses e de vários outros elementos que Rosi Braidotti nos apresenta, tomando, porém, a conceituação como ponto de partida nas discussões sobre o que é estar nômade e agregando, para o gênero da travesti, defendido, aqui, como nômade, possibilidades nunca fechadas e acabadas, mesmo porque o nomadismo “marca um conjunto de transformações, sem produto final” (BRAIDOTTI, 2002, p. 14).

Nesse sentido, as travestis rompem com certos aspectos dogmáticos e falocêntricos que procuram dominar as atividades do pensamento e fazem valer sua liberdade de posição fluida entre os universos femininos e masculinos, sem repugnar sua genitália, mas impondo a manutenção das feminilidades ao se apresentarem sem-

pre no gênero feminino, com suas belezas estéticas, arranjos corporais e práticas nada ortodoxas de relações sexuais.

Esses processos todos disparam contrassensos identitários, justamente por não fixarem ou colocarem limites para essas produções precárias de vidas. Ao se apoderarem de tais expressões de gênero, as travestis borram qualquer aprisionamento heteronormativo e escapam, ou buscam escapar, dos estigmas e estereótipos sempre alocados ao gênero feminino, como delicadeza, passividade e subordinação. São muitas linhas que vão atravessando essas expressões de vida marcadas pelas flutuações nunca acabadas, pois trazem nos corpos e nas diversidades móveis as possibilidades nômades sempre abertas à reconstrução (BRAIDOTTI, 2000).

Dessa maneira, as expressões nômades das travestis se apresentam mais livres de tais capturas finalizadas e dão outras possibilidades para ampliarmos o universo de referências sobre o gênero feminino que tem uma nova roupagem, estética e posicionamento de vida (somados às práticas sexuais mais democráticas) e que pode ir além dos padrões esperados, visto que suas precariedades permitem tais transgressões. Para as pessoas nômades, de acordo com Braidotti, “la consciència es una forma política a las visiones hegemónicas y excluyentes de la subjetividade” e, também, “la consciència nómade es también una posición epistemológica” (2000, p.59).

As travestis são pessoas que resistem aos aprisionamentos e vão abrindo caminhos para que suas vontades, desejos e estilísticas de vida sejam respeitados como são. Elas vão nos mostrando pistas de que a contemporaneidade vem dando respaldo para todos os modos de vidas e, por mais que se criem barreiras e estratégias para anular tais expressões, a vontade de viver das travestis recria outras para que darem respostas a tais poderes, porque agora falam em nome próprio (subalterno) e assumem seus posicionamentos de contestação por seus gêneros nômades (em vidas precárias). Logo, essas expressões de gêneros nômades disparam sexualidades dissidentes e corporalidades vibráteis que têm toda lógica, ou ilógica, para com suas estilísticas de vidas.

Referências

- BRAIDOTTI, R. Diferença e subjetividade nômade. *Labrys, estudos feministas*, n. 1-2, jul./dez. 2002.
- _____. *Feminismo, diferencia sexual y subjetividade nômade*. Barcelona: Gedisa, 2004.
- _____. *Sujetos nômades*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- _____. *Transposiciones: sobre la ética nômade*. Barcelona: Gedisa, 2006.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- _____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004.
- _____. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 2005.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



Naiara F. V. Castello

Bloco Que Loucura, Praça Costa Pereira, Vitória, 2014.

CORPOS, GÊNEROS E USO DE BANHEIROS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: A PRECARIIDADE DO DISCIPLINAR

*Alexsandro Rodrigues
Jésio Zamboni
Pablo Cardozo Rocon*

Buscamos, com este ensaio, colocar em cena e em discussão um debate que cada vez mais ocupa a arena pública e política, com intensidades e interesses os mais diversos, relativo aos corpos que se recusam a naturalizar o uso do banheiro nos espaços públicos com a coerência que se espera deles. Falamos de corpos que borram as normas de gênero, os modos habituais de existência, e que cada vez mais marcam presença nos espaços educativos. Por meio desses corpos, processos de exclusão, silenciamento, violência e extermínio são retrucados e interrompidos em sua produção de vidas que não importam. Esses corpos compõem forças coletivas em multidão que problematizam maneiras de viver.

Nosso foco se situa nos ideais de corpo e gênero constituídos como normas coletivas enrijecidas e naturalizadas. As experiências que aqui comparecem, especialmente as de pessoas trans (homens e mulheres) e travestis, operam como vertiginosos deslocamentos de emoções e racionalidades que nos dizem o que pode e deve o corpo em seu gênero. São, portanto, situações analisadoras da nossa experiência de humanidade, que nos forcem a pensar para além do instituído culturalmente. Interessa-nos discutir os comportados discursos pedagógicos, que se pretendem alheios e imunes às discriminações produzidas coletivamente, operando a manutenção do estabelecido. Partimos de uma fala que escutamos no cotidiano

de uma instituição educativa e que nos acossa a fim de pensarmos outras práticas.

Não sou preconceituosa. Longe disso! Mas querer banheiros sem gênero é demais. As estudantes não se sentem seguras. Nem todas as meninas ficam à vontade com um homem no banheiro. Eu mesma não ficaria confortável, ainda que fosse um homem gay. Onde já se viu uma coisa dessas? Não concordo. Sinto muito! (anônimo, informação pessoal).

Esse discurso nos interessa porque implica pensar os corpos-gêneros dissidentes e as vidas que escapam às prescrições. Poderíamos caracterizar essas vidas como precárias, por não gozarem de reconhecimento social que as legitime hegemonicamente (BUTLER, 2015). Esses corpos-gêneros abjetos, por não serem compreendidos como plenamente humanos pelas instituições educativas, não são considerados dignos de viver, são repelidos e dificultados em seus jeitos de existir. Na morte, essas vidas incompreendidas não são enlutadas, sua falta não é sentida, pois são tomados como corpos estranhos, que não deveriam habitar o mundo. Essas instituições, por sua vez, podem ser caracterizadas como amoladores de facas, por reduzirem o corpo-gênero dissidente a “pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva” (BAPTISTA, 1999, p. 46).

Como você sabe, sou um homem trans. Entro no banheiro masculino sem nenhum problema. Entrar não é um problema. O problema está no que se espera da performance de um homem com pênis para fazer xixi. Primeiro se espera que todos os homens precisem e queiram fazer xixi em pé e, de preferência, no mictório. Caramba, como assim? Nem todos os homens possuem pênis e nem todos os homens querem fazer xixi em pé, muito menos sob a mira dos olhares que disputam a masculinidade pelo tamanho do pênis. Outra questão são as portas! Como assim, nossos pés e pernas ficam a mostra? É uma privacidade pela metade. Não basta que os banheiros masculinos tenham divisórias e nos preservem. Não é só isso. Tenho medo de usar banheiros públicos por não me sentir seguro. Até com o barulho do xixi ficamos preocupados. Vamos ao banheiro juntos e usemos o

reservado. Fique atento ao barulho. Você faz xixi com um pênis e eu com vagina. Tenho que me esforçar muito para que o barulho de meu xixi fique parecido com o seu. O xixi pênis é diferente do xixi vagina (anônimo, informação pessoal).

A precariedade da vida resulta da vulnerabilidade decorrente da condição humana, que exige reconhecimento social. Nesse sentido, é preciso lembrar que qualquer humano ocupa esse não lugar, não é pleno de si como advogam a falocracia e o narcisismo que nos produzem como indivíduos. A humanidade é, então, um lugar precário, que expulsa e repele o que perturba a sua coerência a fim de mantê-la. Diante do ideal de humano, estamos todos sempre em dívida, faltosos e incompletos. Entretanto, apesar do ideal de igualdade que a humanidade instaura pela carência absoluta de reconhecimento, há um desnivelamento constitutivo desse ideal. O jogo identificatório implicado na configuração do humano produz boas cópias, baseadas na similitude, rejeitando os simulacros, as cópias desprovidas de semelhança. Os simulacros são a diferença insubmissa aos jogos de equivalência comparatória.

O simulacro é construído sobre uma disparidade, sobre uma diferença [...]. Eis por que não podemos nem mesmo defini-lo com relação ao modelo que se impõe às cópias, modelo do Mesmo do qual deriva a semelhança das cópias (DELEUZE, 2007, p. 263).

Os corpos-gêneros simulacros estão fora de lugar, desterritorializados, e ameaçam o ideal identificatório ao afirmarem a diferença em vez da igualdade, sendo também desterritorializantes. O risco é permanente.

A precariedade da vida talvez seja o único lugar comum, que nos une a todos. Nesse não lugar, precários, todos já estamos. “Afirmar que a vida é precária é afirmar que a possibilidade de sua manutenção depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas e não somente de um impulso interno para viver” (BUTLER, 2015, p. 40). A precariedade da vida nos relança ao problema da política, dos jogos de força que constituem a vida

coletiva. Como política, a precariedade da vida assume distintos arranjos. Podemos distinguir, então, ao menos dois modos de vida precária: a precariedade assente na condição faltosa dos humanos, unidos pela necessidade faltosa de identidade, e a precariedade de ser dos corpos-gêneros simulacros, que se furtam à falta em processos de diferenciação constantes. Entre esses dois polos da vida precária, oscilam os mais diversos posicionamentos. Em ambos, trata-se de maneiras de compor coletividades: seja pela reivindicação conjunta de reconhecimento, seja pelos cruzamentos díspares que as diferenciações promovem.

Não basta que os corpos-gêneros dissidentes sobrevivam pelos processos de normalização e se tornem invisíveis na universidade. Em virtude da fragilidade da instituição educativa, como de qualquer outra instituição enquanto produto histórico do humano, amplia-se a polícia moralista dos banheiros, preocupada em garantir a manutenção das estruturas de poder normativo sobre corpos e gêneros. Esses são os alvos principais das tecnologias de controle disciplinar distribuídas entre a população. O banheiro funciona como um dispositivo privilegiado para a regulação das práticas corporais e de gênero, foco estratégico dos poderes e das resistências que permeiam a vida coletiva. As ações atrevidas que arrombam as portas dos banheiros junto com nossas masculinidades e feminilidades instituídas produzem deslocamentos da normatividade, sem pretender garantias institucionais pelo estabelecimento de soluções derradeiras. Importa, sobretudo, a perturbação do instituído e a animação do movimento instituinte, produtor de normas outras (LOURAU, 2004).

Eu sempre estou preparada para o escândalo. Tenho medo de ser expulsa de um banheiro aqui na Universidade. Saio de longe e venho aqui no Centro de Educação para usar o banheiro feminino. Algumas alunas torcem o nariz e saem quando eu chego. Outras não estão nem aí e ainda dizem: “banheiro é banheiro e, se você é mulher, este é o seu banheiro”. Um dia ouvi o moço lá da portaria dizer: “ela é do Grupo de Estudo das Gays, por isso não falo nada. O professor já me deu uma bronca, quando fui reclamar que tinha uns travestis usando o banheiro das mulheres” (anônimo, informação pessoal).

A manutenção e expansão da vida, condicionadas pelas formações sociais e políticas nas quais vivemos, passam a depender do reconhecimento para se sustentarem. O sujeito moderno é produzido no jogo do reconhecimento como humano. Mas, de que sujeito falamos quando o ponto de partida do nosso questionamento é o uso do dispositivo banheiro? Trata-se da produção de sujeitos sexuados, marcados socialmente pela discriminação de gênero entre homens e mulheres, resultando no sexismo falocrático que considera o feminino como cópia degradada do modelo humano. A divisão entre homens e mulheres é fundante do ordenamento social (GUATTARI, 1987). A divisão entre banheiros masculinos e femininos reitera essa produção política do sistema sexo-gênero. A democracia ocidental moderna, estabelecendo-se pelo discurso de igualdade do gênero humano, construiu-se segregando e hierarquizando, a partir do padrão de humano – macho, branco, heterossexual, cristão, reprodutor –, mulheres, negros, homossexuais, dissidentes religiosos. Diante dessa situação em que nos encontramos, é possível perceber a precariedade da vida no uso que fazemos dos banheiros públicos? Em que consiste a precariedade das vidas que questionam as normas estabelecidas de sexo-gênero regulando os corpos? Essas vidas precárias e problematizantes do cotidiano educacional desejam espaços nos quais caibam todos os corpos e gêneros dissidentes e desviantes da política da vigilância sexista?

“Ah, é você. Você pode usar o mesmo banheiro com a gente. Você é gay!” Só que a gente nunca sabe quem é gay e quem não é gay. Tem estudantes que não são gays e se fazem de bobos e querem entrar no banheiro feminino. Ai não dá, né, professor? Por isso, a gente fica atenta. Uma coisa é ter gay, travestis e mulheres trans no banheiro com a gente. Outra é ter os babacas de plantão que não compreendem que as nossas convicções são para os que não são bem-vindos nos banheiros masculinos. Na verdade, professor, queria usar todos os banheiros aqui da Universidade e me sentir segura. Tenho que ter direito de dignidade em todos os banheiros (anônima informação pessoal).

Quais as vidas importam na universidade quando certos espaços dividem, separam e impedem os acessos para somente al-

guns? A persistente manutenção do estabelecido quanto ao sistema sexo-gênero está distribuída nos variados espaços da universidade. Enquanto a lógica sexista permanecer, as incoerências de corpo e gênero continuarão a ser segregadas nos espaços públicos. Não somos considerados dignos de usar e de compartilhar com outros corpos-gêneros os mesmos banheiros. Somente os iguais, aqueles reconhecidos como humanos, podem usar os mesmos banheiros. E aqueles que não são considerados humanos, nessa lógica, não precisam de banheiros! Se não podem usar os banheiros, condição mínima de dignidade em nossas sociedades, não podem mais nada. O ânus, especialmente, é decisivo na produção da organização social, pois “expressa a privatização mesma” em oposição ao falo público (HOCQUENGHEM, 2009, p. 72, tradução nossa). Aquelas que ousam transgredir as fronteiras que ordenam o público e o privado, estabelecendo lugares legítimos e ilegítimos para as práticas, são sistematicamente desconsideradas em sua humanidade. Assim, a norma cumpre sua função hegemônica nas sociedades modernas: incluir para segregar. Fruto de muita luta, conquistou-se, pelos processos de judicialização da vida, o direito ao nome social em diversos estabelecimentos educativos, sobretudo nas universidades públicas. Mas o nome social basta quando todas as estruturas das universidades, seus pensamentos e suas práticas, permanecem as mesmas? Uma das primeiras portas que se fecham no precário reconhecimento judicial dos modos de existência que questionam o sexismo de Estado são as do banheiro.

Você sabe, né! O banheiro é um lugar que precisa ser muito vigiado, principalmente o dos meninos. Já vi coisas acontecendo que até Deus duvida. Banheiro não é lugar para sexo. Já peguei estudantes fazendo algumas coisas que tive que intervir e chamar até os seguranças. Vocês, gays, tem hora que perdem a noção do que é certo e do que é errado. De vez em quando, vem aluno pedindo para que a gente tome providências, que estão sofrendo assédio por viado no banheiro. O negócio é feio! Mas eu sei que nem todo gay é assim. Tem uma minoria que não são dignos de respeito pelo simples fato de não respeitarem o outro. E, aí, querem falar que é homofobia. Tudo vira homofobia (anônimo, informação pessoal).

Muitas coisas acontecem nos banheiros! Em meio a isso, que faremos? Não desejamos resolver, dissolver e escamotear o problema com um terceiro banheiro para os transgressores. É preciso sustentar o problema em seu incômodo ao normalizado. A ideia de um terceiro sexo, relativo à homossexualidade, já se revelou desastrosa por reforçar o sexismo segregacionista. Não desejamos banheiros que reafirmem o gueto e o *apartheid* sexual. Esse rumo nos parece desastroso. Por outro lado, cabe destacar que não se trata de apelar a uma homogeneização absoluta, que desmonte completamente as formações de gênero e as diferenciações ou singularizações dos modos de existência, pois isso também seria uma maneira de recusar o problema. A invasão e a habitação dos banheiros sexistas pelas posições transgressoras do modelo humano visam à produção e circulação social de novas maneiras de viver, à invenção de novas normas genéricas que escapem àquelas padronizadas e estereotipadas.

Fiz o curso de educação física e tive que tomar banho com colegas de turma após aulas práticas. Na maioria das vezes, nunca acontecia nada demais, mas já rolou de alguém ficar desconfortável porque “tinha uma bixa no meio dos machos”. Eu ficava linda, maravilhosa e divando, porque não sou obrigada a nada. Eu sempre conversava com meus colegas sobre sexualidade e eles diziam aprender muito tendo acesso a alguém que falava de forma tão aberta e tranquila sobre o tema. Acho que minhas experiências em banheiros, na universidade, foram politicamente afirmativas (Júnior Feltz, informação pessoal).

Na precariedade da vida, os corpos que transbordam as fronteiras definidoras da existência humana deslocam as normas vigentes, questionando-as com seus posicionamentos. Tais corpos divergentes abrem sendas de possibilidades inusitadas para a vida, disparam movimentos de invenção de outras maneiras de viver, sofrendo o risco de não serem considerados em sua existência por não serem reconhecidos de acordo com o padrão. Os corpos-gêneros que fissuram a normalidade estão constantemente ameaçados de desaparecer, sobretudo nos meios educativos que se propõem a modificar os sujeitos a partir de esquemas predeterminados. Os corpos

e gêneros das pessoas inconformadas com a fôrma da heteronormatividade, ao perseguirem a longevidade escolar, vêm provocando nos estabelecimentos que materializam a instituição educativa diversas inquietações no que diz respeito aos processos pedagógicos disciplinares e normativos que a modernidade nos ensinou para os usos dos espaços.

Não é um depoimento sobre o uso do banheiro em específico, mas na UFMG tem um caso curioso. Como quase toda universidade pública, é comum que falte várias coisas nos banheiros, papel e sabão são colocados no início do dia e dificilmente são repostos. Não há muita manutenção dos banheiros ao longo do dia além da limpeza diária. Se algo estraga, costuma ficar assim por um bom tempo. Mas, certo dia, um grupo de pessoas resolveu pegar as plaquinhas de gênero dos banheiros e inverter. Obviamente isso gerou algumas confusões. Pessoas habitualmente entram no banheiro da direita ou da esquerda e já sabiam que aquele era o “seu”. Com a troca, pessoas de diferentes gêneros se esbarraram nos banheiros e isso gerou um pequeno choque. O curioso é que o pânico dos banheiros é tão grande que nunca se viu uma reação tão rápida por parte dos funcionários: no mesmo dia, as plaquinhas foram arrumadas. Ninguém sabe direito como, se a direção foi avisada ou se os funcionários tomaram iniciativa, mas em questão de poucas horas todas as placas já estavam “no lugar”. Um esforço coletivo de uma agilidade ímpar. Nada na Fafich [Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas] é arrumado tão rápido quanto o gênero dos banheiros (Thiago Coacci, informação pessoal).

A ocupação e vivência dos espaços – especialmente dos banheiros, que marcam explicitamente segregações que atravessam a distinção entre o público e o privado, o pessoal e o político – torna-se meio de resistência nas relações de poder. No ocupar, iniciam-se disputas com nossos corpos e gêneros, acionando uma política como luta pela vida no coletivo. Aprendemos desde crianças, na escola, que é de bom tom e forma de proteção do que se toma por sagrado no corpo, daquilo que se considera inviolável, mover-se apenas dentro do seu quadrado, cada corpo-gênero em um banheiro predefinido discursivamente. Dessa maneira, o meio educativo torna-se um lugar de vigilância e preservação das normas por meio do controle e conformação dos corpos. O banheiro nas escolas e nas

universidades pressupõe saber quem somos nós, mas essa pressuposição opera-se pela ritualização das práticas que criam a ilusão de que sempre fomos isso ou aquilo.

Banheiro masculino é uma verdadeira afirmação da masculinidade e heterossexualidade. Alguns caras não têm a coragem de abaixar as calças ou lavar a mão. Tais atos são, no mínimo, uma diminuição da noção de macho. Primeiro porque há a necessidade de mostrar que vai “sacar” sua arma mais poderosa e o segundo é porque a higiene é vista por muitos como coisa de “veadinho”. Portanto, fazendo isso, você automaticamente é incluído num grupo que não quer pertencer. Já vi também muitos homens se assustando e se afastando do espelho quando outro cara chega. Espelho não serve pra macho! Ah, a conversa entre homens também é algo extremamente limitado. Homem só conversa da porta do banheiro pra fora (Maycon Bernardo, informação pessoal).

Na universidade pública brasileira, pode-se presenciar uma série de ações que (des)mobilizam a ritualística da naturalização dos corpos-gêneros. Grupos de estudantes, produzindo práticas dissidentes, frequentam os banheiros em divergência com os tradicionais códigos de conduta da masculinidade e da feminilidade. A fissura se expande, a divergência em relação aos códigos conduz à radicalização do questionamento, e a divisão tão óbvia dos sexos passa a ser questionada diretamente quanto ao uso do banheiro. Os corpos-gêneros divergentes já não aceitam frequentar o banheiro que aprendemos ser construídos conforme um corpo específico, desde sempre determinado naturalmente.

No último Enudsg [Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e de Gênero], estava tendo uma mesa, acredito que no espaço chamado de auditório da universidade. Foi onde ocorreram as mesas do evento. No primeiro dia, não tinha segurança nas portas do banheiro, mas no segundo dia tinha. Quando fui usar o banheiro, ao tentar entrar no banheiro feminino, acostumado por não ter divisões em eventos do tipo, a segurança que estava na porta disse que aquele era o banheiro feminino. Perguntei para [ela] quem tinha dito aquilo e ela, inocentemente, disse que sempre foi assim separado, banheiros para homens

e mulheres. Quando perguntei quem disse isso, acredito que ela deve ter pensado que eu vim de outro mundo, por nunca ter visto banheiros divididos. Expliquei pra ela que, em eventos de gênero e tal, os banheiros não são separados por gênero, e usei o banheiro masculino. A inocência e gentileza daquela jovem/senhora me encantou. Vou lembrar sempre desta situação (Patrick Scherzinger, informação pessoal).

O corpo nos trai e se trai. Nunca é o que pensamos que ele seja, pois o corporal não corresponde nunca exatamente ao incorporeal (DELEUZE; GUATTARI, 1995), o discurso não enquadra completamente os corpos. Por isso, a política identitária hegemônica é equívoca e sempre precária, pois os ideais que buscam identificar corpos e gêneros jamais encontram correspondência absoluta. Em relação à visibilidade dos corpos, aquilo que o corpo mostra ou o que se pode ver dele, produzem-se dizibilidades que engendram ordenamentos das relações. Espera-se que a visibilidade dos corpos se adeque aos discursos de sexo-gênero que ordenam os espaços. Contudo, a precariedade dessa adequação é patente no pânico que anima o controle e a vigilância dos corpos, constantemente passíveis de escapar ao esperado. Dessa maneira,

[...] as identidades podem ganhar vida e se dissolver, dependendo das práticas concretas que as constituem. Certas práticas políticas instituem identidades em bases contingentes, de modo a atingir os objetivos em vista. [...] O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalisão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor (BUTLER, 2015, p. 37, grifo da autora).

A liberdade como exercício político de resistência aos jogos de poder e saber definidores do que somos configura-se em uma série de práticas de si, biorresistências que jogam sem cessar com o corpo-gênero e a identidade como precários. A precariedade é o fio da navalha. Por isso, há a necessidade de pensarmos políticas pro-

visórias, apoiadas em contingências históricas, em vez de recorrer à ideia de fundamentos eternos. A luta por direitos, pela reconfiguração das normas de Estado, é apenas a contrapartida de uma política que extrapola os espaços delimitados, que afirma como integralmente política, luta incessante por inventar-se.

Ao tomarmos o sexo e o gênero como precários, é preciso considerar a complexidade das relações de poder que nos conformam, uma vez que “o sexo não se julga apenas, administra-se” (FOUCAULT, 2014, p. 27). As práticas de administração entre o público e o privado distribuem e organizam os corpos, suscitando e regulando desejos em torno da ordem. O banheiro é um dos espaços cruciais nesse jogo regulatório. Pode-se observar como ele transitou, em nossas sociedades, cada vez mais do espaço público para espaços fechados e vigiados. De lugares onde se vê pouco, como os quintais e os fundos das casas, lugares de sombra e perigo, o banheiro transferiu-se para o centro da casa familiar, das escolas e de outras instituições de controle da população. Os banheiros públicos estão hoje praticamente extintos, sobretudo aqueles localizados em espaços abertos como ruas e praças. Há um intenso pânico de que, em torno do penico público, forças coletivas se agenciem para desviar o uso programado do banheiro pelo Estado e, junto com ele, as formas estabelecidas de sexo-gênero. A partir do século XIX, formas de governo são constituídas orientando-se para a formação de uma sexualidade sadia da população por meio de variadas estratégias funcionando em redes de poderes capilares. Em torno do dispositivo da sexualidade, uma série de práticas se engendram focando especialmente a infância e sua educação.

A separação entre adultos e crianças, a polaridade estabelecida entre o quarto dos pais e o das crianças (que passou a ser canônica no decorrer do século, quando começaram a ser construídas habitações populares), a segregação relativa entre meninos e meninas, as regras estritas sobre cuidado com os bebês (amamentação materna, higiene), a atenção concentrada na sexualidade infantil, os supostos perigos da masturbação, a importância atribuída à puberdade, os métodos de vigilância sugeridos aos pais, as exortações, os segredos, os medos e a presença ao mesmo tempo valorizada e temida dos serviços,

tudo faz da família, mesmo reduzida às suas menores dimensões, uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentadas e móveis (FOUCAULT, 2014, p. 51-52).

O banheiro, com sua lógica binária e sexista, é continuidade de uma maquinaria de poder que privilegia a família monogâmica e heterossexual como mantenedora do sistema de regulação do corpo-gênero. Aparelho privilegiado no regime disciplinar moderno, junta-se a ele todo um discurso normativo sobre os corpos-gêneros sexualizados, que são distribuídos de forma desigual nos espaços. O banheiro, dispositivo arquitetônico e maquinaria disciplinar do poder panóptico, é um elemento paradoxal nas formações de poder contemporâneas. Esse paradoxo consiste em que, na mutação do poder disciplinar em poder de controle contínuo e modulatório privilegiando espaços abertos (DELEUZE, 1992), o banheiro, em vez de seguir a onda da serpente e multiplicar-se em espaços abertos, afunda-se com a topeira disciplinar na lógica da restrição. Contudo, é preciso notar que essa mutação está em curso e a crise que se instala em relação ao uso dos banheiros acompanha a crise dos meios disciplinares, o que indica a emergência de novas formações de poder com seus perigos de dominação. Mas recuemos um pouco em nossa discussão e detenhamo-nos no dispositivo panóptico para esmiuçarmos os banheiros em sua problemática. Então, como isso funciona?

O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente [...] [em] um estado permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. O panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto [...], pois automatiza e desindividualiza o poder. [...] Há uma maquinaria que assegura a dissimetria, o desequilíbrio, a diferença. Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. [...] O panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia (FOUCAULT, 1987, p. 166-167).

Os indivíduos produzidos nessa lógica são incitados a exercer o poder disciplinar, fazendo-o funcionar por vigilâncias, repressões e punições cotidianas. O poder se encontra capilarizado nas instituições, valores e normas, criadas pelos humanos e que se atualizam nas práticas as mais diversas. A aplicabilidade do poder é situacional ou circunstancial, pois o poder não está separado das práticas do dia a dia, das diversas e precárias relações nas quais os humanos se inventam. O dispositivo panóptico nos ensina constantemente a nos vigiarmos, vigiando a si próprio e ao outro. Vigiem os anormais, os estranhos e os que estão fora da norma! Vigiem as bichas loucas, as sapatões enfezadas, as histéricas mentirosas, os bandidos irrecuperáveis, as travestis petulantes, as trans e os trans desajustados, etc.! Elas são perigosas... para o que ou quem?

Na distribuição desigual da população nos espaços públicos e privados, o banheiro opera sua função primeira como dispositivo produtor de privacidade e individualidade. Esses produtos, entretanto, estão marcados nos espaços públicos pela vigilância constante: os banheiros de uso coletivo são, de modo geral, compostos de maneira que se possa vigiar e controlar o que se faz dentro deles. Expondo aqueles “que perdem a noção” e “que não são dignos de respeito” à vigilância constante e à eventual sanção disciplinar, os corpos-gêneros coerentes com o padrão esperado poderão sentir-se seguros em sua precária (in)segurança. Os banheiros, antes de nos esconderem e garantirem privacidade, cumprem o papel de dizer o que vamos nos tornar, de ordenar nosso comportamento e determinar o que devemos ser e o que não devemos ser. Por isso, tornaram-se comum nos banheiros das universidades frases preconceituosas, xingamentos e violências favoráveis ao extermínio das subjetividades dissidentes, das vidas que habitam o banheiro de outras maneiras.

Por ser homossexual, nunca me senti completamente à vontade em qualquer banheiro masculino. Só o meu jeito não heteronormativo de me vestir já causa olhares de repulsa e desprezo (Luis Felipe Spessimilli, informação pessoal).

Não se esqueça de levar em consideração os discursos de ódio grafados nas portas e paredes dos banheiros das universidades. Na falta de coragem de expor suas opiniões de

maneira direta, parte da comunidade universitária prefere manifestar suas opiniões em forma de desenhos e textos, de forma anônima, quando estão cagando (Meg M. Rayana de Oliveira, informação pessoal).

Quando comecei a namorar, de vez em quando ia no banheiro com meu namorado e trocávamos uns beijos. Um dia estávamos ficando dentro de uma cabine individual e quando vimos na porta do banheiro tinha escritos para matar os homossexuais, para agredir com lâmpadas, etc. Percebi então que, enquanto alguns usavam os banheiros para espalhar o ódio, nós usávamos para nos amar (anônimo, informação pessoal).

A vigilância panóptica é insidiosa, inclusive na universidade. Desde o corpo-gênero da criança, pelos processos de escolarização, tornamo-nos alvos de uma atenção redobrada. Salvemos as crianças! Essa vigilância é a que prossegue na educação universitária. Consideremos os colégios do século XVIII. Vistos globalmente, pode-se ter a impressão de que neles, praticamente, não se fala de sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização escolar: o espaço da educação trata continuamente do sexo. O pensamento da educação moderna está marcado, fundamentalmente, pelo controle e vigilância constante da sexualidade na criança (SCHÉRER, 1983). Os construtores da escola moderna pensaram em sexo constantemente, obcecados pela sua presença entre as crianças, e explicitamente, demonstrando sua proposta de controle da conduta infantil, atentando-se sobretudo para os aspectos da sexualidade. As autoridades educativas modernas se colocam em um estado de alerta perpétuo, reafirmado sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas e pelo jogo de punições e responsabilidades. O espaço da sala de aula, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças nas primeiras escolas modernas (FOUCAULT, 2014, p. 31). Portanto, a instituição da educação moderna concentra-se no controle e na formação da sexualidade, sua grande preocupação no trato com as crianças. Nessa lógica, as nossas universidades pros-

seguem perpetuando a caça às bruxas. Quem são elas? Quem caça? Para onde vamos quando os estudantes das universidades exigem repensar os espaços dos banheiros e a distribuição desigual dos corpos-gêneros que não se conformam?

[...] admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdades; se admitirmos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOURO, 1997, p. 85-86).

Nota sobre a produção deste ensaio

Nossa escrita é entrecortada por enunciados diversos de pessoas que habitam e constroem a universidade pública no Brasil, nos dias de hoje, questionando o uso normalizador dos banheiros em suas condutas. São experiências compartilhadas conosco e que povoam, provocando, nossa escrita entrelaçada a diversos acontecimentos analisadores da educação, especialmente nas universidades. Essa presença de uma multidão de gente que pensa conosco os dispositivos de controle da vida puxa muitos fios problemáticos que tentamos costurar de alguma maneira nesta feitura de texto. Procuramos evitar a sobrecondição desses outros discursos, a interpretação acadêmica que subjuga os dizeres diversos à pretensão discursividade científica. A aposta se faz na construção de interferências mútuas, para que possamos inventar uma educação como exercício de liberdade, pervertendo seu sentido de controle e vigilância dos seres sexuados. Os fragmentos de memórias que aqui aparecem

são contribuições que surgiram por provocação feita em redes sociais da internet. Os autores das informações pessoais autorizaram a exposição dos seus nomes, tal qual exposto nas redes sociais, de modo a associá-los aos seus ditos. Somente um dos autores solicitou anonimato. Esta foi a questão disparada por nós publicamente a fim de convocá-los à conversa sobre os banheiros:

Questões de gênero e sexualidade na Universidade. Amadxs, estou escrevendo um artigo sobre uso de banheiros e seus efeitos sobre e no corpo/gênero. Alguém gostaria de deixar seu depoimento como fio para as minhas/nossas reflexões? Prometo garantir anonimato para aqueles que assim desejarem. Minha intenção é trançar histórias que conheço/presenciei/senti com as de outras pessoas e seus impactos no que diz respeito ao acesso, permanência, sucesso e dignidade das pessoas. Não só as mulheres trans, homens trans, travestis, mulheres, afeminadas e as bichas têm histórias a contar. Os meninos... têm muito que nos dizer sobre produção e afirmação de masculinidades! Não podemos esquecer que os banheiros afirmam coisas, é um lugar onde se estabelecem relações de poder. Quem se habilita com pequenos flashes e fragmentos de memória do já vivido? 3, 2, 1... Ansioso pelos comentários, fragmentos, flashes, close e laçação.

Referências

- BAPTISTA, L. A. dos S. *A cidade dos sábios*: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra*: quando a vida é possível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015
- DELEUZE, G. *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia, vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1*: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular*: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HOCQUENGHEM, G. *El deseo homosexual*. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2009.

- LOURAU, R. *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SCHÉRER, R. *La pedagogía pervertida*. Barcelona: Laertes, 1983.



Protesto contra a Vale e o crime em Mariana e no Rio Doce,
Vitória, novembro de 2015.

CORPUTOPIAS: FOUCAULT VAI AO CINEMA

Mateus Dias Pedrini
Hugo Souza Garcia Ramos

Introdução: os créditos iniciais

O corpo se constituiu ao longo dos séculos por diversas culturas e sociedades como um importante meio de discussão, estudo e investimento na obtenção de respostas para um espaço que, paradoxalmente, nos parece familiar e estranho ao mesmo tempo. Para além de uma máquina determinada pelo biológico, os corpos se constituem por discursos, instituições e corporeidades, sendo que a relação entre o natural e o social contribui fortemente para tal constituição (VILLAÇA, 2009).

Investir no corpo é também articular uma série de fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais inscritos em um único espaço. É importante lembrar que o ser humano é multidimensional, atravessado por várias complexidades onde não existe um corpo natural, final ou acabado, mas que está de certa forma em (des) construção. Para Judith Butler, “o corpo é, de algum modo e mesmo inevitavelmente, não limitado – em sua atuação, em sua receptividade, em seu discurso, seu desejo e sua mobilidade” (2015, p. 84). Sendo assim, um corpo aprende com o mundo, registrando com ele suas experiências vívidas e vividas.

Ao longo de nossos anos de estudos e pesquisas no espaço acadêmico, percebemos na figura de Michel Foucault um importante interesse pelo corpo em vários momentos de seus trabalhos. Desde aqueles construídos na obtenção de práticas mais eficientes e menos dispendiosas, até as resistências afirmadoras de outras formas do viver, Foucault analisa um espaço de investimento político e social, que realiza e inscreve com ele várias práticas nos modos de viver. É pelos poderes que se instalam no corpo que percebemos a constituição de tecnologias que não se encontram presentes em uma instituição específica, mas que se fazem junto com nossas práticas do dia a dia, construindo modos de subjetivação, formas de ser e estar no mundo.

Como o próprio Foucault (1985) nos conceitua, as produções do corpo acabam por constituir relações de poder em que forças e apostas políticas do coletivo produzem processos em que todos os envolvidos neles estão fazendo redes de saberes, verdades, constituições, determinações de práticas, pensamentos e modos de vida. Não é possível afirmar que alguém ou algum grupo específico detenha o poder, pois se trata de um exercício que se dá numa multiplicidade das relações de forças, capazes de formar cadeias e sistemas, defasagens e contradições. As técnicas de domínio e eficiência do corpo só puderam ser efetivadas ao longo dos séculos pelos investimentos políticos realizados com o poder, como hospitais, escolas, quartéis, entre tantos outros espaços que produzem movimentos desejantes no corpo, um lócus de produção de vidas mais possíveis do que outras.

Contudo, o mesmo poder que proíbe, controla, limita, impede vários modos do viver parece também fazer acontecer processos outros de descontrole, produção de novas existências, confrontos e desconfortos a partir daquilo que já se encontra como dado, natural, imutável. O poder impede, mas também cria brechas, espaços, momentos e práticas indagadoras da constituição dos corpos, e é neles que encontramos momentos de potência, pois “lá onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1985, p. 91). É dessa forma que o autor nos destaca a importância das utopias com o corpo, já que encontramos nele um espaço do qual irremediavelmente estamos condenados a fazer parte, produzindo utopias que permitem

que ele aconteça de algum modo, que vá para outros lugares possíveis de serem habitados (FOUCAULT, 2013).

Afirmamos, portanto, as utopias do corpo... ou, melhor, as *corputopias*, pois para experimentar uma utopia é preciso ter, ser e viver nele. Na divisão corpo-alma, purificamos este último componente em detrimento do primeiro, que é considerado como fraco, errante, imperfeito. Mas um *corputópico* é penetrável e opaco; é fechado e aberto ao mesmo tempo; é visível, mas também tem muitos outros processos invisíveis, apostando em uma nova linguagem enigmática que não busca revelar-se, mas que se indaga, produz diferenças e questiona suas possibilidades e limites. As *corputopias* são saídas de si na inventividade de possibilidades, pois, já dizia Louro (2004, p. 13), “o que importa é o andar e não o chegar. Não há um lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto”.

Michel de Certeau (1994) nos diz que o cotidiano é o lugar das utopias, pois é nele que se fazem acontecer as miúdas resistências daquilo é imposto aos sujeitos, sendo capazes de produzir negociações e territorializações nunca antes imagináveis. O cotidiano tem suas áreas de escape em que podemos produzir bricolagens, outras vias a partir daquilo que nos é esperado. Atentar-se ao cotidiano é um modo de entender as artes e usos daquilo que é imposto a nós. Sendo assim, eles também são desenhados na nossa relação com o cinema e as artes, ferramentas de produção com a vida em que nossos corpos não são meros receptores de imagens, sons e histórias. Somos autores, atores e protagonistas daquilo que nos propomos a assistir ao comprar o ingresso para um filme.

O que nos propomos neste texto, portanto, é dialogar com Foucault os vários processos de produção dos corpos a partir de suas discussões a respeito de sociedade de controle, docilização dos corpos, biopoderes, biopolíticas e cuidado de si. Para isso, utilizaremos em nossas análises obras cinematográficas que cruzam, dialogam e potencializam com o pensamento do filósofo. França (2007) nos lembra da arte como um “processo de subjetivação num campo de diferenças onde se desdobram as questões: o que podemos conhecer, o que podemos fazer, e finalmente, quem somos nós?” (p. 119). Assim, as experiências cine-

matográficas podem criar um espaço e um tempo em que se constituem novas modalidades de sujeitos, vidas, modos do pensar e do viver, o que inclui os próprios modos de criação, invenção, monte e desmonte dos corpos. Assim, a percepção cinematográfica é um processo que envolve também o corpo (SHAVIRO, 2015), pois ela não pode se resumir a uma questão de conhecimento: é preciso inseri-lo com seus elementos de dor, prazer, excitação, espanto, “frio na barriga”, pelos arrepiados, entre outras sensações que só o cinema pode nos oferecer.

Portanto, prepare a pipoca e acomode-se na cadeira. Foucault já está em cena e vai discutir conosco os filmes *Nascido para matar* (1987), *Tropa de Elite* (2007), *Alcatraz: fuga impossível* (1979), *Amadeus* (1984), *Metrópolis* (1927), *Selma: uma luta pela igualdade* (2014) e *Frankenstein* (1931).

Primeiro ato: produzidos para matar

Sou o sargento de artilharia Hartman, seu instrutor. A partir de agora, só falarão quando forem chamados. A boca imunda de vocês só deve dizer “senhor”. [...] Se as senhoritas sobreviverem ao treinamento, se tornarão armas letais, sedentas de guerra. Mas, até lá, vocês são vômitos! As mais baixas formas de vida na Terra. Nem sequer são humanos! Não passam de desorganizados pedaços de merda! Por ser severo, me detestarão. Mas, quanto mais me odiarem, mais aprenderão. Sou severo, mas justo. [...] Aqui são todos igualmente inúteis!

É assim que somos apresentados ao Sargento Hartman no filme *Nascido para matar*, um militar que precisa preparar um grupo de jovens para serem enviados à guerra do Vietnã. Nos mais de 40 minutos de primeiro ato do filme, Hartman utiliza-se de uma série de artifícios para transformar os corpos dos fuzileiros em máquinas de combate: todos os fuzileiros precisam dar um nome de uma mulher para seu fuzil e dormir com ele durante várias noites; caso alguém cometa algum erro durante o treinamento, todos os outros devem pagar pelos erros dessa pessoa; no campo de treinamento, Hartman grita no ouvido dos fuzileiros para que não desis-

tam. Sempre que possível, o sargento humilha o recruta Leonard Lawrence, provavelmente a figura que mais sofre com o treinamento: acima do peso e desajeitado, ele é perfeito para que o general grite em seus ouvidos até querer desistir do treinamento.

O que Hartman busca é a docilização dos corpos dos fuzileiros, ou seja, produzi-los de modo que seja possível torná-los úteis ao Estado, transformá-los e aperfeiçoá-los na realização de práticas mais eficientes e que atendam a especificidades de regimes estabelecidos pelas mais variadas instituições (que, no caso do filme, se foca na instituição exército e a produção de suas máquinas de guerra). A docilização dos corpos se dá pela disciplina, em que são produzidas uma série de mecanismos de controle minucioso do corpo e suas operações, realizando a sujeição de suas forças para impor uma relação de docilidade e utilidade. A disciplina faz uma arte do corpo capaz de aumentar suas habilidades, tornando-o obediente, útil, uma anatomia política que estabelece a realização de desejos dos jogos de poder. Não basta desmontar o corpo para sua docilização, pois é preciso remontá-lo, torná-lo operacional.

Não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Tais fatores fazem das disciplinas com suas táticas políticas de guerra uma estratégia que exerce controle dos corpos e das forças individuais de viver. O controle do tempo, a busca dos exercícios menos dispendiosos, a decomposição, serialização e recomposição de todas as partes de um objetivo a ser alcançado, tudo isso no poder disciplinar busca produzir uma docilização que não é apenas mecanizada nas ações do corpo, mas aprendida e (re)produzida. O tempo é um fator de importância nessa construção, pois se cria uma relação com ele que também é disciplinar, com uma série múltipla e progressiva de pedagogias analíticas que criam corpos mais próximos à produção de desejos determinados e uma relação com o tempo mais evolutiva, aperfeiçoante de fazeres (FOUCAULT, 1987).

Um outro momento que exemplifica os modos de funcionamento do poder disciplinar está no filme *Tropa de Elite*, quando o comandante Antunes diz aos alunos recém-chegados do Curso de Formação do Batalhão de Operações Especiais:

Os senhores chegaram até aqui pelas suas próprias pernas. Ninguém, absolutamente ninguém os convidou. E nenhum dos senhores é bem-vindo aqui. Preparem suas almas, porque os seus corpos já nos pertencem.

As disciplinas e coerções, ao atuarem no corpo, fazem dele uma posse da instituição na qual se encontra presente, sendo preparado por ela para não reclamar, não negar, não fazer diferenças, mas simplesmente aceitar, obedecer, economizar práticas dispendiosas e produzir uma economia no corpo. Sendo assim, a “alma” é a única coisa que resta para esses sujeitos.

Para Hartman e Antunes, assim como outras figuras de autoridade, o que importa é a humilhação, pois é com ela que os jogos de poder disciplinar se efetivam, produzindo um corpo outro mais desejável, mais esquadrinhado aos desejos da instituição. Toda figura de punição vai demarcar um controle social sobre o corpo, variando historicamente, mas sempre tomando-o como objeto central de relações de poder. Os modos militares de coerção e disciplina, aos quais Foucault muito se refere, parecem-nos mostrar como a automatização e a coordenação dos movimentos do corpo “transformam as subjetividades em partes conectáveis de um ser coletivo, de maneira que cada um dos soldados passa a estar ligado por operações formalizadas que tornam mais ágeis as táticas de guerra” (CARDOSO JR., 2011, p. 166).

Figuras de autoridade, portanto, ocupam e se efetivam num lugar de poder. Em *A ordem do discurso* (2006b), Foucault nos lembra de que tão importante quanto o lugar que ocupamos é o que fazemos neles, o que dizemos e o que se desdobra a partir dele. Os discursos devem ser concebidos “como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhe impomos em todo o caso; e é nessa prática que acontecimentos do discurso encontram princípio de sua regularidade” (2006b, p. 53). Assim, gritar ao pé do ouvi-

do de soldados, fuzileiros (ou qualquer figura subjulgada a outra de autoridade) não se faz somente enquanto palavras, mas também enquanto prática, ação que modela o existir, cria subjetividades e também afirma quais sujeitos são aptos ou não a continuarem dentro da instituição.

Entretanto, a eficácia do poder disciplinar não se dá somente por uma figura autoritária, mas principalmente quando esta não se faz necessária. No filme *Alcatraz: fuga impossível*, Frank é um prisioneiro que acaba de ser transferido para a ilha de Alcatraz, local onde existe uma prisão considerada impossível de fugir. Além de estar localizada numa ilha distante da costa de São Francisco, as paredes são reforçadas, a vigilância policial nos muros e arredores é constante e, por causa desses empecilhos, os prisioneiros mais perigosos dos Estados Unidos são transferidos para lá. Há uma peculiaridade em Alcatraz que chama nossa atenção, pois nem todas as atividades realizadas na prisão são supervisionadas pelos policiais, mas pelos próprios presos, como a entrega de refeições nas celas ou o cuidado com a biblioteca da prisão, que é feita por um presidiário que tem apreço pela leitura e que também envia livros para os outros presos quando é requisitado.

O que está em foco nessa atitude dos presidiários é vigiar a si mesmos como aos outros, economizando para a instituição práticas disciplinares, que podem e serão exercidas por aqueles que estão presentes nela. A própria arquitetura da prisão permite com que os presos se vigiem constantemente, pois as celas de Alcatraz, em fileira dupla, são postas uma de frente para outra, de modo que aquele que se encontra na cela oposta consegue observar as ações da outra. Percebemos, assim, como é criada uma série de mecanismos de vigilância e controle dos corpos ao produzirem relações panópticas no espaço penitenciário. Para além dos policiais e carcereiros, todos lá dentro estão controlando, vigiando e punindo práticas.

Foucault nos diz que o modelo do panóptico trata-se de um projeto arquitetônico de Jeremy Bentham, incorporado pelo Estado na criação de modelos de prisão mais eficientes. No projeto, há uma torre central que vigia todas as celas presentes na instituição, dispostas circularmente nas quais se encarceram os indivíduos (FOUCAULT, 2006c). Nessa, controla-se qualquer coisa e todo

movimento sem ser visto, mas não há necessidade de alguém ficar presente nela, pois os detentos não devem saber se há alguém vigiando ou não. Nessa disposição arquitetônica, o poder não mais se representa em uma figura autoritária, mas se dilui entre aqueles que estão presos. Todos, portanto, são visíveis no panóptico e “a visibilidade é uma armadilha” (FOUCAULT, 1987, p. 166).

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 163).

É com esse tipo de poder exercido nas estruturas panópticas que percebemos a constituição de uma série de tecnologias que não se encontram presentes em uma instituição específica, mas que também estão em nossas práticas cotidianas, construindo modos de subjetivação e formas de ser e estar no mundo. Constitui-se, assim, uma projeção de recortes disciplinares e individualização das figuras excluídas (mendigos, leprosos, loucos) para demarcar as exclusões necessárias. Faz-se também uma divisão binária entre o normal e o anormal e as determinações coercitivas capazes de definir quem é esse sujeito, qual é o seu lugar, como caracterizá-lo e, principalmente, como exercer sobre ele uma vigilância constante (FOUCAULT, 1987).

O panóptico é um ótimo espaço de experiências com o ser humano, analisador de processos de coerção e suas transformações nos mais diversos grupos, pois intensifica os aparelhos de poder, assegura sua economia, sua eficácia preventiva, seu funcionamento e seus mecanismos automáticos. No efeito panóptico, a massa é abolida em nome de individualidades segmentadas, divididas em seus cubículos, e a figura soberana do guardião é dissolvida entre os próprios detentos, solitários, mas sempre em vigia com o outro.

Curiosamente, as resistências têm seus espaços nessa estrutura de poder panóptica e no poder disciplinar. Afinal, Frank e mais três prisioneiros conseguem escapar de Alcatraz; Leonard Lawrence tem um destino cruel ao não suportar o treinamento (mas não sem antes se vingar de Harmtan) e em *Tropa de Elite* muitos alunos do Bope desertam do curso.

Talvez os corpos dóceis não sejam tão fáceis de domar quanto se imagina.

Segundo ato: os corpos que interessam estão vivos... e os que não interessam estão mortos em vida

No filme *Amadeus*, o famoso compositor Wolfgang Amadeus Mozart é retratado como um sujeito excêntrico, mas excepcionalmente genial. Conhecido por suas sinfonias grandiosas, Mozart despertava o desafeto em muitos outros compositores da época. Um deles era Antonio Salieri, que conta sua versão da morte de seu rival, quando um padre decide visitá-lo em um manicômio. Antonio tentava repetidamente sabotar as peças de Mozart, roubando as sinfonias ou delatando as suas excentricidades para o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, José II. Mas todas essas tentativas foram em vão. O motivo? O imperador amava as composições de Mozart, ao ponto de convidá-lo para trabalhar em nome da coroa. Não importava ao império sua excentricidade, mas seu talento.

O filme, portanto, narra muito mais os fracassos de Antonio Salieri do que a vida de seu oponente. Na verdade, não importava o que ele pensava, pois quem dava a palavra final era o imperador. Tal situação exemplifica como até o século XVII havia o exercício de um tipo de poder realizado pela figura do soberano, um fazer viver e deixar morrer sobre sua população. Cabia ao rei decidir sobre a vida e a morte de seus súditos em um poder que nunca estava nas mãos destes, fazendo da morte uma manutenção das vidas que interessassem. Assim, enquanto fossem belas as sinfonias de Mozart para os ouvidos de José II, o compositor manteve a cabeça sobre os ombros.

Todavia, é a partir do século XVII que Foucault nos atenta para o surgimento de outro tipo de poder que não anula a disci-

plina, mas a intensifica justamente por não se fazer acontecer meramente em um corpo específico, mas em todo um corpo social. Trata-se do biopoder, uma política que usufrui da vida como seu espaço de investimentos, criando todo um modo de pensar o corpo que não é mais pertencente a um indivíduo isolado, mas que se aplica a uma população e às multiplicidades presentes nela (VEIGANETO, 2005). O filme *Metrópolis* exemplifica isso de certa forma, pois a cidade do futuro, em 2026, tem fluxos, os carros não param, os anúncios são gigantes e precisam ser vistos a distância. Parece uma cidade perfeita, mas há trabalhadores em massa indo para os subterrâneos da cidade. Tristes, cabisbaixos e em expressões vazias, estão mortos em vida e continuam andando.

Seja no subsolo ou no subterrâneo, assim caminha a humanidade em *Metrópolis*, com passos de formiga e sem vontade... o importante é que mantenham seus fluxos. Vemos, assim, a constituição dos biopoderes e das biopolíticas, ou seja, um conjunto de processos e políticas que buscam um espaço de produção e investimentos no próprio vivo. As biopolíticas investem nos fenômenos universais e globais da população, mas também se atêm aos acidentes que ocorrem na mesma. Trata-se de uma tecnologia que se dirige aos processos próprios da vida como a natalidade, mortalidade e doenças, ou seja, aquilo que pode atralhar os fluxos de alguma forma.

O biopoder acaba por criar um tipo de corpo que não é individual, restrito ao sujeito uno como no poder disciplinar, mas um corpo coletivo, múltiplo, produzido para a população, que é encarada como um problema político e de investimento. No filme *Selma: uma luta pela igualdade*, vemos de que forma o biopoder age sobre a população negra nos Estados Unidos, controlada sobre a negação do direito de votar, de dividir os mesmos espaços e direitos que os brancos. Em uma cena, Martin Luther King realiza um interessante discurso em uma igreja na cidade de Selma:

E esse esforço único é para nossa vida. Nossa vida enquanto comunidade. Nossa vida enquanto nação. Para nossas vidas. [...] É inaceitável Selma ter mais de 50% de negros e menos de 2% de negros poderem votar e determinar o próprio destino como seres humanos! Elas

nos dizem que a segurança local usa seu poder para nos afastar das urnas e nos manter calados. Enquanto eu não puder exercer meu direito de votar não terei o controle da minha própria vida. Não posso determinar o meu destino. Ele é determinado por pessoas que querem me ver sofrer.

Percebemos, assim, como existem diferentes modos de controle da população, de se fazer existir o biopoder. Diferentemente do mecanismo disciplinar, voltado para o corpo indivíduo, o biopoder faz seus mecanismos acontecerem na ordem do coletivo, nos fenômenos gerais que afetam de alguma forma o bem-estar da população, assegurando o equilíbrio da mesma. É uma tecnologia que procura controlar a probabilidade de eventos de uma massa viva e compensar seus efeitos. Os mecanismos disciplinares e de biopoder se estendem do orgânico ao biológico, do corpo à população: enquanto o primeiro está pautado na ordem corpo-organismo-disciplina-instituições, o segundo se faz na ordem população-biologia-mecanismos regulamentadores-Estado. Disciplina e regulamentação não se anulam, mas se articulam na realização de seus poderes, fazeres e saberes.

Cria-se, assim, uma sociedade normatizada, que articula disciplina, corpo e regulamentação da população fazendo da sexualidade um espaço de modos de agir na população e no corpo. Uma sociedade em que se cruzam a norma da disciplina e a norma da regulamentação é o que Foucault (1999) chama de sociedade da normalização. Assim é que a violência policial contra os negros que protestavam se justifica no filme pois, em nome da “paz”, da “ordem” e dos “bons costumes”, os negros estavam atrapalhando os fluxos na cidade de Selma e algo precisava ser feito.

É na duplicidade da norma (de um lado, como oposição à irregularidade e à desordem e, do outro, como regularidade funcional e oposição ao patológico e à doença) que ela se faz muito útil ao biopoder, agindo concomitantemente sobre um corpo individual e em um corpo coletivo. Ao mesmo tempo, a norma permite tirar do exterior aqueles considerados loucos, perigosos, desconhecidos, bizarros, capturando-os e tornando-os inteligíveis, familiares, acessíveis, controláveis, enquadrados a uma distância segura para a mensuração de estudos.

O biopoder também pode se caracterizar como um modo do racismo ao produzir uma forma de separar o que deve viver e o que deve morrer, fragmentando o campo biológico para criar na população as diferenças entre os grupos. O racismo permite fazer da morte um processo natural capaz de deixar a vida mais sadia, livre daqueles modos que incomodam o “progresso”. Ele permite estabelecer entre a vida de um indivíduo e a morte de outro uma relação de enfrentamento biológico, a morte da raça ruim, da raça inferior, do degenerado, do anormal, e é isso o que vai deixar a vida mais pura e sadia. Não é para menos que muitos brancos de Selma não se incomodavam com a barbárie policial ou com a morte da população negra americana, pois era preciso a morte do outro para que a vida acontecesse.

Tirar a vida é algo que pertence e caracteriza o biopoder, que não busca uma vitória dos adversários políticos, mas sua eliminação, seu extermínio, para o fortalecimento do vivo. Há muitas formas de matar o outro com mecanismos biopolíticos, o que também não dignifica o exercício de uma morte meramente física, mas também social, na população, nas comunidades, enfim, nos mais variados espaços onde o biopoder se exerce.

O racismo é um mecanismo de Estado que exerce no extermínio de grupos uma forma de poder soberano e através do biopoder. Nele, não há um único soberano controlando, mas um aparelhamento de Estado e uma população que o permite fazê-lo. Para obter a vida, controlá-la, é preciso contraditoriamente se utilizar da morte, expor a população a algum tipo de risco para criá-la como uma raça superior em detrimento de outros grupos menores, que são subjugados à nação “pura”.

Terceiro ato: os cientistas loucos e seus monstros “perfeitos”

Ainda em *Metrópolis*, assistimos à criação da robô Maria, invenção do cientista excêntrico Rotwang, que está a serviço do governador Joh Fredersen. Ambos querem criar a máquina perfeita, um robô que é a imagem e semelhança do humano, capaz inclusive de substituí-lo nas tarefas da cidade subterrânea. Maria é realmen-

te perfeita, pois até sua anatomia foi pensada para ser uma mulher ideal em um mundo tão “avançado”. Mas pagaram um preço alto ao brincarem de deus, pois não imaginavam as consequências daquilo que criaram. O que era para ser uma máquina perfeita se torna um incontrolável monstro.

Esse momento nos mostra como o saber científico é limitado em muitos aspectos, principalmente ao tentar alcançar nas ciências uma busca pela “perfeição” dos existires. Como Foucault nos lembra, uma produção de conhecimento se assemelha ao cuidado de si à medida que a história do pensamento aposta na apreensão de momentos e fenômenos capazes de contribuir de algum modo para o próprio pensamento, comprometendo-se politicamente na sua constituição de sujeitos históricos, sociais e culturais. A criação científica, portanto, configura-se como um cuidado de si à medida que tal prática é também uma forma de emergir questionamentos dos modos que os fazeres afetam as formas do viver. Cuidar de si não é somente pensar o lugar do cientista louco e seus interesses, mas também “encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro” (FOUCAULT, 2006a, p. 14).

Não é para menos que Maria se rebela quando é acionada, já que este cuidado não está em voga nessa relação com seu criador e com o mundo em que vive. Ela decide destruir a cidade quando sua mente se conecta com a líder de um movimento popular nos subsolos. Em sua lógica, se indaga e enfurece ao ver o humano fazer uma cidade tão bela e impedir tantos outros de contemplá-la por estarem vivendo abaixo do chão. Seu destino não poderia ser mais trágico, sendo destruída pela população que ela mesma ajudou a revoltar-se. Mesmo, assim, Maria não deixa de ser mais um exemplo dos monstros que os saberes não dão conta de controlar, figuras tidas como anormais e que produzem as normas no social. É desseja forma que o cuidado com o outro é deixado de lado, em nome de uma paz pouco fácil de ser alcançada.

Apesar de a história de *Metrópolis* se passar no ano de 2026, Maria é um monstro Frankenstein de nossos tempos. O princípio de criar a vida e controlar aquilo que o conhecimento científico não dá conta está no clássico de 1931 também. Victor Frankenstein, ao perceber que conseguiu gerar a vida partir da costura de corpos exu-

mados e estímulos elétricos no sistema nervoso dos mesmos, grita ao mundo que sua invenção está viva. Mas sua criatura não é tão perfeita quanto imaginava e, ao perceber o horror que havia inventado, o cientista se apavora, foge, deixa sua criatura abandonada no mundo. Ela procura desesperada por seu mestre por longos anos, mas sempre é rechaçada pelo mesmo, vivendo nas ruas e sendo maltratado pela população. Seu destino não poderia ser mais trágico (e coincidente também): é perseguido por pessoas enfurecidas em uma pequena vila e morre queimado em um moinho abandonado.

Seriam as ciências e os vários modos de conhecimento tão possíveis de imitar Deus, como o cinema nos mostra? É possível haver algum tipo de cuidado na relação mestre-criatura? Seriam esses cientistas loucos capazes de criar um corpo possível aos vários modos de viver? E por que uma população se revoltaria com criaturas tão frágeis? Mary Shelley, autora/mãe do livro que inspirou o filme de 1931, talvez nos aponte algumas respostas e indagações pertinentes:

Deve-se admitir humildemente que inventar não consiste em criar a partir do nada, mas a partir do caos; os materiais devem ser dados antes: pode-se dar forma à escuridão, às substâncias informes, mas não se pode dar o ser à própria substância. Em todos os casos de descoberta e invenção, mesmo dos que pertencem à imaginação, devemos sempre lembrar da história de Colombo e o ovo. A invenção consiste na capacidade de apreender as possibilidades de um assunto e no poder de moldar e formar as ideias sugeridas por ele (SHELLEY, 2012, p. 12).

O que esses cientistas loucos e essas populações revoltadas não percebem é que seus monstros evidenciam uma forte riqueza emocional e uma capacidade de sentimento que aqueles tidos como normais não conseguem captar. Nessa configuração, o humano é o verdadeiro monstro, regendo o mundo como um aleijado emocional. Frio e sem coração, prefere distância do outro que pode, sem pedir nada em troca, lhe trazer algo de diferente, possível, enriquecedor aos modos do viver (HARDT; NEGRI, 2005). As Marias e monstros Frankensteins querem ser algo a partir de suas diferenças, mas os “normais” não os entendem, preferem manter-se em seus espaços de

conforto. Afinal, a diferença atrapalha, incomoda, precisa ser varrida para debaixo do tapete para manter a desordem da ordem mundial.

É nesse sentido que vale pensar nas formas como os corpos resistem aos vários processos biopolíticos e disciplinares que passam por ele e como podemos constituir condições outras de ser e estar no mundo, criando cotidianos que se dão por outros meios. Zamora (2008) nos indaga quais são as possibilidades de resistência que criamos nos corpos para outros modos de viver mais vibrantes, que não sejam apenas construídos, mas vividos, que façamos parte dele: “quais as possibilidades de resistência dos corpos abucólicos, dos corpos da vida de gado? Como deixar que outras forças do mundo nos atravessem?” (2008, p. 113). Sem deixar respostas para essas indagações, a autora nos instiga a pensar nas resistências como produção de outros possíveis, demarcadores de espaços nunca antes navegados e produtores de novas subjetividades no corpo, espaço este onde podemos sentir tais vibrações.

Costurar e dar vida às criaturas dos cientistas loucos não é uma tarefa fácil. E aceitá-las é mais difícil ainda. Mas Preciado (2014) nos lembra da potência plástica do corpo e de como os dados e fatores ligados ao biológico ainda assim podem ser considerados construções sociais fortemente determinadas pelos fazeres e saberes científicos, mas que são (re)apropriados pelos monstros na criação das mais variadas tecnologias de bricolagem com o corpo. Manipular um corpo estranho, portanto, é enfrentar o pensamento normativo, que se diz hegemônico, universal, “normal”, mas teme os efeitos das multidões abjetas que ele mesmo criou.

Maria e o demônio inventado por Victor Frankenstein são apenas dois exemplos que o cinema nos oferece, mas deles há aos montes ao nosso redor. Basta observar com atenção.

(Des)conclusões: as cenas pós-crédito

Após a sessão de filmes apresentados, Foucault decide ficar mais um pouco na sala de cinema, espera os créditos finais subirem e sai reflexivo. Ele fica feliz ao ver que muitos dos filmes aos quais assistiu foram feitos depois de sua morte, apesar de parecerem extremamente atuais para sua época. Descobre, também, que não existem filmes neutros, já que os levamos conosco de alguma for-

ma depois que as luzes do cinema acendem. Ainda que de forma despreziosa, não podemos esquecer, como nos ensina Ellsworth, que existe uma relação entre as práticas sociais e os agenciamentos de modos de vida forjados na obra cinematográfica.

As imagens de um filme interpelam, agenciam e possuem um endereçamento.

Para que um filme funcione para um determinado público, para que ele chegue a fazer sentido para uma espectadora, ou para que ele a faça rir, para que a faça torcer por um personagem [...] sentir-se feliz ao final – a espectadora deve entrar em uma relação particular com a história e o sistema de imagem do filme (ELLSWORTH, 2001, p. 14).

Se nenhum dos filmes citados neste texto foi inspirado em Foucault, como poderiam de alguma forma dialogar com o filósofo? Deleuze já nos dizia que “arte é o que resiste: ela resiste à morte, à servidão, à infâmia, à vergonha” (1992, p. 215); logo, podemos nos (re)inventar com o olhar de outros teóricos, como o próprio Foucault. Até no cinema há uma relação de forças entre espectador e filme e, se o poder é a manifestação de uma relação entre dois pontos distintos em um mapa, em vez de analisá-lo em termos de cessão, contrato, alienação, reduzi-lo a termos funcionais de condução das relações de produção, devemos tratá-lo em termos de combate, de enfrentamento ou de guerra no cotidiano (FOUCAULT, 1999).

Uma produção cinematográfica não é só entretenimento, é pensamento, é produção, indagação e reflexão com o mundo. Se Foucault nos ensina que o poder é a guerra continuada por outros meios, então ela pode insurgir também ao assistirmos a um filme, sentindo no corpo aquilo que a obra cinematográfica quer nos provocar e tecendo com ela momentos de reflexão. Ao convidarmos o filósofo para ir ao cinema conosco, pensamos que seus ditos e escritos estão presentes nas práticas mais ínfimas, naquilo que parece mero entretenimento aos nossos olhos e mostra que até o complexo pode se configurar nas coisas mais simples da vida.

Os ensinamentos do cinema indagam também aquilo que somos (des)ensinados em outros espaços de (des)conhecimento,

para além dos livros e currículos pré-concebidos em sala de aula. Cinema é um modo de conhecer-se, conhecer o mundo, produzir e desmistificar o que está dado, desenhando no cotidiano um currículo dinâmico. Pedindo permissão a Tomas Tadeu da Silva (2010), encerramos este texto com um trecho de sua obra que dialoga com essa discussão, modificando o termo *currículo* para *cinema*:

O *cinema* tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O *cinema* é lugar, espaço, território. O *cinema* é relação de poder. O *cinema* é trajetória, viagem, percurso. O *cinema* é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no *cinema* se forja nossa identidade. O *cinema* é texto, discurso, documento. O *cinema* é documento de identidade (SILVA, 2010, p. 150, alterações/grifos nossos).

Referências

- CARDOSO JR., H. R. Corpo e sexualidade entre disciplina e biopolítica. In: SOUZA, L. A. F.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. (Org.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 155-175.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DELEUZE, G. Controle e devir. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 209-219.
- ELLSWORTH, E. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, T. T. (Org.). *Nunca fomos humanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2006b.
- _____. A prisão vista por um filósofo francês. In: _____. *Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1, 2013.

- _____. O verdadeiro sexo. In.: _____. *Ditos e escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 82-91.
- _____. Poder-corpo. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 234-243.
- _____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANÇA, A. Ressonâncias de Foucault para um pensamento do cinema contemporâneo. In: QUEIROZ, A.; VELASCO E CRUZ, N. (Org.). *Foucault hoje?* Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. p. 119-129.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1, 2014.
- SHAVIRO, S. *O corpo cinemático*. Tradução de Anna Fagundes. São Paulo: Paulus, 2015.
- SHELLEY, M. *Frankenstein ou o Prometeu moderno*. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- VEIGA-NETO, A. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- _____. Incluir para excluir. In: LAROSSA, J.; SKLIAR, C. (Org.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da existência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 105-118.
- VILLAÇA, N. Os imagineiros do contemporâneo: representações e simulações. In: VELLOSO, M. P.; ROCHOU, J.; OLIVIERA, C. (Org.). *Corpo: identidades, memórias e subjetividades*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- ZAMORA, M. H. Os corpos da vida nua: sobreviventes ou resistentes? *Latin America Journal of Fundamental Psychopath*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 104-117, 2008.

Referências filmográficas

- DUVERNAY, Ava. *Selma: uma luta pela igualdade*. Estados Unidos, 128min, 2014.
- FORMAN, Milos. *Amadeus*. Estados Unidos, 180min, 1984.
- KUBRICK, Stanley. *Nascido para matar*. Estados Unidos, 116min, 1987.
- LANG, Fritz. *Metrópolis*. Alemanha, 153min, 1927.

PADILHA, José. *Tropa de Elite*. Brasil, 115min, 2007.

SIEGEL, Don. *Alcatraz: fuga impossível*. Estados Unidos, 112min, 1979.

WHALE, James. *Frankenstein*. Estados Unidos, 71min, 1931.



Dia de Iemanjá, Praia de Camburi, 2 de fevereiro de 2015.

“AH, SE FORAS MEU IRMÃO”: A MULHER COMO COMPENSAÇÃO PELO JUGO MASCULINO EM “CÂNTICO DOS CÂNTICOS”

Oswaldo Luiz Ribeiro

“A primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino”
(*A Ideologia Alemã*).

Se eu vejo bem, o livro “Cântico dos cânticos” é mais do que a denúncia da opressão da mulher pelo homem. Sempre segundo a perspectiva com que este pesquisador interpreta aquela composição da Bíblia Hebraica, parece-me adequado dizer que a principal personagem do livro denuncia contundentemente a opressão da mulher pelo homem, mas a genialidade político-sociológica de “Cântico dos cânticos” está no fato de que quem o escreveu não se dá por satisfeito apenas com a denúncia dessa opressão. Quem escreveu a composição vai além: explica a razão de ser dessa opressão, descortina a sua condição de possibilidade e, ainda mais, aponta o dispositivo social para a superação do *status quo*.

Quero partir de uma referência que Domenico Losurdo faz às obras completas de Marx e Engels. Cito Losurdo:

Em geral, o sistema capitalista se apresenta como um conjunto de relações mais ou menos servis impostas por um povo sobre outro no âmbito internacional, por uma classe sobre outra no âmbito de um país singular e pelo homem sobre a mulher no âmbito de uma mesma classe. Compreende-se então a tese que Engels formula [...], apreciada também por Marx, tese pela qual a emancipação

feminina constitui “a medida da emancipação universal”. No bem e no mal, a relação homem/mulher é uma espécie de microcosmo que reflete a ordem social global: na Rússia amplamente pré-moderna, submetida a uma impiedosa opressão por parte de seus senhores, os camponeses – observa Marx – aplicam, por sua vez, “horríveis espancamentos até a morte de suas mulheres” (LOSURDO, 2015, p. 30).

Interessa-me aqui destacar a observação de Marx: “na Rússia amplamente pré-moderna, submetida a uma impiedosa opressão por parte de seus senhores, os camponeses [...] aplicam, por sua vez, ‘horríveis espancamentos até a morte de suas mulheres’”. Essa citação me parece descrever perfeitamente o cenário de fundo e a razão de ser do livro de “Cântico dos cânticos”. A opressão do homem sobre a mulher denunciada no livro é justamente a opressão do camponês sobre a camponesa – o homem sobre a mulher. E, se leio adequadamente o livro, a causa do domínio das mulheres pelos camponeses é apontada exatamente como o transbordamento da violência da classe dominante sobre eles. Da mesma forma que na Rússia pré-moderna a violência da classe dominante sobre os camponeses transborda na forma de violência desses mesmos camponeses sobre suas mulheres, no contexto histórico da composição de “Cântico dos cânticos” a classe dominante exerce violência sobre os camponeses, que, por sua vez, compensam a violência que sofrem na aplicação de violência sobre suas próprias mulheres.

Mais tarde tratarei das evidências das denúncias em “Cântico dos cânticos”. Neste momento, importa apenas descrever o mecanismo político-social de domínio posto em funcionamento pela classe dominante e denunciado pelo autor ou autora da composição.

A construção do mitoplasma de “Gênesis” 2,4b-3,24

Em “Cântico dos cânticos”, estamos em algum momento do período chamado pós-exílico (CAVALCANTI, 2005). A data aproximada precisa levar em conta a presença de termos persa e grego no livro, o que implica a necessidade de pressupor contato geocultural entre, de um lado, Judá e, de outro, a Pérsia e a Grécia. Sem

discutir a questão, devemos estar em algum momento do século V ou IV a.C., mas não há razões imperiosas para não se pensar em data mais avançada.

Uma questão, todavia, é imperiosa: a classe dominante é representada pelo sacerdócio de Jerusalém, o que pode ser afirmado com certa segurança, dado que o principal enfrentamento de “Cântico dos cânticos” é com a mitoplastia político-religiosa criada e articulada pelo *establishment* sacerdotal de Judá (RIBEIRO, 2013). O fato de a classe dominante de Judá ser representada pela elite sacerdotal tem implicações diretas na forma retórica com que a opressão político-social se legitima. É teológica a mitoplastia elaborada pela classe dominante para legitimar sua dominação sobre os camponeses, o que é o mesmo que dizer que a classe dominante de Judá serve-se diretamente da religião para legitimar sua dominação sobre a classe campesina. Como direi mais adiante, é nesse nível da mitoplastia sacerdotal que “Cântico dos cânticos” finca a sua cunha crítica, com o intuito de trincar a retórica da classe dominante. Em seu enfrentamento do *establishment*, o primeiro passo da heroína de “Cântico dos cânticos” é desconstruir o mitoplasma teológico que a classe dominante usa para promover o estado de subordinação da classe dominada, incluída aí a subordinação da mulher camponesa ao homem camponês.

Vou agora recuperar os pontos da mitoplastia sacerdotal que “Cântico dos cânticos” confronta. A mitoplastia sacerdotal encontra-se plasmada no que agora constitui “Gênesis” 2,4b-3,24. Esqueçamos as recepções ontológicas desse mito. Aceitemos, condicionalmente, a leitura histórico-social que aplico à narrativa. Estamos, aí, diante de uma peça que poderia perfeitamente ilustrar a forma como Marcel Detienne desenvolve o conceito de mitoplasma em *A República* e nas *Leis* de Platão (DETIENNE, 1998).

Segundo Detienne, mas aqui de modo bastante simplificado, a forma como Platão sugere o governo da Cidade Bela pode ser compreendida assim. Primeiro, soberanamente, o governo decide como será a vida dos habitantes da Cidade Bela. Segundo, decidido pelo governante como os habitantes da Cidade Bela viverão, faz-se consignar o projeto político-social decidido na forma de leis. Terceiro, escrita a lei, o governo convoca mitoplastas, que

converterão o conteúdo das leis em mitoplasmas, isto é, narrativas mitológicas, cujo objetivo é a inculcação da lei na consciência dos habitantes. Sempre segundo Detienne lê Platão, como quinto passo da execução do projeto de governo da Cidade Bela, convertem-se os mitoplasmas em canções. Como sexto passo, divide-se o conjunto dos habitantes em três coros, conforme a idade, de sorte que cada coro cantará as canções compostas especificamente para seu nível de idade. Em sétimo lugar, destinam-se os idosos à tarefa de narrar os mitoplasmas às crianças pequenas, que ainda não podem constituir coros. No conjunto, toda a cidade deve ouvir e/ou cantar só e tão somente só a “voz” do governante, que deve ecoar através dos mitos, consubstanciados na forma de canções. Trata-se de um evidente projeto de controle social por meio dos mitos. O elemento mitológico-religioso presente na estratégia não deve distrair a nossa atenção: trata-se antes de tudo de um projeto político.

Da forma como eu vejo, o projeto sacerdotal de Judá revela os mesmos elementos da política que Detienne reporta a Platão. Os sacerdotes decidem o modo como a sociedade judaíta vai se constituir, bem entendido, os sacerdotes decidem o papel que cabe a si mesmos, assim como o papel que cabe à população campesina e, no seu interior, o papel que cabe aos camponeses, de um lado, e às suas mulheres, de outro.

O projeto sacerdotal é legitimado por meio de um mito específico – “Gênesis” 2,4b-3,24. Naturalmente que não o acesso pelo modo hermenêutico com que as teologias confessionais o fazem. Não tomo ontologicamente, teologicamente, doutrinariamente a passagem. Tomo-a, por hipótese de trabalho, a partir da reconstrução histórico-social de sua função político-religiosa original. Por meio da aplicação das ferramentas histórico-críticas àquela narrativa, e em conformidade com uma aproximação hermenêutica histórico-social, conquanto não vá aqui prestar contas dessa operação, peço condescendência para que se assuma como dado o seguinte.

Primeiro, o texto de “Gênesis” 2,4b-3,24 constitui mitoplasma político-religioso sacerdotal cujo objetivo é enquadrar a população campesina no lugar que, no projeto da “Cidade Bela” judaíta, caberia a essa população. Porque é projeto sacerdotal submeter toda a população a seu poder, o mitoplasma subsume toda a

população, homens e mulheres, à condição de culpados diante da divindade e castigados por ela. Os camponeses machos são teologicamente capturados na rede da culpabilização mitológica: são culpados todos os homens camponeses e a prova de seu castigo é o fato teológico de a terra ser amaldiçoada e não oferecer seus frutos senão com suor e trabalho. A maldição da terra é castigo da divindade por causa do pecado do macho camponês.

Naturalmente, Adão aqui representa o macho camponês, da mesma forma como Eva representa a fêmea camponesa. Que se está diante do conflito sacrifício cruento sacerdotal *versus* oferendas agrárias campesinas me parece provado o fio condutor de vários capítulos de “Gênesis”, no qual se insiste no fato de que a divindade não vê nas ofertas agrárias qualquer coisa boa, ao passo que é no sacrifício cruento que está a sua satisfação. Por exemplo: quando, após pecarem, Adão e Eva descobrem que estão nus, recorrem à confecção de cobertores da nudez feitos de folhas, mas a divindade recusa as folhas e faz ela mesma cobertores de nudez feitos de pele de animal. No mito seguinte, Caim e Abel, novamente nos deparamos com o conflito oferta agrárias *versus* sacrifício cruento. O redator do mito, a quem cabe a ideologia que o anima, põe Caim a oferecer frutos do campo, coisa que a divindade não quer, e põe Abel a oferecer sacrifício cruento, que é o que a divindade quer. A divindade recusa a oferta de Caim e aceita o sacrifício de Abel – recusa as ofertas do campo e aceita o sacrifício cruento. Terceiro exemplo: tomado de fúria incontrollável, a divindade mata indistintamente homens e mulheres, afogando-os no dilúvio. Depois de mortos homens e mulheres pelas águas do dilúvio, Noé sacrifica um exemplar de cada animal puro, queimando-os sobre um altar, de sorte que a divindade, é o que diz o texto do mito, cheira o cheiro aplacante do sacrifício cruento e, aplacado de sua fúria, compromete-se com Noé a não matar mais homens e mulheres com águas de dilúvio. Ora, está-se diante de pelo menos três mitos distintos, mas todos eles encontram-se tecidos pelo mesmo fio: a divindade recusa-se a aceitar ofertas do campo e quer apenas sacrifício cruento. Trata-se aí da cadeia de mitoplasmas que insere a população campesina sob a rubrica teológica de pecado e castigo para, por meio da instrumentalização dos ofícios rituais religiosos, administrar a vida social.

É, todavia, apenas parte da operação mitoplástica da classe dominante. Reserva-se um castigo específico à mulher. O castigo desdobra-se em duas instâncias: a) afirma-se que a mulher passará a dar à luz com dores (Gn 3,16a) e b) afirma-se que o desejo (sexual) da mulher a impelirá ao seu homem e ele a dominará: “teu desejo será para o teu homem, e ele te dominará” (Gn 3,16b).

No conjunto, homem e mulher camponeses são teologicamente castigados, de sorte que, à primeira vista, sua condição parece equilibrada em relação à classe dominante: sobre homem e mulher está o sacerdote. Todavia, basta uma atenção até nem mesmo muito refinada ao texto, para revelar-se que essa é uma leitura equivocada. O mito entrega a mulher, camponesa, ao domínio de seu homem. O mito entrega a camponesa ao domínio do camponês: “e ele te dominará”. Na língua original, trata-se de dominar governando (SCHÖKEL, 1997). É um verbo que carrega o sentido de ter poder sobre. A classe dominante sacerdotal concede poder aos camponeses homens para subjugarem suas mulheres, dá a eles o direito de dominá-las. No mito, trata-se de uma determinação divina. No horizonte histórico-social, uma estratégia política.

É preciso aprofundar o olhar, porque há mais para ver e dizer. O mitoplasma composto pela classe dominante garante a eficiência do jogo político-religioso por meio da transformação mitológico-retórica de um elemento da fisiologia feminina na evidência da condição de maldição que caracterizaria a mulher campesina. Trata-se do desejo sexual feminino. No mitoplasma, o domínio que a classe sacerdotal concede ao camponês sobre suas mulheres é legitimado pelo desejo dessas mulheres por eles, seus homens. É no campo sexual que se estabelece a prova teológica de que a mulher é culpada e castigada, com todas as consequências psicológicas e antropológicas disso: é o desejo da mulher pelo homem que prova a ela mesma que ela é pecadora. Seu desejo sexual funciona teologicamente como um marcador subjetivo: todas as vezes que ela deseja seu homem, ao mesmo tempo ela lembra que é pecadora. E todas as vezes que, sentindo desejo pelo seu homem, ela a ele se entrega, ela reconhece que essa entrega e esse domínio constituem castigo de Yahweh, de sorte que seu homem tem o direito de dominá-la, como “Yahweh disse” – ou seja, como diz o mito, isto é, como programa

o sacerdote. Estamos diante de uma ferramenta político-religiosa muito sofisticada, e sua eficiência se dá pelo fato de ela introjetar-se na consciência da mulher por meio de rotinas de catequização e instrumentalização político-religiosa do mitoplasma sacerdotal (RIBEIRO, 2013).

A estratégia político-religiosa, todavia, é ainda mais refinada quando se pensa na função que cabe ao mitoplasma de “Eva” no jogo social como um todo. Por que entregar a camponesa ao domínio do camponês? É nesse ponto que me parece fundamental a citação que Losurdo fez de Marx: quando a Rússia pré-moderna exercia impiedosa opressão sobre a população camponesa, os camponeses espancavam até a morte suas mulheres. Para o contexto da Judá pós-exílica, eu quero sugerir que a classe dominante formulou o mitoplasma de “Gênesis” 2,4b-3,24 exatamente com a intenção de dominar político-teologicamente a classe campesina. Como válvula de controle da pressão social, o mitoplasma prevê que, ainda que, sob certa ótica, os camponeses se vissem como dominados pelos sacerdotes, mas, por outra ótica, enxergassem-se como senhores de suas mulheres. De um lado, dominados – de outro, dominadores. Percebe-se a estratégia? A classe dominante paga os camponeses pelo direito divino de dominá-los com a moeda constituída pelo conjunto das mulheres camponesas, entregues aos camponeses homens como seu domínio também divino. Por sua vez, espera-se que a mulher camponesa submeta-se passivamente à dominação masculina por meio do recurso teológico-psicológico do marcador subjetivo, que prova cabalmente, nela, no corpo dela, a sua falta grave, seu pecado e, por conseguinte, seu castigo: ser dominada pelo seu homem. A estratégia político-social consiste em dirigir para a mulher toda a reação dos homens camponeses em face de sua insatisfação pela perda de autonomia político-social. Se, de um lado, aqui fora, o camponês aparece como domínio do sacerdote, lá dentro, no lar, o camponês aparece como dominador da mulher. Toda e qualquer insatisfação político-social pontual contra o sacerdote pode ser canalizada na forma do exercício do domínio sobre a mulher. O sistema o maltrata? Ele se vinga, maltratando a mulher. E, do ponto de vista do sistema, isso não é ruim, pelo contrário, já que assim se evitam acúmulos de energia revolucionária que possam, no médio

prazo, constituir movimentos de reação contra a classe dominante. O corpo dominado da mulher é a catarse do corpo dominado do camponês. No simulacro de comínio sobre a mulher, o camponês recalca sua condição de dominado.

Em resumo, “Gênesis” 2,4b-3,24 constitui o mitoplasma formulado pela classe dominante de Judá para estabelecer político-teologicamente seu domínio sobre os camponeses, cujo contingente masculino recebe, como compensação político-psicológica, o domínio sobre as suas mulheres.

A desconstrução do mitoplasma de “Gênesis” 2,4b-3,24 por “Cântico dos cânticos”

O livro de “Cântico dos cânticos” funciona como uma cunha crítica aplicada à estratégia político-social sacerdotal de controle da população campesina pelo recurso da conversão da mulher como moeda de troca. A evidência direta constitui-se pelo “índice” (GINZBURG, 1989) intertextual de Ct 7,11 apropriando-se em Gn 3,16: “eu sou do meu amado e para mim é o desejo dele” (RIBEIRO, 2013). Trata-se não apenas da mesma palavra de Gn 3,16, mas da mesma sintaxe, inclusive. “Cântico”, todavia, inverte a declaração de “Gênesis”. “Gênesis” diz: “para o teu homem *será* o teu desejo” (grifo nosso), ao passo que o “Cântico” diz: “para mim é o desejo dele”. Gênesis põe a mulher desejando o homem. Cântico põe o homem a desejar a mulher.

Não se trata de uma simples inversão. Trata-se de uma desconstrução. Recordando a advertência de Auerbach (2013) sobre o fato de a literatura judaica clássica impor ao ouvinte/leitor a tarefa de completar os espaços de sentido insinuados na redação econômica do texto, é preciso recuperar os passos programáticos da narrativa do “Cântico”. Da forma como vejo a questão, o que o “Cântico” está fazendo com “Gênesis” é o seguinte. “Gênesis” subsume o castigo da mulher ao desejo sexual. Como acima foi dito, o desejo sexual feminino funciona como o marcador subjetivo da maldição divina sob a qual a camponesa judia se encontra. Uma vez que a Amada do “Cântico” está capturada pelo desejo que sente pelo Amado, com as

implicações de que já tratarei, resulta necessário concluir que esse desejo é a prova de seu estado de maldita. Essa é a leitura que a classe dominante sacerdotal quer que toda mulher judia faça de si mesma. A Amada deveria, portanto, fazer de si essa mesma leitura. Mas a Amada (ah, como eu admiro essa mulher!) subverte o mitoplasma. Ela o encara, olhos nos olhos, e lhe diz “Não!”

O “Não!” que a Amada arrosta ao mitoplasma constitui-se das seguintes operações retóricas. Primeiro, a Amada denuncia que o desejo não toma apenas seu corpo. Toma o corpo do homem igualmente. Antes de a Amada declarar o que acima transcrevi, ela dançou para o Amado, vestida como uma dançarina oriental, re-bolando todas as curvas de seu corpo diante dos olhos ávidos de comê-la, provocando nele o desejo que ela sabe habitar cada célula do corpo masculino. Ele gruda seus olhos gulosos nos pés dela, nas coxas e nos quadris dela, no decote dela, nos lábios, em cada pedaço de carne que os tecidos de dançarina não escondem. Está tudo escrito (Ct 7,1-10). O Amado é fisgado pela insinuação erótica da Amada, corre para ela, agarra-a, beija-a. Ele está arfando de desejo. Ele está “de quatro”.

Nesse momento, e esse momento foi todo ele preparado para isso, a Amada volta-se para o auditório – estamos em cena! – e diz: “o desejo dele é para mim”. O que a Amada quer dizer? Ela quer dizer que se ela está tomada de desejo, isso é um fato, também ele está – e mais, o desejo dele é tal que ela o ativa com o controle remoto de suas curvas, de sorte que o Amado não tem mais controle sobre si mesmo... Se o desejo a inclina para seu homem, e inclina, ela não o nega, o desejo de seu homem igualmente o inclina para ela, sua mulher. E o que a Amada quer – de fato! – dizer com isso? Ela quer dizer que o desejo que ela experimenta não tem nada de maldição, porque o seu homem experimenta o mesmo desejo, e não foi dito tratar-se esse desejo do homem pela mulher de um castigo divino. A Amada desconstrói impiedosamente o mitoplasma: que maldita que nada! Eu sou é gostosa! E tanto bastam duas quebras desses quadris para eu pôr a arfar esse homem que aqui está!

Não se trata de uma cena erótica. Trata-se de uma cena político-teológica. Trata-se da desconstrução do regime de controle político-religioso do corpo feminino exercido pela classe dominan-

te. O que recorda a tese da pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani (2008), a Amada acessa o instrumento de domínio da classe dominante e o destrói. Para destruí-lo, desconstrói a sua instrumentalização político-teológica: o desejo da mulher camponesa judia não tem nada de maldito, porque ele está igualmente presente no camponês homem que, a despeito disso, não foi dado como maldito por força desse desejo que igualmente o toma. A Amada sabe que se trata de mitoplasma, de mentira política, de instrumento de controle social. Sabe, recusa-se a se submeter a ele e o destrói em sua fragilidade retórica. O desejo, ela diz, não tem parte com a maldição. O meu desejo, ela assevera, não é corrente de prender os pés.

Essa, todavia, não é toda a hermenêutica operada. Se a desconstrução fosse interrompida nesse ponto, ela soaria como uma bravata. Porque a classe dominante ter transformado o desejo da mulher campesina no marcador subjetivo da atestação que a própria mulher, portadora desse desejo, deveria fazer de sua condição de maldita e castigada do deus não é o fim em si mesmo: é o meio. O fim que se tinha em mira, já se disse acima, era transformar o conjunto das mulheres camponesas em válvula de escape da tensão político-social que o domínio da classe dominante provocaria sobre os camponeses machos. Sentindo dentro de si a manifestação da prova de sua condição de maldita, as mulheres judias se calariam diante da violência simbólica e física que o camponês aviltado pela classe dominante praticasse contra elas. Todo o sofrimento que padecessem nas mãos do camponês violentado pela classe dominante seria interpretado, por elas mesmas, como castigo merecido. Não era o seu homem a humilhá-las, espancá-las, violentá-las, dominá-las: era o próprio deus. Amaldiçoadas por deus, castigadas por deus, violentadas por deus. Seus machos constituíam apenas instrumento do deus...

Era exatamente esse o caso da Amada. Preciso ser breve na reconstrução de sua história com esse homem. Em linhas gerais, a Amada passara a infância na fazenda dos irmãos, servindo-lhes como uma espécie de escrava dos vinhedos (1,6). Conquanto ela sempre se sentisse abatida com isso, sempre considerara natural a sua condição e nunca fora tomada pelo sentimento de libertação e alforria... Um belo dia, nos limites da fazenda, passam rebanhos e pastores. Um desses pastores é aquele que se tornará o seu Amado.

Ela é tomada de desejo. O desejo faz com que exploda em seu coração o sentimento de liberdade. O desejo acende nela a utopia.

A história é longa. Preciso encurtá-la. A Amada não cabe mais na fazenda. O desejo faz com que ela tome posse de seu próprio corpo. O desejo dá corpo à utopia. Ela vai atrás do pastor. Encontra-o. Arranca dele promessa de casamento. Mais do que isso (ah, como eu admiro essa mulher!), arranca dele a promessa contracultural de exclusividade. Ela não quer ele tenha outra mulher além dela, e ele aceita a condição: “como açucena entre espinheiros, assim é minha amada entre as donzelas” (Ct 2,2), ao que, na mesma moeda, ela responde: “como a macieira entre as árvores do bosque, assim é meu amado entre os rapazes” (2,3). Para ele, ela é flor – as outras, espinheiros. Para ela, ele é árvore de pomar – os outros, de bosque. Eles trocam juras de amor, paixão e exclusividade.

Eles se casam. A cerimônia de casamento ocupa, proporcionalmente, a maior cena do livro. É o ápice do romance – fora “Cântico dos cânticos” um livro de romance. Mas não é: é um livro político. Finda a festa, estão casados, estão felizes.

Até 5,1. Em 5,2 a cena muda completamente. A partir de 5,2, desdobra-se um conflito conjugal entre o Amado e a Amada. Ela não o quer mais. Não se sabe a razão, o narrador não nos conta. Ele quer entrar na casa. Ela não deixa. Sobre a cama, ela grita para ele, do lado de fora, querendo entrar, que ela já lavou os pés, não pode tornar a sujá-los, já desvestiu a túnica, não pode tornar a vesti-la. “Não vou abrir para você”.

Ele então força a porta. Nesse ponto da narrativa, o desejo se volta contra ela: o desejo a toma... Aqui eu preciso subverter a ordem narrativa e, ao contrário do narrador, não fazer suspense. No livro, só se descobre o que os fez cair em conflito no final da cena. Aqui, preciso antecipar a razão, que ela contará com as seguintes palavras: “eu sou do meu amado, o meu amado é meu, o pastor das açucenas” (6,3). Percebem? Ele, que dissera que ela era a açucena, e as outras, espinheiros, não tem mais uma açucena singular: ele as tem no plural. Ele decide exercer seu direito de homem e estabelecer concubinas em casa. Quando, mais tarde, eles conversarem sobre isso, ele dirá a ela que todos os homens do povo fazem assim e ele tem o direito de fazer da mesma forma. A despeito de ter pro-

metido a ela exclusividade, ele trai a sua promessa e, exercendo seu domínio sobre ela, submete-a a uma relação de concubinato. Nos termos do projeto sacerdotal, ele impõe domínio sobre ela.

Tendo antecipado a razão do conflito, resulta translúcida a questão do desejo que se volta contra ela. Quando, ainda na casa, decidida a não tolerar que ele lhe falte com a palavra, ela recusa que ele entre, o Amado força a porta... Quando ele força a porta, alguma coisa acontece dentro dela. A Amada nos diz que as suas entranhas se estremeçam dentro dela. Ela corre até a porta... Ela diz que as duas mãos são puro desejo, já não é mais ela, pessoalmente, mas o desejo que a toma e carrega seu corpo na direção do Amado... Com a consciência ela o recusa: traidor!, mas com o corpo ela o deseja ardentemente: eu te quero!...

Entende-se o drama? Não é exatamente o que o mitoplasma diz? O desejo dela será para o homem dela e ele há de dominá-la. A Amada construiu sua utopia e, contra a cultura dentro da qual ela vive, arrancou do Amado a promessa de exclusividade – amor, paixão e exclusividade. Fora o desejo que a arrancara da passividade de escrava e a fizera construir com as próprias mãos a sua libertação. E, no entanto, quando ela pensa estar livre, o desejo a arrasta na direção contrária, forçando-a a submeter-se ao domínio de um homem que ontem prometeu exclusividade a uma única açucena e, agora, é pastor de quantas!? Não era o desejo a arrastá-la? Não era o desejo a torná-la dominada pelo seu homem? Não era o desejo a manifestar-se nela como a evidência inelutável do castigo, da maldição, da ira divina contra a mulher de pecados? Como previra a “palavra do deus”, o desejo dela era para o homem dela, e o homem dela a dominaria. Como de fato a dominou. Ela se submete à relação de concubinato. Ela aceita que o seu homem ponha outras mulheres em sua casa. Elas estão no livro inteiro. O mitoplasma ganhou.

Ganhou? Bem, terminasse o livro nesse ponto, o mitoplasma teria ganho. Mais do que isso: “Cântico dos cânticos” seria o correlato hebraico da tragédia grega. Como não? Os deuses determinam o destino do herói. O herói passa toda a história tentando fugir desse destino. Tudo se encaminha para que todos, inclusive o herói, pensem que o destino determinado pelos deuses foi frustrado, e, de repente, lá está a vida do herói transformando-se de tal

sorte que ele acaba exatamente na situação determinada pelo oráculo... Não é exatamente a história de “Cântico dos cânticos”? O mitoplasma sacerdotal afirma que a mulher é portadora de castigo e maldição do deus e que a prova disso é seu próprio desejo, manifestando-se nela como a evidência de que jaz ali uma maldita de Yahweh. No início, a heroína parece incólume à determinação divina. Em lugar de crivar nela o domínio, o desejo se manifesta nela como motivação para a liberdade. Lá vai a Amada, julgando fugir da determinação do oráculo. Não vai ser dominada por homem algum, nem seus irmãos mais, nem o homem que ela caça e colhe no campo de pastagens. Ele promete isso para ela! E eles se casam... O oráculo perdeu. Perdeu? Não, o Amado a trai. Em nome de sua condição de homem, desconsidera a palavra empenhada e a domina, submetendo-a a uma condição de mulher que ela dissera a ele que não queria e que ele jurou a ela não lhe daria. Tomada pelo desejo por esse homem, esse, que a traiu, ela agora se submete. Ela arde de paixão por ele: “que ele me beije com os beijos da boca dele” (1,1). Está consumada a tragédia. O deus falou.

Bem, não é essa a forma como a Amada interpreta sua situação. Não há tragédia aí, ela diz. A explicação é outra. Primeiro, como já vimos, ela nega que seu desejo seja evidência de qualquer maldição divina: o desejo está nela, mas está nele também. A Amada nem aceita que seu desejo seja maldição, nem promove ela mesma, contra si, ressentimento e mágoa. A Amada não aceita nenhum nível de negatividade em seu desejo. Com isso, como se viu, ela anula o mitoplasma. Anula o mitoplasma, mas não a situação real em que ela está e que o mitoplasma lê como maldição e castigo.

Pois a leitura que a Amada faz de sua situação é a seguinte: é fato que ela está sob domínio político-social de seu homem. É fato que ela se submete a esse domínio por força de seu desejo por ele. Mas não é fato que se trate de maldição ou castigo do deus. Trata-se apenas e tão somente do fato de ela desejar um canalha.

“Ah, se foras meu irmão”, ela diz para ele (8,1). No livro inteiro, o Amado a trata de amada, noiva e irmã. Com efeito, o Amado foi seu amado e noivo. Mas não foi jamais seu irmão. Mentiu para ela. E, se não mentiu desde o início, enganando-a, traiu-a, no final. Se o Amado tivesse sido seu irmão, não teria voltado atrás

com sua palavra. Não a teria traído. Se não a tivesse traído, ambos estariam tomados pelo desejo, como estão, mas não haveria relação de domínio de um sobre o outro. O oráculo diz: “para o teu homem será o teu desejo, e ele te dominará”. Quando a Amada subverte o mitoplasma, ela diz apenas “para mim é o desejo dele” e, em lugar de acrescentar, como vingança, “e eu o domino”, ela o convida... para o jardim. Percebe-se? O “jardim”, de onde, no mitoplasma, o casal é expulso pelo deus. Ela não quer uma relação de domínio: ela quer o seu Amado no jardim, onde, ela diz, “lá te darei o meu amor”.

Por que sua utopia não foi possível? Porque algum deus rogo pragas? Não! Porque ela está cravada pela maldição de algum oráculo? Não! A utopia não foi possível, porque a utopia dependia do Amado. Ele e apenas ele podia ter impedido que o mitoplasma se revelasse, na prática, eficiente. Não se trata de maldição, de oráculo, de tragédia: trata-se apenas de um homem, agindo exatamente como a classe dominante espera que ele aja. Se o Amado tivesse mantido a sua palavra, os sacerdotes poderiam redigir quantos mitoplasmas quisessem – os dois estariam livres. O desejo dela não seria vinculado a nenhuma estratégia de controle social. Mas como o Amado joga o jogo que a classe dominante espera que ele jogue, não há nada que ela possa fazer, salvo, como o mitoplasma quer, assumir seu desejo como, no final das contas, maldição – o que ela não vai fazer sob nenhuma condição.

Devo insistir no fato de que, a meu ver, a classe dominante conta com isso. O domínio que a classe dominante sacerdotal exerce sobre os camponeses gera acúmulo de pressão psicossocial. A pressão psicossocial pode evoluir para revoltas camponesas, como, por exemplo, as que eclodiram na época da Reforma (LOEWEN, 1974, p. 59), quando, ouvindo os discursos reformados e levando-os a sério demais, os camponeses julgaram que podiam conceber sua existência fora do domínio dos príncipes, ao que, no final dos enfrentamentos retóricos e às vésperas do enfrentamento bélico que os dizimou, Lutero respondeu com o velho mitoplasma reacionário: Deus criou uns para mandar e outros para obedecer. O mitoplasma de Gênesis tem a mesma função: o deus – isto é, os sacerdotes – mandam, os camponeses obedecem. A médio e longo prazo, todavia, o domínio acumulado pode desdobrar-se em re-

volta. A saída é evitar ou adiar ao máximo o superaquecimento da caldeira, canalizando a pressão psicossocial para a catarse, e, nesse caso, em lugar de a indignação acumulada dos camponeses converter-se em revolta aberta contra a classe dominante, ela se canaliza contra as mulheres. É exatamente o mecanismo que Marx denuncia ter ocorrido na Rússia pré-moderna, onde e quando os camponeses espancavam suas mulheres como forma de distender a humilhação e violência sofrida pela classe dominante.

O mecanismo está plenamente operante na Judá pós-exílica, e nisso não vejo novidade. O que é excepcional para mim é encontrar um livro tão antigo que não apenas pressuponha o mecanismo, mas que o denuncie e enfrente tão implacavelmente. A Amada conhece o mecanismo, porque ela é vítima dele. No entanto, ainda que seu corpo esteja submetido ao jogo, a sua mente, não. A Amada desconstrói a leitura oficial do *status quo* e arrosta ao sistema a leitura que ela faz: eu, mulher, só estou submetida a esse jogo de domínio porque o homem que eu desejo joga o jogo do sistema, em lugar de jogar o meu jogo, o nosso jogo. Uma vez que a utopia é a experiência social por excelência, não há como a utopia da Amada consubstanciar-se sem o engajamento do Amado. Não há maldição alguma aí, há apenas cálculo da parte do poder e covardia da parte dos homens submetidos ao poder. Não se trata, portanto, de uma questão teológica, mas de uma questão política e social. Se o Amado não quisesse, a Amada não seria dominada. Se o Amado quisesse, Amada e Amado poderiam viver fora do âmbito do mitoplasma sacerdotal. O sistema só funciona com a cumplicidade dos atores sociais...

O que me faz concluir com uma referência contemporânea. O Estado do Espírito Santo é campeão nacional de violência doméstica (GARCIA et al., 2013). Seria necessária uma pesquisa de caráter transdisciplinar que investigasse a hipótese de constituir esse um fenômeno similar ao que analisamos. Eu sugeriria as seguintes questões: estarão os corpos das mulheres capixabas funcionando como válvula de escape da violência de algum nível experimentada pela classe masculina? Estará o grupo masculino responsável pela violência doméstica contra suas mulheres transferindo para seus corpos a violência que eles mesmos experimentam em seu dia a dia? Estamos diante de um sintoma psicossocial? Estamos diante de vio-

lência estrutural? Mais do que isso: estaríamos diante de violência programada? Considerando-se o programa sacerdotal consubstanciado em “Gênesis” 2,4b-3,24, que relação há entre o fato de ser o Estado do Espírito Santo um dos mais proporcionalmente evangélicos da Federação?

Referências

- AUERBACH, E. A cicatriz de Ulisses. In: _____. *Mimesis*. A representação da realidade na literatura ocidental. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 1-20.
- CAVALCANTI, G. H. *O Cântico dos Cânticos*: um ensaio de interpretação através de suas traduções. São Paulo: Edusp, 2005.
- DETIENNE, M. *A invenção da mitologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- GARCIA, L. P. et al. *Violência contra a mulher*. Feminicídios no Brasil. São Paulo: Ipea, 2013.
- GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.
- LOEWEN, H. *Luther and the radicals*: another look at some aspects of the struggle between Luther and the radical reformers. Ontario: Wilfrid Laurier University, 1974.
- LOSURDO, D. *A luta de classes*: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RIBEIRO, O. L. Cântico dos Cânticos (7,10[11]) contra Gênesis (3,16): um caso de intertextualidade programática subversiva. *Estudos Teológicos*, v. 53, n. 2, p. 312-324, 2013.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica*. Primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SCHÖKEL, L. A. *Dicionário bíblico hebraico-português*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1997.



Festival "Lugar de mulher é onde ela quiser", Ponte da Passagem,
Vitória, 8 de março de 2015.

DO LUGAR DE QUE SE FALA: TERRITORIALIDADES DISCURSIVAS SOBRE GÊNERO E SEXO NAS REDES

*Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira
Maria Carolina F. B. Roseiro
Anderson Cacilhas Santiago*

Contextos: redes e controvérsias, sexo e gênero

O *lugar de fala* se refere a uma posição discursiva, que assume importância nos ativismos e militâncias pela produção de verdades que opera. Há pelo menos duas concepções em jogo que nos interessam abordar. Uma primeira perspectiva, segundo a qual o discurso, assim como o poder, é produtor de interdições, sendo algo que se detém e que, dessa forma, legitima certas expressões em detrimento de outras, para as quais seria recusada a posição enunciativa. Nesse caso, o lugar de fala seria ocupado por uns e interdito a outros, evidenciando-se uma condição de privilégio para o sujeito da enunciação, enquanto aos receptores caberia a condição de oprimidos. Trata-se de uma perspectiva crucial para a militância de minorias, especialmente quando a luta por direitos incide nas disputas por espaços de representação.

Outra perspectiva, que pretendemos considerar, aborda o lugar de fala enfatizando o caráter produtivo do poder na emergência dos discursos e dos sujeitos da enunciação. Não se trata de desconsiderar os procedimentos de interdição e tampouco as opressões que incidem sobre aqueles e aquelas a quem a posição enunciativa é interdita. Trata-se de ponderar que as interdições advêm de relações de poder que são positivadoras mais do que repressivas.

Dito de outra forma, o discurso prolifera onde aparentemente se pretende a sua omissão ou supressão (FOUCAULT, 1988). Dessa forma, consideraremos as posições do discurso, no que tange às concepções de lugar de fala, tanto por seus mecanismos de interdição quanto pelas relações de poder que se produzem.

Nossas pesquisas foram realizadas em publicações *on-line* diversas – incluindo *blogs* pessoais ou de coletivos e associações, revistas e *sites* de editoras ou independentes, incluindo de ONG's –, em sua maioria produzidas por sujeitos e grupos que estão preocupados em discutir e articular-se em torno das questões das opressões². Foram elencados para análise os textos em formato de artigo de opinião, ainda que alguns deles fizessem uma argumentação acadêmica, buscando entendimentos diversos, conceituais ou não, acerca do *lugar de fala*, expressão em disputa nos movimentos sociais e nas controvérsias das redes. Desse modo, procuramos ainda estabelecer quais atores encontram-se enredados nesses discursos e com quais significações, posições políticas e discursivas e quais são as competências, saberes e referências que são evocados. As primeiras indagações emergiram de observações e vivências nas quais a identidade de gênero e/ou a orientação sexual foram problematizadas como marcadores de privilégio ou de opressão quanto ao lugar de fala.

A disseminação e a popularização da internet e do uso de mídias digitais fizeram proliferar as vozes nas redes sociais. Essas ferramentas inicialmente foram acolhidas como alternativas à *mass media*, uma vez que se descentralizava a produção de conteúdos e se criava uma conectividade mais direta entre emissão e recepção desses conteúdos. Para os ativismos minoritários, oportunizava-se a veiculação de suas reivindicações e de suas (sub)culturas de um modo que poderia burlar o bloqueio hegemônico. Aos otimistas, esse seria o efeito mais considerável. Para os mais pessimistas, ou menos entusiastas, a pulverização produtiva seria acompanhada pela capilarização do controle. De todas as formas, acreditava-se que havia ali uma exponenciação da formação de grupalidades, a

² Utilizamos uma ferramenta de busca com as palavras-chave: *lugar de fala e protagonismo e lugar de fala*, interessando-nos as publicações que abordassem gênero e sexo (n=100 links).

partir de uma dissolução das polarizações – individual/coletivo, receptor/emissor, íntimo/público.

Podemos compreender que a articulação entre os diversos grupos e seus lugares de fala encontra ambiente favorável ao diálogo, no que se refere à comunicação instantânea globalizada como uma ferramenta de revolução na formação de territórios pela configuração das redes (HAESBAERT, 2011). À medida em que a rede é “desespacializada”, ela torna-se contraponto ao território, trabalhando com a ideia de que um poderia substituir o outro. Há neste pensamento um problema que repousa sobre o fato de que a rede está sendo vista apenas em sua “dimensão temporal”, dissociada da dimensão espacial. Em um diálogo com Bertrand Badie (1995, apud HAESBAERT, 2011), Rogério Haesbaert associa a lógica territorial a particularismos, fechamentos, intolerância e recusa da troca. Desse modo, as redes propiciariam a emancipação do indivíduo, enquanto o território implicaria pertencimento alienante e a retribalização retrógrada.

As análises de Haesbaert nos interessam para a discussão dos marcadores de gênero enquanto referências identitárias que circunscrevem os lugares de fala nas redes. Ao considerarmos os ativismos feministas, assistiríamos à emancipação do indivíduo quanto ao protagonismo das mulheres, que são sujeitos desse movimento. No entanto, as identidades de gênero configuram-se por espaços na rede que são delimitados pelo pertencimento, que é de ordem territorial. Contudo, não há um território comum em absoluto que seja representado por uma voz única da mulher. Por conseguinte, ao invés de dissolver as polarizações, as redes evidenciam uma multiplicidade nessas posições. Na lógica das redes, os lugares de fala demarcam identidades que se referem a grupalidades, mas que se particularizam por meio dos marcadores de diferenças. Ao mesmo tempo, pela exponenciação conectiva, os indivíduos/sujeitos que acessam esses territórios estão vinculados a diversos outros pertencimentos.

Manuel Castells (2001) relata espaços de fluxo e espaço dos lugares demarcando a sua diferença na desarticulação física, na ausência da contiguidade espacial dos fluxos, ao passo que esse elemento está presente nos lugares, espaços com diversidade de funções e expressões que têm memória coletiva e interação social for-

talecida. Em *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet* (2013), o mesmo autor traça características presentes em todos os movimentos que analisou (Tunísia, Islândia, Egito, Indignados da Espanha, Ocupe Wall Street, jornadas de junho no Brasil), em especial as relacionadas à comunicação na era digital. Há um importante papel das redes sociais *on-line* com o uso de ferramentas como *Facebook*, *Twitter*, *Livestream* e *YouTube* em todos os movimentos. Fica evidente a autonomia que a comunicação em rede digital proporcionou às pessoas nesses episódios.

O autor chama a atenção, ainda, para a ausência de líderes em muitos desses movimentos, a combinação entre indignação e esperança, a participação de diferentes correntes sociais e uma busca por radicalização da democracia, mais participativa. Na maioria dos casos houve forte repressão policial aos movimentos e as mensagens passadas eram muito semelhantes com cartazes que se repetiam em diversas partes do mundo com mensagens como “nós somos os 99%”, “você não me representa” e “o sistema é a crise”. Tais análises indicam que as redes fortalecem as mobilizações sociais, oferecendo posição de protagonismo para identidades minoritárias e conectando os indivíduos. Contudo, também constituem-se como ferramentas globalizantes, homogeneizando expressões identitárias.

Na perspectiva da discussão que propomos, as controvérsias exercem papel importante nos ativismos para que os posicionamentos identitários não se enclausurem nos seus pertencimentos. Para Bruno Latour (2012), as ciências sociais, entendidas como “ciência do viver juntos”, têm a tarefa de desdobrar as controvérsias sobre associações possíveis, mostrar os meios pelos quais essas controvérsias se estabelecem e prosseguem, e ajudar na definição de procedimentos corretos para a composição do coletivo. Para o autor, será possível encontrar uma maneira mais científica de construir o mundo social quando deixarmos de interromper o fluxo de controvérsias. É preciso encontrar o terreno firme sobre a areia movediça e entender que, ao contrário do que é comumente difundido, “o relativismo é um modo de flutuar nos dados, não de mergulhar neles” (2012, p. 46).

Para Latour (2012), a tarefa de definir e ordenar o social é dos seus atores e deve ser deixada sob a responsabilidade deles, independentemente do quão irracionais suas decisões possam parecer.

Dessa forma, o papel das ciências e sua relevância deslocam-se da primazia do racionalismo e da neutralidade, consistindo em rastrear as articulações entre as controvérsias, ao invés de tentar resolvê-las.

O tecido da existência coletiva, para Tommaso Venturini (2010), é revelado por meio das relações estabelecidas com laços fortes e fracos entre os atores e da sua argumentação sobre categorias e identidades que envolvem incessantemente a controvérsia, da qual emergem uma multiplicidade de pontos de vista que são aproveitados por esses atores. Quando atores discordam e concordam sobre sua discordância, temos a controvérsia. Numa compreensão mais ampla, as controvérsias começariam quando os atores descobrem que eles não podem mais ignorar o outro e terminariam quando eles assumem o compromisso de viverem juntos.

O espaço em que habita a controvérsia se situa entre esses dois extremos. Os atores dessa trama não são apenas humanos ou grupos humanos, mas também elementos naturais e biológicos, produtos industriais e artísticos, instituições econômicas e outras, artefatos científicos e técnicos, entre outros. Nas controvérsias se dão as relações mais heterogêneas (VENTURINI, 2009, p. 261, tradução nossa).

Reuniões não devem ser consideradas como garantidas quando se trata de controvérsia, lugar em que um ator pode se decompor em uma rede frouxa, por exemplo, e qualquer rede pode funcionar como um ator. Para Venturini (2009) na controvérsia são rejeitadas velhas simplificações, ao passo que novas simplificações ainda não foram aceitas. A discordância sobre quase tudo torna as questões difíceis de resolver dentro da controvérsia. Nela, os atores não discordam apenas sobre respostas, mas sobre as próprias questões.

Se ideias consideradas garantidas começam a ser questionadas, surge a partir daí uma controvérsia. Ela é uma discussão, nem sempre verbal, realizada por inúmeros atores, e também se configura como um conflito dentro da construção de um universo compartilhado. As controvérsias tomam decisões e se sujeitam a elas por meio da distribuição do poder entre atores desiguais, que podem atuar em uma luta para reverter ou manter desigualdades sociais em

que os procedimentos democráticos podem servir de instrumento de negociação. Entretanto, não raramente, lança-se mão de força e violência.

Neste trabalho, a controvérsia sobre a qual nos debruçamos refere-se a posições dos coletivos que têm como temática o gênero e a sexualidade e os lugares de fala dentro deles. Nas publicações selecionadas, as discussões sobre o papel do homem no feminismo foram as mais recorrentes, sendo raras vezes mencionada a diferenciação entre pessoas *cis* e *trans*³.

A controvérsia do lugar de fala

Nas observações feitas nos *sites* analisados, deu-se conta de dois discursos distintos conceituando o lugar de fala que enredavam diferentes atores e objetos. Um deles parte do princípio de que o oprimido, por ser aquele que vivencia a opressão (no caso, o machismo, a homolebotransfobia e o racismo), é quem tem o exclusivo direito de protagonizar espaços de representação ou de expressão: movimentos sociais, discursos e produções acadêmicas acerca de sua diferença. Exemplifica essa posição o texto de Nádya Lapa, publicado na revista *Carta Capital*⁴, onde se lê:

a luta até poderia – e deveria – ser de todos, mas um gênero é oprimido, enquanto o outro é privilegiado. Inútil apontar qual ocupa esses grupos. Como falar em igualdade se ela, de fato, não existe? Partiríamos, mulheres e homens, de lugares diferentes!

³ Foram muito frequentes também as discussões sobre feminismo interseccional, especialmente quanto a diferenças entre o ativismo de mulheres brancas e mulheres negras. Contudo, para a problematização do lugar de fala quanto a sexo e gênero, os dados da controvérsia sobre o papel do homem foram julgados mais relevantes e, sobretudo, mais pertinentes, tendo em vista a proposta de discussão ser atravessada pela noção militante de protagonismo, de modo que os autores, sendo brancos, não poderiam colocar-se nesse lugar de fala.

⁴ LAPA, N. O papel dos homens no feminismo. *Carta Capital*, 19 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/o-papel-dos-homens-no-feminismo-4622.html>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

O trecho ilustra essa posição bastante presente no material de análise sobre o lugar de fala, segundo a qual, por uma certa condição do sujeito, lhe assiste o direito a apoiar ou a ser parte dos grupos ativistas de causas minoritárias. No caso dos discursos feministas, tratava dessa posição a questão do empoderamento, da emancipação, do pertencimento e do protagonismo da mulher em oposição ao privilégio de fala do homem.

Outras discussões propunham que o lugar de fala seria um recurso essencial para entender a troca simbólica de enunciados, compreender de onde partem os posicionamentos e a contextualização das falas. Nessa perspectiva, não se deveria desconectar o lugar que o locutor ocupa, num determinado contexto, de sua posição em relação a outros seres e do mundo, mas essa perspectiva deveria potencializar construções coletivas, transversais e não segregadoras. Paralelamente a isso, havia posições que tratavam o local de fala como sujeito epistêmico, em que o conhecimento sobre as opressões pode ser propositivo, por meio do racionalismo, ou vivencial, por meio do empirismo.

Nesses dois sentidos, buscou-se também dar conta dos projetos de “conviver junto” que os textos propunham. Em sua maioria, houve a defesa de dois pontos cruciais: primeiro, garantir que quem sofre a opressão seja aquele que protagonize as lutas e não silenciar negras e negros, LGBTQs e mulheres; segundo, estabelecer os lugares que podem ser ocupados pelos homens na causa feminista, sendo apenas de apoio ao movimento, considerando-se necessária a organização de grupos e espaços feministas que não aceitem a entrada de homens. Também foram mencionadas propostas como a de boicotar os sujeitos e seus produtos que estão lucrando com causas que não são suas e a de que críticas ao movimento devem ser feitas apenas por mulheres “que participam dele”. As contravérsias se apresentam quanto ao “caráter pedagógico” das lutas, apostando-se que não é necessário censurar a voz de pessoas que se esforçam em ser aliados para que os oprimidos tenham mais espaço. Além disso, ao invés de reforçar as posições ocupadas pelos atores, propõe-se estabelecer um olhar que analise a forma como a sociedade atual se organiza quanto à divisão social do trabalho, considerando as opressões econômicas atravessadas por raça, gênero e orientação

sexual, para, enfim, entender com mais precisão de onde derivam os antagonismos existentes.

Entre os temas tratados nos textos analisados, alguns textos se posicionam dizendo que não existe homem feminista, afirmando que é preciso garantir que as mulheres sejam donas de sua própria luta. O que foi trazido ao debate é que o feminismo é vivido dentro das nossas situações cotidianas e, dessa maneira, qualquer pessoa poderia e deveria ser “pró-feminista”, não passando adiante ações e discursos misóginos e machistas e nem deixando com que esse tipo de coisa passe despercebida. Nesse sentido afirmou-se que o homem não poderia ter direito a fazer críticas às articulações dos movimentos de mulheres, já que, ao fazer apreciações sobre “o que é ser feminista”, o homem está “se intrometendo em algo que não tem como saber de fato como é”, já que está “ditando regras sobre o que é sofrer e lutar contra uma opressão que só conhece como espectador ou perpetrador”. Assim, há sérias censuras ao chamado *mansplaining*⁵ do homem que se diz aliado do movimento. Ao negar que há machismo numa situação em que um grupo de mulheres afirma haver, o homem estaria mais preocupado em fazer valer sua opinião do que em ouvir quem passa por essas opressões e em aceitar que essas pessoas entendem mais do que estão falando do que ele. “Afinal, garantir que as mulheres tenham poder inequívoco de decisão sobre suas próprias lutas é o mínimo que se poderia esperar de um movimento que deseja empoderá-las”.

Além disso, tratou-se também dos privilégios, visibilidade e facilidade que determinados sujeitos têm por seus lugares na sociedade, para falarem sobre racismo, machismo, pobreza, sendo eles brancos, *cis* e ricos, e que isso faria parte de um sistema de silenciamento e apagamento de mulheres, sobretudo gordas, periféricas,

⁵ Anne-Charlotte Husson, em conferência de maio de 2013, na Université d’Helsinki, na Finlândia, conceituou o *Mansplaining* como um neologismo recente, surgido nas redes, tendo aparecido pela primeira vez em 2008, e não tem nenhum significado estável. Uma definição popular, no entanto, descreve-o como “[não] apenas o ato de dar explicação enquanto masculino [...]. *Mansplaining* é quando um cara diz para você, uma mulher, como fazer algo que você já sabe como fazer, ou como você está errada sobre algo que você está realmente certa a respeito [...]. Principalmente quando ele está explicando como você está errada sobre algo ser sexista”. Para a autora, é evidente a partir dessa definição que *mansplaining* se baseia em conceitos feministas centrais, mas também em outros controversos como “ponto de vista” e “privilégio”. Ele também se baseia em linguística feminista e sua descrição dos papéis de gênero na conversação.

negras e trans. Desse modo, também haveria apropriação do lugar de fala entre mulheres feministas de diferentes posições.

Em contrapartida, houve quem levasse em conta que o conhecimento vivencial, como é proposto pelo lugar de fala, pode ser uma condição facilitadora, mas não é uma condição necessária (nem suficiente) para reconhecer mecanismos de opressão na sociedade. Alguns textos questionavam, ainda, a exclusividade do lugar de fala às minorias, reivindicando o entendimento de posições que deem conta das diferenças, mas que possam permitir diálogos e construções coletivas políticas. O enfrentamento por disputa de protagonismo (entendendo-o como “personagem principal”) substituiria com prejuízo a ideia de lutarmos em conjunto.

É curioso notar que, na maioria dos textos analisados, a questão dos **saberes** elencados para dar suporte às argumentações não é clara ou parte de reflexões vivenciais dos autores dos textos. Em alguns textos, entretanto, podem-se perceber conhecimentos que gravitavam em torno de vertentes do feminismo, fatos históricos, epistemologia, psicologia e o próprio ativismo.

Entre os fatos e situações elencados estavam ações cotidianas, como discussões cotidianas sobre gênero, sexo e raça, relações afetivas, violência, vivências de opressão – machismo sofrido por mulheres, homofobia sofrida por homossexuais e o fato de mulheres não estarem presentes em algumas posições de trabalho. Além disso, algumas formas de articulação política como o ativismo de internet, o fato de a Câmara Federal no Brasil ser composta por mais de 90% de homens, a organização social do país, pessoas que participam de movimentos organizados em causas que não os envolvem diretamente, como marchas, são alguns dos fatos que também foram elencados como ilustração ou fonte de argumentação. Sobre as marchas houve crítica à carnavalização da Marcha das Vadias e à despolitização das Paradas do Orgulho LGBT, como mostra o trecho⁶ a seguir:

⁶ LONGO, F. Bandeiras levantadas, protagonismo, e o medo do ativismo LGBT: quanto custa pra gente se unir? *Os Entendidos*, 2 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/12/02/quanto-custa-unir-lgbt/>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

Criadas em um contexto histórico de muita repressão, elas se institucionalizaram como festivos eventos turísticos em várias cidades. Enquanto alguns militantes defendem que a visibilidade que proporcionam já é política por si só, outros acreditam que o perfil carnavalesco esvazia as demandas. Há ainda quem considere que o clima de festa é parte da história desse segmento e quem aponte – com razão – que nem todas as letras da sigla são representadas direito pelo evento.

Outros fatos elencados são algumas coberturas da mídia sobre certos temas, especialmente no que se refere a sujeitos que ocupam lugares na mídia ou com *status* de saber e que lucram falando de minorias. A mesma legitimidade aparece questionada em produções científicas/acadêmicas. Também foram mencionados alguns fatos históricos como nazismo, *apartheid*, independência das Américas.

Outro elemento que foi tema de interesse em nossa análise são os **atores sociais**, humanos e não humanos, que foram trazidos à discussão, bem como a forma pela qual foram representados no discurso. Pelo fato de o próprio tema e da maioria dos textos serem de fonte feminista, os principais atores humanos a aparecerem são o homem e a mulher.

O homem é visto como aquele que, por mais que possa se afetar com o machismo, acaba se beneficiando dele, por privilégios (salários mais altos, maior probabilidade de assumir cargos de chefia, liberdade sexual, sair na rua a qualquer hora sem receio de ser estuprado). É bastante presente a representação dos homens como sujeitos que desrespeitam o movimento, como aqueles que oprimem as mulheres e que são socialmente privilegiados. Alguns textos trazem a crítica ao homem que quer participar do movimento e definir suas lutas, sendo acusados muitas vezes de *mansplaining*. Para algumas autoras os homens que “estão de fato engajados” devem criar seus próprios espaços de desconstrução. Eles podem auxiliar a causa reprimendo atitudes machistas e difundindo ideias pró-feministas nos “seus espaços de fala”. A escritora Clara Averbuck ilustra a posição de muitos dos textos acerca do esperado ao homem dentro do movimento feminista, ao dizer⁷ que o homem

⁷ AVERBUCK, C. Aborto, protagonismo e o nosso feminismo. *Lugar de Mulher*, 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://lugardemulher.com.br/aborto-protagonismo-e-o-nosso-feminismo/>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

pode e deve se colocar A FAVOR de nossas pautas, sim, ajudando a amplificar nossas vozes. Não pode: vir cagar regra ou pagar de "protetor" de mulher. Aliados. Aliados. Não protagonistas, jamais protagonistas.

Aparecem também de forma negativa a figura dos gays que não se aliam a causas e bandeiras LGBTs, raciais e feministas. O homossexual também aparece ligado como vítima de ações de homofobia. Aparecem negativas figuras como a do homem (algumas vezes especificado como *cis*), do branco, do heterossexual. Também apareceram alguns sujeitos da mídia, associados à ideia de apropriação e roubo intelectual, especialmente por tentar representar o que não vivencia, o que também se critica nas funções de cientistas e pesquisadores.

A mulher surge nos discursos analisados, na maioria das vezes, como aquela que sofre com o machismo, sendo cotidianamente silenciada, abusada, estuprada e morta por sujeitos que compactuam com ele. As mulheres são vistas como para quem o feminismo é feito e quem o fazem. Em alguns textos há a separação entre a mulher que está fora e a que está dentro do movimento feminista. Esta última teria o papel de desenvolver estratégias políticas, pautas, manifestações e reivindicações. Em algum momento algumas mulheres feministas são apontadas por sua atitude de focar desmedidamente as críticas à aparição masculina em questões de mulher. Também há referências a mulheres negras e/ou periféricas sobre a importância do seu protagonismo contra opressões.

Dentro dos atores não humanos citados apareceram instituições como empresas, o Estado, o Congresso Nacional, a Universidade, a Ciência, as clínicas, a imprensa, a publicidade, plataformas de redes sociais *on-line* (Facebook, Twitter, Orkut, Whatsapp), o capitalismo, o patriarcado, a homofobia, o machismo, o racismo, a pobreza, o preconceito, a apropriação intelectual, o silenciamento, o apagamento e o paternalismo.

A pesquisa também identificou tipos de coletivos: os feministas (como o local feito por mulheres e para mulheres para lutar contra o machismo); os pró-feministas (redes de amizades entre

homens como o lugar de atuação de homens pró-feministas); e os LGBTs. Alguns posicionamentos abordaram a utilização do movimento LGBT como instrumento de combate fundamental para o estabelecimento de políticas de apoio às suas questões. Entre as características desses coletivos foram citadas a ideia de que o feminismo possui vertentes que se contradizem; que há muitos feminismos; que o feminismo é formado por coletivos organizados de maneira horizontal, nos quais as decisões são tomadas em conjunto; que existem certas correntes do feminismo que se pretendem como absolutas e universais; que há grupos individualistas e reacionários que pedem exclusividade em detrimento de outros que querem produzir projetos coletivos; e que há algumas correntes que colocam o homem como aliado, jamais como protagonista. Há, ainda, os grupos feministas que consideram o silenciamento das mulheres privilegiadas em relações a outras com marcas de diferenças (negras, trans, gordas); e a manutenção de espaços feministas nas redes sociais que não aceitam a entrada de homens, sustentando que essa prática não é excludente, mas necessária para possibilitar o compartilhamento de relatos de abusos com maior segurança, sinceridade e com um medo menor de julgamentos alheios.

Lugares, falas

Ao pesquisarmos sobre o lugar de fala e protagonismo em se tratando de lutas sociais em torno das questões de gênero e sexo, observamos que as controvérsias geradas apontam majoritariamente para articulações feministas e, em menor escala, para movimentos LGBTs e outras marcas de diferença dentro do próprio feminismo como as da mulher negra e dos sujeitos *trans*. Evidenciou-se que o que está em jogo é o direito de falar sobre. Os textos, de um modo geral, apontam para uma ética de como agir em determinadas situações, demarcando lugares de direitos e normatizando a participação política nos movimentos minoritários. Muitas vezes, o entendimento desses lugares está expresso com grande fixidez, sendo altamente identitário e organizando-se em blocos de sentidos prontos e coesos, que demarcam e caracterizam homens e mulhe-

res, sem problematizar essas categorias. Percebe-se, por outro lado, a premência de justiça social quanto à afirmação de que só quem sofre com a opressão pode fazer parte de um movimento que discute sua referente marca de diferença.

Nessa controvérsia, podemos observar posições políticas de feminismo em conflito sobre o direito de fala das pessoas que não são diretamente afetadas pelas opressões. Se partirmos do pressuposto que o sistema heterossexual constrói metonimicamente homens e mulheres, essas posições reforçam a diferenciação entre os sexos e propõem um *ethos* de modos de ser e de agir nas articulações sociais sobre gênero e sexo. Temos que reafirmar que o

sistema/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam (PRECIADO, 2014, p. 26).

Essa engrenagem de produção e de reprodução que disponibiliza as mulheres como força de trabalho sexual e como meio de reprodução é que está em jogo, nesse sistema heterossexual, sendo negociada, reafirmada em alguns discursos e negada em outros.

Paul Beatriz Preciado argumenta que o sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial reducionista do corpo às suas zonas erógenas, submetendo-se à assimetria de poder entre os gêneros. O recorte de órgãos e a geração de zonas fragmentadas no corpo, geraria zonas de intensidade sensitiva e motriz que, posteriormente ganhariam o *status* de centros naturais e anatômicos da diferença sexual. Isso faria surgir afetos com órgãos específicos, sensações e até mesmo reações anatômicas (PRECIADO, 2014), delimitando o que é ser mulher e o ser homem.

Dessa forma, o enquadramento da mulher, como sujeito do feminismo, pode ser problematizado, descentrando-se do sistema heterossexista, ao corroborarmos com Judith Butler (2015), quando ela afirma que a noção de gênero demonstra uma incapacidade de servir como premissa da política feminista e que, por isso, talvez seja necessária uma nova política feminista capaz de contestar reificações do gênero e da identidade e que viabilize a utilização da

“construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político” (BUTLER, 2015, p. 25).

A autora questiona quais relações de dominação e exclusão são reforçadas por meio das representações focadas pela política feminista. Por correr no interior de um campo de poder, a formação do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista. “Talvez, paradoxalmente, a ideia de ‘representação’ só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito ‘mulheres’ não for presumido em parte alguma” (2015, p. 25).

A ideia de uma unidade global de mulheres provocou críticas por parte das mulheres que afirmam ser normativa e excludente a categoria mulher se esta não considera as intersecções de classe e de raça.

Insistir *a priori* no objetivo da “unidade” da coalizão supõe que a solidariedade, qualquer que seja seu preço, é um pré-requisito da ação política. Mas que espécie de política exige esse tipo de busca prévia da unidade? Talvez as coalizões devam reconhecer suas contradições e agir deixando essas contradições intactas. Talvez o entendimento dialógico também encerre em parte a aceitação e divergências, rupturas, dissensões e fragmentações, como parcela do processo frequentemente tortuoso de democratização (BUTLER, 2015, p. 39-40).

Consideramos, a partir da perspectiva militante do lugar de fala, que uma categoria estaria melhor representada por aqueles ou aquelas que expressem seus interesses de forma apropriada – o que, quase sempre, significa pertencimento identitário e conhecimento vivencial. No entanto, a concepção representacional, apesar de importante na luta por direitos, refere-se a um regime de verdade em que há uma relação necessariamente dual, entre polos maciços, na qual a permeabilidade dialógica estaria restrita aos enunciados passíveis de compreensão comum e de comum acordo. Trata-se, portanto, de uma relação que se inscreve em processos comunicacionais lineares, configurados pela transmissão inequívoca de uma mensagem (absoluta) entre o agente de enunciação e o receptor.

Esse regime de enunciação estabelece um circuito em que o contorno do texto enunciado será dado pelo emissor da mensa-

gem, como início e causa do processo. Dessa forma, a enunciação se daria de um ponto a outro, sempre verticalmente. Embora pudessemos pensar em uma reciprocidade, ou em horizontalidade, seria apenas pela alternância nas posições emissoras. Tal concepção é convergente com a noção de lugar de fala articulada ao conceito de protagonismo – seja numa acepção do senso comum, seja pelo referencial das ciências sociais, utilizado recorrentemente em pesquisas da educação e das ciências sociais, de acordo com os resultados nas ferramentas de busca. Portanto, em relações desiguais, o lugar de fala não apenas contextualiza a enunciação, mas posiciona o sujeito em uma posição de privilégio e por isso se coloca como alvo de disputas, visto indicar à recepção o lugar da interdição.

Outras perspectivas nos oferece a problematização da ordem do discurso apresentada por Foucault (2003), segundo a qual a entrada no discurso não se faz a partir da “tomada da palavra”. Existe uma produção do discurso que é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (p. 9). Um desses procedimentos, com o qual nos cabe dialogar, será, de fato, a *interdição*.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 2003, p. 9-10).

Haveria, na ordem do discurso, certa precaução quanto ao que se fala, quanto a como ou quando se fala e, especialmente, quanto a quem pode falar, uma precaução que seria produzida por esses procedimentos de interdição, os quais demarcam sobre quais objetos o falante pode se pronunciar e sobre quais objetos não cabe à sua (pré-dis)posição qualquer atividade enunciativa. Esses procedimentos relacionam-se à delimitação dos especialismos, contra os quais se contrapõe a concepção militante do lugar de fala, associada ao protagonismo dos sujeitos nos movimentos sociais. Contudo, ao tratar dos

procedimentos que produzem o discurso, Foucault (2003) propõe uma perspectiva de posicionamento que não seria mais de uma inserção, mas de uma composição/aglomeração discursiva.

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa (FOUCAULT, 2003, p. 5).

O falante, por conseguinte, deixa de constituir-se por uma relação necessariamente dualista, cerceada pelo antagonismo das posições de enunciação polarizadas, e passa a assumir o local de um trânsito, a colocar-se como veículo de uma produção polifônica, atravessado por uma legião de enunciados e não mais pré-definido por uma essência de significação. Uma legião propagadora de multiplicidades expressivas. Assim como na concepção de Guattari (2006), a enunciação não se isola dos planos coletivos de expressão e de significação.

Fundamentalmente, a questão da enunciação se encontra aí descentrada em relação à da individuação humana. Ela se torna correlativa não somente à emergência de uma lógica de intensidades não-discursivas, mas igualmente a uma incorporação-aglomeração pática (GUATTARI, 2006, p. 34).

O deslocamento da individuação, ou da expressividade individuada, coloca-se como um ponto fundamental, a partir do qual somente será possível tratar do encontro entre saberes como um plano de coemergência em que se *fala com* e não se *diz sobre*. De tal forma que, para rompermos com os regimes de verdade que produzem as posições de privilégio, os autores propõem que o sujeito de enunciação seja descentrado das individuações expressivas. No entanto, devemos considerar as concepções de espaço e de lugar, ao situarmos as posições discursivas, ainda que no plano das coletividades e multipli-

idades. Na produção dos discursos, não há puro fluxo e dissipação. Configuram-se os contornos por meio de articulações que marcam posicionamentos. Dessa forma, o contexto pode ser compreendido como a abertura do texto à produção de sentidos múltiplos e não como código de enclausuramento da sua significação.

A ênfase se transfere então, de uma relação de discursividade, que implica uma espacialização linear, o desdobramento de uma temporalização “enquadrada”, em direção a uma intensificação existencial, a afirmação da passagem de um tempo a um outro, de um *topos* a um outro (GUATTARI, 2006, p. 74).

Há, inerente ao entendimento de lugar de fala e nos textos, formulações de espaço que compõem uma territorialidade discursiva, em palavras como “lugar”, “território”, “local”, “posição”, como quando se diz “em como ampliar os espaços a serem compartilhados democraticamente”. Nos textos, as redes sociais (Twitter, Facebook) e a internet são citadas como os lugares em que se alimentam posições conflituosas acerca dos movimentos e sobre os direitos.

Doreen Massey explica que os lugares são reivindicados ou rejeitados nos debates, ao mesmo tempo que o lugar é visto como algo fechado, coerente, integrado, como se fosse um lar autêntico e seguro.

Lugar, através dessa leitura, é o local da negação, da tentativa de remoção da invasão/diferença. É um refúgio, politicamente conservador, uma essencializadora (e, no final, inviável) base para uma resposta, que falha ao dirigir-se às reais forças em ação (MASSEY, 2013, p. 25).

Nesse sentido, a autora atribui a esse lugar a característica de pretensões de exclusividade, dotado de autenticidade nativa com especificidades locais hostis aos que são designados como os outros.

Por outro lado, a professora e geógrafa britânica sustenta que há uma importância em pensar o espaço como uma cosmologia estruturante que modula nossos entendimentos do mundo, a política que fazemos e como nos comportamos em relação aos outros. “Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros” (MASSEY, 2013, p. 15).

A concepção de espaço defendida por Massey (2013) combina com a emergência de uma política que se comprometa com o antiessencialismo. As identidades são fruto da construtividade relacional e não estão definidas, imutáveis, mas estão permanentemente em construção, sendo um dos fundamentos do jogo político. Nesse entendimento relacional do mundo, que se contrapõe às reivindicações de autenticidades baseadas em identidades imutáveis, o espaço também é um produto das interrelações que deve ser imaginado como esfera de possibilidade da existência da multiplicidade, onde não há o definitivo.

Massey (2013) é enfática ao afirmar que a forma mais evidente que isso tomou foi a insistência de que a história do mundo não pode ser contada como a história da figura clássica do macho branco e heterossexual, pois fazem parte de uma complexidade, não são universais, como ironicamente se propõem a ser. É fundamental reconhecer as diversas trajetórias históricas que se interrelacionam para formar o espaço a partir da coexistência de outros.

O espaço como recorte estático através do tempo, como sistema fechado e como representação, é uma visão que o subjuga, ignorando as multiplicidades contemporâneas de outras trajetórias e a necessidade da subjetividade espacializada. O espaço deve estar sempre aberto, múltiplo, relacional, não acabado e em devir. Isso é indispensável para que a história esteja aberta, afastando as suas direções gerais, em que o futuro, com seus modos de produção, já é conhecido, para abrir espaço para a possibilidade de política (MASSEY, 2013), isto é, de transformações sociais. “Apenas se o futuro for aberto haverá campo para uma política que possa fazer diferença [...]. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo” (2013, p. 32). Esses lugares, na visão da autora, exigem que a negociação seja enfrentada, já que é preciso aceitar o fato de termos de continuar juntos e de que não podemos (mesmo que queiramos) “purificar” espaços/lugares. Política é uma questão do nosso estar-juntos (MASSEY, 2013).

Superando-se a cautela discursiva de posições polarizadas e de interdições disciplinares, por esse regime de verdade que nos leva à repetição, à fixação das posições, passamos a lidar com um cuidado que é o do cultivo, abrindo canais de interlocução que pos-

sam atravessar uma multiplicidade de planos expressivos, ainda que o ponto de partida seja de posições diametralmente opostas, como parece ocorrer com frequência nas controvérsias relacionadas aos ativismos, especialmente quanto ao debate sobre feminismo e lugar de fala, que aqui nos interessa. As controvérsias não compõem interesse para a pesquisa para demarcar prévias posições. A relevância se fará com a afetação e o envolvimento necessários para o deslocamento do óbvio, da redundância – voltando a Latour, uma atitude que deve se comprometer a acolher os contraditórios das enunciações, e a *pôr em risco a teoria* (2008, p. 49) na articulação das proposições.

Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. *Historia da sexualidade 1: vontade de poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- LATOUR, Bruno. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Org.). *Objects impuros: experiências em estudos sobre a ciência*. Porto: Afrontamento, 2008.
- _____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Bauru: Edufba; Edusc, 2012.
- MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução de Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1, 2014.
- VENTURINI, Tommaso. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. *Public Understanding of Science*, 5 dez. 2010. Disponível em: <http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Building_on_Faults.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016.
- _____. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Draft version*, 2009. Disponível em: <http://www.tommasoventurini.it/web/uploads/tommaso_venturini/Diving_in_Magma.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016.

QUE O DESEJO GRITE “EXISTIMOS!”



VIII Marcha Contra o Extermínio da Juventude Negra,
Vitória, 20 de novembro de 2015.

**CRIMINALIZAÇÃO DO ASSÉDIO
IDEOLÓGICO NAS ESCOLAS: IDEOLOGIA
DE GÊNERO COMO ARGUMENTO
CENTRAL NA DISPUTA
FUNDAMENTALISTA DA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO**

Tatiana Lionço

A presente reflexão se baseia em um estudo exploratório sobre a disputa fundamentalista da política de educação nacional. Por meio da consideração do processo de incidência do discurso religioso de viés fundamentalista no poder legislativo, visa apresentar a lógica de argumentação adotada por parlamentares na proposição de alterações na legislação que normatiza a educação, com ênfase na educação básica, pretendendo alcançar modos bastante específicos de formação de crianças e adolescentes por meio da regulação das práticas didático--pedagógicas.

Para contextualizar a problemática, vale destacar que já existem estudos que revelam a incidência do discurso religioso na política brasileira no sentido da restrição de direitos de mulheres e de LGBT (VITAL; LOPES, 2013), tendo como decorrência o retrocesso na política pública de educação. No entanto, se na ocasião da pesquisa de Vital e Lopes (2013) o retrocesso se deveu à incidência da pressão de parlamentares religiosos evangélicos na agenda do poder executivo, consistindo na retirada do material didático-pedagógico apelidado pelos conservadores de *kit-gay*, o presente estudo visa evidenciar que mais recentemente, notadamente a partir do ano 2014, parlamentares evangélicos vêm buscando retroceder na agenda de enfrentamento da homofobia, lesbofobia, transfobia e sexismo por meio de proposições de novos projetos de

lei. Visam, portanto, por meio de propostas de alteração de legislações, garantir a efetiva exclusão do parâmetro curricular que trata a sexualidade e o gênero como elementos fundamentais e transversais na educação de crianças e adolescentes.

Breve contextualização da problemática da laicidade e das relações Estado-Igreja

Com o processo de secularização, ou seja, com o processo histórico de separação efetivada entre as práticas de governo estatais e o poder das igrejas, a transição para a Modernidade se caracteriza pela emergência de novos direitos associados à possibilidade do dissenso moral na sociedade, garantido por meio dos direitos de liberdade de consciência e da liberdade de expressão (NUSSBAUM, 2008). A laicidade como princípio organizador das práticas de governo seculares visa garantir a livre consciência e expressão, primando pelo direito à dignidade da pessoa humana e ao direito de distintos grupos sociais enunciarem, em seus próprios termos, o sentido que atribuem a si próprios e aos seus modos de compreender a realidade social. A laicidade, portanto, é o dispositivo que permite garantir o dissenso próprio aos regimes de governo democráticos na Era secular.

Para Oro e Urtea (2007), o Brasil é um dos países da América Latina que tem em seu marco constitucional a garantia do regime de separação entre a Igreja e o Estado, embora a laicidade seja um princípio apenas depreendido, e não explícito, na carta constitucional. O artigo 19 da Constituição Federal do Brasil de 1988 veda ao Estado brasileiro o estabelecimento de cultos religiosos e também impede ao Estado tanto a interferência sobre o funcionamento das igrejas como a manutenção de aliança ou dependência entre o Estado e as igrejas. Os autores chamam a atenção para o fato de que seria por meio do artigo quinto da constituição democrática de 1988 que os princípios da liberdade de consciência e de crença permitiriam a afirmação da laicidade do Estado brasileiro, embora a laicidade não esteja explicitada nos termos do texto constitucional, mas apenas depreendida desse artigo.

Conquanto os autores tenham afirmado que o Brasil é um dos países latino-americanos que teriam em seu regime de organização do Estado a efetiva separação Estado-Igreja (ORO; URTEA, 2007), alguns eventos históricos posteriores ao texto de referência permitem que questionemos se a posição do Brasil não estaria de fato sofrendo um deslocamento histórico para outra forma de organização do regime de separação Estado-Igreja também sinalizada pelos autores, que é a separação Igreja-Estado com dispositivos particulares em relação à igreja católica, que aproveitamos para enunciar com a perspectiva ampliada de dispositivos particulares em relação às igrejas em sua pluralidade. Isso porque data de 2008 a assinatura da Concordata Brasil-Santa Sé, reforçada posteriormente por meio do Decreto Presidencial 7.107 de 2010, na então gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que se desdobrou em um processo de reivindicação da ampliação do compromisso do Estado brasileiro com as igrejas, para além da Igreja Católica, na forma de um projeto de lei conhecido como Lei Geral das Religiões (Projeto de Lei da Câmara 160 de 2009 do Deputado George Hilton)⁸.

Partimos do pressuposto, portanto, de que está em curso um processo de fragilização do princípio da laicidade no Brasil por meio de diversos mecanismos legais. Vale ressaltar que também é notória a crescente incidência do discurso religioso de viés fundamentalista na política brasileira (VITAL; LOPES, 2013; LIONÇO, 2015). Vale, portanto, caracterizar brevemente as características do que denominamos fundamentalismo religioso no Brasil.

É prudente questionarmos em que medida a incidência das instituições religiosas seria legítima ou não em sua participação nos processos de deliberação democráticos. Boaventura de Sousa Santos (2013, p. 29) nos ajuda a identificar a oportunidade de tal reflexão, alegando que “a reivindicação da religião como elemento

⁸ Não é objetivo do presente trabalho analisar em profundidade os deslocamentos normativos do dispositivo da laicidade no Brasil, mas tão somente explicitar que a laicidade é um conceito em disputa na realidade política brasileira e que existe uma tendência à legitimação do poder das igrejas junto ao Estado brasileiro, o que pode ser compreendido como fragilização do princípio da laicidade no país. O Decreto Presidencial pode ser acessado por meio do *link* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm> e o texto do Projeto de Lei Geral das religiões pode ser acessado em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/670872.pdf>>.

constitutivo da vida pública é um fenômeno que tem vindo a ganhar relevância nas duas últimas décadas”.

A esse respeito, Karen Armstrong (2009, p. 10) afirma que:

Em meados do século XX acreditava-se que o secularismo era uma tendência irreversível e que nunca mais a fé desempenharia um papel importante nos acontecimentos mundiais. Acreditava-se que, tornando-se mais racionais, os homens já não teriam necessidade da religião ou a restringiriam ao âmbito pessoal e privado. Contudo, no final da década de 1970, os fundamentalistas começaram a rebelar-se contra essa hegemonia do secularismo e esforçar-se para tirar a religião de sua posição secundária e recolocá-la no centro do palco. Ao menos nisso tiveram extraordinário sucesso. A religião voltou a ser uma força que nenhum governo pode ignorar impunemente.

Trata-se, portanto, de afirmar a necessidade de superarmos o reducionismo da estratégia argumentativa que prima pela simples reafirmação do caráter laico do Estado nos debates sobre incidência do discurso religioso na política. Devemos enfrentar a complexidade do processo histórico, buscando avançar por meio da caracterização do problema não mais como incidência do discurso religioso nas disputas democráticas, mas na caracterização do discurso de viés fundamentalista como horizonte do que se deve combater na defesa dos princípios democráticos.

A esse respeito se poderia afirmar que o cerne do problema não consistiria necessariamente na incidência do discurso religioso na política, mas na caracterização antidemocrática de certos discursos religiosos (SANTOS, 2013). Em outra oportunidade já discutimos como o diálogo e pactuação de interesses políticos pode vir a ser inclusive uma estratégia de enfrentamento do fundamentalismo religioso (LIONÇO, 2015) caso prime pela efetivação dos princípios democráticos de defesa da pluralidade moral e da diversidade social.

O fundamentalismo religioso cristão no Brasil

Santos (2013) associa a incidência do discurso religioso de viés fundamentalista no Brasil à emergência da nova direita estadunidense surgida no governo Reagan na década de 1980 com o chamado *Tea Party*. Trata-se de um processo histórico-político de incidência de autoridades religiosas no poder público associadas ao neopentecostalismo e à emergência da teologia da prosperidade, que se alinha a projetos políticos neoliberais.

O fundamentalismo religioso no Brasil pode ser entendido como um projeto político de extrema direita que visa a tomada de poder. Sua estratégia é a capilarização da propaganda política e demarcação de nichos eleitorais por meio da multiplicação de igrejas e domínio de dispositivos de comunicação de massa (sobretudo a televisão) que permitem a permanente formação de opinião política em torno de temas de intenso dissenso moral na sociedade, com ênfase na lógica da autoatribuição de superioridade moral e da recusa de pleitos identificados como perigosos para a vida social por meio de uma política da vergonha (LIONÇO, 2015).

A autoatribuição de superioridade moral como estratégia argumentativa é contrária aos interesses democráticos, já que visa a imposição de uma dada visão de mundo para todo o conjunto da sociedade atrelada à negação de outros modos de compreender o processo social. Ainda, a autoatribuição de superioridade moral recusa a dinâmica do diálogo próprio às democracias, reduzindo outros discursos à lógica da política da vergonha e recusando o pleito de outros grupos sociais à acusação de degradação moral e à alegação de abominação. Tais grupos sociais a serem recusados em seu direito à livre participação no processo democrático são passíveis de identificação, visto que reincidentes na ofensiva fundamentalista de proposição de medidas de cerceamento de direitos. Santos (2013) e Boff (2002) identificam os pleitos a serem recusados pelos fundamentalistas religiosos como concernentes aos direitos das mulheres e de minorias sexuais, como profissionais do sexo e LGBT.

No marco histórico de defesa dos direitos humanos, o fundamentalismo religioso é um sério risco, pois tende à recusa da universalidade do direito à dignidade humana e na recusa do direito à

participação política de grupos sociais ou comunidades morais que deixam de dispor de legitimidade no direito de enunciação em seus próprios termos do modo como se representam a si mesmos e do sentido que conferem a seus pleitos políticos, reduzidos à abominação e ao risco social a ser combatido.

No Brasil, está em curso ampla disseminação da acusação de que movimentos feministas e LGBTs estariam a articular a degradação social e moral por meio da ideologia de gênero, um conceito que surge no seio da própria argumentação de opositores dos movimentos feministas e LGBTs e que deturpa o sentido que esses movimentos conferem às suas próprias lutas políticas de garantia de direitos sexuais, direitos reprodutivos e direitos humanos. O livro do argentino Scala (2011) e do reverendo norte-americano Sheldon (2012) são exemplos dessa deturpação: alegam que movimentos feministas e LGBTs visariam destruir a moralidade por meio da abolição de quaisquer limites sobre a sexualidade, pendendo para a legalização da pedofilia, zoofilia e mesmo a necrofilia, além de associar linearmente homossexuais a pedófilos. Tais argumentos incitam o ódio social contra aqueles grupos, que estariam supostamente empenhados em uma verdadeira ruína moral por meio da afronta à igreja e à ordem familiar.

Ainda, o fundamentalismo religioso brasileiro pode ser associado ao seu compromisso com o neoliberalismo por meio da proposição da necessidade do acirramento do Estado penal (LIONÇO, 2015), segundo Wacquant (2013) característico das políticas neoliberais de enfraquecimento do Estado de direito social e em prol de um Estado mínimo que fortalece a política de segurança por meio da regulação penal.

A agenda criminalizadora ou de acirramento do Estado penal no fundamentalismo religioso brasileiro abrange desde a incidência sobre exclusões de ilícitos conquistadas historicamente (interrupção da gestação em caso de estupro, risco de vida da gestante e anencefalia) como a proposição da criminalização de pleitos da sociedade civil (instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atuação de entidades feministas sob a acusação de que fariam apologia do crime de aborto, por exemplo). Temos que ser bastante críticos a essa lógica de banalização da violência insti-

tucional por meio da categorização de grupos sociais como essencialmente criminosos e da redução das pautas da sociedade civil por mudanças legais à lógica da apologia do crime. Além disso, a agenda de criminalização é antagonista à defesa do Estado de direito social, pois prima pela desresponsabilização estatal diante de problemáticas sociais e o consequente deslocamento da perspectiva social para a da culpabilização individualizante.

Fenômenos sociais complexos como o aborto deveriam ser analisados no marco da análise histórica e social, mas o deslocamento para a perspectiva da culpabilização individualizante se coaduna bem com preceitos argumentativos afeitos ao fundamentalismo religioso, que passam a dispor do argumento do pecado e da abominação moral como justificativas plausíveis para o acirramento do Estado penal.

Por fim, o fundamentalismo religioso no Brasil, ao identificar grupos sociais como perigosos e ligados à ruína moral, contribui para uma lógica autoritária de poder semelhante àquela, descrita por Hannah Arendt (2012), própria de regimes totalitários: estão empenhados na construção do “inimigo comum”. Os fundamentalistas religiosos engendram um projeto de tomada de poder que lida com certa massa de manobra, seu crescente nicho eleitoral, que se organiza contra o suposto “inimigo comum”: homossexuais adjetivados como pedófilos e feministas e LGBTs adjetivados como abominação e inimigos da família.

Interessa especialmente aqui uma das vertentes da incidência do fundamentalismo religioso no Brasil, que é a criminalização de determinada forma de prática da docência na educação de crianças e adolescentes. Partamos agora, portanto, à consideração da incidência do fundamentalismo religioso no Brasil por meio da proposição de mudanças legais na política de educação, já que a alegação da imoralidade da reivindicação política de direitos sexuais tem encontrado, especialmente entre 2014 e 2015, novas estratégias de construção do “inimigo comum” a ser combatido por meio do pleito de tipificação de um novo crime: o assédio ideológico de crianças e adolescentes nas escolas.

Ideologia de gênero como risco social e como justificativa para a criminalização do assédio ideológico nas escolas

As reflexões sobre a incidência do fundamentalismo religioso no Brasil em torno da política de educação encontram como justificativa originária a acusação de que haveria uma ideologia de gênero sendo imposta por meio do impacto da perspectiva feminista na agenda da educação nacional. No entanto, cabe questionar o sentido da chamada ideologia de gênero, já que é um conceito que não integra as narrativas teóricas feministas, consistindo em um noção nova que surge no seio dos próprios discursos fundamentalistas.

Por meio de um levantamento exploratório sobre a caracterização do conceito ideologia de gênero por parte de autoridades religiosas que o adotaram em comunicações públicas na internet, pode-se afirmar em linhas gerais que o significado do termo alude à

imposição totalitária, ditatorial, visando uma sociedade marxista, revolucionária, atea, nefasta, perversa e iníqua por meio de concepções falsas, artificiais, antinaturais e esdrúxulas, que tornam a vida doente, aberrante e imoral (LIONÇO, 2014, [s.p.])⁹.

Muito tem se alardeado sobre os riscos da chamada ideologia de gênero e a mesma passa a integrar as argumentações de parlamentares na proposição de projetos de lei que visam alterar o marco legal da educação no país. Procedeu-se, portanto, a uma pesquisa exploratória no *site* da Câmara dos Deputados Federal por meio dos termos de busca ideologia de gênero e assédio ideológico, uma vez que os debates públicos já vinham enunciando ambas as ideias em argumentações contrárias à política pública de educação em gênero e sexualidade. As polêmicas nos debates de *blogs* e in-

⁹A emergência da *ideologia de gênero* se deu no seio de instituições católicas, o que me permitiu deixar de afirmar o caráter neopentecostal do fundamentalismo cristão no Brasil e passar a considerar a necessidade de compreender alianças políticas entre evangélicos e católicos na composição do fundamentalismo religioso. No entanto, vale notar que, enquanto as autoridades religiosas católicas primam pelos alertas contra a ideologia de gênero sobretudo na formação de opinião junto a suas comunidades de base por meio de pronunciamentos públicos de padres/arcebispos etc., os evangélicos de viés neopentecostal adotam a estratégia de ocupação de cargos públicos de modo expressivo nas câmaras legislativas e têm adotado o termo em debates públicos e nas justificativas dos textos de suas proposições legais.

clusive *memes* de internet, acessadas assistematicamente por meio de informações que circulam em redes sociais tais como Facebook, orientaram a hipótese de que tais termos de busca poderiam levar a encontrar proposições legais tramitando no Congresso Nacional.

O estudo exploratório identificou, por meio da busca por um dos dois termos, quatro projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, de acordo com a tabela a seguir:

NÚMERO DO PL/ANO	TÍTULO DO PROJETO	AUTOR DA PROPOSTA
Projeto de Lei 7.180/ 2014	Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB	Dep. Federal Erivelton Santana
Projeto de Lei 1.859/2015	Acrescenta parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	Dep. Federal Izalci
Projeto de Lei 867/2015	Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”	Dep. Federal Izalci
Projeto de Lei 2.731/2015	Altera a Lei 13.005 que estabelece o Plano Nacional de Educação	Dep. Federal Eros Biondini
Projeto de Lei 1.411/2015	Tipifica o crime de Assédio Ideológico e dá outras providências	Dep. Federal Rogerio Marinho

* Proposições legais em tramitação na Câmara dos Deputados que adotam os termos ideologia de gênero e/ou assédio ideológico.

Tais proposições legislativas configuram um bloco articulado de medidas que visam alterar a legislação que organiza as diretrizes para a educação nacional por meio da alteração de três legislações em vigor: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal 8.069 de 1990) e a Lei que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal 13.005/2014).

O Projeto de Lei 2.731/2015 é explícito no veto à ideologia de gênero, prevendo proibição do uso de “qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto” por meio da alteração de um parágrafo na

Lei 13.005/2014 que normatiza o Plano Nacional da Educação. Prevê, ainda, que o não cumprimento da proposição legal incorreria na pena de perda de cargo ou mesmo na penalização prevista no artigo 232 do ECA de detenção por constrangimento de crianças e adolescentes a situações vexatórias. Na justificativa do projeto, argumenta-se que a ideologia de gênero seria prejudicial à infância e à adolescência, alegando ainda que a perspectiva da ideologia de gênero afirmaria que “ninguém nasce homem ou mulher, devendo cada pessoa escolher o que quer ser”. Argumenta-se que a escola não poderia doutrinar crianças e adolescentes sobretudo na medida contrária à do “comportamento habitual e majoritário da sociedade”, sob risco de infringir dano psicológico e sexual.

O Projeto de Lei 1.859/2015 reitera a explicitação do veto à ideologia de gênero, prevendo alteração da LDB por meio da inclusão da seguinte redação:

A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo “gênero” ou “orientação sexual”.

Na justificativa do projeto, faz-se alusão à necessidade garantida, por meios legais, de defender a família de um

sistema de ensino que não somente desrespeitasse valores éticos e sociais da família, mas que tivesse sido concebido com o especial propósito de destruir a própria instituição familiar, qualquer que fosse o sentido em que ela fosse tomada.

Note-se que a discussão de gênero e sexualidade nas escolas é enunciada como afronta à moralidade familiar e mesmo mecanismo deliberado de destruição da família que se pretende preservar.

O Projeto de Lei 7.180/2014 visa alterar a LDB acrescentando-lhe o seguinte parágrafo:

respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.

Na justificativa do projeto, recorre-se ao Pacto de San José da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969, que prevê que a educação moral e religiosa recebida deve estar em consonância com os valores morais e religiosos das famílias.

O Projeto de Lei 1.411/2015 prevê alteração do ECA por meio da inclusão do seguinte texto:

Expor aluno a assédio ideológico, condicionando o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou constranger o aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente.

Além disso, determina na forma da proposição legal a definição para a tipificação do assédio ideológico como crime passível de punição cuja pena é a detenção. Na justificativa do projeto, também se alega que crianças e adolescentes deveriam receber educação moral de acordo com a moralidade das famílias. No fundamento da pertinência da proposição, alega-se que

Há correntes do partido dos trabalhadores que nomeiam seus inimigos e pregam guerra aos que pensam como a maioria da população brasileira em temas como segurança, educação e valores da família: “a mobilização de iniciativas reacionárias e regressivas em relação aos direitos da juventude, dos/as negros/as, das mulheres e dos/as LGBT, como a que foi colocada em movimento pelas bancadas neoconservadoras do Congresso Nacional: tentativa de reduzir a maioridade penal e de bloquear o fim dos autos de resistência, a legislação sobre a legalização do aborto, a legislação que criminaliza a homofobia”.

Note-se que novamente se recorreu ao argumento majoritarista como legitimador da medida legal como necessidade de contraposição a projetos sociais minoritários que deveriam ser combatidos, senão exterminados por força da lei.

Por fim, o Projeto de Lei 867/2015 pretende alterar a LDB incluindo, em meio à reafirmação da relevância da liberdade de consciência e de expressão, vedar

em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de ati-

vidades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

Ainda, estabelece por meio de ressalva uma mudança na regulação do ensino religioso, que, tal como em vigência na LDB, veda o proselitismo no currículo básico, a partir da seguinte proposta de redação:

as escolas confessionais e as particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções.

O projeto ainda prevê a obrigatoriedade da afixação dos termos da lei nas dependências de circulação comum na escola, bem como a abrangência da legislação que veda o chamado assédio ideológico sobre a prática docente, o teor de concursos públicos de seleção de professores, o ingresso no ensino superior e materiais didático-pedagógicos.

Entre os ideais democráticos e a imposição da “moral e bons costumes”: o esforço em defesa dos direitos das crianças e adolescentes

O argumento do assédio ideológico por parte de fundamentalistas religiosos é uma forma de buscar legitimar, por meio de alterações na legislação relacionada à educação e aos direitos de crianças e adolescentes, a censura sobre conteúdos de gênero e sexualidade tais como já previstos na política de Estado da educação. Vale ressaltar que a discussão desses temas na educação de crianças e adolescentes é parte dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Sob a alegação de que a chamada ideologia de gênero seria uma afronta aos interesses da sociedade e da família, visam, por força da lei, criminalizar o cumprimento da política de educação

em vigência por meio da deturpação do sentido que a inclusão do gênero e da sexualidade tiveram no processo histórico de sua inclusão como conteúdo a ser trabalhado transversalmente na educação básica. A esse respeito, vale destacar que o fundamento da inclusão do gênero e da sexualidade nos parâmetros curriculares se refere à prevenção de agravos evitáveis (gravidez na adolescência e DSTs) e a prevenção de violências associadas à sexualidade e ao gênero (LIONÇO, 2009).

Como resultado preliminar deste estudo exploratório, pode-se afirmar que o que está em jogo é uma disputa em torno da ideia de educação, mas também da concepção que se tem da própria infância e adolescência: a educação deveria apenas repetir, do ponto de vista moral, valores familiares supostamente homogêneos, e crianças e adolescentes, por sua vez, seriam seres passivos cuja potencialidade na produção de sentido sobre a vida decorreria diretamente da visão oferecida pela escola sobre temas como sexualidade e gênero.

Vale, no atual cenário histórico e político, reafirmar a pluralidade das moralidades e das famílias, estas pressupostas como passíveis de homogeneização por meio da imposição de uma dada moral hegemônica nos projetos de lei analisados. Ainda vale reafirmar a radicalidade da conquista histórica dos direitos da infância e adolescência por meio do ECA, visto que crianças e adolescentes são, como efeito do processo de redemocratização no país, reconhecidos como sujeitos de direitos e não redutíveis ao que as famílias pretendem para suas vidas, mas dispendo desde a infância do direito à informação, à livre consciência e à educação.

Referências

ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo* – antisemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARMSTRONG, K. *Em nome de Deus* – o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOFF, L. *Fundamentalismo: globalização e o futuro da humanidade*. Sextante, 2002.

LIONÇO, T. Gênero e sexualidade na prática didático-pedagógica: saúde, direitos humanos e democracia. *Série Anis*, ano IX, n. 69, p. 1-8. Disponível em: <http://www.anis.org.br/biblioteca/2014-11/sa69_lionco_generosexualidadeescolas.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

LIONÇO, T. Ideologia de gênero: a emergência de uma teoria religiosa sobre os riscos da democracia sexual. in *Revista Fórum*, 27 set. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/09/27/ideologia-de-genero-emergencia-de-uma-teoria-religiosa-sobre-os-riscos-da-democracia-sexual/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

LIONÇO, T. Laicidade, gênero, sexualidade e fundamentalismo cristão no Brasil. PLATAFORMA Dhesca. *Relatorias em Direitos Humanos 2012-2014*. Curitiba: Terra de Direitos, 2015. p. 21-33.

NUSSBAUM, M. *Liberty of conscience* – in defense of America's tradition of religious equality. New York: Basic Books, 2008.

ORO, A. P.; URETA, M. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 281-310, jan./jun. 2007.

SANTOS, B. de S. *Se Deus fosse um ativista de direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013.

SCALA, J. *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Katechesis, 2011.

SHELDON, L. P. *A estratégia – o plano dos homossexuais para transformar a sociedade*. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2012.

VITAL, C.; LOPES, P. V. L. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Iser, 2013.

WACQUANT, L. *Punir os pobres – a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.



Grande Baile Funk Contra o Racismo, em frente ao Shopping Vitória,
dezembro de 2013.

TRANSMASCULINIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR: LAICIDADE E RESISTÊNCIAS

Benjamim Braga de Almeida Neves

Pelo seu modo de falar entendi perfeitamente a que ela se referia, mas entendi também que ninguém iria me modificar, pois afinal se todos podem optar pelo que acham certo por que somente eu não poderia viver do modo que eu me sentisse melhor?

(HERZER, 1982, p. 45).

A masculinidade não é um privilégio exclusivo dos homens. Existem meninas masculinas, assim como mulheres masculinas ou masculinizadas. Infelizmente, na nossa sociedade ocidental, as mulheres masculinas são ainda muito estigmatizadas e invisibilizadas. As subjetividades femininas e lésbicas são infindas e nos levam a refletir sobre os próprios gêneros lésbicos.

O autor norte-americano Jack Halberstam, em sua obra intitulada *Female masculinity*, do ano de 1998, mesmo dizendo não ter uma resposta exata quando perguntado sobre o que era a masculinidade, faz algumas propostas sobre o motivo pelo qual a masculinidade não deve e não pode ser reduzida ao corpo masculino e aos seus efeitos. Ao mesmo tempo que temos muita dificuldade para definir esse termo, temos bem pouca para reconhecê-lo.

Na sociedade brasileira, o modelo de masculinidade mais valorizado é aquele que está associado à autoridade e ao poder e que, em longo prazo, garante o privilégio e a falsa segurança dos homens. A existência de uma masculinidade hegemônica é uma das

razões para a crença popular de que apenas essa é possível. Pouco se discute em nosso país sobre a *masculinidade feminina* (HALBERTAM, 1998), por exemplo. Afinal, onde já se viu uma masculinidade ser produzida fora daquele contexto? Diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social, pois as relações se dão entre homens e homens, mulheres e homens, e ainda existem diversas outras masculinidades agrupadas ao redor da hegemônica – daí se falar em masculinidades, no plural.

Quando pensamos na comunidade *transmasculina* brasileira atual e na sua busca por cuidado em saúde e direitos civis, sabemos que ela está intrinsecamente ligada à vontade e à autorização médica. A justiça brasileira, por sua vez, em uma nítida disputa de poderes, é ainda dependente do discurso médico e raramente concede, por exemplo, retificações de nome e de gênero de pessoas trans, quando estas ainda não realizaram todas as etapas exigidas pelo processo médico transexualizador para se tornarem então cidadãos/cidadãs de direito.

Com o avanço dos estudos feministas em nosso país, por volta da década de 1970, diversos institutos, núcleos e grupos de pesquisa foram criados. Novas teorias e conceitos foram formulados, dentre eles o conceito de gênero (GROSSI, 1999). O grande número de pesquisas envolvendo esse conceito resultou no aparecimento de outro campo de estudo, os chamados *estudos de gênero*. Todavia, dentro dos estudos de gênero existem ainda poucas produções acerca das transexualidades/transgêneridades elaboradas por pesquisadores/pesquisadoras trans.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os *estudos trans* emergem juntamente com a teoria *queer*, na década de noventa, e, embora os *estudos trans* tenham dividido uma agenda com os *estudos queer*, existem objetos de estudo que sejam talvez de interesse exclusivamente trans, como no caso de aspectos que dizem respeito a saúde e escolarização dessa população.

De acordo com Letherby (2002), e assumindo o papel principal de autor/pesquisador e também de protagonista da história que conto, é válido destacar que existem hoje em nosso país, especialmente após 1980, diversas publicações a respeito das transexualidades. Todavia, a maior parte dessas publicações foi realizada por

pesquisadores/pesquisadoras cisgêneros/cisgêneras e, ainda que muitos destes/destas possam ser vistos como aliados/aliadas na luta por cidadania das pessoas trans, existem especificidades que talvez só possam ser apontadas por pessoas que vivenciam essa experiência e que também são produtoras de conhecimento.

Diversos/diversas pesquisadores/pesquisadoras aliados/aliadas – como o historiador Pierre-Henri Castel (2001), as sociólogas Berenice Bento (2003, 2006, 2008) e Flávia Teixeira (2003), a psicanalista Márcia Arán (2009), a psicóloga Daniela Murta (2009), entre outros/outras – já fizeram uma historicização da transexualidade em suas dissertações ou teses. Tendo em vista essas produções mencionadas, eu não pretendo historicizar esse fenômeno novamente, porém acho interessante fazer um breve apanhado histórico para que todos/todas possam compreender que a produção da transexualidade é historicamente construída e muitas vezes se relaciona com as, interfere nas e sofre as interferências das historicidades.

No início do século 20 alguns cientistas europeus realizaram experimentos de “mudança de sexo”, primeiramente em animais e mais tarde também em humanos. Eugene Steinach, um fisiologista da Universidade de Viena, ficou conhecido internacionalmente por seus experimentos em “transplantar” ovários em ratos machos, observando que o comportamento destes se aproximava do comportamento de uma fêmea de sua espécie, e de implantar testículos em roedoras fêmeas e perceber que estas desenvolviam características típicas dos machos, incluindo o comportamento sexual.

A pesquisa de Steinach influenciou o desenvolvimento da endocrinologia, que tentava encontrar a essência do sexo, do gênero e da sexualidade nas secreções das gônadas. Seu instigante trabalho convenceu diversos médicos de que o comportamento sexual estava ligado aos hormônios, ao mesmo tempo que sugeria a possibilidade médica de modificação do sexo (BALZER, 2008).

Existem alguns registros de que as primeiras intervenções corporais ou tentativas de cirurgias aconteceram em 1902. Entre as décadas de 1920 e 1930, médicos afiliados ao Instituto Hirschfeld realizaram e propagaram algumas cirurgias de mudança de sexo em pacientes que eles haviam denominado de “travestis” (BALZER, 2008).

As notícias sobre a possibilidade de ser submetido a uma cirurgia de “mudança de sexo” alcançaram os Estados Unidos, via cultura popular, e depois em revistas e jornais, a partir de 1930. A atmosfera havia mudado. Não se tratava mais apenas de pessoas que se “passavam” por homens ou mulheres, ou seja, que investiam em vestuário e *performances*, mas em pessoas que haviam passado por uma cirurgia, confirmada por médicos, e que tiveram alguma ou várias modificações corporais. Antes mesmo dos anos 50, os/as norte-americanos/norte-americanas foram expostos/expostas à ideia de que o sexo não era mais imutável.

Harry Benjamin, endocrinologista e sexólogo nascido em Berlim (1885-1986) e autor do livro *The transsexual phenomenon* (1966), quando ainda jovem fez algumas visitas ao Instituto de Sexologia de Hirschfeld. Com ideias e observações bastante diferenciadas das de Hirschfeld, Benjamin funda com sexólogos norte-americanos, na segunda metade do século XX, a medicalização das identidades trans como discurso hegemônico, primeiro nos Estados Unidos e depois em escala internacional.

Foi através da publicação desse livro em 1966 que Harry Benjamin passou a ser referência conceitual sobre transexualidade. A definição e a classificação da transexualidade, com seus contornos e especificidades de um objeto próprio no campo nas patologias sexuais, surge nessa obra. Benjamin definiu a singularidade da transexualidade em oposição ao “hermafroditismo”, à homossexualidade e ao “travestismo”, estabelecendo uma tipologia gradativa que ia do pseudotransexual ao transexual “verdadeiro”. Vale ainda mencionar que ele foi responsável por estabelecer uma condução terapêutica que se transformou numa referência na segunda metade do século XX, através do instituto que levou o seu nome, e que é até hoje uma das maiores e influentes autoridades em se tratando de transexualidade.

De acordo com Harry Benjamin, “o” ou “a” travesti poderia ser definido/definida como aquele/aquela que usa roupas inapropriadas para o seu gênero e possivelmente fetichista. As pessoas transexuais poderiam ser definidas como sujeitos que desejam obter a cirurgia de *redesignação sexual* e também viver uma vida de acordo com o seu gênero verdadeiro.

Essa diferenciação não só causou a patologização das identidades trans mais diversas, como também uma inversão de poderes. As “partes interessadas” deixaram de ter autonomia de decisão sobre suas vidas para terem seus destinos guiados, moldados e regulados por profissionais da área da saúde. Esse deslocamento de poderes possibilitou a institucionalização do diagnóstico e dos padrões de cuidado da transexualidade que se deu em 1960 e 1970, assim como a introdução do diagnóstico de “transexualismo” como transtorno mental no catálogo de diagnósticos DSM – III da APA (HIRSCHAUER, 1999; BULLOUGH; BULLOUGH, 1998) em 1980.

Em 1965, começa nos Estados Unidos o primeiro programa de identidade de gênero no Hospital John Hopkins, em Baltimore. O nome de John Money está ligado a um grupo de trabalho desse hospital, onde pesquisas no âmbito da clínica de identidade sexual foram desenvolvidas e geraram formulações teóricas fundamentais na separação da transexualidade dos casos de intersexualidade. Os trabalhos de Money também foram importantes na introdução de uma perspectiva sociológica e psicológica a partir das noções de identidade e papéis sexuais na compreensão e explicação do fenômeno da transexualidade (LIMA, 2010).

Até o final de 1970, 40 centros semelhantes foram fundados e ficaram mais conhecidos como clínicas de disforia de identidade de gênero ou somente clínicas de identidade de gênero (HIRSCHAUER, 1999; BOLIN, 1994). O livro de Harry Benjamin, *The transsexual phenomenon*, se converteu em obra de referência para os/as profissionais que diagnosticavam e tratavam das pessoas trans e ironicamente passou a ser também internalizada por parte da população trans.

O DSM, publicado desde 1952, pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), serve de guia para hospitais e seguradoras de saúde ao redor do mundo. Nele, a transexualidade é classificada como um transtorno mental. Já o CID, elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a define como “transtorno de identidade de gênero”. Existem exceções e na França, por exemplo, ela não é considerada mais uma patologia graças à ação do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.

Nesses documentos há o pressuposto de que a transexualidade, por se tratar de uma doença, tem basicamente os mesmos sintomas em todas as partes do mundo. No Brasil, é exatamente o fato de ser classificada como doença que permite que a cirurgia seja feita gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde, o SUS. Desde 1997, o procedimento é autorizado pelo Conselho Federal de Medicina como solução terapêutica para adequar a genitália ao sexo psíquico. As intervenções cirúrgicas só são possíveis se atenderem a critérios estabelecidos por uma resolução do Conselho. Uma equipe composta por psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social deve produzir um laudo unânime sobre a necessidade do procedimento.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, quando já havia sido estabelecida a dicotomia transexual/travesti nos discursos médicos nos Estados Unidos, no Brasil democrático pós-Segunda Guerra Mundial, as pessoas trans tinham uma aceitação social considerável. Novos estabelecimentos gays surgiam ao passo que novas identidades eram autodeterminadas pelas próprias pessoas envolvidas. Era possível ver personalidades trans, como a *transformista* Rogéria, na grande mídia e sendo respeitadas.

Em sua obra intitulada *Travesti* (1998), Don Kulick, professor de antropologia da Universidade de Chicago, nos conta que ao entrevistar diversas travestis no Rio de Janeiro e em Salvador no fim da década de 1990 e perguntá-las sobre o motivo de elas estarem injetando silicone industrial, todas lhe davam a mesma resposta: “queremos modificar nossos corpos para termos uma forma mais feminina”. Não convencido, Kulick resolve fazer a mesma pergunta, porém individualmente.

O professor não se conformava de que o desejo delas pudesse ser apenas esse, ter formas mais femininas. O sueco esperava ouvir como resposta que elas transformavam e arriscavam a saúde delas dessa maneira porque internamente se sentiam mulheres. A ideia de só querer transformar o corpo sem de fato ter uma essência ou um forte sentimento de pertencimento a outro gênero lhe era difícil de ser digerida, assim como o foi para diversas outras pessoas e o é até hoje.

Kulick (1998) e Balzer (2008) realizaram suas pesquisas com travestis e mulheres trans brasileiras em épocas diferentes, e

chegaram a uma mesma conclusão. Ao observarem mais de perto a autodeterminação dessas travestis e mulheres trans, eles perceberam que existia um espectro múltiplo de identidades travestis. A maior parte das pessoas que Balzer entrevistou, por exemplo, e que se identificavam como travestis, haviam modificado parte(s) de seus corpos e viviam permanentemente em um papel de gênero diferente do papel masculino ao qual haviam sido atribuídas ao nascer.

É válido mencionar que essas pessoas faziam essas modificações corporais na clandestinidade. Não havia qualquer tipo de regulação no país quanto a isso e as que faziam, ao mesmo tempo que se arriscavam, nos apontavam o caminho para a atual discussão sobre quem deve ter autoridade sobre esses corpos: o Estado ou as próprias pessoas trans?

Durante a ditadura militar um famoso cirurgião brasileiro foi preso e condenado. Ele havia realizado algumas cirurgias de *re-designação*, porém essa prática ainda era considerada ilegal no Brasil. A legalização da mesma só se deu no final da década de 1990 e veio impregnada dos discursos médicos patologizantes norte-americanos. As pessoas trans criminalizadas da ditadura militar se transformaram nas pessoas patologizadas da medicina.

Não há registros de estudos acerca de como viviam os homens trans brasileiros pós-Segunda Guerra Mundial e nem durante a ditadura militar. A história do primeiro homem trans a ser operado no Brasil acontece justamente no final da década de 1970. Vale lembrar que, naquela época, as clínicas e os hospitais ainda não estavam liberados para fazer esse tipo de cirurgia, e os médicos que se propunham a realizá-las eram considerados *mutiladores*, a ponto de o médico que operou João W. Nery, primeiro homem trans auto-declarado brasileiro, chegar a ser indiciado por lesão corporal por outras cirurgias de “mudança de sexo”.

É através da biografia de João W. Nery, *Viagem solitária* (2011), que reconta e atualiza o relato de sua primeira obra, *Erro de pessoa* (1984), que ficamos conhecendo um pouco mais sobre o universo *transmasculino* brasileiro. Em um dos capítulos de *Viagem solitária*, João nos narra uma ida à praia no município de Niterói, Rio de Janeiro, para conversar e dividir experiências com outros homens trans brasileiros. É nesse capítulo que o leitor “descobre”

que, além de João, outros homens trans existiam e que alguns destes também haviam se submetido a algumas mudanças corporais.

O que o leitor ainda desconhece é a vontade de parte dos homens trans brasileiros de permanecerem invisíveis. Não há registros na história porque esses indivíduos eram invisibilizados, diferentemente das travestis e mulheres trans da década de 1950. Como ainda há uma invisibilização dos homens trans brasileiros, e principalmente dos homens trans hoje com mais idade, o que pôde ser por mim percebido através de conversas informais com alguns deles no I Enaht (I Encontro Nacional de Homens Trans), realizado na Universidade de São Paulo entre os dias 20 e 23 de fevereiro de 2015, é que eles buscavam ser discretos para tentarem garantir a segurança deles próprios e também das pessoas com quem eles se relacionavam.

Com essa atitude, uma parcela desses homens trans conseguiu se manter afastada da criminalidade e muitos deles puderam, dessa maneira, investir em educação e em profissionalização. Todavia é válido mencionar que essa é uma das construções narrativas de homens trans sobre suas invisibilidades. Somente uma parcela deles esteve presente no Encontro Nacional, tinha conhecimento sobre a realização do mesmo e pôde participar. Existem diversos outros homens trans e pessoas transmasculinas que não têm conhecimento ou não fazem parte de movimentos sociais, por exemplo, e, exatamente por esses motivos, suas narrativas não são reveladas.

Uma das estudiosas brasileiras sobre as transmasculinidades, Simone Ávila, em sua obra intitulada *Transmasculinidades – a emergência de novas identidades políticas e sociais* (2014), define as transmasculinidades como sendo identidades masculinas produzidas por *transhomens*. Todavia, esta definição é um pouco mais complexa, pelo o que se pôde presenciar e ouvir no I Enaht. Este foi o primeiro encontro nacional de homens trans, mas também contou com a presença de pessoas transmasculinas. Discutiram-se, entre diversos tópicos, as identidades transmasculinas. Quem eram as pessoas que se identificavam com elas? Essas identidades, como o próprio nome nos informa, são múltiplas e não são identidades masculinas produzidas apenas por homens trans. Essas identidades também são produzidas pelas pessoas não binárias que se identificam com as transmasculinidades. Diversas pessoas que se identi-

cavam com as transmasculinidades ou com as masculinidades se fizeram presentes ali, mas muitas dessas pessoas não se identificavam exclusivamente como homens.

Desde 2010, e principalmente após o lançamento da *Viajem solitária* de João W. Nery, um homem trans ativista e escritor, podemos observar a crescente visibilidade de trans homens, homens, homens trans, travestis, transgêneros masculinos e pessoas não binárias que se identificam com as masculinidades no nosso país, tanto na grande e independente mídia, quanto no movimento LGBTIQ.

Em dezembro de 2014, dezessete homens trans brasileiros, sendo eu um destes, participaram do IX Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, evento organizado pelo Fórum Paulista de Travestis e Transexuais. Nesse encontro foi decidido e aprovado em plenária que, a partir da data quando foi votada a decisão, a identidade política dos homens trans brasileiros seria nominada como homens trans, e o movimento de pessoas trans do Encontro Regional Sudeste concordou que este passaria a se chamar de movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans. Essa decisão será levada para o próximo Encontro Nacional de Travestis e Transexuais e poderá ser novamente avaliada.

É válido mencionar que, diferentemente do movimento de travestis e de mulheres transexuais, o nosso movimento, o movimento de homens trans, vem se organizando de maneira distinta, e o termo homens trans engloba uma diversidade de homens trans. Existem homens trans intersexuais, transgêneros masculinos, transgêneros masculinos, trans homens, homens trans, homens e pessoas não binárias que se identificam com as transmasculinidades ou com as diferentes construções de masculinidades.

As transmasculinidades ou as masculinidades (re)produzidas ou inventadas pelos homens trans ou pelas pessoas transmasculinas foram ainda pouco exploradas por pesquisadores/pesquisadoras ou até mesmo por seus atores. Muitos homens trans ainda estão buscando uma maneira gentil, menos normativa, de exercer essa masculinidade ou de representá-la. Enquanto alguns estão atentos a essa dinâmica e desejam evitar reproduzir machismos e abusos de poder, outros tantos reproduzem esses comportamentos, na tentativa de se autoafirmarem como homens viris.

Os homens trans são ainda invisíveis para a maioria dos LGBTs, invisíveis para os gays, para as lésbicas, para as travestis e até mesmo para as mulheres transexuais, ainda que muitas destas estejam se relacionando com os homens trans, mostrando-se mais abertas e proporcionando assim possíveis outras performances de gênero ou orientações sexuais.

Os homens trans ainda estão se organizando e começando a falar sobre políticas públicas e sociais que visem o cuidado específico e de sua inserção em nossa sociedade. Foram quase dez anos vivendo de maneira dependente do movimento das travestis e mulheres transexuais, que nos apoiam, mas que incentivam a autonomia e o nosso protagonismo.

De acordo com um levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia no ano de 2013, 312 indivíduos pertencentes à comunidade LGBTIQ foram vítimas de homofobia e transfobia em nosso país. A média é de uma morte a cada 28 horas. Segundo o documento, a maioria das mortes de homossexuais acontece na casa da vítima, enquanto a maioria das travestis e pessoas trans morre nas ruas. Em um ano foram mortos 186 gays, 108 transexuais, 14 lésbicas, 2 bissexuais e 2 heterossexuais, confundidos com homossexuais. O número de lesboicídios praticamente dobrou somente nos últimos dois anos e, diante da situação política que vivíamos até as últimas eleições, esses dados não me causam surpresa. Como se pode perceber, nem mesmo as lésbicas, que muitas vezes estão presentes nas fantasias e desejos sexuais de muitos homens, foram poupadas.

Pernambuco foi o estado onde aconteceu o maior número de mortes de indivíduos LGBTIQ (34). Em seguida, vêm São Paulo (29), Minas Gerais (25) e, empatados em quarto lugar, Bahia e Rio de Janeiro (20). Ainda que tenhamos acesso à informação de que a maioria das mortes de pessoas gays acontece na residência das vítimas e a de trans nas ruas, estudantes do ensino básico e superior, transexuais e cisgêneros/cisgêneras não estão imunes em sofrer qualquer tipo de violência em seus respectivos espaços escolares.

De acordo com o estudo do professor de geografia e pesquisador Moreira (2014, [s.p.]) que relaciona cientificamente homofobia, ambiente escolar e espaço geográfico, além do *bullying*,

estudantes das escolas pelotenses podem estar lidando com outro fantasma: a homofobia.

A pesquisa realizada em três escolas estaduais de Ensino Médio e uma federal deu face à situação da cidade, mostrando que alunos/alunas homossexuais ou bissexuais sofrem mais resistência dentro do espaço escolar – principalmente na periferia de Pelotas – atrapalhando o rendimento escolar da maioria. O estudo envolveu 437 pessoas, dentre estas estudantes, professores/professoras e membros da comunidade LGBTIQ, revelou que 61% dos entrevistados consideram a escola um espaço excludente e hostil para homossexuais e, ainda, que 84% dos mesmos entrevistados/entrevistadas acreditam que a homofobia impacta no rendimento ou na frequência escolar dos alunos/alunas afetados/afetadas.

Os resultados de Moreira (2014, [s.p.]) coincidem com estudo realizado em 2009 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2009). A investigação incluiu 501 escolas de todo o país e 18.599 estudantes, professores/professoras, diretores/diretoras, pais, mães e responsáveis brasileiros/brasileiras, e revela que a questão já vem sendo discutida há algum tempo no Brasil. No referido ano, 87,3% dos entrevistados/entrevistadas demonstraram algum tipo de preconceito relacionado à orientação sexual dos colegas e 98,5% afirmam preferir manter certa distância de homossexuais.

Entre os/as estudantes que participaram da pesquisa, 90% afirmaram ser heterossexuais e 9,8% se classificaram como homossexuais ou bissexuais. Nenhum/nenhuma estudante transexual foi reportado no estudo. Será que eles/elas não existem no espaço escolar? Em que momento esses alunos/alunas participam da dita evasão ou migração escolar? Quantas vezes em 17 anos (duração das três etapas do ensino básico) um/uma estudante trans saiu e retornou à escola, transferiu-se de unidade escolar ou simplesmente nunca mais frequentou uma? Quantas pesquisas acadêmicas existem ou foram publicadas em nosso país refletindo a realidade e reais dificuldades desta minha comunidade ainda marginalizada e invisibilizada? Como resistir a tamanho massacre?

Quando tratamos de políticas curriculares ou até mesmo de práticas escolares, os temas gênero e sexualidade ainda parecem ser tratados como conteúdos que devem ficar restritos a um campo

disciplinar: a Educação Sexual. E na construção desse campo, nas decisões sobre quem tem autoridade ou legitimidade, observamos uma longa história de polêmicas, lutas, avanços e recuos em que diversos grupos se mobilizam para fazer valer suas verdades. Alguns desses grupos, por exemplo, vários formados por fundamentalistas religiosos/religiosas, têm apoiado e propagado a aprovação da PL 748/2015 (“Escola sem Partido”) e também do projeto 867/2015, mais conhecido como “Lei da Mordaça”, no intuito de proibir o debate sobre política nas escolas.

De acordo com a secretária Educacional da APP-Sindicato, professora Walkíria Mazeto (APP, 2015, [s. p.]), é fundamental que a escola ajude os(as) estudantes a compreender as relações da sociedade em que vivemos:

Hoje, no país, temos uma política de representação, em várias instâncias e níveis. O estudante precisa entender as leis que são construídas nesses espaços, as relações de poder, a correlações colocadas que determinam como vão ser orientadas leis e políticas econômicas, educacionais e sociais. Este debate político, de como a sociedade está estruturada, é necessária, é conteúdo fundamental de todas as disciplinas. Isto é obrigação das escolas e é exatamente o que eles estão querendo negar com estas propostas.

Essa polêmica se apresenta sob muitas formas, dentre elas: educação sexual é uma questão do âmbito privado, tratada exclusivamente pela família, ou a escola deve dela participar? Se tais questões forem discutidas nas escolas, devem ser desenvolvidas numa disciplina específica ou devem ter um caráter multidisciplinar? Deve ser obrigatória ou opcional? Qual o caráter de suas aulas? O objetivo deve ser informar? Prevenir? Orientar? Moralizar?

Essas e diversas outras questões conduziram e conduzem discussões acirradas e também permitiram que projetos de lei ou diretrizes programáticas fossem “empurradas” por anos. Algumas experiências isoladas foram e são tentadas, levando à crítica, à censura ou ao aplauso.

Na perspectiva de Jeffrey Weeks e de outros/outras estudiosos/estudiosas, não escapa aos setores conservadores o caráter político que têm as relações de gênero e sexuais, o que leva tais

setores a disputar todos os espaços em que uma “educação sexual” possa ser desenvolvida. As políticas curriculares são alvo de sua atenção e controle.

A escola – como espaço onde parte da sociedade se reúne – reproduz as ideias e atitudes inerentes a determinada coletividade, multiplicando as práticas discriminatórias comuns à nossa realidade socioespacial. A hostilidade, a dureza, a inflexibilidade do espaço escolar impacta negativamente no desenvolvimento do aluno/aluna. Por inúmeras vezes esses impactos levam alunas e alunas a aumentarem as estatísticas de evasão e migração escolar.

Ainda que a LDB (Lei 9.394/96) artigo 3º e princípio I e o decreto de nº 43.065/11 (MP, 2014) existam ou tenham sido criados com o intuito de reparar ou diminuir os prejuízos já causados e sofridos por parte dessa comunidade, precisamos nos articular para pensar que outras estratégias podem e devem ser criadas para que o abismo que existe e separa o aproveitamento e rendimento de pessoas cisgêneras não seja tão profundo quanto o de bissexuais, homossexuais e principalmente de nós, pessoas trans.

Com a eleição do deputado Marco Feliciano, conhecido por suas posições homofóbicas, transfóbicas, racistas e machistas, para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, por onde tramitaria o PL 5002/2013 (Lei João W. Nery – Lei de identidade de Gênero), é possível perceber que um longo período de projetos que avançam na democratização do acesso aos bens simbólicos e materiais de cidadania permanecerá imóvel. Diante desse contexto político fascista e violento, o nome social (modo como uma pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o nome “oficial” não reflete sua identidade de gênero ou pode implicar constrangimento), que pode ser considerado por muitos como mais um “jeitinho brasileiro”, acaba por ganhar destaque nesse hiato.

Universidades, escolas, ministérios e outras esferas do mundo público, como o SUS aprovam regulamentos que garantem a nós, pessoas trans, a utilização do nome social. No entanto, esses mesmos regulamentos não são conhecidos ou amplamente divulgados nesses espaços. Um/uma estudante trans poderá ter seu nome masculino na chamada escolar, mas no mercado de trabalho (para

muitos/muitas) e em diversas outras dimensões da vida terá de continuar se submetendo a todas as situações constrangedoras e portar documentos em completa dissonância com suas performances de gênero. De acordo com Bento (2014):

Embora se possa explorar e defender as potencialidades desse “jeitinho brasileiro” por 1) garantir ambientes menos hostis às pessoas trans e 2) fornecer argumentos locais e gerais contra a patologização, acredito que aqui ainda nos movemos em uma dimensão da cultura política brasileira onde cidadania é transmutada em dádiva. A aprovação do nome social, por exemplo, nas universidades não é uma garantia imediata de sua efetivação. Pelos relatos de pessoas trans em encontros nacionais, nota-se que há um segundo momento de luta: a implementação nas chamadas e em outros documentos (2014, p. 177).

Por fim, gostaria ainda de mencionar a urgência de se trazer esse debate e essas questões para dentro dos espaços escolares e acadêmicos. Se professores/professoras trans são invisibilizados/invisibilizadas nos espaços educacionais, muitas vezes sofrendo represálias da direção, de professores/professoras e outros/outras profissionais e até mesmo sofrendo demissões ou transferências, como é que alunos/alunas trans se verão representados/representadas?

Penso que cursos ou *workshops* de capacitação em gênero e sexualidade talvez pudessem passar a ser obrigatórios para aqueles/aquelas que tivessem o desejo de ingressar para o magistério público, e não só um curso de extensão livre para poucos/poucas interessados/interessadas. É preciso resistir ao hostil ambiente escolar. É preciso quebrar o silenciamento e a invisibilização às quais fomos submetidos/submetidas. Nós, pessoas trans, somos cidadãos/cidadãs e merecemos dignidade.

A escola e o corpo escolar precisam se preparar para a diversidade, para o combate a todas as distintas práticas discriminatórias, não esquecendo ou apagando a transfobia. A educação pública de ensino básico brasileiro continua sendo para todos/todas nós e precisa ser também um espaço seguro e de acolhimento. Pessoas cisgêneras, não cisgêneras, com ou sem deficiência, negras, pobres ou de classes mais abastadas, todas têm direito a uma educação gra-

tuita, laica e de qualidade. Nos últimos cinco anos atuando como professor do ensino básico público e laico do estado do Rio de Janeiro e também como uma pessoa transmasculina, percebo que a discriminação por mim sofrida não surge dos/das alunas, mas sim de algumas direções e de colegas de trabalho.

Referências

- APA. *DSM III*. Disponível em: <<http://www.psychiatry.org/practice/dsm/dsm-history-of-the-manual>>. Acesso em: 28 mar. 2013.
- APA. *DSM V*. Disponível em: <<http://www.dsm5.org/documents/gender%20dysphoria%20fact%20sheet.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2013.
- APP. *PL da Mordaca não passará!* Disponível em: <<http://appsindicato.org.br/index.php/pl-da-mordaca-nao-passara/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, jan./jun. 2006.
- ARÁN, M.; MURTA, D. Relatório preliminar dos serviços que prestam assistência a transexuais na rede de saúde pública no Brasil. *Pesquisa Transexualidade e Saúde*: condições de acesso e cuidado integral (CNPq/MS-SCTIE-DECIT). Rio de Janeiro: Uerj, 2009. Disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atualizacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-sexuais-e-reprodutivos/direitos-lgbtt/Relatorio_Preliminar_set_20092.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- ÁVILA, S. *Transmasculinidades* – a emergência de novas identidades políticas e sociais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.
- BALZER, C. *Gender outlaw triptychon: eine ethnologische studie zu selbstbildern und formen der selbstorganisation in den transgender-subkulturen* Rio de Janeiro, New Yorks und Berlins. 2008. 720f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Sociais) – FB Politik- und Sozialwissenschaften, Freie Universität Berlin, Berlin, 2008.
- BENJAMIN, H. *The transsexual phenomenon*. New York: Warner, 1966.
- BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Projeto de Lei 5002/2013*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>. Acesso em: 06 maio 2015.
- BULLOUGH, B.; BULLOUGH, V. L. Transsexualism: historical perspectives, 1952 to present. In: DENNY, D. (Ed.). *Current concepts in transgender identity*. New York: Garland, 1998.
- CASTEL, P. H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001.
- GROSSI, M. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. esp., set./dez. 2004.
- HALBERSTAM, J. *Female masculinity*. Durham and London: Duke, 1998.
- HERZER, A. *A Queda para o Alto*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- HIRSCHAUER, S. *Die soziale Konstruktion der Transsexualität*. Frankfurt:

Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft, 1999.

LDB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LEATHERBY, G. Childless and bereft? Stereotypes and realities in relation to 'voluntary' and 'involuntary' childlessness and womanhood. *Sociological Inquiry*, v. 72, n. 1, p. 7-20, Winter 2002.

LIMA, M. F. *A construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidade nas experiências trans*. Rio de Janeiro, 2010. 182f. Tese de Doutorado – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MOREIRA, C. A. Disponível em: <http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=ODUyNDc=&id_area=OA==>. Acesso em: 20 fev. 2016.

MPRJ. *Decreto Estadual 43.065/11*. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/49517691>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

NERY, J. *Erro de pessoa*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

NERY, J. *Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*. São Paulo: Leya, 2011.

TEIXEIRA, Flávia. *Dispositivos de dor: saberes-poderes que conformam as transexualidades*. São Paulo: Annablume, 2013.



Protesto Não Vai Ter Copa, dentro do Shopping Praia da Costa, em Vila Velha, janeiro de 2014.

O PARADOXO ENTRE A LUTA PELO RECONHECIMENTO E O DIREITO DE DIFERIR

*Allan Felipe Rocha Penoni
Catarina Dallapicula
Miguel da Silva Fonseca*

O uso do nome social nas Ifes e nossas problematizações iniciais

A partir da homologação da Portaria MEC n. 1.612, de 18 de novembro de 2011, todas as instituições vinculadas ao Ministério da Educação, entre elas as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), foram obrigadas a reconhecer e institucionalizar o uso do nome social de pessoas travestis, transgêneras e transexuais. A própria existência desse texto é resultado de vitórias de movimentos sociais de luta pelo reconhecimento, acesso e permanência daquelas/as que apresentam essa demanda. A luta, no entanto, não cessa com sua aprovação. É preciso que, em cada um dos *campi* espalhados pelo país, os sujeitos se organizem para que regulamentações internas garantam o cumprimento dessa portaria nas diferentes Ifes.

No final de 2015 assumimos um projeto de iniciação científica (IC) cuja pesquisa visa o levantamento das regulamentações internas de diversas Ifes em relação ao uso do nome social. Desde o final de 2014, a partir de uma denúncia de transfobia no *campus*, já atuávamos em nossa própria instituição corroborando com os debates e formação de servidores para que o uso do nome social e o respeito a pessoas LGBTTTI fosse garantido. No primeiro semestre de 2015 a Universidade Federal de Lavras aprovou seu texto de regulamentação interna (Resolução Cuni n. 21, de 07 de maio de 2015).

Acompanhando esse processo, lendo os documentos iniciais do projeto de IC citado e vivenciando os diversos momentos de afirmação de direitos e acessos nos cotidianos da Ifes em que atuamos, passamos por alguns incômodos éticos, políticos e estéticos. A institucionalização do nome social apresenta às pessoas travestis, transgêneras e transexuais o direito ao uso do nome com o qual se identificam em listas de chamadas, resultados de processos seletivos internos, sistemas de gestão de estudantes e servidores, etc. Por outro lado, para alcançar esses direitos, ritos de passagem que demandam a autodeclaração impõem que essas pessoas se coloquem no lugar da outreidade (absoluta ou não) produzida pelo próprio discurso hegemônico que as exclui. Daí emerge a discussão que passamos a elaborar, enquanto paradoxo, sobre a luta pelo direito ao reconhecimento e a manutenção do direito de diferir.

O anormal, o estrangeiro e a produção do “dentro e fora”

Ao elaborar o conceito de anormal, Foucault (2013) afirma que sua origem remonta ao monstro humano, ao indivíduo a ser corrigido e ao onanista. Segundo essa elaboração, o anormal inclui em si a transgressão às leis (sociais e da natureza), a “incorrigibilidade” e a raiz de quase todos os males.

Traçando paralelos com os enunciados que operam cotidianamente em relação às pessoas classificadas socialmente como pertencentes ao grupo LGBTQTTI, percebemos discursos fundamentalistas que classificam lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneras e intersex como pessoas que transgridem “as leis da natureza e de Deus”. Também são identificadas como pessoas que não foram “domadas” ou “corrigidas” pelas “[...] técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 50) e que por isso demandam a criação de novos dispositivos coercitivos (como a “Cura Gay”) que são, na verdade, retomadas de velhos hábitos de uma pedagogia da sexualidade, “[...] isto é, uma nova tecnologia de reeducação, da sobrecorreção [...]” (2013, p. 50).

Há também o enunciado que relaciona todo tipo de doença sexualmente transmissível somente a pessoas não heterosse-

xuais, que, entre outras tantas reverberações, resulta em inúmeros casos de mulheres heterossexuais contraindo doenças sexualmente transmissíveis de seus parceiros em relações monogâmicas por não “precisarem” de camisinha. Ou seja, os discursos hegemônicos excludentes que jogam sobre o onanista, sobre o anormal a fonte de todos os males também cerceiam as possibilidades de vida daqueles/as considerados/as “normais”.

Em todas as redes enunciativas que circulam em discursos que produzem o anormal “[...] como um monstro pálido [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 49), é produzido um lugar de pertencimento à normalidade para que a anormalidade seja produzida como negação. A mulher “é” uma pessoa que **não** é um homem, que **não** tem um pênis, que **não** pensa de forma lógica, que **não** tem controle sobre as próprias emoções, etc. Todos esses discursos são reverberados das mesmas redes enunciativas/significantes. Produzem sentidos de verdade que marcam o homem como o lugar do próprio, da existência, da norma.

Como forma de afirmação e resistência, movimentos sociais e ativistas passaram a nomear também os/as pessoas cis, como estratégia discursiva de desconstrução de uma relação direta entre o sexo biológico, a identidade de gênero e a orientação sexual socialmente esperadas. Demonstramos, assim, que os anormais somos todos aqueles que **não** assumem determinada identidade de gênero ou orientação sexual socialmente atribuídas com base no sexo biológico que nos é nomeado ao nascermos, a partir de nossa constituição genital – somos os **não** “cis”.

Assim também a lésbica produzida nesse campo enunciativo “é” a mulher que **não** se relaciona afetiva e sexualmente com homens. O gay “é” o homem que **não** se relaciona sexualmente com mulheres. O/A bissexual “é” o homem ou a mulher que **não** tem uma orientação sexual definida (**não** sente atração apenas por um sexo). A travesti “é” a pessoa que **não** se identifica como homem, apesar de ter nascido com um pênis. O/A transgênero/a “é” o homem ou a mulher que **não** se identifica socialmente com o gênero tradicionalmente atribuído pela sociedade a uma pessoa que tenha a sua constituição genital. O/A transexual “é” o homem ou a mulher que **não** possui mais a genitália nas configurações que tinha ao nas-

cer, por **não** se reconhecer naquele corpo e/ou com a identidade de gênero socialmente atribuída ao corpo.

As elaborações acima são reducionismos discursivos sobre os enunciados hegemônicos que tentamos desconstruir e combater, mas servirão aqui de ilustração ao nosso argumento. Os enunciados que circulam hegemonicamente nos campos discursivos em que operam as relações de poder que nos produzem como anormais são também parte dos discursos de resistência. Derrida (2003) nos ajuda a diferenciar a outreidade absoluta, que o autor chama de bárbaro, da outreidade que marca o estrangeiro, a quem algum tipo de pacto de hospitalidade é oferecido mediante certos deveres em relação ao “local”, ao uso da língua hegemônica. Ao investirmos, por exemplo, na visibilidade lésbica e/ou trans, estamos operando discursivamente com os dispositivos enunciativos hegemônicos que produzem uma diferenciação entre as mulheres com base nas pessoas com quem se relacionam afetiva e sexualmente, assim como entre aquelas que têm vagina e pênis (no caso dos discursos que excluem as mulheres lésbicas trans).

A decisão ética, política e estética de operar nesse discurso traz consigo diversos marcadores que indicam uma adesão à produção enunciativa da outreidade (DERRIDA, 2003), do anormal, ainda que nem sempre seja óbvia. Quando uma mulher cis feminista afirma que só deve opinar sobre o aborto quem tem útero, ao defender sua legalização perante parlamentares fundamentalistas, por exemplo, exclui as mulheres trans do protagonismo nessa luta.

Nem sempre as exclusões produzidas nos discursos da militância identitária são intencionalmente destinadas a um dado grupo, mas consideramos que são inevitáveis. Na lógica discursiva hegemônica de produção de identidades pela negação (da qual não se pode fugir ao utilizar a identidade como dispositivo discursivo), toda afirmação deverá, necessariamente produzir uma exclusão. Consideramos que essa operação discursiva acaba sendo uma estratégia política frequente entre ativistas por ser mais fácil operar dentro do discurso hegemônico nas lutas por direitos. A validação social da existência parece mais viável quando ela é inteligibilizada por um maior número de pessoas; logo, é preciso comunicar as lutas em termos que uma maior parcela da população entenda.

Um exemplo disso é a adesão à “Marcha das Margaridas”, à “Marcha das Vadias” e à “Marcha das Mulheres Negras”. As “Margaridas” assumem, em homenagem a uma mulher militante, um discurso em maior consonância com os enunciados socialmente validados que os outros dois movimentos. As “Vadias” rompem com muitos discursos hegemônicos e acabam assimilando em seu grupo de apoiadores as pessoas que nem sempre são socialmente reconhecidas e que muitas vezes são colocadas no lugar de abjetas. Porém, ao romper com redes enunciativas validadas em maior escala, perdem “receptividade social” (aceitação e mesmo compreensão dos discursos que carregam, até em grupos de ativismos contra-hegemônicos, como de algumas feministas negras). Por último, e não menos importante, as “Mulheres Negras” carregam um discurso que, ousamos dizer, circula na fronteira entre as vertentes das “Vadias” e das “Margaridas”. A autodenominação “Mulheres” nesse movimento faz com que o discurso reverbere em uma parcela significativa da população, enquanto o termo “Negras” agrega todas e todos que pretendem lutar contra o racismo e, conseqüentemente, exclui racistas e feministas que não consideram que as lutas étnico-raciais sejam relevantes nas questões de gênero.

Meio século atrás, pelos enredamentos enunciativos vigentes, talvez uma “Marcha das Mulheres Negras” houvesse “causado” tanto quanto uma “Marcha das Vadias” nos anos 2010. Novamente, afirmamos que nossos exemplos são reducionistas, mas que o intuito é enfocar como os jogos enunciativos de autodenominação identitária jogam com sentidos de verdade que circulam socialmente, produzindo dentro e fora de dados grupos. As “Margaridas”, hegemonicamente, operam menos como anormal que as “Vadias”, enquanto essas são mais “anormais” que as “Mulheres Negras” em dados grupos enunciativos.

Ao estabelecermos que o lugar de “anormal” é criado na negação do que foi discursivamente produzido como “normal”, pressupomos que toda vez que nos nomeamos lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros/as, negros/as, indígenas etc., estamos nos colocando no lugar enunciativo do “outro”, do “anormal” e corroborando com o discurso hegemônico na produção desses lugares enquanto verdades.

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdades têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam (FOUCAULT, 2003, p. 224).

Operar nesse campo discursivo hegemônico é também reafirmá-lo e validá-lo como espaço de poder, de luta de poder, e de produção de verdades sobre os sujeitos, produção do normal e do anormal.

Nas lutas sociais por equidade, os movimentos sociais e ativistas acabam recorrendo às redes enunciativas hegemônicas que produzem os sentidos de verdades excludentes para buscar reverter essas mesmas exclusões. Retomamos Derrida (2003), que afirma que

Justamente por estar inscrito num direito, um costume, um *ethos* e uma *Sittlichkeit*, essa moral objetiva [...] supõe o estatuto social e familiar dos contratantes, a possibilidade de que possam ser chamados pelo nome, de ter um nome, de serem sujeitos de direito, dotados de uma identidade nominável e de um nome próprio. Um nome próprio não é nunca puramente individual (DERRIDA, 2003, p. 23).

O homem trans só é reconhecido assim por existirem redes de significação que produzem sobre certos corpos os sentidos de verdade do homem cis, criando, por consequência, aquele que não “é” cis, o trans. A necessidade de nomear a outreidade só faz sentido por atender ao objetivo de excluí-la do lugar do próprio, da normalidade e produzi-la como anomalia, como estrangeira. Ao adotar o “trans” como dispositivo discursivo para a autodeclaração em busca de reconhecimento, o sujeito tanto afirma o poder que perpassa o discurso hegemônico e corrobora com os sentidos de verdade que este produz sobre si, quanto se coloca no lugar do “anormal”, do que está “fora”, do “estrangeiro”, para assumir um lugar social em acordo com o “normal”, o que está “dentro”, o “cidadão”.

Para exigir a inclusão, e a equidade, é preciso afirmar a exclusão. Se entendemos que esta é (re)produzida enunciativamente, também a (re)produzimos para podermos desconstruí-la. Ao retomar o discurso de Sócrates durante seu julgamento, Derrida (2003) nos instiga a pensar como estamos nos colocando no lugar do estrangeiro quando tentamos acessar a cidadania desse lugar de outreidade, de anormal. Sócrates o faz ao ser julgado, pede para ser tratado como estrangeiro por não dominar o discurso do tribunal. Embora esteja, naquele momento, falando e sendo compreendido, não o faz da forma esperada, o que lança aos “cidadãos” os questionamentos apontados por Derrida (2003):

[...] devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-lo entre nós? Se ele já falasse nossa língua, com tudo o que isso implica, se nós já compartilhássemos tudo o que se compartilha com uma língua, o estrangeiro continuaria sendo um estrangeiro e dir-se-ia, a propósito dele, em asilo e em hospitalidade? (DERRIDA, 2003, p. 15)

Ao considerarmos, paralelamente, os enredamentos enunciativos que nos produzem enquanto outreidade, tomando como referência o “cidadão” (homem, cis, heterossexual, branco, de nível superior, cristão etc.) enquanto norma(1), e a exclusão (total ou parcial) do acesso aos aparatos sociais que constituem essa cidadania, podemos inverter as perguntas elaboradas por Derrida. Passamos a nos questionar, enquanto anormais, estrangeiros/as à cidadania plena, se devemos nos esforçar para compreender, falar, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de sermos acolhidos/as entre os normais/cidadãos, uma língua cujos enredamentos enunciativos nos excluem? Ao falarmos essa língua, com tudo que isso implica, se nós já compartilhássemos tudo que se compartilha nos enredamentos enunciativos de uma identidade normativa, continuaríamos sendo o outro, o anormal, o estrangeiro, e seríamos acolhidos, estaríamos em asilo, em hospitalidade?

A luta pelo reconhecimento e diferir como condição para existir

O que estamos propondo é que, ao adotarmos em nossas militâncias e ativismos maior ou menor proximidade com os enunciados hegemônicos que nos produzem enquanto anormais, nos colocamos em um paradoxo comparável ao apresentado por Derrida (2003) em seu texto. A busca por reconhecimento, ou “hospitalidade”, nos desafia a abrir mão do direito ao anonimato e do direito de diferir.

No contexto educacional, as diversas instituições regidas pelo Ministério da Educação e, conseqüentemente, pela Portaria MEC n. 1.612, de 18 de novembro de 2011, passam a ter que garantir a “hospitalidade” oferecida à outreidade marcada nos corpos identificados como transexuais, transgêneros e travestis. Pensamos com Skliar (2003) que a questão do dentro e fora produzida a partir dos jogos enunciativos hegemônicos sobre esses sujeitos “[...] não é resolvida, nem negada, simplesmente trazendo para *dentro* aquilo que estava *fora*, isto é, *incluindo* o que estava *excluído* [...]” (SKLIAR, 2003, p. 207).

Como afirmamos no início do texto, a própria homologação dessa portaria é uma conquista dos movimentos sociais, porém operando dentro do discurso hegemônico. A consequência disso é que às pessoas identificadas como travestis, transgêneras e transexuais foi garantido o direito de serem nomeadas de forma apropriada, mas utilizando dispositivos discursivos que operam na lógica que as exclui, inclusive essas classificações. Esses dispositivos operam como linhas que delimitam o lugar do sujeito, marcando o dentro e o fora, e impossibilitando a afirmação da diferença/alteridade.

Apropriar-se das palavras que significam (im)possibilidades de vida e desconstruí-las para criar novos possíveis (DELEUZE, 2010) é uma estratégia política de ação sobre os discursos hegemônicos. Usar os termos criados por esse discurso para a exclusão e determinação do/a anormal, estrangeiro/a no campo educacional como estratégia de garantir acesso e permanência é operar na produção de vidas possíveis na outreidade – o que não significa que mesmo essas conquistas não impliquem dores e perdas.

Lutar para ser reconhecido/a de acordo com a própria identidade de gênero, desde a denúncia de transfobia, também requer colocar-se no local identitário com o qual a pessoa não se reconhece. O registro da denúncia no campo institucional demandou também a identificação da pessoa que sofreu a transfobia, tanto como trans quanto pelo nome civil, aparato discursivo usado pela instituição ao se referir ao/à estudante até então.

A autonegação de travestis, transexuais e transgêneros/as no ato de preenchimento de um pedido de institucionalização do uso do nome social demanda um ato de tradução cultural (BHA-BHA, 2010) entre o diferir e o diferente. O diferir, condição *sine qua non* da existência, é pensado por nós como uma constante entre todos/as nós e entre-nós. Quando nos nomeamos segundo uma categorização criada enquanto outreidade, não é o lugar de outreidade que nos prende, mas o apresentar-se “[...] na dissimulação de si [...]” (DERRIDA, 2011, p. 57) que implica o apagamento das diferenças entre os diferentes.

Todos os sujeitos que se identificam socialmente como homens não são homens, pois qualquer definição de “homem” que pressuponha uma “pureza” de traços característicos socialmente identificados como “de homem” e ausência total daqueles identificados como “de mulher” não admitirá a presença de nenhum indivíduo existente. Por outro lado, se dissermos que um dado indivíduo “é” um homem, e que o “modelo” de homem remete a este, estaremos excluindo todo o restante da população, pois ninguém será ele, nem ele mesmo em um outro momento. Por admitir essa inviabilidade de criação de uma identidade absoluta que abarque mais de um, ou mesmo um indivíduo sequer, é que afirmamos que mesmo no discurso hegemônico a diferença é reconhecida como condição para existir.

No entanto, nossa afirmação de que não é possível operar dentro das redes enunciativas identitárias sem exclusão continua válida, pois, para demarcar quem pertence ou não a dado grupo, considerando que todos diferem entre si e entre-si, é preciso abarcar nesse discurso a possibilidade da diferença. A exclusão se produz quando certas possibilidades de diferença são identificadas como “fora” das linhas que limitam o sujeito “normal” àquela identificação. Cada indivíduo que ouse diferir nesses campos tidos como

“fora” é marcado como diferente e paga, socialmente, o preço da diferença não autorizada.

Aos homens e às mulheres travestis, transtênicos/as e transsexuais, por diferirem “fora” das linhas da mulher e do homem “normais”, são atribuídas essas nomeações. A nomeação afirma a existência e permite a oferta da hospitalidade ao anormal, estrangeiro, mas é preciso lembrar a todo tempo que um “nome próprio não é nunca puramente individual” (DERRIDA, 2003, p. 23). Isso significa que nessa outreidade também há diferença, mas que a apagamos, assim como apagamos as diferenças existentes no campo da norma, para inteligibilizar o anormal, o estrangeiro, a uma maior parte da população, pois

[...] não se oferece hospitalidade ao que chega anônimo e a qualquer um que não tenha nome próprio, nem patronímico, nem família, nem estatuto social, alguém que logo seria tratado não com estrangeiro, mas como mais um bárbaro. [...] esse estrangeiro, então, é alguém que, para que seja recebido, começa-se por querer saber o seu nome; ele é levado a declinar e garantir sua identidade, como se testemunha diante de um tribunal (DERRIDA, 2003, p. 24-25).

Sob as diversas nomeações dadas à anomalia e à estrangeiridade, submetemo-nos a um apagamento discursivo dos traços de diferença que carregamos (que nos fazem também anormais à anomalia e estrangeiros à estrangeiridade) ao adotarmos esses termos na autonegação. Essa adoção, enquanto estratégia ética, política e estética, interfere em como nos sentimos em relação às próprias lutas (uma mulher que nasceu com um pênis não se sente menos mulher que uma mulher que nasceu com vagina, mas recorre a outras nomeações produzidas pelo discurso que a exclui da categoria “mulher” para lutar contra os processos dessa exclusão).

Às pessoas socialmente identificadas como estrangeiras e anormais, o anonimato também passa a ser negado. Para sair do lugar de abjeção, é necessário se nomear. Sobre aqueles/as que não o fazem e tentam viver o lugar do próprio, do normal, do cidadão ainda podem incidir as mesmas técnicas sociais de educação e correção de que nos fala Foucault (2013), em maior ou menor escala.

Por isso, para alguns/mas ativistas e militantes dos movimentos sociais, parece inaceitável que pessoas socialmente subjetivadas como anormais e estrangeiras não se engajem nas lutas contra esses processos de exclusão. É paradoxal que tenham que aderir discursivamente às redes enunciativas que produzem exclusão para tentar enfrentá-las, como também o é que mesmo quem se negue à nomeação imposta por essas redes e não tente desconstruí-las também seja subjetivado/a por elas.

No ambiente universitário, a autonegação enquanto pessoa trans, para o pedido de uso do nome social, é o que nos move essa problematização. Aqueles/as que o fazem ainda aderindo ao discurso hegemônico em busca de uma hospitalidade institucional também passam por situações vexatórias e excludentes. É necessário declarar-se trans para (tentar) ter o direito de ser subjetivado/a com um nome que de fato nos represente. A pessoa nega sua identidade em dado momento, por ser obrigada a declarar o nome civil como marcador de identificação, acabando por ser nomeado pelo nome negado. Para ser reconhecida por seu nome social, a pessoa é colocada na posição de tornar “público” aquilo que por direito deveria ser esquecido e mantido anônimo.

Esse ato de assumir a nomeação da outreidade resulta na perda do direito ao anonimato, além de significar submeter-se ao julgamento daqueles/as cidadãos/ãs envolvidos no processo de legitimar o uso daquele nome, como Sócrates ao se nomear estrangeiro perante os atenienses que tinham o título de cidadãos e que, por isso, possuíam a premissa de julgá-lo (DERRIDA, 2003).

Como as transexualidades, transgeneridades e travestilidades são abarcadas pelo discurso da anormalidade das redes enunciativas hegemônicas, frequentemente pessoas que gozam da cidadania por estarem mais próximas do lugar de cidadão (cisgêneras, brancas, homens etc.) não estão preparadas para o atendimento ao público trans no âmbito institucional. Um relato comum é que, durante o pedido do nome social, o/a atendente responsável pelo acolhimento do protocolo insista em tratar a pessoa pelo nome civil, fazendo uso de pronomes e palavras marcadoras de gênero que diferem daquele com o qual a pessoa trans se identifica (usando “ele” para referir-se a travestis e mulheres trans, “ela” para transgê-

neros masculinos e homens trans). Esse erro no tratamento durante o pedido pelo uso do nome social é paradoxal e provoca dor, pois se opõe ao direito que a pessoa busca naquele processo: pretende oficializar-se institucionalmente de acordo com o gênero com o qual se identifica, mas no momento do pedido esse é direito recusado.

Como elaboramos anteriormente, toda operação discursiva no campo identitário implica exclusões. A luta pelo reconhecimento de nomes e identidades de gênero compreende, em seus processos, embates e violências (nem sempre intencionais, mas nem por isso menos graves) que operam como técnicas educativas e de correção (FOUCAULT, 2013) na produção do diferente, do anormal, do estrangeiro.

A perda do anonimato no contexto institucional é bastante simbólica. Consideramos que o pedido de uso de nome social e tratamento de acordo com o gênero da pessoa trans (assim como todos os processos de lutas em embates que resultam nessa conquista) é motivado pela tentativa de reconhecimento do pertencimento a um grupo identitário produzido pelas redes enunciativas hegemônicas e acesso à cidadania e equidade.

O ato de autoneamar-se como trans provoca um distanciamento entre a identidade assumida e a forma como ela é percebida socialmente graças a essas mesmas redes enunciativas: “É um homem, mas ‘nasceu mulher’” ou “Ela ‘nasceu homem’”. Trata-se, então, de uma exposição da diferença como marcação do diferente, produzido pela norma como anormal. Assim, na tentativa de serem reconhecidos/as como parte de um grupo, ficamos paradoxalmente afastados/as dele em um discurso excludente, que se apropria das diferenças atribuindo a elas uma conotação negativa.

Assumindo o paradoxo como condição *sine qua non* de lutar e existir

Retomando as perguntas que nos fizemos ao parafrasear Derrida (2003), parece-nos não haver condições de luta sem qualquer esforço para compreender e falar, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de sermos

acolhidos/as entre os normais/cidadãos, uma língua cujos enredamentos enunciativos nos excluem. As operações discursivas em que nos enredamos para o reconhecimento parecem sempre operar (em maior ou menor intensidade) no campo das identidades que nos produzem como outreidade.

Contudo, fazendo ou não o esforço para falarmos essa língua, com tudo que isso implica, ainda que compartilhemos tudo que se compartilha nos enredamentos enunciativos de uma identidade normativa, continuamos sendo o outro, o anormal, o estrangeiro. Nessa posição, a nomeação, enquanto apagamento do diferir e marcação negativa da diferença, nos nega o direito ao anonimato. Não somos “só mais um/a estudante ou servidor/a” dentro da instituição. Mesmo em situação de asilo, em hospitalidade, parece-nos que os enredamentos enunciativos que produzem a exclusão ainda operam em situações cotidianas como técnicas educativas e corretivas sobre nossos corpos e vidas.

Precisamos estar cientes desses jogos de sentidos em que nos enredamos, quer desejemos ou não nos engajar em movimentos sociais e ativismos em busca da desconstrução das violências que sofremos. Justamente porque as sofremos, quer as enfrentemos ou não.

Compreender que para alguns/mas de nós parece desnecessário, perigoso, intimidador e/ou impossível o engajamento militante é reconhecer os efeitos de verdade resultantes dos discursos hegemônicos que nos produzem enquanto sujeitos. Assim, também é imprescindível perceber que diferentes estratégias desenvolvidas por grupos de ativistas nos movimentos sociais estão sempre negociando, com maior ou menor inteligibilidade, perante as redes enunciativas dos discursos hegemônicos compreendidos pela maioria da população. As opções estéticas, políticas e éticas adotadas em relação a essas redes parecem produzir maior ou menor diálogo entre esses grupos. É preciso reconhecer que estamos todos/as usando de alguma forma enunciativa de nomeação para desconstruir os discursos que nos negam o direito ao diferir e, conseqüente e paradoxalmente, ao anonimato. Não é possível ter ou lutar pelo anonimato sem algum tipo de nomeação no campo enunciativo hegemônico.

Um formulário para pedido de alteração do nome constante nos comunicados institucionais e listas de chamada, o nome so-

cial constando nos sistemas da instituição, a carteirinha de estudante com uma foto e identificação que não causam qualquer situação vexatória, etc.: cada uma dessas conquistas nos processos de institucionalização do uso do nome social é comemorada por nós. Os risos e parabenizações que trocamos nos lembram de que a conquista do reconhecimento, que nos move, vale muito e não abrimos mão dela ao problematizar as negociações necessárias entre o discurso hegemônico e nossos discursos estrangeiros. É como se traduzíssemos os sentidos de verdades de nossas próprias redes enunciativas para as redes com as quais as grandes massas negociam.

Às pessoas que escondem o próprio diferir em seus processos de subjetivação, tentando assumir os discursos hegemônicos em busca de asilo e/ou hospitalidade, também cabem tanto os limites impostos pelas exclusões quanto as conquistas daqueles para quem o anonimato não é uma opção. Mesmo em seus movimentos de busca pela hospitalidade, acabam por produzir movimentos enunciativos que implicam deslocamentos das linhas que limitam as possibilidades de vida dos sujeitos, produzindo novos possíveis (embora nem sempre desejáveis).

A busca por acesso e reconhecimento parece, então, demandar sempre uma negação do anonimato, que, cotidianamente, já era inalcançável para aqueles/as que foram subjetivados como anormais e estrangeiros. Nas estratégias discursivas adotadas pelos movimentos sociais e ativistas, precisamos sempre decidir o quanto vamos operar dentro das redes enunciativas hegemônicas e essa decisão implicará maior ou menor possibilidade de compreensão do que dizemos pelas massas, ao mesmo tempo que maior ou menor fidelidade a nossos ideais e à forma como nos percebemos em nossos modos de diferir.

Essas negociações exigem que pensemos estratégias de tradução cultural, compreendendo que cada termo tem um peso político, uma configuração estética e uma implicação ética com que temos maior ou menor afinidade. Na impossibilidade de traçar caminhos definidos nesses enredamentos enunciativos que requerem a criação de outros possíveis, pensamos com Bhabha que aos movimentos sociais e ativistas resta a decisão de assumir em nossas ações o “[...] papel de tradutor entre a pintura e a poesia, [como] o narra-

dor [que] engendra a justaposição da aura e da ágora, produzindo assim a necessária negociação do gozo” (2011, p. 100).

Referências

- BHABHA, H. K. *O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses: textos seletos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- _____. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- _____. Questão do estrangeiro: vinda do estrangeiro. In: DERRIDA, J.; DUFOURMANTELLE, A. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.
- FOUCAULT, M. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



Ocupação do Palácio Anchieta, sede do Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 8 de março de 2016

SEXUALIDADES E GÊNERO NA PSICOLOGIA: ATIVISMOS FORMATIVOS E TENSIONAMENTOS CURRICULARES

*Maria Carolina F. B. Roseiro
Marina Francisqueto Bernabé
Naiara Ferreira Vieira Castello*

Verdades e normatividades: (des)legitimando sexualidades e gêneros na psicologia

As produções da psicologia e de outros campos de saber-poder acerca da sexualidade, ao seguirem um direcionamento ético, podem ser importantes por seu potencial de apresentarem-se como contraponto às persistentes tentativas de patologizar e desqualificar as práticas sexuais diversas e os sujeitos que se constituem a partir dessas práticas (FERREIRA; NARDELLI, 2013), tanto no âmbito acadêmico quanto na atuação profissional.

Pretendemos discutir, ao longo deste artigo, a necessidade de formação do psicólogo para o trabalho com as dissidências sexuais e de gênero, diante das transformações das demandas da atuação profissional, especialmente nas políticas públicas. Partiremos da problematização do lugar de autoridade da psicologia com relação às sexualidades e dos usos que podem/devem ser feitos da legitimidade conferida a ela enquanto ciência e profissão. Para isso, lançamo-nos alguns questionamentos. A formação acadêmica tem dado conta dos avanços teóricos e políticos nesses âmbitos? Os deslocamentos produzidos pelos ativismos e militâncias são suficientes enquanto dispositivos de formação? Os saberes dos ativismos podem/

devem ser legitimados pelos regimes de verdade da academia? E, nesse caso, funcionariam como ruptura ou como assimilação quanto à heteronorma? Como criar espaços formais de debate que não se tornem instrumentos de regimes de regulação?

Os problemas considerados dizem respeito ao fato de a legitimidade da psicologia, no campo da sexualidade, fundamentar-se na produção de saberes que operam sob o binômio normal-patológico, que vêm reforçando os binarismos de gênero, com depreciação da posição feminina, e a heterossexualidade compulsória – sobre a qual edificaram-se as correntes mais tradicionais da psicanálise, seja por um entendimento ortodoxo do complexo de Édipo, seja pelo falocentrismo lacaniano. Essas questões se colocam a partir da perspectiva de Butler, em suas discussões sobre psicanálise e sobre os sujeitos do gênero apresentadas, principalmente, no capítulo 2 de *Problemas de gênero* (2015a). A respeito dos binarismos de gênero, a filósofa propõe que o entendimento do gênero como construção cultural levaria a um problema quanto à continuidade entre o sexo (biológico) e a sua expressão generificada.

Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. [...] A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito (BUTLER, 2015a, p. 26).

Por conseguinte, os binarismos de gênero emergem de uma matriz heterossexual, a qual perpetuam, reafirmando uma “natureza” normalizada quanto às expressões de gênero e às práticas sexuais. De acordo com Butler, as produções de Lévi-Strauss, Freud e Lacan, ao situarem o tabu do incesto como fundante do sujeito, legitimam a “heterossexualidade incestuosa como matriz ostensivamente natural e pré-artificial do desejo” (2015a, p. 83). Por essas discussões, interessa-nos este referencial crítico às teorias psicológi-

cas tradicionalmente abordadas nos cursos de graduação, de acordo com as quais as sexualidades e expressões de gênero serão compreendidas como desviantes, tendo por base um modelo de normalidade heterossexual e binário.

Utilizaremos preferencialmente, para este artigo, a noção de dissidências sexuais e de gênero, apesar de, em alguns momentos, referirmo-nos à expressão “diversidade sexual”, devido ao seu predomínio em documentos institucionais, tais como “Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos” (2011), do Conselho Federal de Psicologia (CFP), além de ser o termo mais amplamente utilizado nos movimentos sociais. A escolha do termo “dissidências”, em detrimento do conceito de “diversidade sexual”, justifica-se no fato de que este último experimenta um forte processo de institucionalização, tendo se tornado

muito próximo do discurso da tolerância, demasiado multicultural e neoliberal. [...] O conceito de dissidência sexual nos retira dessa lógica multiculturalista inócua, neste momento já muito perto do discurso do Estado, e também não é simplesmente uma repetição de um discurso norte-americano do queer, de um discurso metropolitano hegemônico. Ao mesmo tempo, dissidência é pós-identitário porque não fala de nenhuma identidade em particular, mas põe o acento na crítica e no posicionamento político e crítico (SAN MARTIN, 2014, apud COLLING, 2014, p. 257).

Ferreira e Nardelli defendem, de acordo com o trabalho de Foucault, que “o estudo da sexualidade seja uma ferramenta fundamental para estudos da subjetividade” (2013, p. 38). A psicologia, ademais de ser, historicamente, associada à produção de verdades, deve também admitir sua incidência sobre os modos como os sujeitos se definem e conduzem suas relações consigo mesmos e com os outros. Ao operarem uma análise da *expertise* da psicologia e da psicanálise sobre a sexualidade, colocam que

[...] no contexto da contemporaneidade, não se pode abrir mão do estatuto de autoridade da Psicologia e, mesmo, da Psicanálise, na compreensão e intervenção sobre os problemas formulados por indivíduos e grupos, uma vez que a intervenção técnica não se estrutura em um vácuo

institucional e histórico. Ou seja, ela não pode estar cindida de uma problematização ética (FÉRREIRA; NARDELLI, 2013, p. 41).

A sexualidade se torna, a partir do século XIX, uma “questão” de fato, objeto de interesse médico, político e econômico, proliferando-se os domínios que se debruçam sobre ela, pelos quais tem sido “descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada” (LOURO, 2001, p. 541). Nesse contexto, a psicologia, que se constitui como ciência produtora de um discurso legitimado acerca da subjetividade – e da sexualidade enquanto um de seus componentes –, permanece marcadamente num lugar de saber privilegiado, supostamente detentor da verdade sobre o sujeito, que estaria oculta e deveria ser desvelada. A psicologia, ao se posicionar sobre a questão da sexualidade, precisa estar atenta ao fato de que:

A subjetividade individual se produz em espaços sociais constituídos historicamente, que antecedem a organização do sujeito psicológico concreto. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do sujeito individual dá lugar a novos processos de subjetividade social, a novas redes de relações sociais (KAHHALE, 2011, p. 201).

Os psicólogos, portanto, são convidados a responder por essas questões a partir de um lugar de autoridade, dentro de um cenário em que os discursos normalizadores acerca das expressões de gênero e práticas sexuais dissidentes continuam produzindo violências, patologizando, apresentando visões estereotipadas e caricatas e negando espaço de fala e de debate aos sujeitos que as expressam.

Por conseguinte, a autoridade dos discursos da psicologia acerca da sexualidade, legitimados por regimes de verdade em que o saber acadêmico é privilegiado em relação a outros modos de produção de conhecimento, é um campo estratégico para os ativismos e movimentos sociais das dissidências sexuais e de gênero, especialmente na construção de políticas públicas, lugar em que a psicologia é convocada a se posicionar. Dessa forma, psicólogos e psicólogas têm a oportunidade de questionar os saberes, fazeres e discursos reprodutores de intolerâncias e violências, ao orientarem suas práticas e contribuírem com a elaboração ou efetivação de polí-

ticas públicas em conformidade com os documentos institucionais pertinentes à profissão.

Compreendemos enquanto conquistas desses ativismos e movimentos algumas dessas normativas que institucionalizaram o acolhimento à diversidade sexual na atuação dos psicólogos, como a retirada da homossexualidade enquanto classificação de doença em 1980 do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da Classificação Internacional de Doenças (CID), em 1990. Outro documento de relevância a ser destacado é a Resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia, de 22 de março de 1999, que “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”:

CONSIDERANDO que na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, o psicólogo é frequentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade;

CONSIDERANDO que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

CONSIDERANDO que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

CONSIDERANDO que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente;

CONSIDERANDO que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações (CFP, 1999, p. 1).

Tal resolução atesta que todo campo de atuação da psicologia é atravessado por questões referentes a sexualidade e diversidade sexual, que precisam ser pensadas e compreendidas como aspectos fundantes na construção da subjetividade. As principais regulamentações mencionadas contribuem para que a homossexualidade seja afirmada como mais uma manifestação da sexualidade, negando-se que seja patologia, desvio ou perversão, e, conseqüentemente, deixe de ser passível de intervenção com o objetivo de “cura”. De acordo com Ana Bock, que presidia o CFP quando da aprovação da Resolução 001/1999, o documento consiste numa

declaração à sociedade brasileira de que nós, psicólogos, estamos atentos a estas questões que caracterizam nossa sociedade e ao sofrimento psicológico que têm gerado, e que estamos dispostos a engrossar as fileiras daqueles que trabalham para que as diferenças existentes entre os humanos sejam fonte de diversidade e enriquecimento da humanidade, nunca fonte de discriminação e preconceito (BOCK, 2001, p. 19).

A despeito dessas regulamentações, persiste a reprodução de discursos patologizantes e vulnerabilizantes nas práticas profissionais, o que indica a escassez de discussão sobre diversidade sexual na formação dos psicólogos. Essa escassez pode ser ocupada por discursos e práticas profissionais baseadas e justificadas no senso comum, em moralismos religiosos e pressupostos acadêmicos, que contrariam o que é preconizado por tais documentos.

Ativismos formativos: narrativas de resistências, produções desviantes, disputas institucionais

Seguimos nossa formação acadêmica em Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) em três momentos diferentes, que, somados, abrangem o período entre 2000 e 2015. Nesse período, encontramos possibilidades de formação em sexualidades e gênero nos espaços e ações da militância feminista e LGBT fora do meio acadêmico, ou até mesmo no espaço da Universidade, porém afastados de debates teóricos. Acompanhamos atividades de grupos como o Fórum de Mulheres, o Coletivo Femenina e as Anarcafeministas e eventos como o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (Enuds), a Marcha das Vadias, a Marcha Mundial das Mulheres, o Manifesto do Orgulho LGBT e o Piquenique das Cores, além de manifestações pontuais de resistência frente a ações discriminatórias.

A partir da identificação da necessidade de articulação política, criou-se, em 2015, um coletivo de mulheres do curso de psicologia da Ufes, o Coletivo Filhas de Gaia, que tem promovido eventos, intervenções e ações de resistência diante das expressões discursivas e das práticas machistas, homofóbicas, transfóbicas e racistas que se

atualizam não somente, mas também neste curso, numa tentativa de pressionar a discussão para dentro do processo formativo.

O primeiro grupo para estudos acadêmicos e ativismo na Ufes foi criado em 2007, no mesmo ano em que foi realizado o Enuds nessa instituição. Entretanto, esse grupo, então nomeado Plural, constituía-se em organização independente, desvinculada do quadro institucional da Universidade. Anos depois, alguns membros do Plural, juntando-se a outros acadêmicos, formalizaram o primeiro grupo com vínculo institucional dessa Universidade que tem por área de produção as sexualidades e identidades ou *performances* de gênero, na perspectiva da diversidade sexual e das dissidências de gênero – o Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidades (Geps), contando com a coordenação do Prof. Dr. Alessandro Rodrigues, vinculado ao Centro de Educação da Ufes.

Nessa trajetória, compartilhamos experiências com pessoas sobre as quais o impacto da condição feminina e/ou da identificação com sexualidades não hegemônicas, dentro da produção discursiva patologizante e excludente, é muito maior do que poderíamos conceber a partir de nossas próprias condições de vivência, o que oportunizou a produção de um corpo sensível à necessidade, ainda enorme, de colocar em questão a construção das normatividades e dos desviantes e de produzir dispositivos que permitam ampliar esse debate.

Para além da vivência relacionada à militância, consideramos necessário que se produzam mudanças nos currículos formais, para que o acesso à formação não se restrinja aos posicionamentos políticos individualizados. As sexualidades e os gêneros dissidentes estão presentes em todos os campos de atuação profissional da psicologia nas políticas públicas e também na prática de clínica privada. Encontram-se em documentos oficiais da própria profissão e das áreas da saúde, da assistência social, da cultura, da educação, entre outras, de modo que mesmo a formação generalista deveria garantir ferramentas que orientassem as ações ou intervenções demandadas. Essas orientações, pautadas nas discussões mais recentes da psicologia no que tange à diversidade sexual e de gênero, criariam condições para evitar os danos que podem ser causados por afirmações preconceituosas e discriminatórias dos psicólogos.

Entre as demandas da atuação profissional em psicologia, interessa-nos discutir a formação continuada, considerando que a psicologia e os profissionais dessa área são legitimados por uma autoridade científica ou por um lugar de enunciação da verdade, que acarreta, muitas vezes, a incumbência de elaborar ou de executar formações junto aos demais profissionais. Por outro lado, ao refletirmos que a graduação oferece concepções insuficientes, omissas ou prejudiciais quanto a diversidade sexual, gênero e sexualidade, constatamos a necessidade da inclusão de psicólogos como participantes de formação continuada, antes que possam exercer a posição de formadores. Não se trata de assumir ou de reforçar uma perspectiva de transmissão de conteúdos, na lógica da qualificação de especialismos e da capacitação profissional. Trata-se de construir conhecimentos a partir de dispositivos de saber-poder produzidos pela afirmação de outros modos de existência, os quais conquistaram direitos e discursos que apostam na desconstrução da heteronormatividade e dos pressupostos teóricos da heterossexualidade compulsória.

Nesse sentido, ao apostarmos na construção coletiva de conhecimento e no caráter político que é inerente a toda afirmação teórica e produção de saberes, compreendemos que os dispositivos sexualidade e gênero podem ser abordados transversalmente em discussões mais gerais, e de variadas formas. No entanto, a transversalidade não justifica a omissão quanto ao conteúdo programático. Pelo contrário, constitui-se como estratégia de inclusão nos currículos de outras formas de produzir conhecimento, definindo eixos temáticos que devem ser articulados com as disciplinas.

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. [...] Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. [...] Parte-se, pois, do pressuposto de que, para ser tratada transversalmente, a temática atravessa, estabelece elos, enriquece, complementa temas e/ou atividades tratadas por disciplinas, eixos ou áreas do conhecimento (BRASIL, 2013, p. 29).

Tais orientações quanto à transversalidade na educação formal, apesar de serem direcionadas à educação básica, têm muito a contribuir na problematização dos currículos de graduação. É compreensível que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2003) não estabeleçam parâmetros mais específicos para conteúdos programáticos. As especificidades formativas ficariam ao encargo de cada curso/profissão em suas diretrizes próprias. Contudo, ao abandonar o “caráter universal dos currículos mínimos”, os referenciais propostos pelos pareceristas do Conselho Nacional de Educação assumem uma perspectiva que desinveste as disciplinas e não propõem qualquer metodologia de transversalidade, apenas reforçando a “flexibilização” dos currículos profissionalizantes e a “autonomia” das IES (Instituições de Ensino Superior) na sua proposição.

Ao mesmo tempo, os pareceristas estabelecem princípios, entre os quais: “ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos”; evitar “ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas”; “evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação”; “estimular práticas de estudos independentes”; “encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar” e “fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva”, considerando estágios e atividades de extensão como cumprimento de carga horária.

Esses princípios chamam atenção por estimularem uma produtividade na qual o tempo de formação deve ser comprimido ao mínimo necessário, enquanto os espaços formativos devem ser ampliados ao máximo. Por outro lado, o texto deixa claro que tais espaços formativos não serão necessariamente oferecidos pelas IES. Pelo contrário, são enaltecidas as iniciativas “independentes” e “fora do ambiente escolar”. Esse discurso, aparentemente autonomista e desburocratizado, fundamentou, outrossim, a precarização e o sucateamento da universidade pública, individualizando a qualidade dos processos formativos, por uma perspectiva meritocrática e mercadológica, enquanto desresponsabilizou os aparelhos estatais da formação de profissionais voltados para o compromisso social.

Em um de seus princípios, estabelece-se que as graduações deverão

incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2003, p. 3).

Na perspectiva da produtividade, ao tratar do exercício profissional, a orientação formativa seria “flexível” ou “adaptada” às demandas sociais que dizem respeito a um mercado de trabalho. Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares para a graduação em psicologia foram criticadas por serem tecnicistas e por transformarem a formação generalista em habilitações especialistas (HOFF, 1999).

Compreendendo que a educação básica apresenta-se como importante campo de intervenção e de demanda para formação continuada aos profissionais da psicologia, constatamos que a graduação nessa área afasta-se das metodologias e omite-se quanto às temáticas propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e pelas DCN da Educação Básica (BRASIL, 2014). Essa divergência na orientação dos processos formativos evidencia-se na carência de profissionais qualificados para a abordagem dos temas transversais e mesmo da estratégia de transversalidade que comparecem na educação básica. Consideramos essa problematização crucial para a defesa de propostas curriculares mais definidas e formais quanto aos dispositivos de sexualidade e gênero na graduação de psicologia, entre outros debates nas demais áreas de atuação, sendo esse debate o mais estratégico já que se encontram na educação os documentos de orientação institucional aos processos formativos, entre os quais o PNE.

O PNE é um instrumento de gestão que estabelece metas, diretrizes e estratégias para a educação em todo o país. A partir dele são definidas as Diretrizes Curriculares nos diversos âmbitos, níveis, modalidades e categorias da formação profissionalizante. Inicialmente, o plano contemplava temáticas de gênero e diversidade sexual, assim como a redução das desigualdades e valorização da diversidade (BRASIL, 2014); no entanto, após muitas discussões

e pressão dos setores mais conservadores, as expressões “gênero” e “diversidade sexual” foram retiradas do texto.

Em 2011, o Ministério da Educação, como parte do programa “Brasil sem homofobia”, lançou a iniciativa de divulgar o material “Escola sem homofobia” (que ficou conhecido como “kit-gay” ou “kit anti-homofobia”), contendo boletins informativos e vídeos indicados para formar educadores para tratar de questões de sexualidade e gênero em sala de aula (SOARES, 2015). Sua utilização nas escolas foi, no entanto, vetada pela presidenta, mediante pressão das bancadas religiosas do Congresso Nacional. As instituições de ensino, desse modo, continuaram a seguir currículos e discursos normalizantes – ao considerar gênero, sexo e sexualidade como características inatas, naturais, internas e que não podem ser questionadas (LOURO, 2013). Esses mesmos discursos afirmam binarismos de gênero e estabelecem categorizações de anormalidade que legitimam violências, patologizações e restrição de direitos a quem não é visto dentro dessa premissa de normalidade.

Apesar desses reverses na consolidação de propostas curriculares contemplando diversidade sexual e identidades de gênero, o avanço dessas pautas dos ativismos e das vivências dissidentes na formulação de políticas e de documentos regulatórios no campo da educação básica gerou tensionamentos que incidiram nos currículos formais dos cursos de Pedagogia e das licenciaturas, influenciando não apenas a formação continuada, mas também a formação inicial desses profissionais. De acordo com pesquisa da Unesco apresentada em novembro de 2015, 58,27% das faculdades brasileiras incluem os temas sexualidade e relação de gênero no currículo básico da formação de professores (CRUZ, 2015).

Tensionamentos curriculares: apostas dissidentes e estratégias de transversalidade na produção de dispositivos outros

Na psicologia, entendendo-se a sexualidade enquanto objeto de alguns referenciais teóricos e considerando-se que as reformas curriculares atenderam aos parâmetros tecnicistas, particularistas e especialistas das Diretrizes Nacionais dessa graduação, ocorre

que as regulamentações profissionais avançadas em diversidade sexual e de gênero não produziram mudanças curriculares como na Pedagogia e nas licenciaturas. A transversalidade na produção de conhecimento e, com ela, esses temas de ordem não disciplinar ou interdisciplinar permanecem situados na vivência extra-acadêmica, a depender dos ativismos e militâncias, que nem sempre abrangem debates conceituais.

Dessa forma, os currículos em psicologia seguem como instrumentos de transmissão verticalizada do pensamento heteronormativo, falocêntrico e binarista quanto ao gênero. E, assim, formam-se profissionais que reforçarão e instrumentalizarão, por seu turno, as formações e intervenções calcadas pela naturalização da heterossexualidade compulsória. Nos espaços de formação, pouco ou nada se discute sobre os efeitos da dimensão social e política dessas normalizações, que, assimiladas pelos sujeitos que expressam sexualidades e gêneros dissidentes, geram sofrimento a partir de

uma sensação de inadequação entre anatomia, gênero, desejo e prática sexual, uma inadequação que resulta de uma predominância da heterossexualidade, em que esses quatro itens [...] aparentam concordância dentro de uma visão de mundo manifesta na sociedade (PORCHAT, 2011, p. 44).

Dezesseis anos após a publicação de “A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas” (BAPTISTA, 1999), nós, “profissionais do psiquismo”, seguimos amolando as facas que continuam assassinando a população LGBT no Brasil. Persistem também as denúncias, nos Conselhos Regionais, de práticas que ferem a supracitada Resolução 001/1999 e que produzem o apagamento de modos dissidentes de viver a sexualidade e as identidades de gênero. Nesse sentido, indagamos como as conquistas no campo das regulamentações não foi acompanhada de mudanças curriculares, ao longo de 36 anos desde a alteração no DSM quanto à homossexualidade.

É importante ressaltar, além disso, que a diversidade sexual e de gênero não fica contemplada apenas pela condição homossexual, mas a sua despatologização cumpre papel de prerrogativa legal e de quebra de paradigma. Conforme descreve Bianca Figueira, estudante de Direito e mulher *trans*, em carta ao jurista Flávio Tartuce,

que teria se referido a essa condição como “transexualismo” no seu livro *Direito Civil V – Direito de Família*, o próprio Conselho Federal de Medicina se posiciona afirmando que a transexualidade não é uma patologia ou enfermidade (FIGUEIRA, 2014). A transexualidade, todavia, ao contrário da homossexualidade, ainda figura nos principais instrumentos diagnósticos, que orientam a prática de médicos, psicólogos e outros profissionais de saúde. No CID-10 aparece como “transtorno de identidade de gênero”, enquanto no DSM-5 é classificada como “disforia de gênero”, deixando, em 2013, de receber o título de “transtorno”, o que indica, nas palavras de Figueira (2014), uma “forte tendência de retirá-la dos referidos manuais dentro em breve”. A estudante expõe, ainda, que as conquistas se deram graças a um movimento mundial denominado “Stop Trans Pathologization 2012”,

que luta pela retirada da transexualidade como psicopatologia dos manuais. O fato de constar ainda no CID legitima o PRECONCEITO e a DISCRIMINAÇÃO das pessoas transexuais e respalda órgãos públicos e entidades provadas a afastarem, a dispensarem, a expurgarem os transexuais de seus quadros, como aconteceu no meu caso com a Marinha do Brasil, que após 21 anos de bons serviços prestados, fui afastada compulsoriamente e arbitrariamente de minhas funções, por ser transexual e manifestar minha decisão em mudar minha anatomia para torná-la condizente com minha condição psíquica (FIGUEIRA, 2014).

A vivência extra-acadêmica como ativistas feministas e LGBT criou condições para que percebêssemos a lacuna na grade curricular do curso de psicologia, que, ao menos até então, não contemplava os debates acerca de gênero e diversidade sexual, a não ser por vieses biologizantes, que se remetem à reprodução e ao caráter evolutivo, ou patologizantes, como no caso da psicanálise clássica, que aborda as sexualidades não heteronormativas enquanto desvios ou perversões. Vivenciamos um avanço na produção acadêmica em diversos campos teóricos, inclusive na biologia, na psiquiatria e na psicanálise, no que diz respeito à despatologização das dissidências sexuais e de gênero e à legitimação do discurso do próprio sujeito sobre si. Todavia, os avanços teóricos não se fazem notar no proces-

so formativo, que segue pautando-se em pressupostos já superados.

A psicanalista Patricia Porchat, em entrevista para o portal Lacaneando, discute a necessidade de que se faça uma leitura crítica da psicanálise, apontando para os efeitos negativos de trechos de Freud e Lacan, que “estabelecem um caminho muito fácil [...] entre a homossexualidade e a patologia” (PORCHAT, 2016). Segundo Porchat, Butler cumpre esse papel, que seria imprescindível para pensar as sexualidades minoritárias dentro desse campo e combater as teorias generalizantes acerca das práticas e das identidades sexuais. Parece-nos que, cada vez mais, a diversidade sexual tem se tornado objeto de interesse da psicanálise, o que se evidencia, por exemplo, na chamada de artigos para o dossiê da *Revista Periódicus* (v. 1, n. 5) lançada em maio de 2016, intitulado “Corpo, política, psicologia e psicanálise: a produção de saber nas construções transidentitárias”. Essas novas produções, no entanto, tornam-se acessíveis a um circuito ainda muito restrito de pesquisadores e militantes. O saber psicanalítico que permeia a formação dos psicólogos é ainda aquele da concepção clássica do complexo de Édipo, das regras totalizantes e universalizantes de regulação do desejo, duramente criticado por Butler (2015a).

Ao mesmo tempo, algumas leituras de teóricos como Foucault, Deleuze e Guattari parecem ser apropriadas, por vezes, como novas roupagens para discursos conservadores, propondo uma falsa determinação de igualdade em lugar da ainda necessária busca por equidade ou, mesmo, de uma homogeneização apaziguante a partir da desconstrução das identidades, esfriando o debate acerca das opressões, o que nos parece seguir o sentido oposto ao que nos sugerem esses autores. Rios (2011) relata também, além de apropriações da psicanálise, utilizações eticamente problemáticas da perspectiva epistemológica do construcionismo por parte de grupos religiosos, para argumentar que, se o desejo sexual é construído, a orientação sexual pode ser mudada, em direção à heterossexualidade.

Algo semelhante ocorre com as contribuições teóricas de Judith Butler: a contestação das categorias identitárias, fundamentada numa leitura rasa da autora, tem sido utilizada pra justificar e naturalizar opressões, especialmente de gênero e sexualidade, e deslegitimar movimentos afirmativos e reivindicatórios, o que

contribui para a grande rejeição a Butler dentro de certos grupos feministas e LGBTs. Sabemos, no entanto, que a autora admite a necessidade política do uso de um signo (BUTLER, 1993). Ao considerar a construção de identidade como performatividade, afirma que, a partir do momento em que se colocam as reivindicações por direitos e visibilidade, “não só dizemos quem somos, mas ‘fazemos’ quem somos e pedimos ao mundo que aceite” (BUTLER, 2015c).

O problema que se coloca quando apontamos para a insuficiência de debate acerca de gênero e diversidade sexual na formação do psicólogo não se explica, portanto, pelo predomínio ou ausência de um ou outro referencial teórico. Explica-se pela carência de um espaço destinado à abordagem dessas temáticas, onde se possa, além de acessar produções acadêmicas de relevância, experimentar, na construção coletiva de saberes e práticas, outros modos de lidar com essas questões, já apontada por pesquisadores da área (MELO; BARRETO, 2011; LHULLIER, 2014).

Foucault, a partir da biografia de um hermafrodita do século XIX, faz o seguinte questionamento: “Precisamos verdadeiramente de um verdadeiro sexo? Com uma constância que chega às raias da teimosia, as sociedades do ocidente moderno responderam afirmativamente a essa pergunta” (FOUCAULT, 1982, p. 1). Foucault (1988) elabora uma história da sexualidade que a toma como efeito de mecanismos que não só, nem principalmente, a limitam, mas que a produzem de fato; isto é, *mecanismos positivos* que inventam a sexualidade, as normatividades às quais ela estará sujeita e as práticas desviantes dessas normas enquanto patologias e degradações morais.

Detrás dessa pretensa normalidade, esconde-se uma suposta neutralidade científica conferida aos discursos, que, através de uma produção histórica e política de conhecimentos médicos e jurídicos, aprisiona os sujeitos no que é considerado “normal ou anormal” – o que torna urgente a afirmação de que não há saber neutro, todo saber é político (FOUCAULT, 1988b).

Butler (2015b) defende a desconstrução das normas e a construção de outras que, contingencialmente, melhor nos sirvam. A autora argumenta no sentido de que devemos admitir o caráter temporal dos discursos produzidos acerca da sexualidade (BUTLER,

1993) – se há ainda uma necessidade política de produção desses discursos, como podemos preservar sua abertura às possíveis demandas futuras, não deixando que se cristalizem em novos essencialismos e que produzam outras violências e policiamentos?

Partindo dessa compreensão de criação de normas, é imperativo garantir essa possibilidade através das políticas públicas e, sobretudo, das políticas de educação, formação de currículo e práticas de educação que afirmem outros discursos e aprendizados sobre si e sobre o outro, acolhendo as minorias sociais e diferentes formas de vida. Tendo em vista essa necessidade, como trabalhar a formalização de um currículo que aborde essas questões sem que se torne instrumento de regimes regulatórios?

Para isso, é fundamental analisar o currículo como um instrumento político de reprodução cultural e discursiva, como nos aponta Silva (2005):

O currículo é uma invenção social como qualquer outra: o Estado, a nação, a religião, o futebol... Ele é o resultado de um processo histórico. Em determinado momento, através de processos de disputa e conflito social, certas formas curriculares – e não outras – tornaram-se consolidadas como o currículo. É apenas uma contingência social e histórica que faz com que o currículo seja dividido em matérias ou disciplinas, que o currículo se distribua sequencialmente em intervalos de tempo determinados, que o currículo esteja organizado hierarquicamente... É também através de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não (SILVA, 2005, p. 148).

Moreira e Candau (2006) afirmam que há um processo de sensibilização nas secretarias de educação municipais, estaduais e do Ministério da Educação e Cultura a projetos de alterações curriculares e às discussões trazidas pelos coletivos: a concepção de currículo enquanto um dispositivo que colabora com o processo de construção de identidades sociais e culturais, o que faz com que toda política curricular seja, também, uma política cultural. Essa noção exige que se compreenda que

a fonte em que residem os conhecimentos escolares são as práticas socialmente construídas. [...] essas práticas se constituem em “âmbitos de referência dos currículos” que correspondem: a) às instituições produtoras do conhecimento científico (universidades e centros de pesquisa); b) ao mundo do trabalho; c) aos desenvolvimentos tecnológicos; d) às atividades desportivas e corporais; e) à produção artística; f) ao campo da saúde; g) às formas diversas de exercício da cidadania; h) aos movimentos sociais (BRASIL, 2013, p. 23-24).

Partindo da crítica de que conhecimento, práticas educativas e currículos não possuem uma verdade em si, pois se constituem a partir de produções sociais, históricas e culturais, afirma-se o privilégio da formação curricular, que dissemina e sustenta a posição de determinados grupos dominantes (SILVA, 2005). No caso da lacuna sobre a diversidade sexual e gênero na formação em psicologia, problematizar quais relações de poder ainda estão forjadas nas definições curriculares torna-se mais um desafio para a formação em psicologia.

As pistas parecem estar em experiências como aquela relatada por Castro (2014). Ao discutir a formação docente numa disciplina que aborda gênero, sexualidades e educação no curso de pedagogia de uma universidade federal, aponta para a importância desse espaço como possibilidade de uma *formação-experiência*, a partir da proposição de

ferramentas para problematização de si, tendo em vista produzir uma ética de existência diante das proposições que a disciplina apresenta no que diz respeito às múltiplas formas de viver as sexualidades e os gêneros (CASTRO, 2014, p. 3).

Os estudantes são convidados, a partir daí, à prática de colocar em questão os modos normativos de lidar com essas demandas, que poderão levar para suas práticas profissionais e seu cotidiano. O que se aprende, portanto, não é um protocolo que garanta capacitação para lidar com essas questões, mas sim o exercício de estranhamento e problematização, que implica na construção de um *ethos*.

Ainda que a educação se constitua, comumente, num “espaço da normalização e do ajustamento” (LOURO, 2001, p. 550), pode ser um importante espaço de desnaturalização dos próprios conceitos que lhe são caros, como o de normalidade. A aposta está, nesse sentido, na possibilidade de uma educação rizomática, como sugerem Borba e Lima (2014), referenciados no trabalho de Deleuze e Guattari (1995). Se a relação de ensino é uma relação de poder, ela forja subjetividades e modos de relação. O estabelecimento de grades curriculares, enquanto processo disciplinatório, traz em si suas próprias linhas de fuga – permita-se que emerjam outros modos de fazer possíveis na educação, que gerem os deslocamentos necessários para produzir um conhecimento sensível às demandas colocadas na atuação profissional.

Incorporar as práticas socialmente construídas aos currículos de formação básica, superior e continuada configura-se como uma estratégia viável para incluir o debate acerca de diversidade sexual e gênero no processo formativo, oportunizando, portanto, a articulação de outros enunciados, em relação de embate com os discursos produzidos por autoridades religiosas e acadêmicas, meios de comunicação e pelos próprios movimentos feministas e LGBTs acerca das identidades e das práticas sexuais. Ao se fazerem presentes na atuação dos profissionais psicólogos, esses outros enunciados, enquanto atos performativos (AUSTIN, 1962; BUTLER, 2015a), operam também na construção de outras realidades.

Referências

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BAPTISTA, L. A. A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas. In: _____. *A cidade dos sábios*. São Paulo: Summus, 1999. p. 45-49.
- BOCK, A. M. B. Orientação sexual: um avanço na regulamentação da psicologia. *Jornal da Redesaúde*, n. 24, p. 10-12, 2001.
- BORBA, R; LIMA, F. Por uma educação rizomática: sobre as potências *queer*, a política menor e as multiplicidades. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 2, p. 153-166, 2014.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais da educação básica*. Brasília: MEC, SEB, Dicei, 2013.
- BUTLER, J. Imitation and gender insubordination. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; ALPERIN, D. M. (Orgs.). *The lesbian and gay studies reader*. New York: Routledge, 1993. p. 307-320.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- _____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.
- _____. Sem medo de fazer gênero. *Folha de São Paulo*, 20 set. 2015c. Entrevista concedida a Úrsula Passos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/233613-sem-medo-de-fazer-genero.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- CASTRO, R. P. de. Formação docente para as relações de gênero e sexualidades: problematizando a heteronormatividade no Ensino Superior. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 2, p. 111-124, 2014.
- COLLING, L. Panteras e locas dissidentes: o ativismo queer em Portugal e Chile e suas tensões com o movimento LGBT. *Lua Nova*, São Paulo, n. 93, p. 233-266, 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução n° 001/99, de 22 de março de 1999*. Brasília, 22 mar. 1999.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação*. Brasília, 11 mar. 2003.
- CRUZ, Fernanda. Quase 60% das faculdades incluem sexualidade e gênero na formação de professores. *Agência Brasil*, 26 nov. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-11/quase-60-das-faculdades-incluem-sexualidade-e-genero-na-formacao-de>>. Acesso em: 21 fev. 2016.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Introdução: rizoma*. In: _____. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.
- FÉRREIRA, M. S.; NARDELLI, R. C. Expertise psi sobre sexualidade: contribuições de Michel Foucault. *Clínica & Cultura*, v. 2, n. 1, p. 31-43, jan./jun. 2013.
- FIGUEIRA, B. Carta ao jurista Flávio Tarturce. In: OLIVEIRA, F. Estudante de Direito transexual questiona jurista pelo uso do termo “transexualismo”. *Direito e Diversidade Sexual [blog]*, 26 set. 2014. Disponível em: <<http://direitoediversidadesexual.blogspot.com.br/2014/09/estudante-de-direito-transexual.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.
- FOUCAULT, M. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- _____. *História da sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988b.
- HOFF, M. S. A proposta de diretrizes curriculares para os cursos de psicologia: uma perspectiva de avanços? *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 19, n. 13, p. 12-31, 1999.
- KAHHALE, E. M. S. P. Mesa: Enfrentamento à patologização e à homofobia: Código de Ética do Psicólogo e Resolução CFP 001/1999. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP, 2011. Disponível em: <<http://site>>.

- cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Diversidade_Sexual_-_Final.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- LHULLIER, L. A. *Especialista critica invisibilidade da sexualidade na formação das psicólogas brasileiras*. 23 nov. 2014. Entrevista concedida ao IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. Disponível em: <<http://www.cienciaeprofissao.com.br/especialista-critica-invisibilidade-da-sexualidade-na-formacao-das-psicologas-brasileiras/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- _____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.
- MELO, R. A. de; BARRETO, D. J. Formação em Psicologia e o lugar da diferença de gênero nos saberes instituídos. *Revista de Psicologia da Unesp*, v. 10, n. 2, p. 51-56.
- MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura*. BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, A. R. do (Orgs.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- PORCHAT, P. A noção de gênero como operadora conceitual na clínica psicológica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP, 2011.
- _____. *Entrevista concedida ao portal Lacaneando*. Disponível em: <<http://lacaneando.com.br/patricia-porchat/>>. Acesso em: 21 fev. 2016.
- REVISTA PERIÓDICUS, v. 1, n. 5, 2016. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/issue/view/1278>>.
- RIOS, L. F. Sem título. Fala na mesa a prática psicológica e a sexualidade como categoria de subjetivação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP, 2011.
- SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SOARES, W. Exclusivo: conheça o “kit gay” vetado pelo governo federal em 2011. *Nova Escola*, fev. 2015. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/conheca-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-2011-834620.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2016.



VI Marcha Estadual Contra o Extermínio da Juventude Negra, Vitória,
20 de novembro de 2013

FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E A PRECARIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

*Elda Alvarenga
Erineusa Maria da Silva
Helder Gomes*

Panorama do trabalho feminino no Brasil

O texto¹⁰ apresenta uma discussão acerca dos processos de feminização¹¹ do trabalho no Brasil a partir da análise da reinserção¹² das mulheres nos mercados laborais e analisa os desdobramentos desse fenômeno na docência no Espírito Santo. A análise desenvolve-se com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em dados obtidos na Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger) do Es-

¹⁰Texto produzido a partir da pesquisa “A feminização do magistério e seus desdobramentos no trabalho docente no Estado do Espírito Santo”, subsidiada pelo Programa Pesquisa Produtividade da Faculdade Estácio da Sá, de Vitória-ES. Outra versão deste texto foi apresentada no Encuentro de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (Sepla), realizado na Universidade Autónoma do México, de 14 a 16 de outubro de 2015.

¹¹ Ao longo deste texto, assume-se o conceito de feminização formulado por Hirata e Zarifian (2009) e apropriado por Yannoulas (2013). Hirata e Zarifian (2009) diferenciam os feminização e feminilização do trabalho e das ocupações. A feminização está relacionada com o significado qualitativo. Refere-se às transformações num determinado tipo de ocupação ou profissão, os quais ocasionam mudanças no significado da profissão ou ocupação; já a feminilização refere-se, e limita-se, ao aspecto quantitativo do fenômeno, ou seja, no caso da feminilização do magistério, diz respeito ao aumento significativo do número de mulheres no exercício do magistério.

¹² O termo reinserção procura qualificar as novas condições das mulheres nos mercados de trabalho capitalistas, considerando que sua inserção, nessas relações de mercado, ocorreu desde os primórdios da industrialização, o que não significa dizer que o trabalho feminino seja uma marca específica do modo capitalista de produção.

pírito Santo, relacionados à literatura acadêmica que tem se preocupado com o tema nos últimos anos.

Assim, inicia-se a análise pensando-se sobre o crescimento do trabalho feminino nas últimas três décadas no Brasil, quando esse crescimento acompanha dois movimentos societários de natureza distinta. De um lado, a elevação do número de mulheres nos mercados de trabalho coincide com um significativo processo de transição demográfica: à medida que cresce a expectativa de vida do povo brasileiro, cresce também a participação do número de mulheres em relação ao de homens no volume total de habitantes, situação ainda mais marcante se considerada apenas a população adulta acima de 24 anos de idade (o crescimento da violência juvenil e o adocimento precoce parecem atingir mais fatalmente os homens que as mulheres). Entretanto, de outro lado, a maior presença de mulheres nos mercados de trabalho em relação aos períodos anteriores também coincide com o movimento recente de crises econômicas e de reestruturação produtiva e seus desdobramentos nos setores sociais de trabalho – ocorridas no caso da educação e da saúde –, como as privatizações, terceirizações e fragmentação da produção. Esses processos impactaram as relações de trabalho, tendo como uma das consequências a intensificação das condições precárias de trabalho.

Este último movimento é o que mais nos interessa aqui, uma vez que a principal consequência das reações do capital, nesse período, sobre as classes trabalhadoras, tem sido um intenso processo de precarização nas relações laborais, situação em que as mulheres trabalhadoras formam o contingente submetido às condições mais degradantes. Isso significa que o emprego do trabalho feminino em larga escala, na produção e na distribuição de mercadorias, no Brasil, coincidiu com o momento de predomínio das reformas neoliberais do Estado, em que a desregulação dos mercados e a flexibilização na legislação trabalhista facilitaram as estratégias de corte nos custos operacionais, afetando drasticamente as condições de trabalho em geral, mas, de forma particular, do trabalho das mulheres. Vale ressaltar que, no caso no magistério, em especial o magistério na educação básica, a ocupação das mulheres se deu de forma crescente, e, apesar de o setor ser também atingido pelos desdobramentos da reestruturação produtiva, a inserção e o cres-

cimento do número de mulheres na função docente são um fenômeno que merece destaque devido a sua especificidade¹³ à qual nos dedicaremos ao final do texto.

Em termos quantitativos¹⁴, no segundo trimestre de 2015 as mulheres representavam cerca de 52,3% da *população em idade de trabalhar* (ou seja, do total de habitantes com 14 anos ou mais de idade, dentro dos critérios oficiais), no Brasil. Naquele mesmo momento, entretanto, se considerado apenas o contingente apurado pela metodologia oficial como a *população ocupada* no país, os homens representavam 56,9% do total de pessoas com alguma ocupação. Portanto, mesmo que as mulheres compusessem a maioria das pessoas com idade igual ou superior a 14 anos, ainda eram os homens que formavam o agrupamento majoritário entre as pessoas consideradas ocupadas, segundo os métodos oficiais de pesquisa, em meados de 2015. Essas referências quantitativas ficam mais evidentes quando se compara o *nível de ocupação* dos homens e o das mulheres (IBGE, 2015).

No final do primeiro semestre de 2015, do total de pessoas em idade de trabalhar no Brasil (cerca de 164,1 milhões de pessoas), apenas 56,2% (92,2 milhões) eram consideradas oficialmente ocupadas. No entanto, essa média nacional do nível de ocupação se revelou distintamente entre homens e mulheres, pois, enquanto as pessoas do sexo masculino em idade de trabalhar mantinham um nível de ocupação de 67,1%, as do sexo feminino apresentavam um percentual bem abaixo: apenas 42,6% do total das mulheres em idade de trabalhar se encontravam com alguma ocupação (IBGE, 2015). Em busca de dados mais detalhados, recorreu-se à Pnad para o ano de 2013 (IBGE, 2014). A pesquisa revela mais elementos sobre a distinção entre homens e mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Assim, é possível observar, por exemplo, que nos dados

¹³ Rosa e Sá (2004) afirmam que, em quase todos os Estados brasileiros, o magistério se torna uma ocupação majoritariamente feminina entre o final do século XIX e o início do século XX. Afirmam ainda que as razões utilizadas para explicar esse fenômeno são muito semelhantes. As autoras destacam também que o movimento de feminização do magistério apresenta uma contradição e uma tensão no que se refere à relação público e privado, na medida em que, apesar de as mulheres serem chamadas para a vida pública, são responsabilizadas pela execução de uma atividade estreitamente relacionada com a vida privada e também com conhecimentos aos quais até então não tinham acesso.

¹⁴ Dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), elaborada pelo IBGE, referente ao 2º trimestre de 2015.

referentes à posição na ocupação principal, para pessoas com 15 anos¹⁵ ou mais de idade, as mulheres se destacavam por manterem relações de trabalho em condições mais precárias que as vivenciadas pelos homens.

A Tabela 1 revela que, do total de mulheres com alguma ocupação (40,9 milhões), apenas 58,64% eram consideradas empregadas. Abstraindo-se das condições efetivas desses empregos (se informais, em jornadas parciais, ou com contratos por tempo determinado, etc.), observa-se que boa parte das mulheres trabalha em ocupações em que predominam relações de trabalho ainda mais degradantes, como têm sido aquelas do trabalho doméstico, as sem remuneração, e as de produção para o próprio consumo, etc.

Tabela 1 – Distribuição do total de homens e do total de mulheres ocupados/as por posição na ocupação principal – Brasil – 2013

Referências	Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%
Empregados/as	35.730.788	64,95%	23.964.828	58,64%
Domésticos/as	472.542	0,86%	5.950.715	14,56%
Conta própria	13.593.237	24,71%	6.275.630	15,36%
Empregadores/as	2.584.052	4,70%	1.038.682	2,54%
Sem remuneração	741.558	1,35%	1.385.740	3,39%
Para próprio consumo	1.796.533	3,27%	2.243.335	5,49%
Constr. para próprio uso	91.992	0,17%	10.661	0,03%
Total	55.010.702	100,00%	40.869.591	100,00%

Fonte: IBGE (2015).

Entretanto, é na Tabela 2 que a comparação entre a posição na ocupação das mulheres e a posição no trabalho dos homens revela as piores condições do trabalho feminino em 2013. Observa-se que 92,64% das ocupações no trabalho doméstico, no Brasil, são realizadas pelas mulheres. São elas também que ocupam 65,14% do trabalho sem remuneração e 55,53% do trabalho de produção para

¹⁵ Por acordos internacionais, o ano de 2013 significou um período de transição metodológica nas Pnads. Até 2013, o IBGE utilizava conceitos e parâmetros diferenciados dos atuais, para definir os agrupamentos populacionais que efetivamente compunham a oferta trabalho no Brasil. Com a alteração metodológica para a apuração mensal e trimestral da Pnadc, alterou-se, entre outros parâmetros, a faixa de idade a ser considerada nas estatísticas que envolvem a evolução os mercados de trabalho.

o próprio consumo. Dessa forma, pode-se afirmar que, à medida que se feminiza o trabalho, se amplia a precarização das suas condições de realização. Longe de se considerar esse processo como algo natural, o que se ressalta é que as condições laborais das mulheres, em especial daquelas que exercem funções socialmente atribuídas às características femininas, como o cuidado, a educação e as atividades de reprodução (trabalhos domésticos), são extremamente precárias quando comparadas com as condições apresentadas nas ocupações exercidas majoritariamente pelos homens. Nesse sentido, os estudos de gênero têm muito a contribuir para essa análise.

Tabela 2 – Comparação do número de homens e de mulheres em cada posição na ocupação principal – Brasil – 2013

Referências	Homens		Mulheres		Total
	Número	%	Número	%	
Empregados/as	35.730.788	59,85%	23.964.828	40,15%	59.695.616
Domésticos/as	472.542	7,36%	5.950.715	92,64%	6.423.257
Conta própria	13.593.237	68,41%	6.275.630	31,59%	19.868.867
Empregadores/as	2.584.052	71,33%	1.038.682	28,67%	3.622.734
Sem remuneração	741.558	34,86%	1.385.740	65,14%	2.127.298
Para próprio consumo	1.796.533	44,47%	2.243.335	55,53%	4.039.868
Constr. para próprio uso	91.992	89,61%	10.661	10,39%	102.653
Total	55.010.702	57,37%	40.869.591	42,63%	5.880.293

Fonte: IBGE (2014).

Esses elementos estatísticos parecem ratificar as afirmações iniciais. Recuperando os ensinamentos do capítulo 23 de *O capital* (MARX, 2013), parece ficar ainda mais nítido que as condições extremamente precárias em que ocorre a reinserção recente de mulheres nos mercados de trabalho no Brasil resultam de contextos particulares: o da reação empresarial ao aprofundamento da crise mundial do capital e o das consequentes alterações na composição do exército de reserva de trabalhadores/as. Trata-se de um longo período de crises, cujas repercussões em termos de desemprego em massa começam a se manifestar entre os anos 1980-1990 no Brasil, resultando, em seguida, num intenso adensamento das condições de subemprego, especialmente a partir das terceirizações, que impulsionam também a informalidade, o trabalho em tempo parcial, a

alta rotatividade e a baixa remuneração. Na medida em que caem as condições de vida das famílias trabalhadoras, submetidas à lei geral da acumulação capitalista (o que pressupõe a generalização do trabalho alienado, ou seja, homens e mulheres que não se reconhecem como produtores/as da sua própria existência), as mulheres são levadas a se colocarem à disposição para elevar o nível de remuneração familiar, engrossando o exército de reserva e aceitando condições de trabalho mais precárias oferecidas nos mercados formais e informais. É notável como se eleva a contratação formal e informal do trabalho feminino, em segmentos industriais específicos, como a montagem de aparelhos eletrônicos, de informática e de componentes microeletrônicos, entre outros.

No entanto, a segmentação da produção, que resulta no intenso processo de *terciarização* da economia, torna o setor serviços grande demandador do trabalho feminino. Isso ocorre não somente em segmentos econômicos tradicionais (como o comércio varejista), mas também nos novos serviços industriais que surgem da fragmentação das linhas de produção, assim como nos segmentos de novas tecnologias de informação e de comunicação (*call centers*, etc.), onde prolifera o subemprego.

Trabalho docente no Brasil: a feminização do magistério da/na educação básica no Espírito Santo e a precarização da profissão

Diferentemente dos socialistas utópicos de sua época, Marx e Engels (1985) procuraram dar uma explicação conjuntural para a superexploração da força de trabalho feminino, não chegando a conceber essa exploração como um fenômeno estrutural, pautado na desvalorização pelo capital da força de trabalho das mulheres. Assim, apesar de terem percebido a opressão feminina, eles não alcançaram, em suas análises, o fundamento, na sociedade capitalista, dos conflitos entre os dois sexos. Não podemos negar que, historicamente, os homens estão dotados, desde o nascimento, de uma situação global de privilégio em relação às mulheres, com referência tanto às mulheres de sua classe social quanto às mulheres de outras classes. Da mesma forma, é inegável que as mulheres, mesmo com

toda a opressão de gênero típica das sociedades patriarcais modernas, não aceitaram de forma passiva e irrestrita a condição social de submissão a elas imposta. É possível perceber os diversos e diferentes movimentos de resistência orquestrados por elas, movimentos por dentro e por fora da ordem que ousaram, e ainda ousam, desafiar os padrões preestabelecidos do gênero. Entre esses processos de resistência, a reinserção feminina nos mercados de trabalho parece ser um bom exemplo.

Na modernidade, a divisão sexual do trabalho é caracterizada pela separação, realizada por meio de uma oposição binária excludente, entre a esfera reprodutiva, destinada às mulheres, e a esfera produtiva, destinada aos homens, sendo esta associada às funções mais valorizadas socialmente, como as políticas, religiosas, militares, etc. (KERGOAT, 2003). No entanto, a divisão sexual do trabalho demarcada por papéis sociais não se apresenta como um dado fixo ou um processo linear. Ao contrário, pode experimentar variações conforme o tempo e o espaço. Uma tarefa especificamente feminina, em uma sociedade de uma determinada época, pode ser considerada tipicamente masculina, em outra sociedade ou em outra época. Exemplo disso é que, enquanto, no Brasil, e na maior parcela da América Latina, a educação, em especial na educação infantil e no ensino fundamental, é uma tarefa essencializada como feminina, no Peru essa tarefa é realizada majoritariamente por homens (FANFANI, 2005).

O processo de legitimação dessas posições sociais binárias se baseia em uma ideologia essencialista que naturaliza o que é social, reduzindo as práticas sociais a papéis sexuais que são compreendidos normalmente como destino natural de cada sexo. De acordo com Kergoat (2003), essa forma de divisão social se organiza sob dois princípios¹⁶: o de separação, demarcando o que é “trabalho de homens” e o que é “trabalho de mulheres”; e o de hierarquização, afirmando que o “trabalho de homens” vale mais do que o “trabalho de mulheres”. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é a expressão de uma prática social orientada sob a ótica da separação e hierarquização por sexo (YANNOULAS, 2013). Essa prática so-

¹⁶ Considerando-se a diversidade de identidades de gênero e orientação sexual das pessoas.

cial, articulada às questões de classe social e étnico-raciais, apesar de sofrer deslocamentos, permanece sendo uma maneira de expropriar o trabalho feminino na sociedade capitalista, já que as mulheres, via de regra, sofrem com a má remuneração e o pouco prestígio, o que caracteriza a desvalorização do trabalho feminino. Dessa forma, mesmo que alguns setores do mercado de trabalho passem por um processo de feminização, isto não garante a equidade¹⁷ de gênero¹⁸. Paradoxalmente, segundo Yannoulas (2013), essa pode ser uma forma de guetizar o trabalho feminino em espaços mais precarizados, como no caso da educação.

Certamente, essas desigualdades praticadas não se materializam por simples capricho da natureza. A divisão sexual do trabalho, de acordo com Yannoulas (2013), sendo uma dimensão de desigualdade anterior às desigualdades promovidas pelo capitalismo, é mantida e aprofundada pela naturalização, permeando todas as relações sociais. Assim, as desigualdades sociais embasadas em relações patriarcais que assolam o mundo privado também estarão presentes no público (no mundo do trabalho denominado produtivo). É o que se vê em relação ao trabalho docente, quando se percebe que o avanço da presença feminina na educação tem uma ligação estreita com a feminização do trabalho (YANNOULAS, 2013).

Especificamente em relação ao trabalho docente, é possível verificar, nas sociedades ocidentais, a feminização a partir da segunda metade do século XIX. Conforme Costa (2010), a feminização do magistério ocorre em grande medida devido ao processo de univer-

¹⁷ Adota-se, aqui, em vez do conceito de igualdade, o de equidade apresentado por Nancy Fraser (2010), apesar de entender que este termo está mais afeto ao seu contrário inequidade, termo que quase não utilizado no Brasil, onde é mais comum falar em desigualdade. No entanto, a adoção do conceito de equidade se justifica por este representar melhor e mais profundamente nossas lutas. Como nos alerta Candau (2002), a igualdade não deve ser contraposta à diferença, mas à desigualdade. A diferença deve ser contraposta à padronização. E nossa luta se direciona, ao mesmo tempo, a negar toda forma de padronização e também “contra todas as formas de desigualdade e discriminação presentes na nossa sociedade” (2002, p. 4). A igualdade que se quer construir busca o reconhecimento dos direitos básicos de todos/as, portanto, assume-se, aqui, o conceito de equidade por ser um conceito que expressa melhor essa ideia.

¹⁸ Teorizado pela primeira vez por uma feminista inglesa, Joan Scott, o conceito de gênero, como categoria de análise, tem sido muito discutido e debatido nos últimos anos (ALVARENGA, 2007). Para Scott (1995), o gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas. Louro (1997) define gênero como um conceito que pretende referir-se ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, ou como são trazidas para a prática social e tomadas como parte do processo histórico.

salização da educação escolarizada ocorrido nos países desenvolvidos do Ocidente. O projeto de escolarização, vinculado ao progresso e à modernização das sociedades, torna-se obrigação do Estado e direito social. Nessa lógica, aliado a aspectos higienistas e patriarcalistas, o magistério se expande como um campo de trabalho adequado e recomendável às mulheres, para o qual eram consideradas moralmente mais preparadas apesar de consideradas intelectualmente inferiores. As mulheres que tinham uma formação marcada pela religiosidade, consideradas dóceis e submissas, foram convocadas para a missão de educar, concebida como uma vocação associada à vocação para a maternidade. Há, nesse processo, uma forte articulação dos discursos religiosos, biológicos e pedagógicos no sentido de se naturalizar o magistério como “trabalho de mulher” (COSTA, 2010).

A feminização do magistério no Brasil parece ter seguido caminho próximo. É o que confirma Alvarenga (2007), para quem a feminização do magistério, no Brasil, aconteceu num contexto de expansão do campo educacional em termos quantitativos, especialmente nas séries iniciais do ensino fundamental, antigo primário, a partir da segunda metade do século XIX. Conforme afirma Almeida (1998), a “mão de obra” feminina na educação se fez necessária, entre outros motivos, pelo conservadorismo católico da época, que não aceitava que os professores educassem as meninas. Acrescenta ainda que,

[...] com a possibilidade das mulheres poderem ensinar, produziu-se uma demanda pela profissão de professora. Aliando-se a essa demanda, o discurso ideológico construiu uma série de argumentações que alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada à idéia de domesticidade e maternidade. Essa ideologia teve o poder de reforçar os estereótipos e a segregação sexual a que as mulheres estiveram submetidas socialmente ao longo de décadas, por entender-se que cuidar de crianças e educar era missão feminina e o magistério revelar-se seu lugar por excelência (ALMEIDA, 1998, p. 64).

A autora destaca que o processo de feminização do magistério não foi tranquilo, uma vez que, para os homens, significava perda de um espaço profissional. Posteriormente, com os ideais re-

publicanos, que preconizavam um povo instruído, a crença no poder da educação para o crescimento do País repercutiu diretamente na política educacional e na criação de mais escolas.

Analisando o trabalho docente feminizado no Brasil, Yannoulas (2013) o classifica como um processo de feminização “sem conflito aparente” em relação aos processos vividos pelas docentes em outros países. Ou seja, um processo de inserção em que as mulheres não precisaram lutar, ainda que os problemas tenham existido, ou esperar a saída dos homens do magistério para ingressar nessa profissão. Ao contrário, no Brasil elas foram chamadas a participar ativamente nos processos de construção das bases dos sistemas educacionais, aliados ao desejo de expansão da população incluída na instituição escolar. Essa compreensão, no entanto, não deve ser lida como se, nesse processo, as professoras não tivessem que ter empreendido lutas para estarem e se manterem nesse lugar ou ter empreendido lutas em relação aos desdobramentos surgidos da situação de estarem nesse lugar, como lutas por uma carreira, por melhores salários e condições de trabalho, luta por respeito profissional, entre outras.

Para Yannoulas (2013), as transformações advindas da inserção das mulheres nos mercados de trabalho são muito significativas, mas não alteraram de maneira expressiva o tipo de carreira profissional ou ocupacional exercida por mulheres e homens. Primeiro, porque, geralmente, o trabalho produtivo continua sendo reconhecido predominantemente pelo modelo profissional masculino e, segundo, porque o trabalho da reprodução humana continua invisibilizado, sendo realizado a partir de um modelo doméstico feminino e quase que exclusivamente por mulheres, que ficam sujeitas a múltiplas jornadas de trabalho. Isso poderia nos levar à compreensão de que a inserção das mulheres no mercado de trabalho não as teria conduzido a um processo de liberação, já que esse espaço, não só para as mulheres, mas também para os homens, é visto como um espaço de exploração do capital sobre o humano, no qual a inserção das mulheres tem representado, normalmente, mais precarização do trabalho (FEDERICI, 2015). Entretanto, Nora Goren (2013) nos provoca dizendo que o modelo masculino de participação no mercado de trabalho não é generalizável e que

a inserção das mulheres no mundo do trabalho o limita, promovendo tensões e deslocamentos. Esse talvez seja o caso do trabalho docente, que se torna gradativamente feminizado e não apenas feminilizado, como afirma Vianna (2012).

Nesse sentido, acredita-se que, além de descrever a entrada das mulheres nos mercados de trabalho, também se torna importante explicar as motivações, os impactos dessas inserções e, fundamentalmente, as ações que são provocadas/realizadas pelas mulheres e pelos homens nessa relação em função de suas demandas no campo político, econômico e cultural, trazendo à tona seu caráter ambíguo e contraditório das inserções. Portanto, além da distinção entre feminilizado e feminizado ser uma diferenciação de ordem metodológica, também o é, essencialmente, de ordem política (YANNOULAS, 2013). Esse processo revela, em relação ao gênero feminino no magistério, a presença de uma dupla precarização: estar em uma área pouco valorizada socialmente – a educação – e, internamente ao magistério, estar mais presente em espaços dessa área menos valorizados do ponto de vista da carreira docente, como a educação infantil e o ensino fundamental, o que pode ser compreendido como uma forma de precarização do trabalho feminino. Inicialmente, pode-se pensar que, em relação à questão salarial, se teria alcançado a igualdade, pois a remuneração é feita com base na maior habilitação entre todos/as os/as professores/as. Mas, olhando os dados mais detidamente, vê-se que, apesar de serem maioria no magistério, as professoras acabam recebendo menores salários que os dos professores. Veja-se, com base nos dados apresentados na Tabela 3, como isso se opera.

Tabela 3: Distribuição de docentes por nível de ensino segundo e sexo e região – 2014

Região/UF	Sexo	Nível de ensino				Ensino superior*
		Educação básica				
		Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio	Total	
Brasil	Masculino	3,15%	19,71%	38,74%	19,94%	54,74%
	Feminino	96,85%	80,29%	61,26%	80,06%	45,26%
Centro-Oeste	Masculino	4,50%	18,92%	38,48%	19,93%	53,27%
	Feminino	95,50%	81,08%	61,52%	80,07%	46,73%
Norte	Masculino	5,69%	30,13%	47,25%	29,26%	52,96%
	Feminino	94,31%	69,87%	52,75%	70,74%	47,04%
Nordeste	Masculino	2,85%	21,44%	44,28%	21,54%	51,44%
	Feminino	97,15%	78,56%	55,72%	78,46%	48,56%
Sul	Masculino	3,11%	14,60%	30,92%	15,53%	53,90%
	Feminino	96,89%	85,40%	69,08%	84,47%	46,10%
Sudeste	Masculino	2,79%	17,79%	37,30%	18,45%	57,29%
	Feminino	97,21%	82,21%	62,70%	81,55%	42,71%
Espírito Santo	Masculino	4,37%	16,97%	39,91%	18,70%	56,93%
	Feminino	95,63%	83,03%	60,09%	81,30%	43,07%

* Os dados para o Ensino Superior se referem ao ano de 2013.

Fonte: MEC/Inep, 2014 e 2015.

Ao problematizar os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no Censo do Professor do ano de 2014 (BRASIL, 2014)¹⁹, vê-se que 96,85% das pessoas que trabalham na educação infantil são do sexo feminino. Observa-se que, conforme o nível de ensino vai se aproximando do ensino médio, esse percentual vai diminuindo. No ensino fundamental, o percentual chega a 80,29% de pessoas do sexo feminino, caindo para 61,26% no ensino médio e caindo ainda mais em se tratando de educação profissional, em que o percentual de docentes do sexo feminino que atuam é de 44,81%, havendo aí predominância de docentes do sexo masculino. No caso do Espírito Santo, observa-se nitidamente a distorção quanto à participação docente segundo o sexo, da educação infantil ao ensino superior. Vimos que 95,63% dos que atuam na educação infantil no Estado são mulheres. O ensino fundamental apresenta um crescimento do número de homens (passa de 4,37 da educação infantil para 16,97%) e, no ensino médio, uma moderada ampliação do percentual dos docentes masculinos (39,91%), ou seja, nesse nível de ensino, os homens ocupam aproximadamente metade dos cargos ocupados na função docente.

Ao relacionar esses dados com os apresentados pelo Censo da Educação Superior (MEC/2013)²⁰ e presentes na tabela acima, verifica-se que, dos 383.683 docentes de instituições desse nível de ensino no Brasil, 201.031 (54,74%) são homens e 173.652 (45,26%) são mulheres. Observa-se também que o Espírito Santo segue o movimento geral do país, com 56,93% de docentes do sexo masculino e 43,07% do sexo feminino. Ao que parece, quanto mais “elevado” é o nível de ensino, menos mulheres ocupam aí a condição de docentes, fator que repercute nos processos de feminização e de valorização do magistério como profissão. A comparação desses recentes dados com o estudo de Camacho (1997)²¹ demonstra que, nos últimos anos,

¹⁹ O Censo Escolar é uma pesquisa declaratória realizada anualmente pelo Inep, órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). A pesquisa é realizada em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no sentido de garantir um amplo levantamento sobre as escolas de educação básica no País, tanto públicas quanto privadas. Os diretores e dirigentes dos estabelecimentos de ensino são os responsáveis pelas informações declaradas.

²⁰ Disponível em: <www.inep.gov.br>.

²¹ Camacho (1997) revela que, nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, 65% dos docentes eram homens e 35% mulheres.

houve uma considerável redução na diferença do quantitativo de homens e mulheres na docência no ensino superior, o que indica a característica mutável do fenômeno analisado. Pode-se também inferir que, felizmente, tanto a luta das mulheres por melhores condições de salário e valorização profissional quanto o seu esforço para ampliar as possibilidades de formação acadêmica, nas últimas décadas, começam a aparecer nas estatísticas educacionais.

No que se refere ao reconhecimento social do magistério, a pesquisa realizada por Alvarenga (2007)²² já apontava, em 2007, que a maioria dos professores e professoras (50% entre eles e 69% entre elas) estabeleciam relação entre a valorização do magistério e a condição de opressão vivida pelas mulheres. Ao comparar os vencimentos dos/as trabalhadores/as do magistério, da saúde e do grupo TAF, a autora percebeu que era discrepante a distribuição dos vencimentos desses/as trabalhadores/as, se comparados esses vencimentos ao nível de escolarização. As duas categorias que vêm sendo constituídas majoritariamente por mulheres, como as dos/as trabalhadores/as da educação e da saúde, recebiam salários inferiores aos dos/as trabalhadores/as do grupo TAF, composto majoritariamente por homens. Apesar de o magistério apresentar um percentual de formação de nível superior ao dos trabalhadores e trabalhadoras do grupo TAF, o piso no final de carreira, mesmo de um professor ou uma professora que possuísse formação em nível de pós-graduação *strito sensu* (mestrado ou doutorado) e trabalhasse há trinta anos na rede estadual, não chegava a 50% do salário base inicial do pessoal do grupo TAF. Ressalta-se que os dados aqui apresentados consideraram a gratificação mínima de produtividade dos/as trabalhadores/as da Fazenda. Nos dados apresentados sobre os/as servidores/as da saúde, observou-se que um/a trabalhador/a com formação em nível médio, por exemplo um/a técnico/a em enfermagem, recebe 47,16% a mais que um/a professor/a que apresenta o mesmo grau de escolaridade. Os dados recentes, obtidos na

²² Deve-se registrar que oito anos se passaram desde a realização da pesquisa e, certamente, esses dados já se alteraram, considerando, especialmente, a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007). Optou-se por registrá-los aqui para ilustrar o percurso histórico do fenômeno analisado e também como desafio para a atualização desses dados em futuras produções.

Seger (2015), os quais ainda carecem de maior aprofundamento da parte do/as autor/as deste trabalho, indicam que a realidade não se alterou significativamente.

Nesse sentido, é possível afirmar que os processos de feminização do magistério são permeados não somente por uma relação salarial, mas também por uma cultura binária dos fazeres humanos fixados por sexo, ou seja, atividade vista como masculina ou feminina, de forma que as mulheres estão mais presentes nas áreas das humanidades. É o que confirma Alvarenga (2007) quando diz que a diferença também aparece dentro de um mesmo nível de ensino, havendo a predominância das mulheres em disciplinas das chamadas Ciências Sociais e dos homens nas disciplinas das Ciências Exatas. Em relação ao Estado do Espírito Santo, os números não sofrem grandes variações, podendo-se perceber, na educação infantil, uma taxa de 95,62% de trabalhadoras do sexo feminino; no ensino fundamental, uma taxa de 83,03% e, no ensino médio, uma taxa de 60,09%.

Convém destacar que, conforme o Censo do Professor do ano de 2014, a taxa de professores/as com ensino superior no Brasil, apesar de se perceber nesse índice uma onda de crescimento, é menor (63,2%) na educação infantil; apresenta crescimento no ensino fundamental (80,2%) e chega ao ensino médio com um quantitativo de 93,2%. As taxas são mais baixas, em cada etapa de ensino citado aqui, quando se trata de escolas privadas. Ao se analisar especificamente o Estado do Espírito Santo, pode-se notar um aumento nesses índices de professores/as com o ensino superior: um total de 88,6% dos/as professores/as da educação infantil; 93,1% dos/as professores/as do ensino fundamental e 97,1% do ensino médio. Mesmo que com uma maior incidência, percebe-se que a educação infantil, em relação às demais etapas, abriga um número maior de professores/as que ainda não têm o ensino superior, sendo este a etapa de ensino em que há um número maior de professoras lotadas (BRASIL, 2014). Assim, se é na educação infantil que se localiza um maior número de professoras que ainda não cursaram o ensino superior, isso significa que é ali também que os salários são menores e onde há o maior número de mulheres. Por outro lado, comparando a categoria de professores/as com outras categorias de servidores/as, pode-se notar que

o magistério, apesar de ser o setor com maior número de pessoal, é o que, proporcionalmente, em relação às categorias com maior quantitativo de homens, como a dos fiscais, tem uma participação menor na folha de pagamento de pessoal (SILVA, 2002; ALVARENGA, 2007). É importante ainda destacar, no caso do Espírito Santo, o alto índice de contratações de professores/as por tempo determinado, conhecidas como “designação temporária” de professores/as. Em dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (ESPÍRITO SANTO, 2015), pode-se verificar que 76,42%²³ dos vínculos empregatícios ativos junto à educação (diga-se, Secretaria de Estado da Educação) e que estão diretamente ligados às escolas são contratos realizados, atualmente, sob essa modalidade. Do total dos vínculos, apenas 23,57% são efetivos, ou seja, vínculo conquistado por meio de concurso público. É maior a presença feminina entre os vínculos por designação temporária (71,78%) do que entre os vínculos efetivos (68,67%). A contratação temporária, como é amplamente alegado pelos Estados, tem sido uma maneira de reduzir os custos com o pessoal do magistério e de, em consequência, não atingir a meta estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, essa forma de contratação afeta enormemente os processos educacionais quanto à organização do trabalho docente e à valorização do magistério. Como o magistério é feminizado, a designação temporária afeta diretamente a precarização do trabalho feminino.

Acrescenta-se a essas questões internas ao Brasil o fato de esse país estar localizado entre os países que pagam salários mais baixos em relação a países considerados desenvolvidos e a alguns países da América Latina. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgados no dia 7 de julho de 2015, com base em parte dos estudos da *Education at*

²³ Fala-se aqui em vínculos, e não de trabalhadores em si, pois, desses dados, se deve considerar que foram apenas contabilizados aqueles que tinham alguma disciplina registrada. Se um/a servidor/a tinha duas disciplinas, foi contabilizado nas duas; servidores/as que, no mesmo vínculo, davam aula da mesma disciplina em escolas diferentes foram contabilizados apenas 1 vez; servidores/as que possuísem dois vínculos foram contabilizados duas vezes, mesmo que ministrassem a mesma disciplina; e, finalmente, foram excluídos servidores/as com localização na Sedu Central, superintendências ou com registro de atividade denominada “localização provisória.”

a *Glance 2014*²⁴, demonstram que os salários dos/as professores/as brasileiros/as são extremamente inferiores aos salários pagos por países desenvolvidos. Conforme indica o estudo, um/a professor/a em início de carreira que ministra aulas para o ensino fundamental em instituições públicas é remunerado/a, em média, com 10.375²⁵ dólares por ano no Brasil, ao passo que em Luxemburgo, o país com o maior salário para docentes, o/a professor/a recebe, por ano, 66.085 dólares. Entre os países membros da OCDE, a média salarial do/a professor/a é quase três vezes maior que o salário do/a professor/a brasileiro, chegando ao valor de 29.411 dólares.

O salário médio brasileiro ainda está abaixo mesmo do salário de países da América Latina como o Chile e o México em que os/as professores/as recebem, respectivamente, salários de 17.770 e 15.556 dólares. Os dados sobre a média salarial dos/as professores/as de cada um dos 34 países mapeados pelo estudo *Education at a Glance 2014*, indicam que os salários recebidos pelos/as professores/as brasileiros/as só ficam à frente dos recebidos pelos/as professores/as da Indonésia, onde os/as docentes recebem cerca de 1.560 dólares por ano. A discussão aqui iniciada demonstra que pensar o trabalho, especificamente o trabalho docente, à luz das questões de gênero²⁶ amplia a lente de análise sobre a organização do trabalho, sobre as próprias ações dos agentes circunscritos nessa relação, por meio dos movimentos sociais.

Considerações finais

Percebe-se, ao longo do estudo realizado, que a elevação do número de mulheres no mercado de trabalho tem coincidido com o crescimento da expectativa de vida do povo brasileiro. Entretanto,

²⁴ Esse estudo mapeia dados sobre a educação nos 34 países membros da organização e dez parceiros, incluindo o Brasil. Dados disponíveis em: <<http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/salario-dos-professores-brasileiros-esta-entre-os-piores-do-mundo>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

²⁵ Os valores considerados pela pesquisa são de 2012, com dólares ajustados pela paridade do poder de compra (PPC).

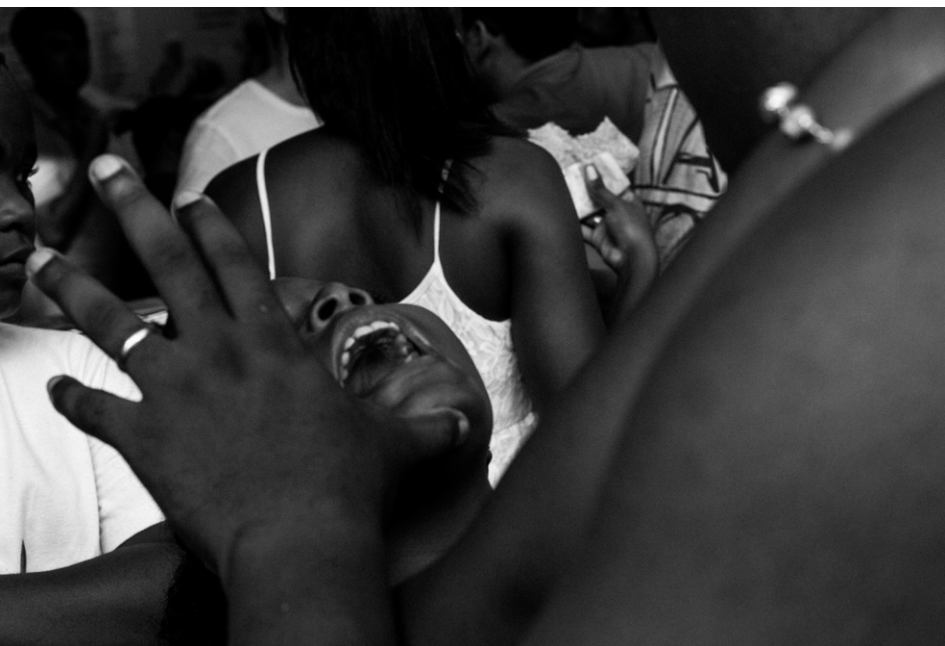
²⁶ As questões de gênero são aqui referidas conforme a aceção trazida por Madsen (2008), ou seja, como “conjunto de conteúdos e elementos abarcados pela discussão sobre as desigualdades de gênero” (p. 28), tanto no que se refere aos papéis socialmente hierarquizados quanto no tocante às condições sociais desiguais, ao sexismo, ao patriarcado, à heteronormatividade, às discriminações, às identidades.

de outro lado, a maior presença de mulheres no mercado de trabalho em relação aos períodos anteriores também coincide com o movimento recente de crises econômicas e de reestruturação produtiva das empresas (privatizações, terceirizações e fragmentação da produção). Ao contrário de outras áreas do mercado de trabalho, o trabalho docente abriga um volume continuamente crescente de mulheres. No entanto, percebe-se que, em consequência das reações do capital, nas últimas décadas, sobre as classes trabalhadoras, o magistério também tem sofrido um intenso processo de precarização nas relações laborais, principalmente nas etapas iniciais da educação escolar, nas quais os/as professores/as são mais mal remunerados/as. Outro fator que contribui para essa precarização é o crescimento da forma de contratação por tempo determinado, denominada “designação temporária”. Esse contexto leva as mulheres trabalhadoras a formarem o contingente submetido às condições mais degradantes no magistério, já que ali elas são maioria, principalmente na educação básica. Agrega-se a isso o fato de os salários dos/as professores/as brasileiros/as estarem entre os menores da América Latina.

Referências

- ALMEIDA, J. S. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- ALVARENGA, E. A inserção da mulher no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no Estado do Espírito Santo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2015, Maringá. *Anais...* Maringá, 2015.
- ALVARENGA, E. *Relações de gênero nos cotidianos escolares: a escolarização na manutenção/transformação da opressão sexista*. Contagem: Santa Clara, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Sinopse Estatística da Educação Básica*. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 2 jul. 2015.
- CAMACHO, T. M. *Mulher, trabalho e poder: o machismo nas relações de gênero na Ufes*. Vitória: Edufes, 1997.
- CANDAUI, V. M. F. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. *Revista Educação e Sociedade*, São Paulo, XXIII, n. 79, p. 125 -161, ago. 2002.
- COSTA, M. V. Feminização do magistério. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Gestão e Recursos Humanos. *Quantitativo de professores efetivos ativos em 05/11/2015, lotados na Sedu, por disciplina, atividade e sexo*. Vitória: Seger, 2015.

- FANFANI, E. T. *La condición docente: análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005.
- FEDERICI, S. Es un engaño que el trabajo asalariado sea la clave para liberar a las mujeres. *Periodico Eldiario.es*, Madrid, 19 maio 2014. Entrevista concedida a Ana Requena Aguilar. Disponível em: <http://www.eldiario.es/economia/engano-trabajo-asalariado-liberar-mujeres_0_262823964.html>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- FRASER, N. Repensando o reconhecimento. *Enfoques* – Revista Eletrônica dos Alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 114-128, 2010. Disponível em: <<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>>. Acesso em: 18 jul. 2015.
- GÖREN, N. Repensando el trabajo de las mujeres em los programas de transferencia condicionada de ingresos. In: YANNOULAS, S. C. *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: UnB, 2013.
- HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, H. et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 251-256.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2013)*. Brasília: IBGE, 2014. Disponível em: <ibge.gov.br/home>. Acesso em: 2 set. 2015.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (2º trimestre de 2015)*. Brasília: IBGE, 2015. Disponível em: <ibge.gov.br/home>. Acesso em: 2 set. 2015.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP, 2003. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2015.
- MADSEN, N. *A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007)*. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- MARX, K. *O capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2013. l. 1.
- MARX, K. ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante, 1985. t. III.
- ROSA, W. M.; SÁ, C. M. A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2014. *Anais...* Curitiba, 2004.
- SAFFIOT, H. I. B.; VARGAS, M. M. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994.
- SILVA, E. M. da. *As relações de gênero no magistério: a imagem da feminização*. Vitória: Edufes, 2002.
- VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-143, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- YANNOULAS, S. C. (Coord.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Abaré, 2013.



Carnaval no Centro de Vitória, fevereiro de 2015.

FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E A SAÚDE TRANS NO BRASIL

*Pablo Cardozo Rocon
Alexsandro Rodrigues*

Introdução²⁷

A transição no gênero realizada pela população trans nas modificações corporais deve ser observada indissociável de seus processos de saúde e doença (ROCON et al. [no prelo]). Nesse processo, homens e mulheres transexuais e travestis lançam mão de recursos farmacológicos, industriais, estéticos e cirúrgicos, como hormônios, silicone industrial, depilação, cirurgias de transgenitalização (mudança de sexo), histerectomia (retirada do útero), mastectomia (retirada das mamas), plástica mamária, entre outros procedimentos e recursos (ALMEIDA, 2012; PELÚCIO, 2005; BENTO, 2006; ROCON et al., [no prelo]).

Estudos como os de Rocon e colaboradores (no prelo) e Romano (2008) evidenciam relatos de adoecimento entre pessoas trans em virtude do uso de hormônios sem acompanhamento médico, causando distúrbios hepáticos e câncer, e do uso de silicone industrial, apontado como causador de trombose, infecções, inter-

²⁷ Este artigo-ensaio reúne reflexões teóricas advindas da pesquisa de iniciação científica “Religião e política: o que estão dizendo/fazendo as lideranças cristãs e vereadores do município de Vitória/ES sobre/com as sexualidades?”, realizada entre 2014 e 2015 sob orientação do professor Alexsandro Rodrigues (Ufes).

nação hospitalar, deformações corporais, problemas respiratórios e morte. Contudo, Rocon e colaboradores (no prelo) advertem que o “uso de hormônios e de silicone industrial não pode significar ação inconsequente e isolada, pois compõe a dinâmica real da sociedade na qual pessoas trans construirão modos de resistência e sobrevivência”. Os autores discutem a transformação do corpo como uma negociação entre aspirações pessoais, normas sociais e, para aquelas que trabalham com sexo, as necessidades financeiras e as exigências dos clientes.

Portanto, a incorporação na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) dos procedimentos transgenitalizadores é uma importante vitória para a população trans (travestis, transexuais e transgêneros) brasileira. Esses procedimentos foram autorizados no Brasil em 1997 pelo Conselho Federal de Medicina através da Resolução 1482. Contudo, somente em 2008 o Ministério da Saúde, com a Portaria 1707, criou o Processo Transexualizador do SUS que beneficiou mulheres transexuais. Seis anos depois, com a reformulação do programa em 2013 pela Portaria 2803, passou incluir homens transexuais e travestis. Nesse sentido, as pessoas trans passaram a ter incorporadas pelo Sistema Único de Saúde suas demandas em saúde por hormonioterapia, plástica mamária, procedimentos cirúrgicos como mastectomia, histerectomia, redesignação sexual (mudança de sexo), tireoplastia, acompanhamento social, exclusivamente clínico, psicológico, etc.

A criação desse programa significa avançar em direção à materialização do projeto SUS em consonância com seus princípios de universalidade, integralidade e equidade, na medida em que estende o acesso ao SUS com atendimento a demandas específicas de maneira integral a toda população trans. A participação social é um princípio que também merece ser destacado, um vez que o Processo Transexualizador do SUS resulta do controle social e articulação do movimento social com o poder público (LIONÇO, 2009).

Contudo, como inúmeros Projetos de Lei e ações do Poder Executivo em prol da promoção de direitos e da cidadania à população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) foram incessantemente destruídos na Câmara dos Deputados através da Frente Parlamentar Evangélica, a criação do

Processo Transexualizador brasileiro não representa uma vitória livre de ameaças. O fundamentalismo religioso vem se organizando, através de deputados evangélicos e católicos fundamentalistas, há mais de uma década, com objetivo de impedir o acesso à saúde para a população trans.

Neste artigo-ensaio, são analisados o Projeto de Lei 1736 de 19 de agosto de 2003 de autoria do deputado federal Severino Cavalcanti (PP/PE) cuja finalidade era impedir a incorporação ao SUS dos procedimentos de mudanças corporais para a população trans, e dois Projetos de Decreto Legislativo (PDC) que objetivaram suspender os efeitos das Portarias MS 1701/2008 e 457/2008. O primeiro foi o PDC 1050/2008, de autoria do então deputado federal Miguel Martini (PHS/MG), arquivado, e o segundo, de autoria do deputado João Campos (PSDB/GO), é o PDC 52/2011, que reapresenta o PDC anterior, propondo a suspensão do Processo Transexualizador do SUS.

Para analisar os documentos selecionados este texto apoia-se nas discussões propostas pela genealogia do poder formulada por Michel Foucault, segundo a qual há um poder físico que começa no corpo, com o corpo que é perseguido do Soberano Monarca, pela disciplina, a pastoral cristã, até o Estado Moderno pelo biopoder.

Em Foucault (2013b) encontram-se apontamentos sobre um *modus operandi* do velho poder de “fazer morrer e deixar viver” do Soberano Monarca. Tratava-se de acessar a vida pela morte, os súditos, por não possuírem direito sobre suas vidas e mortes, pertenciam ao soberano, cabendo a ele decidir sobre essas vidas. Os suplícios – penas espetaculosas com requinte de crueldade, como as mortes na guilhotina, enforcamento seguido de esquartejamento, retirada das vísceras em público, etc. – reatualizavam o poder do soberano. Segundo Foucault (2013b, p. 49), “atacando a lei, o infrator lesa a própria pessoa do príncipe: ela – ou pelo menos aqueles a quem ele delegou sua força – se apodera do condenado para mostrá-lo marcado, vencido, quebrado”. A função dos suplícios não era reestabelecer uma justiça, mas reativar o poder, sendo realizados em público, com declarações de arrependimento pelas ofensas ao Rei, punições cruéis em um jogo desmedido de forças.

Foucault (2013b) relata uma mudança no perfil dos criminosos na transição entre século XVII e século XVIII, que pode estar associada à constituição da propriedade privada, ao nascimento da indústria, ao surgimento das classes, da burguesia, ao aumento e acúmulo da riqueza, etc. O criminoso, inimigo do rei, e também inimigo de todos, vai sendo transformado no louco, doente, anormal, e os suplícios vão sendo substituídos por uma economia de penalidades preocupada em aferir, distribuir, dosar e administrar o poder punitivo, que dialogará com a “liberdade” jurídica agitada pela burguesia revolucionária. Nasce os crimes contra a propriedade e contra o Estado.

No antigo regime, o corpo dos condenados se tornava coisa do rei, sobre a qual o soberano imprimia sua marca e deixava cair os efeitos de seu poder. Agora, ele será antes um bem social, objeto de apropriação coletiva e útil (FOUCAULT, 2013b, p. 105).

O poder do soberano perdia em profundidade e alcance. A velha mecânica deixava escapar coisas, no nível da massa populacional e no detalhamento dos corpos individualmente, e foi por isso que os mecanismos de poder sofreram acomodações. A primeira tratou dos “mecanismos de poder sobre o corpo individual, com vigilância e treinamento – isso foi à disciplina” (FOUCAULT, 1999, p. 298).

A velha relação de cooperação entre vassalo e senhor foi sendo substituída pela relação de compra e venda da força de trabalho com o nascimento da indústria. Nesse momento, o poder tem maior destreza e minuciosidade no cuidado com os corpos-indivíduo. Segundo Sampaio (2006, p. 32) “própria da primeira fase do modo de produção capitalista, a disciplina prepara o solo, e o poder aplica suas técnicas no corpo, que deverá ser organizado, majorando sua força útil, mas com custo reduzido”. A disciplina tornou-se uma importante estratégia de poder, diferente da escravidão, da domesticidade, ou ainda da disciplina monástica, mas uma arte em função de “adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 2013b, p. 164).

Muitas instituições disciplinares – igreja, escola, exército, hospital, fábrica, prisão – tornaram-se equipamentos capazes da vi-

gilância e controle sobre os corpos, como “microscópio do comportamento”. Utilizando mecanismos de gratificação e sanção, foram produzindo corpos treinados, dóceis, normalizados, com elevada capacidade produtiva. “Uma das grandes invenções da sociedade burguesa” (FOUCAULT, 1999, p. 43), que investiu no controle de insurgências reduzindo as forças políticas produtoras de resistência, e na ampliação da força em termos econômicos, investindo nas aptidões, através do controle do tempo e atividades, das distribuições espaciais, e de uma economia dos prazeres – na qual o controle sobre a sexualidade é elemento de grande importância.

A segunda acomodação do poder descrita por Foucault foi o biopoder, que exigiu órgãos complexos de coordenação e centralização se comparado às instituições de exercício do poder disciplinar. Essa forma de poder destinou suas ações sobre os fenômenos ao nível da população como massa, enquanto fenômeno global com seus processos biológicos. No momento em que a população com seus fenômenos tornam-se problemas políticos, surgem mecanismos regulamentadores da vida. O biopoder centrou-se no corpo-espécie:

no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e com suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e mortalidades, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-las variar (FOUCAULT, 2013a, p. 152).

Através das biopolíticas, o biopoder interviu na população pelas estatísticas, pela demografia, tabulação das riquezas, higiene pública, assistência social, previdência, entre outros fatores, objetivando controlar a vida e seus fenômenos, organizar o espaço urbano, educar as populações pela saúde pública, etc. O biopoder busca aperfeiçoar a vida, equilibrá-la, numa preocupação crescente com tudo que possa parecer ameaça à existência, reprodução e perpetuação da humanidade enquanto espécie (FOUCAULT, 1999; 2013a). Há uma reconfiguração do velho poder sobre a vida. Enquanto o poder soberano acessava a vida pela morte, a partir do século XVIII surge um poder capaz de fazer viver, de ampliar, prolongar, preservar a vida diante das intemperanças, um poder que tem acesso ao corpo por “encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte” (FOU-

CAULT, 2013a, p. 155). Contudo, o Estado do biopoder não abriu mão do velho poder de morte. Em nome da defesa da vida, se deixa morrer através de um racismo de Estado, não no sentido de conflito entre raças, mas “uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação a outros” (FOUCAULT, 1999, p. 304), afirmando a morte de grupos ditos inferiores, anormais, degenerados, para que outros vivam.

Gênero e sexualidade como estratégias de poder

O gênero binário – que produz a ideia de que a vida social no gênero reflete diferenças biológicas corporais através das genitálias, etc. (BENTO, 2006) – e a heterossexualidade como norma para o exercício da sexualidade-heteronormatividade foram sendo produzidos como estratégias de ação para a disciplina e o biopoder. Segundo Louro,

as relações de gênero continuam [...] objeto de atenção, uma vez que distintas estratégias procuram intervir nos agrupamentos humanos, buscando regular e controlar taxas de nascimento e mortalidade, condição de saúde, expectativa de vida, deslocamento geográfico, etc. (LOURO, 2014, p. 45).

Connell e Pearse (2015) descrevem que a ideia da vida no gênero como reflexo das diferenças corporais não se restringem ao senso comum, muitos escritores compreendem gênero como resultado de atributos psicológico-corporais como força e habilidades físicas, desejo sexual, interesses recreativos, intelecto, etc. Para Connell e Pearse (2015, p. 91), “a ideia de que a diferença natural é a base para padrões sociais de gênero manifesta-se em diversos formatos. Um deles é a dominância dos homens na sociedade”, manifesta, por exemplo, segundo os autores, na suposta vantagem dada por altos níveis de testosterona aos homens na competição por postos de trabalho mais altos. Dialogando com Louro (2014), quando afirma que os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder, onde mulheres e homens são fabricados “através de práticas e relações que instituem

gestos, modos de ser e estar no mundo, formas de falar e agir, condutas e posturas apropriadas” (2014, p. 45), pode-se dizer que toda uma economia disciplinar parece se envolver na produção e reprodução da vida social no gênero.

Connell e Pearse (2015, p. 95), afirmam que “corpos são dóceis e a biologia se curva ao furacão da disciplina social”. As autoras mostram que instituições como os esportes, a educação e a medicina levam a cabo o processo de disciplinar os corpos na vida generificada, e que “quando a disciplina social não pode produzir corpos generificados, a faca pode” (2015, p. 95), afirmando existir escopos industriais – cirurgia plástica, cosméticos, etc. – sedimentados numa ideologia da diferenciação natural.

Ao que parece, o gênero binário e a heteronormatividade ampliam a capilaridade do biopoder sobre as populações e evidenciam sua simbiose com a disciplina, na medida em que o poder disciplinar vai treinando comportamentos, desejos, habilidades, etc., corpos generificados, “padronizados”, que no nível da população são capturados pelas biopolíticas. É claro que existem os corpos resistentes à disciplina, que fogem aos “padrões” de gênero e sexualidade. Contudo, nem esses escaparão à ação do biopoder, serão construídos anormais, pervertidos, degenerados, ameaçadores da vida e da espécie humana, serão deixados para morrer. Um exemplo são as estatísticas de assassinatos de LGBTs brasileiros em 2015²⁸ apresentadas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que muito pouco contam com qualquer proteção de suas vidas pelo Estado.

A Igreja nas relações de poder

A Igreja esteve presente nos rituais dos suplícios, participando da condenação dos insubordinados ao Rei e condenando os sodomitas, hereges, pecadores, insubordinados aos ordenamentos eclesiásticos. A Igreja apresentava dois elementos funcionais à mecânica do poder: a confissão e a salvação, elementos interligados de

²⁸ Segundo relatório, aconteceu um assassinato motivado por ódio a cada 27h. Dos 318 LGBTs assassinados em 2015, 52% eram gays, 37% travestis, 16% lésbicas e 10% bissexuais. Ver relatório completo em: <<http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2>>.

maneira que “não há salvação possível para o cristão sem confissão constante de sua verdade íntima, verdade de seu desejo, de sua sexualidade” (CHEVALIER, 2012, p. 48). Durante o suplício, o condenado realizava “declarações em voz alta de arrependimento pela ofensa feita a Deus e ao rei” (FOUCAULT, 2013b, p. 49). Confessar era um ato obrigatório e poderia ser forçado: “quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancavam-na ao corpo” (FOUCAULT, 2013a, p. 68).

De acordo com Candiottto (2012), a Igreja foi terreno fértil para constituição do indivíduo moderno “em meio a práticas sociais pela elevação das disciplinas a tecnologias políticas de fixação identitárias e ortopedia moral” (2012, p. 17). O autor justifica tal afirmativa dizendo que

as práticas cristãs de normalização do comportamento e docilização da alma, observáveis nas escolas e nos seminários, compunham com aquelas práticas institucionais seculares o canteiro histórico moderno da sociedade disciplinar (CANDIOTTO, 2012, p. 17).

Segundo Ottaviani e colaboradores (2012), os dispositivos de controle utilizados por clérigos e pastores sobre seus seguidores foram incorporados pelo Estado Moderno no exercício de poder sobre a população. Foucault (2013a) narra que a confissão como técnica de poder da pastoral cristã foi sendo incorporada pela justiça, médicos, pedagogos, nas relações familiares e amorosas, etc.

Ottaviani e colaboradores (2012) discorrem que a confissão como técnica de poder do pastorado cristão foi estratégica para resolver o problema da imprevisibilidade do humano-sujeito. Como os humanos são sujeitos desejantes, e por isso imprevisíveis, institucionalizou-se a confissão como resposta à ameaça da imprevisibilidade subjetiva. Nesse sentido, segundo os autores, o poder pastoral une forças ao poder soberano e ao poder disciplinar mantendo suas particularidades. Desse modo,

o alvo do poder pastoral não é o direito à morte, a exemplo do poder soberano, ou o poder sobre a vida individual, característica do poder disciplinar, mas o poder sobre a

vida de uma multiplicidade em movimento, sobre a vida da população (OTTAVIANI et al., 2012, p. 149, apud FOUCAULT, 2006, p. 28).

Para Candiotto, Foucault aponta o poder pastoral cristão como o início de um modo de governar o Ocidente,

pele qual processos de individualização são inseparáveis de processos de totalização, mais tarde secularizados pela biopolítica moderna quando esta procura fixar uma identidade e ao mesmo tempo busca regular a vida biológica de uma população (CANDIOTTO, 2012, p. 19).

Por meio da confissão e da disciplina, o poder pastoral cristão vai se constituindo num poder individualizante, exercido “sobre a vida de cada indivíduo em particular, nos seus mais íntimos detalhes” (OTTAVIANI et al., 2012, p. 148), produzindo indivíduos dóceis e úteis aos seus interesses. Através de processos de subjetivação numa relação mestre-discípulo, o poder pastoral parece reatualizar as técnicas greco-romanas de cuidado de si. Ao analisar as relações internas ao Opus Dei, Ottaviani e colaboradores afirmam que existe todo um processo de cuidado de si e um cuidado com os outros que consiste em “deixar de ser quem eram”, num cuidadoso trabalho sobre si sendo direcionados pelo líder espiritual:

O Opus Dei gera em seus membros, as técnicas de direção espiritual e ênfase na obstinada confissão semanal, uma dependência cada vez maior à vontade e aos critérios de discernimento do diretor espiritual e uma infantilização cada vez mais do orientado (OTTAVIANI et al., 2012, p. 152).

Dantas (2010) estudou a compreensão da Igreja Evangélica Bola de Neve sobre sexualidade e corpo. Para a autora, as igrejas neopentecostais herdaram da Reforma Protestante a preocupação com a vida privada dos seguidores, especialmente a vida sexual, onde se valoriza a procriação, moralizando e regulando a sexualidade dos fiéis. Dantas descreve a Igreja estudada como um empreendimento que oferece, no mercado de bens simbólicos, um produto diferenciado para um público diferenciado: jovens com visuais despojados, com tatuagens e *piercings*, roupas descontraídas, acessórios da moda

que valorizam os corpos, praticantes de *surf*, fisiculturismo, lutas e outras modalidades esportivas, que encontram uma espécie de culto ao sagrado conectado ao cuidado com o corpo, à saúde, usando de uma imagem descontraída com linguagem informal. Assim, são atraídos jovens não cativados pelas igrejas pregadoras da dedicação total à devoção religiosa.

Apesar da aparente liberdade, tal igreja busca coibir o

consumo de bebidas alcoólicas, o uso de cigarros e a frequência a bares e boates, além de repudiar a homossexualidade, o sexo pré-nupcial e as relações extraconjugais, preconizando a virgindade e o casamento monogâmico e heterossexual (DANTAS, 2012, p. 56).

Há, desse modo, um rigoroso controle sobre a sexualidade dos membros. A igreja assume uma postura conservadora e a transmite de forma incisiva, porém descontraída e divertida, aos seguidores (DANTAS, 2012). Dentre seus entrevistados, a autora não identifica percepção negativa sobre esse controle, que aparenta espontâneo, sem imposições aos fiéis; contudo, Dantas observa ocorrer “um longo período e contínuo processo de internalização da censura, que parece voluntário e natural” (2012, p. 58). Pode-se dizer, através de Dantas, que os jovens são excitados ao cuidado de si, à “vigilância de si”, em que se busca afastar tudo o que possa provocar o pecado, a desobediência às orientações do mestre guiado pelo divino. Isso implica todo um processo de autovigilância e práticas espirituais para conter o desejo representado na “carne”. Dantas demonstra que, nesse cuidado de si,

os pecados sexuais devem ser confessados para que o fiel se livre deles e seja de fato curado. O tratamento consiste na exposição de si e na confissão dos próprios erros para recebimento da cura, que nada mais é do que privar a libido de sua livre manifestação (DANTAS, 2012, p. 63).

Mafra (2012), por sua vez, tratou das relações de gênero dentro de igrejas pentecostais no Brasil e em Moçambique. Segundo Mafra, o processo de conversão é uma escolha individual que interfere na economia global do mundo. Um processo que, a partir

dos dados apresentados pela autora, permitem afirmá-lo como de reaprendizagem sobre a vida e o mundo, em que a disciplina e o poder pastoral cristão intervêm mascarados sob a ótica da salvação e da batalha espiritual, havendo um prazer de diferir, ser superior, separar-se do “mundo”. Mafra demonstra que os fiéis se compreendem como vasos a serem preenchidos pelo “Espírito Santo”, que, à luz da disciplina, poderia significar corpos-objetos a serem esculpidos pelas normas e o “Espírito Santo” como processos de subjetivação daquelas. Ao tratar das questões de gênero, a autora traz à cena do texto entrevistas e passagens bíblicas que permitem afirmar que há incitação à matriz binária para o gênero e uma heterossexualidade compulsória para a vida entre os fiéis. São citadas passagens que afirmam a complementariedade entre homem e mulher e a superioridade do primeiro (o cabeça) sobre a segunda, como reprodução de uma ordem superior onde Cristo é cabeça da Igreja. Mafra cita a explicação de uma fiel sobre a submissão da mulher, que diz “o homem sem a mulher não é nada! Porque sem pescoço a cabeça não tem sustentação... uma complementa a outra. Por serem diferentes [homem e mulher], eles se complementam, ninguém é mais que o outro” (MAFRA, 2012, p. 134, apud SAMPAIO, 2007, p. 22). Mafra compreende que, para a fiel, a hierarquia é subordinada à relação de complementariedade entre os dois. A autora também apresenta um relato de conversão de um homem que possuía um relacionamento extraconjugal. É possível identificar, nas narrativas apresentadas, processos atravessados pela confissão do pecado, cuidado de si, em que o narrador afirma ter largado a amante e iniciado um processo de mudança de conduta e de subjetivação. São relatados os arrependimentos e maus sentimentos em relação às práticas de adultério e uso de drogas, compreendidos pelo narrador como ações do Espírito Santo.

Dantas (2012) e Mafra (2012) apresentam processos de subjetivação dos ordenamentos religiosos, nos quais o poder pastoral cristão não disciplina apenas de maneira externa, mas excita os indivíduos a subjetivarem perspectivas de cuidar de si, governar a si e a participar do governo do outro, do cuidado com o outro, disciplinando-se uns aos outros pelas orientações do mestre e do livro sagrado. Para Ottaviani e colaboradores (2012), o poder pasto-

ral conduz os indivíduos a uma renúncia de si. Segundo Chevalier (2012, p. 49-50), Foucault descreve, em *Do governo dos vivos*:

“um processo finalmente muito longo em que se elabora a subjetividade do homem ocidental” (aula de 12 de março de 1980), ou seja, uma subjetividade essencialmente confessante, como testemunham ainda no século XIX a confissão médica ou judiciária.

Entrava, assim, a gestão da instabilidade humana pelo desejo dentro dos equipamentos de poder no Estado Moderno.

Religiosos brasileiros na Câmara Federal: ameaças à saúde trans

Nas últimas décadas, visualizou-se um crescimento de políticos com identidade religiosa no cenário nacional. Pautas como criminalização da homofobia, casamento igualitário, adoção por casais homoafetivos, direitos reprodutivos, processo transexualizador, etc., entre outros projetos que objetivaram promover e estender cidadania e proteção à população LGBT, encontraram nos deputados religiosos o seu maior obstáculo. Segundo Machado (2012), a maioria dos evangélicos atuantes na Frente Parlamentar Evangélica e na Frente em Defesa da Vida tentam barrar iniciativas que busquem desenvolver uma moral sexual laica.

Machado (2012) informa que a maioria dos políticos evangélicos tem um discurso familista, centrado na doutrina religiosa, vínculos frágeis com movimentos sociais, vem de camadas médias e populares e partidos políticos geralmente ligados a atividades assistencialistas em igrejas antes do engajamento na política. Segundo a autora, há presença significativa de pastores pentecostais entre os vitoriosos nas urnas – mostrando o uso da identidade religiosa como vantagem eleitoreira e a comunidade religiosa como base eleitora –, podendo representar uma transferência da autoridade religiosa para a política institucional. Machado destaca que o envolvimento de políticos da Frente Parlamentar Evangélica nos escândalos de corrupção no primeiro governo Lula contrariou o discurso de líderes religiosos sobre restauração da ética na política, levando a Frente a encolher de 71 membros na 52ª legislatura (2003-2007) para 46 na 53ª (2007-2011). Contudo, em 2010 foram eleitos 69 evangélicos, cujo sucesso é atribuído ao reposicionamento de agendas políticas para pautas de combate ao aborto e à homossexualidade.

Para Mafra (2006, p. 584-585), na atuação de políticos evangélicos haveria uma ideia de missão

onde o projeto missionário se afirma no papel renovador e purificador do mundo secular através da instituição, como no caso da Igreja Universal do Reino de Deus, a atuação política estará pautada na afirmação institucional.

Ao tratar de outras denominações religiosas, Mafra (2006, p. 584-585) afirma que

são os líderes que encarnam o projeto de renovação do mundo, apresentando-se como personas morais. [...] educam líderes que irão representar a “visão de mundo crente” aos de fora, inserindo-os e disputando espaço na carreira política.

Ao analisar um decreto do prefeito da cidade de Guajará-Mirim (RO) que o apresenta como “ato profético” e declara Jesus Cristo o “único Senhor e Salvador” da cidade, Mafra (2006, p. 603) destaca que a terminologia “ato profético” utilizada é de origem pentecostal e que a vocação do referido decreto é moral. Outros termos religiosos são identificados, como “consagrar” a cidade a Jesus, “renunciar” a toda “aliança ou obra” realizada no passado – nesse ponto é demarcada a separação dos impuros/anormais/pecadores –, “quebrar toda maldição”, “declarar que Guajará-Mirim recebe a unção”. Para a autora, os embates internos a esse ato envolvem “fronteiras de imaginação diferenciadas e que demandam imprevisto na interação” (p. 608). Assim, contesta-se a ideia de resquícios de velhos tempos ou prova de posição atrasada, afirmando que o “decreto faz parte de um uso contemporâneo e desencarnado dos instrumentos da República, por sujeitos capazes de habitar o mundo segundo habilidades determinadas” (p. 606).

A partir das reflexões realizadas até aqui, apresentam-se, na tabela a seguir, três projetos de deputados federais religiosos que objetivam impedir a realização de cirurgias de transgenitalização no Brasil ou findar o Processo Transsexualizador do SUS. São referidos os três projetos, ainda que dois estejam arquivados, por compreender que são uma sequência. O Projeto de Lei 1736/2003 foi apresentado antes da criação do Processo Transsexualizador do SUS, contudo desde 2003 discutem-se políticas inclusivas para população LGBT (ARÁN et al., 2009). Em

agosto de 2008 o Ministério da Saúde criou o programa, e em outubro o deputado Miguel Martini apresentou o PDC 1050/2008 a fim de suspender a portaria. Com o arquivamento do projeto, João Campos reapresentou o PDC reformulado sob n. 52/2011.

Não é objetivo contra-argumentar os projetos, mas tentar compreender suas motivações e de que forma estas são atravessadas pelas crenças religiosas. Os argumentos apresentados na Tabela 1 organizam-se em cinco pontos: 1º – é questionado o mérito e são desqualificadas as necessidades em saúde das pessoas trans; 2º – o procedimento transgenitalizador é reafirmado como “lesão corporal”; 3º – argumenta-se que o escasso financiamento do SUS obriga à responsabilidade de priorizar determinados serviços para determinados públicos em detrimento de outros, desmerecendo as pessoas trans; 4º – ausência de lei sobre matéria; 5º – o poder executivo extrapolou invadindo a competência do legislativo. Ao contrário do decreto analisado por Mafra (2006), não há nos projetos discurso religioso. Isso pode ser justificado pela radicalidade que discussões sobre direitos LGBTs, de mulheres e Estado laico ganharam nas últimas eleições. Nesse cenário, Machado (2013) evidenciou entre políticos e líderes religiosos falas buscando discursos politicamente corretos, dificultando a apreensão das atitudes preconceituosas.

Contudo, numa busca rápida no *site* da Câmara dos Deputados sobre pronunciamentos sobre essa questão, identifica-se o pronunciamento do deputado Jeferson Campos (PTB/SP). Em seu pronunciamento, o deputado mistura argumentos presentes nos PDCs a discursos religiosos. Discorre-se sobre problemas cotidianos na Saúde Pública questionando o mérito da questão; afirma-se existir uma “minoridade privilegiada em detrimento da maioria que necessita de atendimentos de saúde básicos”, reafirmam-se o gênero binário e a heteronormatividade como formas para produção de homens e mulheres: “os homens e as mulheres são diferentes em sua anatomia, em sua sexualidade, na sua área psicológica, no seu campo emocional e na sua estrutura bioquímica. Tal indivíduo jamais terá TPM (Tensão Pré-Menstrual)! Jamais terá picos hormonais que influenciam o temperamento! Jamais irá menstruar! Jamais irá sofrer com cólicas menstruais. Jamais irá ovular! Jamais irá engravidar! Jamais irá amamentar! Jamais saberá o que é ser mãe!

Tabela 1: O fundamentalismo contra a saúde trans na Câmara dos Deputados

PROJETO	Projeto de Lei 1736/2003	Projeto de Decreto Legislativo 1050/2008	Projeto de Decreto Legislativo 52/2011
AUTOR	Severino Cavalcanti (PP/PE) ¹	Miguel Martini (PHS/MG) ²	João Campos (PSDB/GO) ³
SITUAÇÃO ⁴	Arquivado	Arquivado	Pronto para pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)
EMENTA	“Proíbe a realização de cirurgia plástica de transformação plástico-reconstrutiva da genitália nos casos de transexualidade, na rede de unidades integrantes do SUS.”	“Susta os efeitos da Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, do Ministério da Saúde, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.”	“Susta a aplicação das Portarias nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, do Ministro da Saúde, e nº 457, de 19 de agosto de 2008, da Secretaria de Atenção à Saúde, que instituem e regulamentam, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.”
JUSTIFICATIVA	“Usar recursos do SUS em cirurgias plásticas destinadas apenas à solucionar problemas de inconformidade pessoal ou psicológica é um absurdo, ainda mais no caso específico da transexualização. Com efeito, a cirurgia transgenital não é tratamento, mas apenas um paliativo. De fato, o problema desse tipo de paciente não é físico, mas mental, pois deseja adquirir as características do sexo oposto.” “Curar um transexual é retirar-lhe a inconformidade psíquica. Cumprir um capricho, um desejo, atacando o efeito e não a causa não é solução. Até porque	“Considera-se que, no caso, o Poder Executivo extrapolou. a delegação legislativa, pois tratou de regulamentar por meio de portaria do Ministério da Saúde, a realização de um procedimento que contraria o artigo 129 do Código Penal do Brasil, o Decreto Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940.” “O referido artigo estabelece a pena de detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano a quem “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”. O parágrafo 2o do art. 129 indica que a pena é de “reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos” se a lesão corporal resulta, entre	“II - Falência do Sistema de Saúde Pública - A imprensa, todos os dias, revela a total falência do sistema de saúde pública do país. As pessoas portadoras de doenças graves enfrentam dificuldade para obter atendimento médico básico, diante da carência de recursos humanos e materiais neste setor. Apesar da grave situação descrita, as Portarias nºs 1.707, de 18 de agosto de 2008, do Ministro da Saúde, e 457, de 19 de agosto de 2008, da Secretaria de Atenção à Saúde, foram editadas possibilitando a cirurgia de mudança de sexo no Brasil, pelos órgãos que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS).”

pode acontecer do emasculado mudar de ideia e desejar reverter a cirurgia.” “Um sistema de saúde público que luta com dificuldade para suprir as necessidades básicas da população não pode usar seus poucos recursos em procedimento de alto custo e de eficácia terapêutica duvidosa.”

outras situações, de “perda ou inutilização de membro, sentido ou função.” “Considerando que a cirurgia relacionada ao “processo transexualizador” envolve perda drástica da função biológica reprodutiva e alteração da integridade corporal, não cabe a uma portaria se sobrepor a instrumento legal hierarquicamente superior. Ainda que a referida portaria considere resolução do Conselho Federal de Medicina, é preciso considerar que resoluções de entidades profissionais não têm poder para ultrapassar os limites da regulamentação ética e do exercício profissional a fim de sobrepor-se a determinações legais.”

“III - Ausência de Lei Disciplinando a Matéria - O legislador foi categórico ao afirmar que: a regulamentação dos serviços de saúde deve respeitar os limites estabelecidos na lei. Acontece que até a presente data não existe nenhuma lei, no sentido estrito da palavra, ou seja, aprovada pelo Poder Legislativo, dispondo sobre o processo transexualizador.”

“IV - Limites do Poder Regulamentar - De outra parte, é inquestionável que as Portarias n^{os} 1.707/2008 e 457/2008 ultrapassaram os limites do poder regulamentar, na medida em que criaram direitos e obrigações. De um lado, o direito a mudança de sexo, de outro, o dever da realização dessa cirurgia, imposto aos órgãos públicos.”

“V - Preservação da Competência do Poder Legislativo - Com o objetivo de proteger a competência do Poder Legislativo, o ordenamento jurídico dotou o Congresso Nacional de instrumento adequado para suspender os efeitos dos atos administrativos que ultrapassem os limites do poder regulamentar.

Portanto, o presente projeto de decreto legislativo visa suspender, com base na competência do Congresso Nacional, prevista no inciso V, do art. 49, da Constituição Federal, a aplicação das Portarias n^{os}

1.707, de 18 de agosto de 2008, do Ministro da Saúde, e 457, de 19 de agosto de 2008, da Secretária de Atenção à Saúde, [...]

A competência do Congresso Nacional é apenas a de sustar o ato normativo que extrapola a competência. Não lhe compete anulá-lo ou retirá-lo do mundo jurídico. Limita-se a sustar sua eficácia, até que o problema seja resolvido no âmbito do Judiciário.”

“VI - Conclusão - Conclui-se, portanto, que as Portarias n^{os} 1.707, de 18 de agosto de 2008, do Ministro da Saúde, e 457, de 19 de agosto de 2008, da Secretária de Atenção à Saúde, que invadiram a competência do Parlamento, podem ter seus efeitos suspensos, por intermédio de decreto legislativo.”

¹ Última legislatura, 2003 a 2007, renunciou ao mandato em 2005.

² Última legislatura, 2007 a 2011.

³ Quarta legislatura, 2015 a 2019.

⁴ Observado em 07/02/2016 às 20h22 no *site* da Câmara dos Deputados.

Não podemos compactuar com tal grau de insensatez e pecado”; apontam-se as cirurgias de mudança de sexo como o crime de lesão corporal e são citadas passagens bíblicas: “A palavra de Deus (Rom 1:21) é clara ao afirmar que tal atitude é fruto de se dar as costas para Deus. A rebeldia humana é tão grande que chega ao ponto de apresentar o pecado de maneira tal que aqueles que lhe dão crédito passam a defendê-lo como se fosse o caminho correto para uma sociedade desenvolvida e moderna [...]. No final do 1º Capítulo da Bíblia, ao terminar a criação do homem e da mulher, para fechar sua maravilhosa obra, Deus fez questão de deixar registrada a seguinte expressão: ‘E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom [...]’ (Gn. 1:31). Quando a Bíblia se refere à criação do ser humano, ela o faz da seguinte forma: ‘[...] No dia em que Deus criou o homem, à semelhança de Deus o fez. Homem e mulher os criou e os abençoou [...]’”.

Pode-se afirmar que existe certa cautela entre parlamentares religiosos nos discursos e projetos contra direitos LGBTs. No pronunciamento do deputado Jeferson Campos (PTB/SP), o discurso religioso aparece explicitamente no meio e no fim de sua fala, como se fosse um *plus* que se soma a todos os argumentos, que, apesar de não religiosos, são construídos motivados pelas crenças do deputado. Afinal de contas, o que movem três deputados federais ao desejo de impedirem pessoas trans de acessarem a saúde? Poder-se-ia apontar o preconceito como resposta, todavia, propõe-se duas reflexões: a primeira busca apoio em Machado (2012), que afirma muitas Comunidades Religiosas como reduto eleitoral. Comunidades cuja subjetividade é construída com repulsa aos movimentos LGBTs, apresentando-os como ameaçadores da preservação de um ideal de família, da vida, da perpetuação da espécie, e conturbadores uma ordem divina. Nesse sentido, haveria nessas comunidades um motivo lógico para que busquem eleger deputados religiosos, uma vez que estes se apresentam como protetores e defensores, tendo compromisso com os dogmas religiosos ou simplesmente os utilizando para se elegerem.

A segunda reflexão apoia-se em Mafra (2006), que aponta para políticos que se apresentam como *personas* morais, que batam no mundo em defesa do divino, apresentando-o junto à sal-

vação aos não crentes. Políticos que podem ter passado pelo crivo disciplinar e normalizador do poder pastoral cristão, com processos de confissão e tratamento espiritual e, assim, construtores de subjetividades que no exercício do poder público não permitem existir uma dualidade entre público (Estalo laico) e privado (fé religiosa). Vê-se, nos estudos citados, na Tabela 1 e no discurso do deputado Jeferson Campos, que a batalha contra o pecado, a defesa do divino e a missão acontecem também na Câmara dos Deputados, onde políticos religiosos não representam uma nação diversa, mas uma nação separada pelo divino e que têm por missão pasteurizar a diversidade “da outra nação” a fim de “levá-la à salvação”.

Ao que parece, o poder pastoral cristão potencializa a face mortífera do biopoder sobre as populações. Os argumentos dos projetos para suspender o acesso à saúde de pessoas trans apresentadas como indignas ou de não prioridade para gastos públicos em saúde. Assim como políticos e líderes religiosos não permitiram ao Estado proteger a população LGBT das altas taxas anuais de homicídio por motivação homofóbica, buscam também suspender o funcionamento do Processo Transexualizador do SUS, condenando as pessoas trans ao risco de morte, deformações corporais e adoecimento. Assim, o poder pastoral parece articular-se ao Racismo de Estado, recortando à margem todos aqueles construídos como ameaça à vida, à perpetuação da espécie, à família cristã e aos ordenamentos do divino.

Por fim, pode-se sugerir que as justificativas do poder pastoral cristão para a morte e marginalização dos LGBTs – que afirma aquelas como consequências das afrontas e desobediências a natureza construída pelo divino, e, portanto, o pecado os levaria a toda sorte de maldição – ampliam as possibilidades de o biopoder exercer o “fazer morrer” sobre os ameaçadores a manutenção e preservação da vida.

Referências

- ARÁN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência Saúde Coletiva*, v. 14, n. 4, p. 1.141-1.149, 2009.
- ALMEIDA, G. ‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

BENTO, B. *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Proíbe a realização de cirurgia plástica de transformação plástico-reconstrutiva da genitália nos casos de transexualidade, na rede de unidades integrantes do SUS. *Projeto de Lei n. 1736, de 19 de agosto de 2003*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=128717>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Repúdio à Portaria n° 457, de 2008, editada pela Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, a respeito da Regulamentação do Processo Transexualizador (mudança de sexo), no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. *Deputado Jefferson Campos PTB/SP em 19 de novembro de 2008*. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=313.2.53.O&nuQuarto=70&nuOrador=1&nuInsercao=34&dtHorarioQuarto=11:20&sgFaseSessao=BC&Data=10/12/2008&txApelido=JEFFERSON%20CAMPOS,%20PTB-SP>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Susta a aplicação das Portarias n. 1.707, de 18 de agosto de 2008, do Ministério da Saúde, e n. 457, de 19 de agosto de 2008, da Secretaria de Atenção à Saúde, que instituem e regulamentam, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. *Projeto de Decreto Legislativo n. 52, de 13 de abril de 2011*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=498384>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Susta os efeitos da Portaria n° 1.707, de 18 de agosto de 2008, do Ministério da Saúde, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. *Projeto de Decreto Legislativo n. 1050, de 28 de outubro de 2008*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=413309>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Portaria n° 1.707. *Diário Oficial da União*, 18 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria n° 2.803. *Diário Oficial da União*, 19 nov. 2013.

CANDIOTTO, C. As religiões e o cristianismo na investigação de Foucault: elementos de contexto. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. (Org). *Foucault e o Cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 15-22.

CHEVALIER, P. O cristianismo como confissão em Michel Foucault. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. (Org). *Foucault e o Cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 45-55.

CONNEL, R.; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a resolução CFM n. 1.482, de 19 de setembro de 1997.

- Resolução n. 1.652, de 2 de dezembro de 2002. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, 2 dez. 2002. Seção 1, p. 80.
- DANTAS, B. S. A. A dupla linguagem do desejo na igreja evangélica Bola de Neve. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 53-80, 2010.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2013a.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 22. ed. São Paulo: Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. 41. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013b.
- GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). *Relatórios 2015*. Relatório Assassinatos de LGBTs no Brasil. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2>> . Acesso em 06 fev. 2016.
- LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transsexualizador do SUS. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- MACHADO, M. D. C. Pesquisa com líderes religiosos: questões éticas e metodológicas. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, n. 18, v. 34, p. 39-56, 2013.
- MACHADO, M. D. C. Religião, cultura e política. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, p. 29-56, 2012.
- MAFRA, C. Jesus Cristo senhor e salvador da cidade – imaginário crente e utopia política. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 49, v. 3, p. 583-613, 2006.
- MAFRA, C. O percurso de vida que faz o gênero: reflexões antropológicas a partir de etnografias desenvolvidas com pentecostais no Brasil e Moçambique. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, p.124-148, 2012.
- OTTAVIANI, E.; FABRA, A. L.; CHACON, J. A. Entre o assujeitamento e a constituição de si: pastoral cristã à luz de Michel Foucault. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. (Org.). *Foucault e o Cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 147-156.
- PELÚCIO, L. “Toda quebrada na plástica”: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Revista de Antropologia Social*, Campos, v. 6, n. 1-2, p. 97-112, 2005
- ROCON, P. C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência e Saúde Coletiva* [no prelo]. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/artigo_int.php?id_artigo=15372>. Acesso em: 05 fev. 2016.
- SAMPAIO, S. S. *Foucault e a resistência*. Goiânia: Editora UFG, 2006.



Bloco Amigos da Onça, fevereiro de 2016.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM VITÓRIA (ES): CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO E ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA

*Maria Beatriz Nader
Mirela Marin Morgante
Luciana Silveira
Alex Silva Ferrari*

Introdução

A violência contra as mulheres é um fenômeno antigo e de proporções mundiais, mas foi somente em 1993, na Conferência Mundial da ONU sobre direitos humanos, em Viena, que a problemática foi incluída como um tema específico dos direitos humanos. No Brasil, em 2006, com a promulgação da Lei Maria da Penha, o tema obteve o estatuto de uma violação aos direitos humanos da população feminina. Evidentemente, a questão da violência contra as mulheres já vinha sendo alvo de discussões e polêmicas entre a população civil, nos meios de comunicação e nas universidades, de maneira que foram criadas instituições, medidas e políticas públicas voltadas para o enfrentamento do problema, como SOS-Mulher, Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) e Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

Contudo, a inclusão da questão da violência contra as mulheres no âmbito dos direitos humanos conferiu à problemática uma amplitude antes negligenciada, abrangendo as diversas formas de agressão contra as mulheres, desde as mais evidentes fisicamente até as menos visíveis, como ameaças, ofensas, humilhações e mesmo a violência simbólica. Tendo como base o conceito de gênero, a legislação considera violência contra a mulher qualquer ato ou con-

duta que cause danos ou sofrimentos físicos, psicológicos, patrimoniais ou sexuais nas mulheres. Portanto, a legislação possibilita hoje alcançar os níveis mais imperceptíveis da violência de gênero, assim como enfrentar seriamente o problema levando em consideração seus empecilhos sociais, econômicos e culturais.

Não obstante, o fenômeno continua apresentando dimensões alarmantes. Segundo o último Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil ocupa a quinta posição em homicídios de mulheres – também chamados de feminicídios – de um total de 83 países cujos dados homogêneos foram fornecidos pela Organização Mundial da Saúde. Do ano de 1980 ao ano de 2013, foi possível constatar um crescimento da quantidade de mulheres mortas no Brasil, de forma que “[...] o número de vítimas passou de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%” (WAISELFISZ, 2015, p. 11). Em 2007, ano seguinte à promulgação da Lei Maria da Penha, houve uma diminuição do número de feminicídios no Brasil, mas já em 2008 a quantidade de vítimas pôde se equiparar a 2006, e os anos seguintes foram de crescimento constante do número de homicídios de mulheres. No âmbito nacional, o estado do Espírito Santo ocupa a primeira posição em feminicídios, com uma taxa de 8,6 homicídios por 100 mil mulheres. A capital, Vitória, também se encontra no topo do *ranking* entre as capitais da federação, com uma taxa de 11,8 feminicídios por 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2015).

Assim, apesar dos esforços institucionais de caráter público e privado, a violência contra as mulheres permanece como um problema de saúde pública, de uma gravidade assustadora. É imperativo pensar e analisar os mecanismos sociais que agem e se entrelaçam nessa problemática, em toda a sua dimensão social e cultural. Nesse sentido, desde 2008, o Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da Universidade Federal do Espírito Santo (LEG-Ufes) desenvolve um trabalho de mapeamento da violência contra as mulheres em Vitória, tendo como base fontes policiais. Esse trabalho engloba pesquisas de iniciação científica, de conclusão de curso e de mestrado, que desde então se dedicam à análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos a partir dos boletins de ocorrência

da Deam e da Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (Dappi) de Vitória. O objetivo dessas pesquisas é justamente procurar compreender os dispositivos socioculturais que legitimam e motivam a violência de gênero, abrangendo seus contornos, o perfil dos envolvidos nas denúncias – vítimas, testemunhas e autores(as) –, além das possíveis motivações registradas ou subentendidas naqueles documentos.

O presente artigo retoma alguns dos resultados já obtidos nessas pesquisas, colocando em evidência conceitos considerados fundamentais para compreender e enfrentar a problemática da violência contra as mulheres no Brasil e, mais particularmente, no estado do Espírito Santo e sua capital, Vitória. Conceitos como identidades, gênero, papéis sociais, masculinidades e patriarcado, considerados concomitantemente e de forma entrecruzada, compõem o elo que une tais pesquisas e formam este artigo, possibilitando apontar caminhos de compreensão dinâmicos e amplos, tal qual o problema se apresenta.

Perspectiva teórica: história, gênero e patriarcado

Primeiramente, urge explicar em que consiste o conceito de gênero, invocado tanto no âmbito legislativo quanto nas políticas públicas e nas discussões que permeiam a problemática. O conceito aponta para o caráter social e cultural das distinções entre os sexos feminino e masculino, em uma recusa à naturalização dos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens. Para Scott (1995), gênero é a organização social da diferença sexual. Tendo como base as diferenças sexuais, o gênero constituiu-se por meio de relações sociais, que são relações de poder. A autora acrescenta o saber aos elementos complexos que compõem a organização social e constroem o feminino e o masculino. Ela fala do saber enquanto interpretação de determinada sociedade e cultura acerca das relações entre os sexos. Segundo Scott (1994, p. 12), “tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase)”.

Enquanto um saber a respeito das diferenças biológicas entre homens e mulheres, o gênero não implementa e tampouco reflete as diferenças corporais fixas e naturais, mas é o próprio saber e a própria organização social que dão significado às diferenças sexuais. A emergência da categoria gênero está diretamente relacionada à necessidade de fazer uma oposição ao determinismo biológico segundo o qual as diferenças sexuais entre mulheres e homens determinavam as diferenças que vivenciavam nos planos sociais e culturais. Ao contrário, a categoria demonstra como as diferenças biológicas entre fêmeas e machos se transformam em diferenças sociais entre mulheres e homens, como seres sociais, ou seja, construídos pela cultura. São os símbolos, as representações e os saberes a respeito das diferenças entre os sexos que constroem estas diferenças, inclusive hierarquizando-as.

Nesse sentido, foi possível observar, em muitos dos casos pesquisados de violência contra as mulheres, o apego de muitos agressores aos padrões identitários de gênero, em que o homem deve ser possessivo e dominador e a mulher, passiva e recatada. Como a categoria gênero representa um conjunto de normas construído pela sociedade e pela cultura, que modelam os comportamentos, os símbolos e os papéis sociais das mulheres e dos homens, pode-se falar em violência de gênero e não tão somente em violência contra as mulheres, apontado para o fato de que as vítimas foram agredidas pelo fato de serem mulheres, ou seja, é uma questão de gênero.

Quanto ao conceito de papel social, segundo Nader (2002), pode ser entendido como o conjunto de ações e atribuições requerido do indivíduo pelo meio no qual ele está inserido. Dessa forma, uma sociedade e aqueles que a integram constroem normas e padrões sociais aos quais os indivíduos devem se adequar de modo a serem aceitos e reconhecidos nessa organização. A forma primária, e que tem sido a mais efetiva, nessa divisão de papéis, segundo Nader (2002), está nas relações de gênero; nascer com a genitália masculina, ou feminina, tem sido uma forma inicial de divisão de atribuições sociais. Desde a descoberta do sexo da criança, seus genitores já traçam uma trajetória a ser por ela seguida, que buscará educá-la e formá-la para o desempenho de funções tradicionalmente estabelecidas para o seu sexo. Tem-se a falsa impressão de que

esses papéis se desenvolvem de forma natural, sendo atribuídos a cada gênero de acordo com determinismos biológicos que, supostamente, justificariam o lugar social e as tarefas a serem desempenhadas por cada um.

No Brasil, devido à cultura fortemente influenciada por uma lógica patriarcal, observa-se uma hierarquia entre os sexos na qual o papel social masculino sempre esteve ligado a atividades públicas e políticas, garantindo ao homem o protagonismo social, ao passo que as atividades femininas, tradicionalmente, estiveram ligadas a atividades reprodutoras. Assim, o lugar da mulher na família esteve sempre muito ligado ao cuidado da casa, do marido e dos filhos, ao passo que o homem, de maneira geral, era responsável pelas atividades de provimento e proteção dos membros de sua família, seja ela a família extensa colonial, seja a nuclear, que surgiu a partir do desenvolvimento da burguesia urbana no Brasil do século XIX. A manutenção desse sistema de divisões de papéis sociais entre homens e mulheres, que sobreviveu a inúmeras mudanças sociais, se deve ao que Bourdieu (2014) chama de produção de valor ou crença.

Segundo o autor, a sociedade atribui valor e importância às tradições, hábitos e bens, por meio da criação de uma complexa estrutura de validação que garante a manutenção de costumes por um longo período. Ao utilizar mecanismos de controle, a organização social garante que seus valores sobrevivam por longos períodos, adaptando-se a mudanças que podem ocorrer ao longo do tempo. Um exemplo de como essa estrutura atua é o surgimento da família nuclear burguesa e urbana no Brasil do século XIX, que não se destituiu dos valores que norteavam a divisão de papéis sociais típica da família extensa e rural. Ao homem ainda se destinava o papel de provedor, que ganhou ainda mais importância na sua validação social, e à mulher ainda relegava-se o papel de cuidadora do lar e da família. Pode-se destacar que muito mais um modelo do que uma realidade, no alvorecer na República brasileira, segundo Azzi (1987), esse padrão foi incorporado por correntes de pensamento que trataram de disseminá-lo e, por meio de mecanismos de controle social, efetivá-lo mesmo entre os grupos sociais mais pobres, nos quais o trabalho feminino sempre foi uma realidade. Todavia, segundo o autor, mesmo exercendo atividades fora do lar, as mulheres

estavam cada vez mais submetidas a esse ideal de família, utilizando, inclusive, a renda do seu trabalho para a construção desse objetivo. Por esse motivo, o trabalho feminino só era bem visto como uma forma ajudar na compra da casa própria, ou até o nascimento do primeiro filho, e a partir desse ponto o provimento da casa deveria ser feito totalmente pelo homem.

Durante as primeiras décadas do século XX esse modelo de família, e de divisão de papéis sociais, se intensificou no país; contudo, a partir da segunda metade desse centenário, a emancipação feminina e a luta por equidade de direitos, corporificada nas bandeiras feministas, contribuíram para a desconstrução desse padrão social. Estudando as transformações dos modelos de família na cidade de Vitória (ES), Nader (2013) afirma que o acesso à educação formal e profissionalizante, e também ao mercado de trabalho, garantiu a profissionalização e fez com que as mulheres desafiassem o padrão tradicional e criassem novas relações familiares que subverteram a lógica patriarcal na qual essas relações se baseavam. Nesse contexto, a construção dos papéis sociais de gênero apresenta latências que podem ser identificadas nas denúncias de violência contra as mulheres na Deam/Vitória. Para entender esse conflito, faz-se necessário que se reflita sobre a masculinidade, sua construção e sua atuação na contemporaneidade e a forma com a qual ela se relaciona com o novo perfil feminino.

A masculinidade, também definida enquanto comportamento masculino, é, assim como o papel social, uma construção que se manifesta de diferentes formas, de acordo com o tempo e o lugar em que se insere. Todavia, na história da civilização ocidental, devido à forte influência do patriarcado, é comum que ela tome o significado de superioridade, um atributo positivo, sendo o oposto da feminilidade, que representaria a fraqueza e a imperfeição. Tendo como norte essa perspectiva binária e determinista dos sexos, as relações sociais entre homens e mulheres foram marcadas pelo discurso de dominação de um sobre o outro. O masculino, supostamente superior, se encarregaria de dominar a suposta inferioridade feminina, o que se reflete na divisão de papéis sociais, que por muito tempo garantiram o poder ao homem, em detrimento da mulher. Assim como os papéis sociais, essa lógica passou por transforma-

ções ao longo da história a fim de garantir sua manutenção em novos e diferentes contextos. Badinter (1993), ao fazer um estudo antropológico da masculinidade, observa que as construções sociais do comportamento masculino em organizações sociais patriarcais obedecem a uma lógica que, além de colocar o homem no topo da hierarquia social, justifica essa posição a partir de supostas falhas na feminilidade, que fazem com que o homem seja apto a dominar a mulher. Dessa forma, por muito tempo o conceito de masculinidade esteve ligado apenas à força física e à capacidade de dominação do indivíduo do sexo masculino, o que, segundo a autora, se modificou com o surgimento das sociedades industriais.

Com a separação entre a unidade doméstica e a unidade produtiva promovida pela revolução industrial, é o homem quem domina o espaço público e conseqüentemente o trabalho. A figura dominante e forte vai aos poucos deixando de significar a demonstração de superioridade física e honra, para assumir a forma do sucesso financeiro. O trabalho passa a representar uma porção cada vez mais significativa da vida do homem. Segundo Nolasco (1995), no cenário atual, o trabalho domina tanto a vida do homem, que é ele quem regula a sua vida social, familiar e sexual. Na interpretação do autor, o trabalho para o homem do século XX, e dos dias atuais, não é uma escolha, é uma consequência inevitável, ele se junta à demonstração de força física e emocional nos atributos necessários para se provar homem, para ter o reconhecimento e legitimidade de sua masculinidade. O sucesso masculino é alcançado quando o homem constitui uma família, é capaz de sustentá-la e, portanto, torna-se o chefe daquela unidade doméstica, o seu provedor.

Com a profissionalização feminina e a ressignificação do seu papel social, a importância da função masculina perde o seu propósito; parte daquilo que se entende por masculinidade se torna obsoleto diante da mulher profissional. Para além da influência da mulher no mercado de trabalho formal, a mudança no papel social feminino também acontece devido à influência do movimento feminista. As feministas conquistaram direitos políticos e sociais femininos e lideraram a luta pelo reconhecimento da violência contra as mulheres como problema social na década de 1980, além de contribuírem politicamente para a elaboração de políticas públicas de proteção à mulher.

Mesmo que autores como Nolasco (1995), por exemplo, afirmem que existam grupos masculinos que se atentaram para essa realocação da mulher no contexto social, e a partir dessa realização buscaram também a transformação dos padrões de masculinidade, esses grupos pouco tiveram impacto nessa questão nos últimos anos. Pelo contrário, como afirma Badinter (1993), diante do empoderamento feminino, o que se observou foi um comportamento reacionário e o incentivo a comportamentos ultravirís em vários grupos masculinos, com o objetivo de frear o avanço feminino por meio da reafirmação de supostos atributos masculinos que legitimam sua dominação e superioridade, como a força e a racionalidade. Nesse contexto, é estabelecido um embate entre uma representação feminina libertadora e uma masculinidade retrógrada baseada em padrões que não mais se aplicam.

Deam/Vitória (ES): possibilidades analíticas

Nos registros da Deam/Vitória, percebe-se o apego masculino aos padrões de masculinidade nos casos de violência. Muitas vezes o não cumprimento de tarefas básicas do suposto papel social feminino de cuidadora do lar e da família é motivo para a agressão. Em um boletim registrado no ano de 2008, Amélia²⁹, uma doméstica de 47 anos, parda e moradora do bairro Santa Martha, denuncia seu companheiro, marinheiro de 49 anos, pardo, residente no mesmo endereço. Amélia diz que vive com o autor da agressão há 19 anos. Na data citada (dia 24 de novembro de 2008), o autor chegou embriagado e, devido ao fato de ela não ter feito o jantar por estar passando mal, ele a agrediu verbal e fisicamente. O genro a salvou das agressões. Não era a primeira que isso acontecia.

Mesmo que Amélia tenha observado em seu relato que o autor estava sob o efeito de bebidas alcoólicas, considera-se que o uso de substâncias entorpecentes não sejam motivadores da violência, mas atuem como detonadores desses casos. Minayo (1998) afirma que, embora o consumo do álcool esteja significativamente

²⁹ Todos os nomes utilizados no trabalho são fictícios.

ligado a várias formas de violência, não existe consenso na explicação dessa conexão. Apesar de o consumo, por parte dos homens, apresentar um aumento do fator de risco para a ocorrência de violência doméstica, o mesmo não se observa quando se toma como amostra um grupo feminino. Sendo assim, a relação entre o consumo dessa substância e a violência depende de vários outros fatores que vão além da ação da substância em si, tendo de ser considerado o contexto social em que seu uso está inserido, que pode levar a comportamentos violentos.

No caso supracitado, o fato de estar embriagado pode até ter sido o gatilho para a violência, mas a perpetração de força se deu como forma de punir a mulher que não cumpriu com o seu papel social.

O caso de Amélia é um exemplo simples de como a divisão tradicional de papéis sociais influencia nos casos de violência contra as mulheres, mas existem situações mais complexas, que podem aparecer, ou não, de forma direta nos relatos das vítimas. Como exemplo, elegem-se os casos nos quais os autores são homens em situação de desemprego. Se o trabalho é um dos principais componentes legitimadores da masculinidade, o não exercício de uma atividade remunerada é o oposto, um estigma, como afirma Goffman (1982). Diferentemente do caso citado, a complexidade dos registros de violência com autores desempregados se manifesta no fato do não cumprimento do papel social não ser da vítima, mas sim do autor. São casos em que o controle social próprio pode levar à violência.

Para que se entenda essa relação, é preciso reforçar o significado do trabalho e suas implicações na vida do homem, ao passo que o desemprego representa a negação de prerrogativas masculinas. Se o trabalho é uma consequência inevitável na vida do homem e controla boa parte de sua subjetividade, ele também dá prerrogativas e benefícios. Não é incomum que, ao se falar da “boa índole” de um indivíduo do sexo masculino, uma das primeiras características destacadas é o fato de ele ser um “homem trabalhador”. Segundo Nolasco (1995), o trabalho traz tanto prestígio ao homem que chega a ser utilizado como forma de mitigar desvios de comportamento que poderiam ser considerados imorais, como o adultério e a violência contra membros da sua família. Mais importante, o trabalho é a maior fonte de legitimação da dominação masculina, visto que,

ao desenvolver o papel de provedor, ele garante o domínio sobre os integrantes de sua unidade doméstica.

O desemprego representa o contrário de todo o quadro aqui exposto. Não desenvolver uma atividade remunerada representa, para o homem, a extirpação de legitimidade e perda de poder dentro da família. Ao ter sua masculinidade negada, devido ao desemprego, o indivíduo do sexo masculino se encontra despido de sua identidade, inapto de se reconhecer entre os seus iguais, o que pode levar a um caso de instabilidade emocional.

A cultura masculina patriarcal, segundo Hefez (2013), faz com que os homens percam o contato com o seu universo emocional, o que, conforme o autor, é a razão de eles serem o grupo mais suscetível a doenças de ordem psicológica. Por sua vez, Nolasco (1995) observa que, devido à restrição emocional, é comum que a resposta masculina a frustrações emocionais e conflitos se concretize por meio da violência, uma vez que ela está presente em toda a formação do homem. Dessa forma, homens desempregados tendem a usar a violência não só como resposta a suas frustrações e conflitos, mas também como forma de recuperar a posição de dominação na relação.

Das 12.255 ocorrências registradas na Deam/Vitória entre os anos de 2002 e 2010, 10.349 narram casos de violência que tiveram como autores pessoas do sexo masculino. Do total de ocorrências em que os autores são homens, 1.170 foram praticadas por autores desempregados, 11,30% do total. Dentro desse escopo de fontes, é possível encontrar situações nas quais a violência foi motivada devido ao conflito psicológico do autor, resultante da falha no exercício do papel social, em outros casos predomina a tentativa de recuperação da situação de poder perdida por não ser mais o provedor do lar, entre outras situações. Em alguns casos, as agressões resultam do fato de a vítima reconhecer-se como provedora, reclamar para si os atributos dessa posição e, ao fazê-lo, encontrar a resistência de seu companheiro por meio da violência. Um exemplo desse caso é o ocorrido no dia 14 de junho de 2002, quando Emília, uma balconista de 23 anos, branca, casada e moradora do bairro São Pedro, denunciou o seu marido por agressão. Ele estava desempregado, tinha 29 anos e era pardo. O relato da vítima dizia:

“o autor está agressivo, pois eles estão passando por uma crise financeira e na data do fato ele a agrediu por causa do dinheiro que ela controla dentro de casa”. Fica evidente que incomodava ao autor o fato de Emília ser quem controlava as finanças da casa, de forma que ela detinha a autoridade na família, e por isso ele a agrediu.

Também é comum que as agressões ocorram como uma tentativa de impedir que as mulheres saiam de casa para exercer a função que tradicionalmente é masculina, caso eles estejam impossibilitados no momento. Marina procurou a Deam/Vitória no dia 19 de junho de 2002 para denunciar o seu companheiro. Infelizmente o seu registro consta de poucas informações, demonstrando a falta de cuidado na coleta de dados da vítima e do autor no momento da denúncia. Sabe-se que ela era solteira, tinha 21 anos, e seu agressor foi seu companheiro, que tinha 25 anos e morava com ela no bairro Bela Vista. Apesar de constar no boletim de ocorrência que ela não exercia atividade remunerada e que seu companheiro estava desempregado, no relato dos fatos, presente no fim do boletim, Marina afirma ter um trabalho que é sua fonte de renda e diz “que o autor é violento e agride ela e as filhas do casal. Que na data do fato ele a agrediu por ela estar saindo para trabalhar, já que ele está parado e não tem verba para sustentar o lar”.

Dizer que o desemprego dos autores influenciou e motivou esses 1.170 casos de violência contra mulheres não significa dizer que o desemprego enquanto fator isolado foi o motivador da violência. Somente o fato de estar desempregado não se configura como única motivação para a violência; tal afirmação seria, além de reducionismo, um equívoco. Considerando que, na perspectiva de Mészáros (2001), o desemprego é um fator típico das sociedades industriais e capitalistas, também é um problema crônico e está em plena expansão. Por isso, colocá-lo como fator unidimensional para a violência doméstica de gênero é dizer que esse é um problema que sempre irá existir e não há nada que se possa fazer. Acredita-se que o desemprego só passa a ser motivação da violência contra as mulheres em um cenário regido por uma lógica patriarcal de divisão de papéis sociais, que impõe a homens e mulheres que vivam sob padrões patriarcais de família, no quais as responsabilidades pelo provimento, proteção e dominação do lar estão restritas ao homem, nesse caso o homem tra-

balhador, e à mulher se destinam as atividades de reprodução no lar. Dentro dessa lógica, é problemático que o homem não desempenhe uma atividade remunerada. Ou seja, é a divisão patriarcal e hierarquizada dos papéis sociais de gênero que motiva a violência, e não simplesmente o fato de o homem estar desempregado.

A situação de desemprego se configura como uma das situações possíveis em que um homem apegado à sua identidade de gênero pode se sentir abalado psicologicamente e praticar a violência como forma de reafirmar seu poder pretensamente hegemônico dentro da família. Mas, para além dos 1.170 casos em que agressor estava desempregado quando praticou a violência contra a sua companheira, é também possível visualizar o apego aos papéis sociais de gênero dos homens autores da violência expandindo o campo analítico para todos os casos em que os agressores mantiveram ou mantinham no momento da agressão algum tipo de relação afetiva com a vítima, qual seja, namorados ou ex-namorados, maridos ou ex-maridos e companheiros ou ex-companheiros, que compõem 66% do total de boletins de ocorrência registrados na Deam/Vitória do ano de 2002 a 2010. Esse recorte é importante na medida em que representa a maioria dos casos registrados e tem um potencial ofensivo de grande magnitude, pois tende a ocorrer com bastante frequência e pode acabar em agressões de maior gravidade, como são os casos de feminicídios em que as mulheres mortas já haviam sido ameaçadas e/ou espancadas anteriormente. É principalmente dentro de uma relação afetiva que os estereótipos, as representações, os símbolos e os papéis sociais de gênero são confrontados, exigidos e reproduzidos. É na esfera conjugal que as identidades femininas e masculinas, construídas cotidianamente pela sociedade patriarcal vigente, encontram um lugar privilegiado de manifestação e reprodução. Os boletins registrados na Deam/Vitória são uma demonstração do apego dos agentes sociais envolvidos na relação afetiva aos papéis sociais de gênero forjadas pelo patriarcado.

No boletim registrado no ano de 2008, Maria, de 44 anos, natural de Linhares (ES), parda, casada, funcionária pública, com ensino médio completo, moradora do bairro Itaparica (Vila Velha-ES), relatou o sofrimento que vivia há muitos anos com o marido de 41 anos, natural de São Paulo (SP), branco, casado, músico, com

ensino fundamental incompleto, residente do bairro Jardim Asteca (Vila Velha-ES). Segundo ela, há 9 anos era casada com o autor, com quem tem uma filha de 8 anos, e as agressões eram frequentes, desde a primeira semana de casada. Ele sempre foi muito agressivo, nervoso e ciumento e afirmava que “mulher tem que apanhar”. O marido não permitia que ela expressasse suas opiniões e, quando ela o contrariava, ele a agredia fisicamente. Além disso, as humilhações eram constantes. Ela relatou que diversas vezes ficou com hematomas devido aos maus tratos por parte dele, e que a maioria das agressões era presenciada pela filha. A vítima confessou seu medo de denunciar o marido, pois ele a ameaçava. Depois de mais uma agressão por parte do marido, cuja vítima foi também sua filha, ela resolveu se separar. Ele então passou a ameaçá-la de morte e de sumir com a filha do casal, que está amedrontada e não quer ir para a casa do pai.

Em outro boletim de ocorrência registrado em 2010, Joana, de 27 anos, natural de Duque de Caxias (RJ), parda, solteira, do lar, com ensino fundamental incompleto, moradora do bairro Santo Antônio (Vitória-ES), relatou a agressão por parte de seu amásio de 53 anos, natural de Conselheiro Pena (MG), pardo, viúvo, montador, que reside com ela. Segundo seu relato, eles convivem há 8 anos, têm três filhos (7 anos, 4 anos e 2 anos) e o autor é um bom pai. As brigas e as agressões eram constantes, pois o autor era extremamente ciumento. Há um mês da denúncia, contudo, estavam tendo um bom convívio, mas há uma semana do registro do relato, ele viu um número de um homem registrado no celular da companheira e desferiu-lhe socos na costela. Ela disse que ele a agride sem motivos. Se ele escuta alguém falar o nome dela na rua, por exemplo, já parte para a agressão física. Certo dia, a sobrinha do autor falou para ele que a noticiante estava “se oferecendo” para um homem na praia, a vítima então correu para o quarto enquanto o agressor gritava “eu vou bater na cara dela... hoje ela me paga”. Ele foi embora e ela fugiu para a casa dos pais com medo do autor, que não parava de ligar para ela proferindo ameaças e a acusando de traição.

No boletim registrado em 2003, fica também característica a extensão do poder que o companheiro afetivo procura a todo custo exercer sobre a companheira. Cleuza, de 27 anos, natural de São

Paulo (SP), parda, solteira, manicure, moradora do bairro Tabuazeiro (Vitória-ES), relatou o que passou nas mãos de seu amásio de 30 anos, natural do Espírito Santo, pardo, solteiro, instalador. Segundo seu relato, ela convivia com o autor há 10 anos. Ele tinha um ciúme doentio da companheira, não permitindo até mesmo que ela trabalhasse fora de casa. Ela relatou que o autor sempre foi agressivo e na data do fato tentou enforcá-la com a corrente do cachorro, por não aceitar ser contrariado.

Trabalhar fora, sair com os amigos, ir à praia ou mesmo questionar (contrariar) o companheiro, são condutas “inadequadas” ao papel social feminino e, portanto, passíveis de serem reprimidas pelos companheiros. Ou talvez seja até mesmo imprescindível para esses homens que exerçam um controle muitas vezes violento sobre a conduta feminina, na medida em que a identidade masculina só pode ser plenamente salvaguardada com a precisa normatização da identidade feminina. Na sociedade patriarcal que permanece na contemporaneidade, as identidades de gênero são produzidas como uma oposição binária. As características e os papéis sociais masculinos precisam se opor aos femininos para garantir a ordem social, de maneira a legitimar o uso da violência por parte dos homens.

Dappi/Vitória (ES): um olhar para as mulheres idosas

A violência contra as mulheres idosas, aqui consideradas aquelas que possuem 60 anos ou mais, vem sendo timidamente tratada em pesquisas acadêmicas que trabalham sob a perspectiva de gênero. No âmbito do movimento feminista, Motta (2009) aponta que o fenômeno ainda não recebeu a devida atenção, uma vez que a discussão a respeito da violência de gênero tem se centrado nas mulheres jovens, em período reprodutivo. Dessa forma, ignoram-se as manifestações de violência quando a mulher atinge idade avançada, terminando por contribuir, segundo a autora, para a opressão e o desempoderamento das mulheres mais velhas.

É importante destacar que a violência contra as mulheres idosas, apesar de guardar similaridade com a violência de gênero sofrida pela mulher em outras etapas da vida, apresenta contornos pró-

prios, pois está intimamente ligada não só às relações e desigualdades de gênero, mas também às relações e desigualdades entre as gerações.

Nesse sentido, a contribuição de Motta (2009) se dá no sentido de ver/analisar a violência contra as mulheres idosas considerando a categoria gênero em conjunto com a categoria geração, entendendo as relações entre gerações também como relações de poder, assim como as de raça e de classe social. A geração, segundo essa autora, “representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo” (MOTTA, 2009, p. 9), sendo que muitos conflitos de gerações são conflitos entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes.

Tal conceito é fundamental na análise da violência contra as mulheres idosas, inclusive na cidade de Vitória, pois, diferente da violência sofrida pelas mulheres mais jovens, em geral, de caráter conjugal, a violência contra as primeiras é perpetrada, principalmente, pelas demais gerações consanguíneas, ou seja, filhos e filhas, netos e netas.

Tendo em vista contribuir para uma ampliação do mapeamento da violência contra as mulheres em Vitória, desenvolvido pelo LEG-Ufes, em março 2012 iniciou-se uma pesquisa com os boletins de ocorrência da Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (Dappi), cujo objetivo era perceber o tratamento destinado por aquela instituição às mulheres idosas e as possibilidades de análise a partir de seus boletins de ocorrência. Foi transcrito um total de 719 boletins de ocorrência, referentes ao período de dezembro de 2010 a dezembro de 2012, ou seja, aos dois primeiros anos de criação da referida delegacia. À princípio, esse número pode parecer bastante reduzido, em comparação com as estatísticas produzidas no trabalho com a Deam, entretanto é preciso evidenciar, em primeiro lugar, que a existência da Dappi ainda não é amplamente conhecida pela população capixaba, dada a recente inauguração. O fato de situar-se dentro do prédio da Polícia Civil, sem um espaço próprio que a torne mais visível, também dificulta o acesso à instituição. Ademais, a delegacia atende a um público bastante específico, pessoas a partir dos 60 anos, que em determinados casos possuem debilidades físicas e psíquicas, o que impossibilita sua locomoção até a delegacia. Por tudo isso, acredita-se que esse

número, apesar de significativo, não corresponde à dimensão real do fenômeno da violência contra idosas e idosos, dimensão essa desconhecida tendo em vista a subnotificação dos casos.

Daquele total, 711 boletins estão distribuídos pelos sete municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória, que são Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari e Fundão, sendo que os quatro primeiros lideram em número de registros, representando, respectivamente, 42%, 21%, 18% e 14% dos boletins. A localização da delegacia poderia contar como fator favorável a alta concentração de boletins nestes que são os municípios do entorno, Vila Velha, Cariacica e Serra, mas, em especial, no caso de Vitória, que apresenta o maior número de registros e é o local onde está instalada a instituição. Todavia, admite-se que a explicação para tal fato esteja, sobretudo, no processo de violência que marca a história da capital e justifica a sua escolha como recorte espacial da pesquisa.

Os outros oito boletins registrados durante o período correspondem aos municípios que não fazem parte da jurisdição da Dappi, localizados nas regiões norte e sul do estado, como é o caso de Castelo, Mimoso do Sul, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim, dado que demonstra que há uma demanda por esse tipo de serviço e por novas unidades da Delegacia do Idoso no Espírito Santo.

O enfoque da pesquisa é, portanto, sobre a cidade de Vitória e seus 305 boletins registrados durante o período de dezembro de 2010 até dezembro de 2012, em especial aqueles em que as vítimas são mulheres. Neles as mulheres correspondem a mais de 60% das vítimas, o que se assemelha aos números obtidos em outras pesquisas, como a realizada pela Central Judicial do Idoso do Distrito Federal, segundo a qual a média de vítimas mulheres dentro da população idosa, no período de 2008 a 2012, foi de 63,82% (BRASIL, 2013). Poder-se-ia conjecturar que a sua predominância é uma consequência lógica do processo de feminização da velhice, frequentemente mencionado nos estudos sobre o tema e que se expressa no fato da longevidade feminina ser maior que a masculina. Entretanto, apesar de ser importante elemento na análise, acredita-se que a feminização da velhice não seja suficiente para explicar o fato de que as mulheres sobressaiam também enquanto vítimas nos

boletins de ocorrência da Dappi. A vitimização de mulheres pela violência de gênero é um fenômeno histórico, institucionalizado e legitimado pelo patriarcado e este sistema não age sob critério de idade. O que ocorre é que, antes da criação de delegacias especializadas em atendimento ao(a) idoso(a), tais casos eram invisibilizados, por se diluírem no universo de ocorrências registradas em delegacias comuns ou nas Deams, das quais as denúncias que ganham realce são aquelas em que a vítima é jovem.

Além disso, o fato de comumente se vincular ao feminino uma suposta fragilidade física, afetiva e social faz com que, segundo Motta (2009), a violência de gênero seja exercida, sobretudo sobre as mulheres, especialmente durante a velhice, quando se somam as próprias concepções acerca da idade. É importante acentuar que se acredita ser a construção de uma imagem de fragilidade física e psíquica o que impulsiona a violência contra as mulheres idosas, e não o fato de serem necessariamente frágeis. O processo de envelhecimento é entendido aqui como biológico e cultural, por isso a mulher idosa não sofre violência por ser mais frágil; essa violência é legitimada porque a mulher é considerada mais frágil social e culturalmente. Como já exposto, a violência é um instrumento de reforço da dominação e da posição social dos envolvidos.

As mulheres que figuram como vítimas nos boletins de ocorrência da Dappi transitam por todas as faixas etárias, dos 60 aos 94 anos, mas com uma maior concentração nas primeiras idades da velhice. Evidentemente, na análise desse dado, não se poderia deixar de considerar o fato de que existem mais mulheres idosas nessas faixas etárias em Vitória e de que elas possuem melhores condições de se dirigirem até a delegacia. No que concerne ao estado civil, mais de 38% das mulheres que procuraram pela Dappi durante o período de dezembro de 2010 até dezembro de 2012 são viúvas e 22% são casadas, grupo em que se incluem também as amasiadas. As informações sobre a profissão das vítimas são imprecisas, 32,68% se declararam aposentadas e 12,68%, pensionistas, de modo que não é possível identificar quais as funções que desempenharam antes de adquirir o benefício.

Ao analisar o tipo de vínculo existente entre as vítimas e os(as) autores(as) na cidade de Vitória, observa-se que a violência

contra as mulheres idosas é praticada, predominantemente, em âmbito familiar e doméstico, tanto por filhos e netos, como por cônjuges, genros, noras, sobrinhos e irmãos, o que a aproxima da violência praticada em outras etapas da vida da mulher e corrobora o paradoxo, compartilhado por Nader (2007, p. 9), de que “o lugar que melhor deveria proteger suas mulheres, do ponto de vista das relações de gênero, envolvendo afetividade e segurança, é o que as trata pior”. Por isso, o receio de denunciar ou levar o caso adiante é muito grande, e a coerção sofrida na relação familiar com o autor da violência, o medo do rompimento de vínculos familiares, do abandono e da solidão implicam uma resistência das violências sofridas, contribuindo para a subnotificação. Filho(s), filha(s), neto(s) e neta(s) somados destacam-se como autores em 48 dos 305 casos analisados, cerca de 23%, ocupando o topo da lista, à frente de desconhecidos, cerca de 15%, vizinhos, 13%, e cônjuges e ex-cônjuges, 7%. Em relação à idade, percebe-se uma distribuição relativamente proporcional na faixa etária de 25 a 54 anos, sendo os mais jovens, sobretudo, os netos e netas. Entretanto, há uma parte considerável deles, quase 50%, em que não foi possível identificar o dado. Em 37 das 48 ocorrências em que os(as) filhos(as) são autores(as), identificou-se que os mesmos residiam com a vítima, na residência da vítima. E, em somente seis ocorrências, identificou-se que os(as) autores(as) não residiam com a vítima, sendo que em uma delas o apartamento em que um filho residia era mantido pela vítima. Das outras cinco ocorrências não foi possível extrair essa informação, pois a mesma não constava nem na área onde se identifica o(a) autor(a), nem em outra parte do boletim.

A análise do campo profissão não permite afirmar que o desemprego seja uma realidade de todos os(as) filhos(as) e netos(as) autores(as) da violência, haja vista que menos de 20% dos boletins de ocorrência traziam tal informação. Em nove ocorrências essa informação foi fornecida, em seis delas o(a) autor(a) foi declarado(a) como desempregado(a); nas outras três: um empresário, uma pensionista e uma secretária. Todavia, ao levar em consideração que a maior parte dos autores reside com a vítima, na propriedade da vítima, conjectura-se que haja uma relação de dependência e que esta exerça papel importante na situação de violência.

Conforme Luz e Peixoto (2007), entre as várias razões que levam os filhos a retornarem à casa dos pais, duas são mais determinantes, o desemprego e o divórcio. E, desempregados, esses filhos passam a depender economicamente dos pais, o que representa para muitos uma inversão na ordem das ajudas, já que, durante a velhice, os primeiros deveriam cuidar dos últimos e isso gera constrangimentos desagradáveis. E esse fenômeno de dependência dos filhos em relação aos pais idosos tende a se intensificar, na medida em que, na contemporaneidade, a ideia de uma pauperização da velhice passa a ser revista, pois se constata maiores prejuízos econômicos para as camadas jovens. Como afirma Ferrigno (2009), o Benefício de Prestação Continuada, que consiste na garantia de um salário mínimo às pessoas com de 65 anos que não tenham direito à aposentadoria, tem colocado os idosos, cada vez mais, na condição de provedores das famílias. Somam-se aí as dificuldades relativas à obtenção de emprego e o subdesemprego que atinge a população mais jovem, fazendo com que dependam do suporte financeiro dos pais e avós.

Tais mudanças afetaram, especialmente, a condição de vida das mulheres idosas. Segundo Camarano (2003), durante os anos de 1980 a 2000, o percentual de mulheres idosas sem rendimentos foi reduzido para menos da metade, passando de 42,2% para 18,4%. Além disso, aumentou a proporção de mulheres que recebiam benefícios da Seguridade Social de 39,5% para 76%. Como resultado, assistiu-se ao aumento no número de mulheres idosas chefes de família e à redução daquelas que vivem na casa de filhos e/ou outros parentes, apontando também para uma redução da dependência econômica em relação aos familiares.

Tomando como referência que os autores são, predominantemente, do sexo masculino, poder-se-ia sugerir que a violência familiar contra mulheres idosas seria também uma expressão da não concretização dos papéis sociais masculinos, cujo fundamento é a tríade trabalho, virilidade e violência (NOLASCO, 1995), ou mesmo um recurso para que os filhos e netos homens mantenham o poder masculino sobre as mães/avós.

Nesse sentido, a reação frente à situação de dependência dos(as) filhos(as) e netos(as) para com mãe e avó idosa se expressa através não somente da violência física e psicológica, como também

da violência econômica ou financeira e, ainda, a partir da violência contra o patrimônio da vítima. Exemplo disso é o boletim registrado em 2012 pela senhora Francisca, de 81 anos, viúva, em que a mesma denunciava os dois filhos, usuários de drogas, que com ela residiam em Tabuazeiro, assim relatando:

[...] vem sendo incomodada no seu sossego pelos seus 02 filhos, que brigam dentro de casa constantemente, chegando a quebrar móveis dentro da casa da vítima. Que os seus filhos são usuários de Craque [sic], cocaína e cachaça. Que os seus filhos pressionam a vítima para lhes dar dinheiro e que se não der o dinheiro eles quebram as coisas dentro de casa. Que nunca agrediram e nem ameaçaram a vítima. É o que tem a noticiar.

É interessante notar, nesse caso, que o ato de quebrar os móveis de sua propriedade e pressioná-la para conseguir dinheiro não parece ser considerado pela vítima como uma forma de agressão e ameaça. Por outro lado, em seus relatos, é comum que essas mulheres declarem que as palavras ofensivas e os xingamentos proferidos pelos(as) filhos(as) e netos(as) atingem a sua honra, sendo que a maioria desses está relacionada a uma suposta debilidade psíquica dessas mulheres, ao fato de não desempenharem adequadamente as funções relativas ao cuidado com a casa, a comida e os filhos, sendo chamadas de “velhas”, “caducas” e péssimas mães e cozinheiras.

É o caso da senhora Helena, de 65 anos, divorciada, pensionista, que reside com o filho de 34 anos no bairro Goiabeiras. Usuário de drogas e álcool, o mesmo a agride, xinga com palavras de baixo calão, além disso,

quando a mãe chama-o de filho, o autor diz “quem mandou a senhora me botar no mundo, estou sofrendo”; que quando a mãe chama para almoçar ou jantar, ele não vai, dizendo que a comida parece uma “lavagem”, que só quer o dinheiro para comprar marmitex; que quando está embriagado quebra as coisas de dentro de casa.

Igualmente interessante é o caso da senhora Rosa, de 62 anos, casada, diarista, morada de Itararé, que compareceu à Dappi para registrar uma ocorrência contra o esposo, de 66 anos, e os filhos, de 36 e 38 anos, todos residentes no mesmo endereço que a

vítima. Rosa declara que

seu esposo era usuário de bebida alcóolica, neste período a vítima sofreu maus tratos por parte do esposo. Devido o desgasto [sic] do relacionamento de 42 anos, o casal está em processo de separação, os filhos acima citados não desejam que os pais se separem e agridem a mãe verbalmente, proferindo palavras de baixo calão.

O “histórico do fato” demonstra, em primeiro lugar, que a mulher enfrenta um processo de violência, que começa no casamento e se estende com o nascimento da prole, atravessando diferentes idades da vida. Além disso, o casamento continua fazendo parte da identidade da mulher, não sendo aceitável, em determinados contextos, que a mesma tome a iniciativa pelo seu rompimento, ainda que sob uma situação de violência. Ao mesmo tempo, a violência se configura enquanto ferramenta de controle sobre o comportamento da mulher, ainda na velhice, pois é dessa forma que os filhos expressam seu descontentamento com a separação dos pais.

Elemento presente nos três relatos anteriormente mencionados e igualmente recorrente na fala das autoridades policiais e da sociedade veiculada à mídia local, o consumo de álcool e outras drogas é geralmente apontado como a explicação para os índices de violência em Vitória, o que não é diferente quando se trata da violência contra mulheres idosas. Contudo, reafirma-se que, apesar de aquelas substâncias desempenharem papel importante, tal importância é condicionada à existência de fatores individuais, sociais e culturais, ou seja, o seu uso pode instigar ou não a violência, mas não consegue explicá-la. Isso posto, acredita-se que a violência praticada por filhos(as) e netos(as) contra suas mães e avós idosas tem como motivação as desigualdades de gênero e de geração, além das imagens e significações que se produz sobre a velhice na história.

Considerações finais

A análise dos boletins de ocorrência demonstrou que dados indispensáveis, como os que caracterizam as vítimas e os autores, foram omitidos, o que se tornou uma dificuldade para a pesquisa, que

entre os seus objetivos pretendia traçar um perfil sociodemográfico dos envolvidos. Conjectura-se que a ausência de dados que caracterizam a vítima e, especialmente, os(as) autores(as) seja resultado de uma dinâmica complexa que envolve tanto a negligência e o despreparo dos(as) profissionais designados para essas delegacias, dos quais se espera um tratamento especializado, como da descrença em relação ao desdobramento das denúncias, haja vista que um número reduzido delas dá origem a inquéritos policiais. Tal realidade pode ser explicada pela ineficiência da lei em reprimir casos de abusos contra idosos e contra as mulheres de maneira geral, e pelo desejo das vítimas e/ou noticiantes de não levar o caso adiante.

É importante ressaltar que os relatos dados pelas vítimas foram escritos pelas escrivãs da Deam/Vitória e pelos(as) investigadores(as) da Dappi/Vitória. Trata-se de uma narrativa eminentemente policial. As palavras das mulheres vítimas de violência passaram pelo filtro dos policiais das delegacias, responsáveis por redigir os relatos. O “relato”, como chamado na Deam/Vitória, e o “histórico do fato”, como mencionado na Dappi, correspondem a um resumo da declaração da(o) noticiante e/ou vítima, nas palavras das escrivãs e dos(as) investigadores(as), com a inserção de alguns trechos da fala da vítima. Dessa forma, de acordo com Jesus (2009), o discurso policial nos boletins de ocorrência apresenta uma natureza heterogênea, uma vez que se mistura a voz do responsável pela redação do boletim, no caso da Dappi, do investigador de polícia, e da Deam, das escrivãs, com a voz de quem denuncia os fatos ocorridos.

Não obstante, apesar das limitações, ao analisar os relatos observa-se que eles não somente possuem um formato semelhante, como também existem elementos recorrentes na argumentação e que compõem um cenário de possíveis motivações para a violência. Entre os motivos apresentados pelas vítimas, para aqueles com quem elas tinham uma relação íntima afetiva ou familiar terem cometido a violência, notou-se que muitas estavam relacionadas, entre outros fatores: ao sentimento de posse e domínio que os agressores acreditavam ter sobre as vítimas, ao questionamento por parte delas acerca do trabalho e da virilidade sexual masculina, ao fato de as vítimas serem as provedoras econômicas do lar, bem como à dependência financeira de filhos(as) e netos(as). São aspectos relacionados à normatiza-

ção das identidades de gênero em conformidade aos imperativos da sociedade patriarcal que parecem ser o denominador comum desses motivos percebidos nos relatos constantes nas denúncias.

Assim, os relatos dados pelas vítimas na Deam/Vitória e na Dappi/Vitória sobre a situação de violência que vivenciaram demonstram bem a permanência dos padrões identitários de gênero construídos pela sociedade patriarcal. Também permitem visualizar de que maneira a cultura patriarcal atua como causadora e legitimadora da violência de gênero. Elementos componentes do sistema patriarcal, como a necessidade de defesa da honra e da virilidade masculinas, a não aceitação de novos papéis sociais de gênero e o comprometimento com a função de provedores da família por parte dos homens agressores foram frequentemente relatados pelas vítimas como motivadores para os atos agressivos cometidos contra elas. Fica evidente, portanto, uma dinâmica de internalização dos padrões identitários de gênero manifesta nas atitudes de agressividade masculina com as mulheres, suas companheiras afetivas e familiares.

Isso posto, cabe observar que, apesar dos avanços institucionais e legislativos, é preciso atentar para os aspectos mais subjetivos e internalizados que fazem parte da dinâmica da violência de gênero e estão no âmbito dos costumes e da cultura da sociedade brasileira. Hoje a violência de gênero viola os direitos humanos das mulheres jovens e idosas e são passíveis de punições. Mas ainda é necessário que a população brasileira entenda o que é gênero e violência de gênero para dar conta da compreensão mais ampla do que vem a ser os direitos humanos das mulheres e sua violação. Tal processo constitui um aspecto fundamental no enfrentamento à violência contra as mulheres, não somente para coibir os agressores, como também para conscientizar as vítimas e os agressores em potencial.

Referências

- AZZI, R. Famílias e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In: RIBEIRO, I. *Sociedade brasileira contemporânea*. Famílias e valores. São Paulo: Loyola, 1987. p. 85-120.
- BADINTER, E. *XY: sobre a identidade masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2014.
- BRASIL. *O mapa da violência contra a pessoa idosa no Distrito Federal*. Tribunal

de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Elaborado pela Central Judicial do Idoso. Brasília: MPDFT, 2013. Disponível em: <www.tjdft.jus.br>. Acesso em: 15 jan. 2015.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HEFEZ, S. *Homens no divã*. São Paulo: Bencirá, 2013.

JESUS, S. N. de. Discurso policial: a subjetividade em boletins de ocorrência. SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO – SEAD, IV., Porto Alegre, 2009. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead4.html>. Acesso em: 28 nov. 2014.

LINDOSO, M. B. de A. A violência praticada contra a mulher idosa e os direitos humanos. In: DIREITOS Humanos no cotidiano jurídico. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 2004. p. 71-101. (Série Estudos, n. 14). Disponível em: <www.pge.sp.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2013.

LUZ, G. M; PEIXOTO, C. E. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. *Cadernos Pagu*, n. 29, p. 171-191, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000200008>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2001.

MINAYO C. S. Complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cadernos de Saúde Pública*, 1998.

MOTTA, A. B. *Violência contra mulheres idosas*: questão feminista ou de gênero? Preparado para apresentação no Congresso de 2009 da Lasa (Associação de Estudos Latino-Americanos). Rio de Janeiro, jun. 2009. Disponível em: <www.interativadesignba.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2013.

NADER, M. B. A condição masculina na sociedade. *Dimensões*: Revista de História da Ufes, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002.

NADER, M. B. *Paradoxos do progresso*: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: Edufes, 2013.

NADER, M. B. Violência sutil contra a mulher: manifestações históricas. In: NADER, M. B.; LIMA, L. L. da G. (Org.). *Família, mulher e violência*. Vitória: PPGHIS, 2007. p. 9-17.

NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SCOTT, J. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 11-27, 1994.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015*: homicídios de mulheres no Brasil. [S.L.]: Cebela, 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2016.



Ato contra a criminalização dos movimentos sociais, a PL4330 e pelo fim do pedágio, agosto de 2013.

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA VERDADE JURÍDICA NOS PROCESSOS DE DEFLORAMENTO E ESTUPRO NA COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (1890-1930)

*Lana Lage
Mariana Lima Winter*

Introdução

Através deste estudo, buscamos analisar o discurso encontrado nos autos criminais de defloramento e estupro do período de 1890 a 1930, tanto dos operadores da justiça quanto dos sujeitos envolvidos no processo, procurando compreender como as representações sociais de gênero interferem na construção da verdade jurídica.

No mundo ocidental, as representações de gênero tiveram origem, em grande parte, dentro dos quadros do pensamento cristão. A teologia moral, elaborada pela patrística, reinterpretou alguns modelos da Antiguidade Clássica, construindo uma moralidade em permanente conflito entre a recusa ao prazer sexual e a legitimação do sexo voltado para a procriação, no âmbito do casamento monogâmico e indissolúvel, que o IV Concílio de Latrão torna sacramento no século XIII. Embora essa moral deva ser seguida por todos, homens e mulheres, e embora a castidade e a abstinência sejam recomendadas para ambos, percebem-se diferenças nas recomendações, evidenciando a construção de um modelo ideal de identidade feminina, que tem como principal referência o controle da sexualidade, modelo expresso através de dois poderosos símbolos: Eva e Maria (LIMA, 1990).

Essa moral é reafirmada no século XVI pelo Concílio de Trento e se reflete em textos posteriores, escritos por moralistas leigos, como a *Carta de guia de casados*, de Francisco Manoel de Mello, do século XVII, ou os *Discursos políticos morais*, de Joaquim José de Souza Nunes, do século XVIII. Ambas as obras, ao apresentarem o modelo ideal de esposa, enfatizam a necessidade de que, ainda que seja feia ou pobre, não deixe de ser virtuosa, honesta e honrada, noções referidas à sua postura diante do sexo. Os dois símbolos em que se ancora esse modelo dicotômico construído pelo cristianismo – Maria ou Eva, santa ou pecadora – têm servido, até hoje, para classificar as mulheres reais, fazendo-as oscilar entre esses dois extremos. O recato, o pudor, a modéstia, a honestidade, a honra, a virtude, a pureza garantem às primeiras consideração e respeito, enquanto às segundas, marcadas pela lascívia, pelo despudor, pelo vício, restam a degradação e o desprezo (LIMA, 1986).

Trazido da Europa para o Brasil com a colonização europeia, esse pensamento tem servido, ainda hoje, para justificar a violência cometida contra as mulheres, sobretudo nos casos de agressão sexual, mas também a violência conjugal e, mesmo, assassinatos cometidos em nome da honra masculina, pois, em nossa cultura, a honestidade de uma mulher continua a ser medida pelo modo como exerce sua sexualidade. Essa moral construída pelo discurso religioso (RANKE-HEINEMANN, 1996) perpassou o discurso médico (ENGELS, 1999) e jurídico (LIMA; NADER, 2012), com reflexos que, atualmente, ainda podem ser encontrados.

Uma breve apreciação de alguns artigos das leis penais brasileiras já indica essa relação. Quando examinamos os códigos criminais do Brasil, no que se refere a crimes de natureza sexual, cometidos contra a mulher, a vinculação entre direitos e conduta sexual adequada se evidencia.

O Código Criminal do Império do Brasil, de 1830, punia quem deflorasse mulher virgem menor de 17 anos ou seduzisse “mulher honesta” menor de 17 anos (Art. 219 e 224) e quem tivesse “cópula carnal por meio de violência ou ameaça com qualquer “mulher honesta” (Art. 222). Mas, se a violentada fosse prostituta, a pena era diminuída. O Código Penal de 1890 e a Consolidação das Leis Penais de 1932 também puniam quem estuprasse mulher vir-

gem ou não, “mas honesta”, reduzindo a pena no caso de a estuprada ser mulher pública ou prostituta.

Apenas em fins de 2003, o Código Penal atual (Decreto lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940) livrou-se dessa herança. Pois até então, embora não diminuísse a pena para o crime de estupro caso a vítima fosse prostituta, definia “posse sexual mediante fraude” como “ter conjunção carnal com mulher honesta mediante fraude” (Art. 215), e definia “atentado ao pudor mediante fraude” como “induzir mulher honesta mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal” (Art. 216).

Em 25 de dezembro de 2003, como parte das comemorações do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, finalmente a expressão “mulher honesta” foi retirada dos códigos criminal e civil. Nesse último, servia, inclusive, para autorizar pais de família a deserdarem as filhas que apresentassem comportamento tido como desonesto (LIMA, 2004, p. 24).

Defloramento e estupro no Código Penal republicano

No Código 1890, o defloramento, como tipo penal, se caracterizava pelo uso da sedução, fraude ou engano para consumir cópula carnal. Já o estupro, pelo abuso sexual do homem contra a mulher, sendo ela virgem ou não, através da violência. Salientamos que só a partir do Decreto nº 847/1890 o estupro passou a ser tipificado no Brasil separadamente do defloramento.

O Código abordava os crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor em seu Título VIII. O artigo 267 trata do defloramento de mulher menor de idade, com recurso à sedução, engano ou fraude. A pena, nesse caso, é de prisão de um a quatro anos. Somente no Brasil utilizou-se o termo defloramento na legislação, salientando, dessa maneira, o elemento material do crime. Caulfield (2000) destaca que, em 1924, para o jurista Galdino Siqueira, a escolha do termo defloramento foi feita pela intuição popular e não por princípios jurídicos.

No seu artigo 268, o Código de 1890 determina para o estupro de mulher, sendo esta virgem ou não, mas honesta, a pena de

prisão de um a seis anos. No parágrafo 1º desse mesmo artigo consta a diminuição da pena para seis meses a dois anos caso a vítima fosse mulher pública ou prostituta. Já o parágrafo 2º ressalta que, se duas ou mais pessoas tiverem praticado o crime em consenso, a pena seria agravada e elevada da quarta parte. No artigo 269, denomina-se estupro “o acto pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não”. Por violência entende-se não só o emprego da força física, mas também o meio que priva a mulher de suas faculdades físicas e, portanto, da possibilidade de resistir ou defender-se, tais como uso de hipnotismo, clorofórmio, anestésicos e narcóticos.

Como já foi ressaltado, o Código de 1890 associava a honestidade da mulher à sua conduta sexual, com base em uma moral sexual dupla, repressiva para as mulheres e permissiva para os homens. A mulher, mesmo sendo a vítima, era culpabilizada caso o seu comportamento não se encontrasse dentro do padrão das “mulheres honestas”. O termo “desonesta” era dado à mulher que não fazia jus ao respeito da sociedade, por ter perdido a virgindade fora do casamento, enquanto as que se restringiam ao sexo matrimonial e mantinham um comportamento que evidenciava recato e pudor eram as consideradas “honestas” (LIMA; NADER, 2012).

As fontes

No Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, encontram-se vários processos-crimes referentes a defloração e estupro, cujo conteúdo ajuda a desvendar as formas como as representações de gênero interferem na construção de verdade jurídica, com consequências para o modo como esses conflitos são administrados pelas autoridades judiciais. O pensamento dos operadores da justiça, bem como o das partes envolvidas no processo, sobre a natureza desses crimes e sua punição está contido em petições, contestações e sentenças. Nas falas registradas nos autos, podem-se perceber diferentes representações sobre as mulheres e a sexualidade feminina.

Encontramos 130 processos, datados entre 1890 a 1930, em meio à documentação recolhida no Fórum pelo Arquivo Muni-

principal de Campos dos Goytacazes. O marco cronológico inicial foi o ano de 1890, em razão da promulgação do Código Penal da República, através do Decreto 847/1890, quando surge formalmente a separação entre estupro e defloramento, e o recorte final foi 1930, por ser o ano que marca o surgimento de um novo código penal. Da documentação levantada, foram analisados 40 processos.

Nos registros de processos-crimes de defloramento e estupro presentes na Comarca de Campos, a primeira parte do processo judicial constitui-se da notícia-crime ou infração penal, que é feita pelas autoridades policiais na Delegacia de Polícia. A denunciante ou o seu representante legal fazia a queixa e o delegado lavrava um auto de petição para iniciar a etapa seguinte. A segunda etapa é chamada etapa inquisitiva, em que o delegado instaurava o inquérito policial, iniciando as investigações sobre o fato para encontrar provas ou indícios de que havia mesmo ocorrido estupro ou defloramento.

O *auto de corpo de delito* constitui prova necessária para comprovar a existência da cópula carnal. O exame, que é feito por médicos legistas (sempre mais de um perito), objetiva constatar a existência ou não do hímen, entre outras características que buscam elucidar a ocorrência. O médico-legista deve responder às seguintes questões: houve defloramento? Qual o meio empregado? Houve cópula carnal? Houve violência para fins libidinosos? Quais são elas? E por último, o defloramento é de data recente? Esse relatório detalhado feito pelos peritos constava nos autos processuais, caso o defloramento fosse comprovado. Era necessário enquadrar o delito, caso comprovado, no artigo 267 (defloramento) ou no artigo 268 (estupro) do Código Penal. Além disso, a data do defloramento também influía no julgamento, uma vez que, sendo de data anterior ao dia relatado pela vítima, muitos juristas suspeitavam que o ato poderia não ter sido praticado pelo denunciado.

Precisava-se atestar também a idade da vítima, através da certidão de nascimento. Algumas vezes, o certificado de batismo substituíu este documento, pois algumas mulheres não tinham a certidão. Através desse documento a definição do delito é feita. Ainda que não haja cópula carnal e haja o consentimento da denunciante, no caso das vítimas menores de 16 anos o crime seria automaticamente configurado como estupro e não defloramento.

Quando era o caso, o *atestado de miserabilidade* era exigido para comprovar que a vítima não tinha meios financeiros para dar entrada ao processo através de um advogado e, portanto, precisa da intervenção do Ministério Público, através do Promotor Público³⁰. No *auto de declarações* era registrada a inquirição da vítima, que respondia seu nome, nacionalidade, estado civil, idade, profissão e endereço. Após isso, ela relatava o que, como e onde os fatos se sucederam.

Depois de todas as provas e depoimentos colhidos na Delegacia de Polícia e tendo atendido a todos os requisitos necessários, havia a instauração do *processo-crime*, através do Ministério Público que fazia uma formalização da sua queixa ao Poder Judiciário, para que, a partir desse momento, o processo-crime existisse e fosse dado início à ação penal. Era necessário provar para o juiz que havia indícios suficientes contra o acusado e, ainda que não fosse comprovado o crime, a investigação era necessária. Havia processos, como foi possível constatar na pesquisa, que eram arquivados quando uma dessas etapas não era atendida. A essa fase do processo dá-se o nome de *pronúncia*.

Feito isso, o juiz emitia o *termo de afirmação* da denúncia, incluído nos autos processuais, em que constavam todos os depoimentos colhidos. O réu era chamado a depor e a essa etapa do processo denominava-se *auto de qualificação*. As testemunhas referenciadas durante os pronunciamentos iniciais eram convocadas através do *mandato de citação das testemunhas*. Os depoimentos das testemunhas serviam também para avaliar o comportamento da ofendida, que, como veremos, se torna um elemento importante para a aferição da culpa dos acusado.

Inicia-se, então, a atuação dos advogados de defesa, sendo enviados ao juiz uma procuração para que possam representar os seus clientes e o *pedido de impronúncia* do denunciado, baseado no que consta nos autos e no parecer do promotor público.

No fim da instrução processual, eram feitas as últimas diligências, podendo o juiz chamar novamente as partes envolvidas para depor. Na verdade, a todo momento ele poderia expedir mais

³⁰ Os processos envolvendo crimes de defloração e estupro da Comarca de Campos foram oriundos da justiça gratuita, sendo as denúncias feitas pelo Ministério Público.

mandatos de citação, chamando tanto a denunciante como os réus ou as testemunhas para que dessem novos depoimentos, a fim de chegar a uma conclusão sobre o processo.

Feitas as alegações finais, com a *vista do promotor*, que emitia seu parecer sobre os fatos sucedidos até aquele momento, o juiz dava a sentença e, por fim, ocorria a execução da sentença. O réu tinha direito à contestação, no *laudo de auxílio* ao acusado. Após isso, os juízes emitiam o parecer sobre as provas ou indícios e se estes realmente existiram. No caso do defloramento, apontavam também se existiam razões para a ofendida confiar que haveria casamento após a cópula carnal. Dos 40 processos analisados nesta pesquisa, a maioria teve duração de até um ano.

Abordagem teórica

É importante definir o que entendemos por discurso e, sobretudo, por discurso no âmbito do judiciário, pois através dele, tal como enunciado nos textos processuais, é que procuramos captar como as representações de gênero interferem na construção de verdade jurídica. Foucault aponta que o discurso está associado às práticas de poder. Em toda sociedade há um controle sobre o discurso, que é alvo de interdições que se apresentam através de três formas: “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 2000, p. 9). E essas interdições se reforçam entre si. Dessa forma, o discurso

não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar (FOUCAULT, 2000, p. 10).

Foucault propõe que a relação entre o que é verdadeiro ou falso, no interior do discurso, ampara-se institucionalmente. Além de ser reforçada pelos livros, laboratórios, práticas pedagógicas, também é conduzida através da forma pela qual o “saber é aplicado

em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído”, exercendo sobre outros discursos uma coerção (2000, p. 17).

Existem alguns procedimentos usados para controlar os discursos, estabelecendo as condições do seu funcionamento para que haja uma seletividade sobre aqueles que o vão proferir: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (2000, p. 35). Os discursos judiciais pressupõem a existência de um ritual no qual são pré-estabelecidos os papéis e as particularidades dos sujeitos que falam. Assim, impõe-se a estes “a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles que os dirigem, os limites de seu valor e de coerção” (2000, p. 37).

As doutrinas (sejam elas religiosas, políticas, filosóficas) proporcionam a difusão dos discursos e é através delas que os indivíduos têm a noção de pertencimento a um conjunto de discursos que se reconhecem entre si. Ao ligar os sujeitos a um determinado tipo de enunciado, excluem-se os outros (2000, p. 41). Assim, a análise de discurso deve ultrapassar seus aspectos puramente linguísticos para considerar o discurso não apenas como um conjunto de fatos linguísticos ordenados por regras sintáticas, mas como um conjunto de jogos estratégicos que integram as práticas sociais.

No mundo ocidental, o inquérito é um modo de produzir verdades:

Foi para saber exatamente quem fez o quê, em que condições e em que momento, que o Ocidente elaborou complexas técnicas de inquérito que puderam, em seguida, ser utilizadas na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica (FOUCAULT, 2003, p. 12).

O inquérito é uma forma de saber, resultado da soma de um tipo de poder e de um conjunto de conhecimentos, é um meio de autenticação da verdade e, portanto, uma forma do saber-poder.

Foucault denomina a sociedade contemporânea de sociedade disciplinar. A formação dela se deu no final do século XVIII e início do XIX, com o surgimento da reforma e da nova organização do sistema judiciário e penal no mundo, ainda que apresentem distintas formas dependendo do país. Foucault chama a atenção para

o fato de que a “aplicação rigorosa da lei, tal como se acha no Código, pode ser modificada por determinação do juiz ou do júri e em função do indivíduo em julgamento” (2003, p. 86). Dessa forma, o discurso jurídico apropriado pelos operadores da justiça é constituído por jogos de poder pelos quais a verdade social é estabelecida. O Poder Judiciário, enquanto campo de saber, utiliza o discurso para legitimar as formas como esse poder será exercido, ao se apropriar desse discurso.

Como forma de saber, o inquérito une poder e conhecimento, como afirma Foucault:

o inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder (2003, p.79).

Dessa forma, para Michel Foucault (2003) as práticas judiciárias constituem uma forma pela qual a sociedade ocidental definiu formas de saber e a relação entre o homem e a verdade.

A partir dessa compreensão do discurso jurídico, utilizamos dois conceitos-chave para interpretar os textos dos processos-crimes examinados: gênero e representação social. O conceito de gênero foi criado nos anos 70, objetivando inserir as desigualdades entre homens e mulheres no campo da cultura e da história, constituindo um avanço na luta pela emancipação feminina. O conceito de gênero foi utilizado pelo movimento feminista norte-americano para rejeitar o determinismo biológico, usado para justificar as diferenças sociais e de poder que existem entre homens e mulheres. Scott (1990) aponta que a concepção de gênero foi desenvolvida como elemento inserido nas relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos, conferindo significado às relações de poder.

A partir do conceito de gênero, apreende-se que, para além da dimensão biológica, as relações sociais são baseadas em representações concernentes ao comportamento masculino e feminino, podendo ter diferentes significados, dependendo do contexto histórico, do local e da cultura. Scott destaca quatro elementos, que se articulam

para construir as relações de gênero, entendidas como relações de poder: símbolos (Eva, Maria, Lilith); conceitos normativos (doutrinas religiosas, educativas, políticas); relações sociais (de parentesco, econômicas, políticas) e identidades subjetivas (1990, p. 14-16).

Bourdieu observa que a diferença anatômica entre os órgãos sexuais masculino e feminino, ou seja, a diferença biológica entre o corpo masculino e o feminino, é vista como “justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho” (2003, p. 20). Ou seja, as relações de gênero não devem ser concebidas como naturais e imutáveis, embora muitas mulheres internalizem sua situação de submissão ao poder masculino, o que deve ser compreendidos no bojo das relações sociais construídas historicamente, mas que podem ser ressignificadas. O corpo, e também o seu simbolismo socialmente atribuído não é totalmente determinado pela sua significação sexual, mas também não é ignorado. Desse modo, é a visão social que se torna a causa para o princípio da diferença anatômica. Como Bourdieu observou, as relações de dominação são divisões ao mesmo tempo subjetivas e objetivas, sendo a primeira organizadora das percepções da segunda.

A utilização do conceito de representação social também auxilia na compreensão dos discursos presentes no sistema. Roger Chartier chama a atenção para o fato de que as representações, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de grupos que as forjam” (1990, p. 17). Portanto, as percepções do social não são discursos neutros, orientam práticas e impõem a autoridade de alguns grupos sobre outros. Traduzem, assim, as posições e interesses dos atores sociais objetivamente confrontados (1990, p. 19). Por isso, o conceito de representação social é fundamental na abordagem de gênero, pois os estudos sobre representações perpassam o campo das concorrências relacionadas ao poder e à dominação social. Como afirma Chartier:

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (1990, p. 17).

Representações de gênero nos processos-crimes da Comarca de Campos dos Goytacazes

No Direito Penal, um mesmo delito pode ser julgado de forma desigual dependendo do autor do crime. As regras, ainda que sejam codificadas de forma generalizada, são aplicadas pelas instituições responsáveis pela administração de conflitos de maneira diversa. O sistema de justiça brasileiro é consequência de uma ciência normativa, tendo em vista o controle da sociedade através de formulações legais, feitas por especialistas. As leis brasileiras, na medida em que privilegiam e abrem exceções no sistema criminal, propiciam a hierarquização e institucionalização entre os indivíduos (LIMA, 1999, p. 30).

Segundo Mendes (2012), a figura jurídica do “livre convencimento motivado do juiz”, pautada no modelo inquisitorial de justiça e prevista no Direito, apesar de visar a busca da “verdade real” como fundamento das decisões judiciais, permite que essas sejam influenciadas por critérios subjetivos (MENDES, 2012, p. 478).

O grande arbítrio concedido ao juiz no seu julgamento abre espaço, assim, para que as representações sociais de gênero influenciem sobremaneira os julgamentos dos atos de violência sexual contra mulheres, que são legitimados culturalmente pelo modelo patriarcal da sociedade brasileira, ainda que estejam tipificados como crimes na legislação (LIMA, 2006, p. 200), o que dificulta sua punição na forma da lei.

Por outro lado, como aponta Corrêa (1983), a razão de os delitos irem a julgamento é muitas vezes o rompimento das normas do papel social do homem e da mulher, referentes aos valores dominantes na sociedade, por aqueles envolvidos nos crimes. Há uma preocupação da justiça em proteger o casamento, a família e a manutenção dos papéis sociais pré-estabelecidos. Os valores morais dominantes são também norteadores do julgamento, tanto do acusado quanto da vítima, na medida em que eles são confrontados e reafirmados durante o processo. Assim, dependendo de sua conduta pregressa, a mulher vitimada por uma agressão sexual pode ser considerada culpada por ter sofrido essa agressão, motivada por seu comportamento desviante.

Como aponta Pedro (1992), a moral das mulheres garantia a honra de toda a família. Nesse quadro, o hímen era mais do que um detalhe anatômico, materializava a honestidade feminina. Era dever da mulher mantê-lo intacto até o casamento, e nenhum homem desejava casar com uma mulher que já não fosse mais virgem (FAUSTO, 1984), com exceção óbvia para as viúvas, que, no entanto, deveriam se manter castas até o novo matrimônio.

Nesse contexto, a boa moral atribuída ou não pelo juiz à ofendida tem papel fundamental no julgamento. Se o comportamento dela fosse contra as normas da moral e dos bons costumes vigentes, o fato poderia não ser considerado objeto de intervenção legal. No caso do defloramento, o fato de existirem ou não razões para a ofendida confiar que haveria casamento após a cópula carnal também influencia o julgamento e a sentença final. Se a defesa do réu fosse eficiente para provar, com ajuda de testemunhas, que o comportamento da ofendida era “desqualificado”, o juiz poderia optar por uma sentença absolutória. Assim, as representações de gênero são fundamentais, constituindo um dos elementos que vão construir o fato como verdade jurídica, que pode coincidir ou não com o que de fato aconteceu.

Como Nader (1997) observou, eram esperados e construídos determinados papéis sociais para homens e mulheres. O casamento era uma obrigação fundamental da mulher, que deveria dedicar-se totalmente ao seu marido. Ele era o seu senhor e dono legítimo, podendo inclusive castigá-la por qualquer ato que fosse considerado errado à época. A função principal da mulher era a de reprodução, sendo dependente financeiramente do seu pai e, após o casamento, do seu marido. Dessa forma, ela tinha apenas duas escolhas: casar-se ou entrar para um convento. O papel desempenhado por elas

era austero, exaltando as virtudes de uma vida recatada e submissa, a sua educação possuía os requisitos básicos para submetê-las ao poder masculino, condicionando-as a aceitar a completa supremacia do homem sobre o grupo familiar e mesmo sobre a sociedade, domesticando-as para passar do domínio do pai para o domínio do marido (NADER, 1997, p. 73).

Na sociedade patriarcal, a prática sexual era tida como natural aos homens, enquanto que para as mulheres o sexo só poderia ser destinado à procriação e praticado dentro do casamento. A dominação masculina era legitimada pelo direito que o homem tinha sobre o corpo da mulher. Para Foucault, basta que haja

comedimento pessoal e respeito aos costumes, às leis e aos direitos dos outros para um homem solteiro poder obter seu prazer como o quiser; e seria bem difícil [...] impor-lhe abstenção absoluta desse prazer enquanto não contrair um casamento (1997, p. 36).

A honestidade sexual das mulheres era debatida em todas as esferas institucionais. Dessa forma, existia uma maneira de legitimar a dominação masculina, uma vez que era dada às mulheres a responsabilidade de manutenção da ordem social, por serem consideradas a base da família e as educadoras dos seus filhos (FOUCAULT, 1997).

Nesse contexto, os especialistas da medicina legal realizaram um amplo debate sobre o hímem. Caulfield sinaliza que, no fim do século XIX, os médicos-legistas já apontavam que a constatação médica do defloramento “era imperfeita, dadas a existência comprovada do ‘hímen complacente’ e a possibilidade, embora rara, da ruptura da membrana por outros meios que não a relação sexual” (2000, p. 75). Surgiu, dessa forma, a demanda de grande parte dos juristas, que pediam a troca do termo defloramento por sedução. A mulher, para a maioria dos juristas do início do século XX, era qualificada como honesta nos inquéritos caso fosse provada a promessa de casamento. Caso contrário, dificilmente a conclusão do processo seria benéfica à denunciante. Ainda que ela não fosse prostituta, caso tivesse relações fora do casamento, era considerada como uma “prostituta clandestina” (CAULFIEL, 2000, p. 79). A maioria dos juízes concordava que o acusado deveria ter o perdão judicial caso viesse a se casar com a vítima. O livre-arbítrio no casamento, na opinião desses operadores da justiça, não era comprometido ao dar somente estas duas opções para o réu, caso provada sua culpa: casar com a vítima ou ser preso. O casamento extinguiu a punição, já que “eliminava a necessidade de punição porque reparava os danos causados à mulher, à sua família e à sociedade” (2000, p. 82).

Durante os processos, alguns doutrinadores são citados para legitimar os argumentos a favor da condenação ou da absolvição do réu. Crysolito Gusmão, autor do livro *Dos crimes sexuais*, é um dos autores frequentemente citado pelos juízes para embasar suas decisões. Ele sinaliza que se deve ter precaução ao apurar as circunstâncias do fato, já que “do contrário [o magistrado] se expõe a cometer graves injustiças, confundindo secretamente, a resistência verdadeira e sincera da mulher honrada com a simulação das luxuriosas”³¹. Outro jurista comumente citado é o desembargador Paulo Teixeira. Ele reitera o pensamento sobre os crimes que realmente deveriam ser punidos quando diz que, com a experiência adquirida pela prática, se pode afirmar que a maioria dos casos é invenção das mulheres, sendo

preciso opor, geralmente, a maior circunspeção e reservas às asserções de certas mulheres adultas e capazes de resistirem, que pretendem ter sido violadas, porque a experiência nos ensina que é pura invenção a maior parte destes casos.³²

Carrara, autor da obra *Os delitos contra a honra da mulher*, também citada nos processos, afirma que, para que a tipificação do crime de defloramento exista, a lei prevê que essa sedução não seja isolada, mas que esteja presente o engano ou fraude, pois sem esses elementos não há, juridicamente, crime a punir. Ao discutir o sentido do termo sedução, afirma que esta não tem necessariamente um valor no sentido jurídico “quando seu pudor foi vencido pelos rogos, pelas lágrimas, pelas assíduas atenções, pelos afagos de insistente namorado, ou então por impulsos de ambição e de avidez, e de excitada exaltação dos sentidos”³³. Esses doutrinadores embasam, junto com outros fatores presentes no processo, as decisões por parte do juiz.

Vale ressaltar que, no período pesquisado, a cidade de Campos dos Goytacazes passava por grandes transformações urbanas, políticas e sociais, com a acentuação da vida urbana e as novas formas de organização de trabalho advindas do fim da escravidão e

³¹ APMCG. Data do processo: 08/07/1927.

³² APMCG. Data do processo: 05/03/1929.

³³ APMCG. Data do processo: 11/03/1930.

do início da República. Muitas das denunciadas são empregadas domésticas, sendo comum a referência aos patrões, inclusive como responsáveis pelo comportamento moral dessas mulheres. Por outro lado, verificam-se denúncias sobre relações sexuais forçadas com essas empregadas, repetindo uma prática comum com relação às escravas. Flausina da Costa, de 12 anos, procurou a justiça e alegou ter sido forçada a praticar o ato sexual com o seu patrão. No entanto, ainda que a vítima tivesse mãe, pois foi a mãe que foi à delegacia efetuar a queixa, a menor diz que o denunciado conseguiu a tutela da menor, mesmo tendo ela saído da casa dele após o ocorrido. Ela afirmou em depoimento que:

Tentou fugir, porém, em vista da superioridade de forças de seu agressor, por elle foi dominada saciando os seus desejos [...]. Respondeu que naquella occasião era seu patrão [...]. Alguns dias depois retirou-se d'aquella casa. Em vista disto Bernardino Arêas conseguiu a nomeação de sua tutoria, e tendo mandado apprehendela de novo³⁴.

Em outro caso, Janyra Pinto, declarada como preta nos autos processuais, diz ter sido deflorada por um rapaz e que manteve relações sexuais mais de uma vez com o mesmo sob falsas promessas de casamento. A denunciante ficou grávida e o médico, ao tomar conhecimento, comunicou ao seu patrão:

a depoente sentindo-se argumentar o seu estado de gravidez consultou ao Doutor Ferreira Paes que, por sua vez, levou o facto ao conhecimento do Doutor Juvelino, patrão da depoente que logo levou o facto ao conhecimento dos paes d'ella.³⁵

Ainda que a denunciante morasse com os seus pais, o médico levou o fato da gravidez da menor ao seu patrão. Podemos concluir, dessa forma, que a tutela senhorial (BATISTA, 2008) ainda estava presente nesse cenário, coexistindo com novas formas de organização do trabalho.

³⁴ APMCG. Data do processo: 23/07/1892.

³⁵ APMCG. Data do processo: 14/09/1927.

No que diz respeito ao tipo de relação que era estabelecida entre a vítima e o acusado, seja nos espaços públicos, seja dentro dos seus lares, no caso do defloramento a maior parte deles acontecia com alguém que a vítima diz ter tido uma relação afetiva, ainda que isso fosse contestado na defesa dos acusados, ao negarem a existência do namoro ou a autoria do defloramento da denunciante. Em todos os casos de estupro analisados, em somente um deles a vítima disse desconhecer o seu agressor. Em todos os outros, a vítima conhecia o denunciado. Em 10% dos casos, os acusados moravam no mesmo espaço ou ainda frequentavam a casa das vítimas, não ficando claro se eles tinham uma relação afetiva com a mesma.

Essa relação entre as denunciantes e os denunciados nos leva a pensar que os crimes sexuais ocorrem em um ambiente familiar. Mesmo as que declararam terem sido coagidas ou ameaçadas a praticarem o ato sexual sofriam essas repressões em ambientes por ela conhecidos. A iniciativa da denúncia implicaria consequências nas relações pessoais ao seu redor, uma vez que os acusados, ao tentarem se defender, precisariam desqualificá-las, o que envolvia a participação de outras pessoas nesse contexto.

Em contrapartida, o trabalho estava vinculado à honra masculina, e o homem, uma vez ocupando um papel na sociedade, ao exercer uma profissão e ter uma família dependente dos seus recursos financeiros gerados pelo seu trabalho, tinha elementos e subsídios consistentes para sua defesa. Conforme constatado na tabela abaixo, os personagens acusados que cometerem os crimes sexuais em sua maioria eram lavradores. Ainda que aparecessem outras profissões características da época, como o negociante e o *chauffeur*, os lavradores representavam a parcela de pequenos e médios proprietários rurais.

As testemunhas presentes nos autos, especificamente de acusação do réu, eram, em sua maioria (78%), homens, em contrapartida às mulheres vistas (22%). Na parte da defesa do réu, observa-se a ausência de testemunha mulher. As testemunhas de acusação buscavam qualificar a denunciante como “moça honesta” e também citar as promessas de casamento nos casos de defloramento. A defesa de acusado procurava desqualificar as vítimas e negar a existência da promessa de casamento, nos casos de defloramento.

Elza Ribeiro da Silva, de 13 anos, procurou a justiça por ter sido deflorada por Cezar Bastos. Ela teve cinco testemunhas de acusação, todas mulheres. Na defesa do acusado, o seu advogado declarou:

Que as testemunhas Ephigenia Vianna, Jacinta Olympio, Julia Gomes, Maria Manhães e Candida Faria dos Santos que depuzeram no inquérito policial estão arroladas na denúncia contra o Supplicante são crias de Dona Balbina e de sua irmã Dona Maria Ribeiro dos Santos e prestaram-se a depor, falsamente, contra o Supplicante em obediência a vontade caprichosa de Dona Balbina, mãe de criação também da menor Elza e de seu pai Anastácio; que as mesmas testemunhas moram de favor com Dona Maria e Dona Balbina, interessada gratuita e grandemente na perseguição contra o Supplicante.³⁶

Nesse processo, apesar de as testemunhas terem dado o seu depoimento corroborando o fato acontecido, o juiz julga a denúncia improcedente por não haver provas suficientes contra o réu. O juiz alega que somente a declaração da vítima acusa o réu, mas que ela é suspeita por ser a parte interessada. Dessa forma, vemos que as testemunhas também podem ter seus depoimentos desqualificados, caso não sejam consideradas de “bom comportamento”. Em um dos processos, a validade dos depoimentos das testemunhas da ofendida é questionada: “duas de suas irmãs casaram-se na polícia [...] péssimo comportamento”³⁷.

Foi observado que a honra da vítima estava vinculada à existência ou não da tutela masculina sobre ela. A falta dessa tutela já constituía um elemento de desqualificação *a priori*. Em metade dos processos essa tutela está presente. Nesses casos, são os “pais”, “tios” ou “padrinhos” que vão à delegacia para notificar o crime. Eles são os representantes legais da ofendida e vão denunciar o crime contra a honra da sua família. Nos casos em que o domicílio era chefiado pela mãe, a desconfiança sobre a idoneidade da vítima era maior.

Conforme destacado por Caulfield, os processos de defloramento pesquisado pela autora, do período de 1918 a 1940 no Rio de Janeiro, contrastam com as formas de poder centrado no homem

³⁶ APMCG. Data do processo: 25/04/1924.

³⁷ APMCG. Data do processo: 15/09/1931.

para a sociedade da época. Nesses registros,

a mãe era a figura de maior autoridade para a maioria das jovens envolvidas [...] esse quadro revela em parte a ocorrência historicamente elevada de uniões consensuais e lares chefiados por mulheres entre as famílias da classe trabalhadora no Brasil [...] não era somente a liberdade da menor, mas também a liberdade da mãe que representava um perigo para a tradição, a família e a lei (2000, p. 238).

As promessas de casamento, que se configuravam como fraude na codificação penal, ao não serem cumpridas, estão presentes na maioria dos processos pesquisados. Como já vimos anteriormente, o réu já era conhecido da denunciante. Quando não empregado o uso da violência, elas alegavam que os réus as convenceram de ter relações sexuais ao seduzirem as ofendidas. Algumas vítimas relataram que o ato sexual ocorreu mais de uma vez. Outras diziam que, uma vez tendo acontecido a cópula carnal, os denunciantes logo desapareceram. Um dos argumentos usados por parte dos acusados era de que eles se casariam com as mulheres, mas na dúvida de que elas eram ou não virgens, precisariam comprovar. Para tanto, deveriam praticar o ato sexual. Alguns argumentos da defesa do réu procuravam provar para a Justiça de que não houve a promessa de casamento. Já a acusação procurava provar através dos relatos das testemunhas que a denunciante tinha uma relação estável com o acusado e que, portanto, ela teria motivos para crer na palavra dele.

Em apenas um processo pesquisado encontramos o casamento do acusado com a vítima como uma reparação. Foi o caso de Heloiza de Passos Bastos, que teve relações sexuais inúmeras vezes com José Ferraz, “[...] na casa dos pais da depoente dando entrada para o seu quarto de dormir pela janella do mesmo [...]”³⁸, e que ele tinha prometido casar com ela. Mas, ao não cumprir sua palavra, e ter o pai da denunciante procurado a justiça para a reparação da honra da sua filha, o denunciado se disse arrependido e disposto a reparar o dano causado.

A prática do ato sexual antes do matrimônio era, como já vimos, contra as normas de comportamento vigentes, baseadas em

³⁸ APMCG. Data do processo: 27/05/1922.

uma moral que era permissiva para os homens e punitivas para as mulheres (LIMA; NADER, 2012). No entanto, nos discursos presentes nos autos, encontramos mulheres que rompiam essas normas ao manterem relações sexuais antes do casamento. Dada a faixa etária da maioria das denunciadas que alegaram terem sido seduzidas sob falsas promessas de casamento, podemos ver que elas se encontram em idades de 13 a 18 anos, ou seja, idades comuns na época estudada de ocorrerem os enlaces matrimoniais. Mas, quando se davam conta de que o casamento não aconteceria, sentiam-se desamparadas e a busca do casamento através da justiça ou a punição do seu “sedutor” seria uma maneira de tentar recuperar a sua honestidade. O casamento representava a forma pela qual a mulher encontrava para fazer o uso da lei como uma reparação. De qualquer forma, estavam correndo o risco de romper com as normas vigentes, pois era a virgindade pré-matrimonial o principal elemento garantidor da honra feminina, como mostra argumento apresentado em um processo:

Entre as palavras da menor, cuja virgindade ficou provada no processo, porque são virgens as moças criadas com recato nos lares honestos da nossa honesta gente e as do denunciado, um namorador conhecido, ninguém poderá proferir as do segundo. Seria fazer mau juízo das nossas donzelas, cujas palavras devem merecer fé, quando não for fornecida prova que desminta a precedente honestidade das vítimas.³⁹

Por outro lado, na defesa de Domingos José, acusado pelo defloramento da menor Josina, o argumento utilizado pela defesa do réu foi:

A menor Josina é de honestidade duvidosa muitas vezes foi encontrada a sós, alta noite, ou em companhia de outros indivíduos que não o Réu. [...] A procedência da menor Josina é duvidosa, vivendo sua mãe embriagada e dando-lhe plena liberdade para andar por onde quizesse e acompanhada de pessoas sem moralidade alguma⁴⁰.

As denunciadas que ficavam sozinhas em casa, uma vez que suas mães estariam trabalhando fora, não teriam a garantia da sua proteção moral. Em alguns depoimentos das ofendidas, elas

³⁹ APMCG. Data do processo: 05/03/1929.

⁴⁰ APMCG. Data do processo: 19/05/1908.

declararam que os réus entravam em suas casas na ausência da mãe. Alberto da Silva Barreto alegou que já encontrou Isabel deflorada.

Que há mais de seis meses, quando pela primeira vez o denunciado teve copula carnal com Isabel Maria das Dores – já que a encontrou deflorada confessando então Isabel que fora Francisco Mariano (filho) o autor do seu defloramento. [...] Que é público e notório, na localidade em que Isabel reside com sua mãe, que esta a deixava sempre só em casa e sempre só andava Isabel de casa em casa, pelas estradas⁴¹.

Enquanto nos registros judiciais a mulher deveria provar que o denunciado era o autor da sua desonra e negar outros possíveis relacionamentos, ao homem era reforçado que a sua honra estaria vinculada ao seu trabalho. Ele deveria provar que exercia uma profissão e, quando casado, sua família era mantida à custa do seu trabalho, como aparece no processo de João Gicovate⁴², acusado do defloramento da menor Herondina de Souza:

Todo o interesse, toda a vida do requerente gira em torno deste processo, inclusive a sua própria felicidade conjugal. Ele não fugirá. Aqui tem sua mulher e aqui tem seus filhos. Aqui vive de seu comercio, considerado, gozando de credito. Trabalha ha perto de cinco anos em nossa praça.

O Sistema Judicial era, portanto, a instituição pela qual a moral e honra das famílias poderia ser recuperada. Os seus operadores traziam à tona o discurso dominante da época, em que o comportamento desviante deveria ser punido. O defloramento e o estupro representavam a perda ou redução da possibilidade da união matrimonial. Dessa forma, o Estado, com seu modelo ideológico e moral, era a figura normalizadora que, na verdade, “perdoava” ou “punia” as jovens que foram defloradas e, dessa forma, reforçavam o seu papel estabelecido pela sociedade – o de mãe e esposa. Os crimes contra os costumes não afetavam somente a vítima, mas também a ordem pública e moral da sociedade. Por isso, essa ruptura com o padrão representava uma ameaça à instituição familiar.

⁴¹ APMCG. Data do processo: 19/05/1908.

⁴² APMCG. Data do processo: 07/03/1927.

Nos processos analisados, a maioria das denúncias foi classificada como improcedente, o que nos leva a concluir que a culpa e punição pelos crimes sexuais de estupro e defloramento recaía sobre as mulheres, punidas por terem se deixado seduzir, por terem consentido com o ato ou, ainda, porque o seu comportamento tenha levado à violência praticada contra elas mesmas.

Na maioria dos casos, o desfecho se dá pela improcedência da denúncia, por não terem colhidos provas suficientes que incriminem o acusado. Em outros, a incessante busca por algum indício acabaria levando ao seu arquivamento, pois com a demora da elucidação dos fatos o crime acabava sendo prescrito. Em três processos ocorreram a fuga do réu: um deles ainda se encontrava em andamento, resultando no seu arquivamento; nos outros dois casos, o réu havia sido considerado culpado.

Alguns autos são inconclusivos, verificando-se, nas últimas folhas, a remessa do processo para vários cartórios, o atraso na realização do exame de corpo de delito, várias inquirições de testemunhas, gerando o atraso. Em dois processos, a conclusão deles existiu depois de quase oito anos de sua abertura, e a finalização foi associada à prescrição do crime.

Os juízes também poderiam pedir a reclassificação do processo ao definir como defloramento a queixa de estupro ou ainda que o caso se tratasse de atos de libidinagem, tendo a sua reclassificação para o artigo 266 do Código Penal.

Em um determinado processo, o juiz reconheceu a prática do defloramento, mas concluiu que bastaria o acusado se casar com a vítima (o que em alguns casos poderia reduzir ou isentar o acusado de pena, de acordo com o artigo 267). Outros também falaram sobre a prática do defloramento, mas não indiciaram o réu nesse crime. Algumas denúncias se tornaram improcedentes, diante da falta de provas de que o réu teria cometido o delito, e afirmaram que nenhuma testemunha de acusação trouxera provas suficientes, ao desconhecêrem as promessas de casamento alegadas pela vítima, não se configurando, portanto, o crime de sedução.

Nos processos de defloramento e estupro analisados, o discurso, permeado por representações de gênero, evidencia o posicionamento da justiça, como instituição que responsável por manter

um determinado padrão de moralidade, e as decisões judiciais mostram que a culpabilidade pelos crimes de defloramento e estupro, quase sempre, recaía sobre a própria mulher.

Referências

- BATISTA, N. Só Carolina não viu: violência doméstica e políticas criminais no Brasil. *Jornal do Conselho Regional de Psicologia*, Rio de Janeiro, ano 5, mar. 2008.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL. *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil*. Decreto nº 847/ 1890.
- CAULFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora Unicamp, 2000.
- CHARTIER, R. *História cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CORRÊA, M. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ENGLER, M. *Meretrizes e doutores*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FAUSTO, B. *Crimes e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003.
- _____. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- LIMA, L. L. da G. A boa esposa e a mulher entendida. In: LIMA, L. L. da G. (Org.). *Mulheres, adúlteros e padres: história e moral na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- _____. Confissão e sexualidade. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1996.
- _____. Penitentes e solicitantes: gênero, etnia e poder no Brasil colonial. In: NADER, M. B.; SILVA, G. V. da; FRANCO, S. P. *História, mulher e poder*. Vitória: PPGHis, 2006.
- _____. Racismo, sexualidade e gênero no Brasil. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO PPGHIS: HISTÓRIA, VIOLÊNCIA E IMAGINÁRIO POLÍTICO, XIV., 2004. *Anais...* Vitória: PPGHis, 2004.
- LIMA, L. L. da G.; NADER, M. B. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- LIMA, R. K. de. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política*, p. 23-38, 1999.
- NADER, M. B. Mulheres chefes de domicílio: um velho fenômeno no Brasil de hoje. *Boletim Populações do Centro de Estudos e Desenvolvimento Histórico da América Latina*, São Paulo, v. 5, 1997.
- MENDES, R. L. T. *Do princípio do livre convencimento motivado: legislação, doutrina e interpretação de juizes brasileiros*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
- PEDRO, J. M. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. 1992. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

RANKE-HEINEMAN, U. *Eunucos pelo Reino de Deus: mulheres, sexualidade e a igreja católica*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução de Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1990.

WINTER, M. L. *A análise das representações sociais de gênero e a construção da verdade jurídica nos processos-crimes de defloramento e estupro na comarca de Campos dos Goytacazes (1890-1930)*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2015.



Bombas de gás lacrimogénio na Ufes, 11 de setembro de 2013.

QUADROS INTERPRETATIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: NOTAS SOBRE A “AGENDA POLÍTICA TRANS” NO ESPÍRITO SANTO

André Luiz Zanão Tosta

Reconhecer parceiros e aliados, mobilizar recursos, atuar de forma coordenada: atividades imprescindíveis para que os movimentos sociais possam manter continuamente suas atividades e atuar nas disputas políticas⁴³. Partindo da concepção de Sidney Tarrow (2009) de que os movimentos sociais são compostos por pessoas sem acesso ao poder de realizar as alterações sociais que julgam necessárias (por isso entram em disputa com opositores), essa falta de poder tem por consequência a relativa falta de recursos para conferir *incentivos seletivos*⁴⁴ para a atuação de seus membros. Assim, o que explica o engajamento pessoal não pode ser resumido aos ganhos pessoais advindos da ação política. Não que esses ganhos não existam: ativistas alcançam posições de *status* político, cargos públicos e são selecionados em editais para projetos justamente pelo reconhecimento de sua atuação política. Porém tais incentivos não

⁴³ Este capítulo é a adaptação de parte da minha dissertação de mestrado intitulada *O jeito do capixabas: movimento social LGBT e militantes trans do Espírito Santo*, defendida em junho de 2015 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

⁴⁴ Os *selective incentives* são as respostas de Mancur Olson para o dilema do “carona” (*free-riding*). A questão para o autor seria: o que motiva as pessoas a se engajarem quando podem “pegar carona” na atuação de outros militantes? Na transposição dos pressupostos econômicos (e da racionalidade instrumental) para a análise da ação coletiva, sem os “ganhos” ou “incentivos” para a atuação, as pessoas tendem à inércia e a “pegar carona” com os movimentos.

alcançam da mesma forma todos os envolvidos que continuamente se percebem cedendo recursos (sendo o mais simples deles, seu próprio tempo para participar dos movimentos sociais) sem uma contrapartida satisfatória.

A proposta deste trabalho é apresentar uma abordagem teórica para pensar as construções de significado, nos movimentos sociais, que levam as pessoas a se engajarem na disputa política (mesmo quando ela parece arriscada, incerta ou tediosa). Apoiando-me em Benford e Snow (2000), Tarrow (2009) e Bourdieu (2010), resumo na primeira parte do texto a proposta de trabalhar identidades coletivas e “quadros”⁴⁵ interpretativos como elementos fundamentais para a mobilização política. Na segunda parte do texto, utilizando a etnografia de Carvalho (2011) e as entrevistas realizadas com ativistas capixabas em 2014, apresento algumas reflexões de como os “marcos” coletivos podem ser utilizados para compreender o movimento de travestis e transexuais no Espírito Santo.

Os sentimentos de pertença e solidariedade parecem suprir essa lacuna dos recursos existentes para conferir o incentivo à mobilização. Para Joan Scott (1998, 2005), pertencer a um grupo categorial traz conforto e posiciona o sujeito em seu lugar no mundo, e isso se torna particularmente importante quando falamos de categorias identitárias como travestis e transexuais⁴⁶, experiências marcadas pela exclusão e pela marginalização no contexto brasileiro. Scott tem em vista, contudo, que os processos de autoidentificação com o grupo serão sempre problemáticos e conflituosos, levando-nos a vislumbrar as fissuras e descontinuidades nessa negociação entre indivíduo e grupo. Mesmo assim, para essa autora, as demandas por justiça e igualdade serão neces-

⁴⁵ *Frame* é um conceito-chave para este trabalho, porém sem uma tradução unívoca nos trabalhos acadêmicos realizados em língua portuguesa. Assim, quando opto por traduzi-lo, utilizo as palavras “marco” e “quadro” sempre destacadas por aspas. Já para o processo, chamado de *framing*, opto pela tradução como “enquadramento”.

⁴⁶ Por vezes utilizarei o termo “pessoas trans”, que é usado de forma abrangente para designar travestis e transexuais, numa tentativa de criar uma unidade para a atuação política sem, contudo, apagar as especificidades internas de cada identidade. Embora seja comum em diversas entidades do movimento LGBT, seu uso não é isento de disputas (CARVALHO, 2010). É importante apontar que a pesquisa realizada não acompanhou o movimento de homens transexuais no estado, que viria a se organizar em julho de 2015, após o término da pesquisa.

sariamente formuladas nos mesmos termos da opressão, apoiando-se nas identidades que se pretende emancipar. Concordo com ela quando diz que as identidades coletivas se apresentam como formas “inescapáveis de organização social” (SCOTT, 2005, p. 20), pois é mediante as mesmas que se fixam os quadros de significados compartilhados que permitem que a ação individual seja coordenada num movimento social.

Entender os emaranhados de significados que são tecidos entre as identidades coletivas e a mobilização política é um empreendimento arriscado. Primeiro porque os quadros interpretativos que levam os sujeitos a se mobilizarem coletivamente e se manterem unidos durante a disputa política estão em constante mudança, adequando-se aos contextos concretos da interação entre os movimentos sociais, seus opositores e apoiadores. Tal dinâmica leva ao perigo de uma descrição que nasce obsoleta diante da dinâmica de invenções e descartes de ideias e símbolos utilizados para gerar a ação coletiva. Um segundo perigo é a própria parcialidade da análise de um quadro interpretativo. Se partirmos da premissa de que os sujeitos estão enredados, quer em “redes de significados” (GEERTZ, 2008), quer em “campos” específicos (BOURDIEU, 2010) que lhes são anteriores, devemos ter em mente que qualquer quadro explicativo é em si parcial⁴⁷, fruto de um processo de recorte e ordenação que leva o caos do mundo a parecer ordenado, dotado de sentido.

Retomando a discussão entre identidades coletivas e movimentos sociais, Layza de Castro⁴⁸ aponta que, “conhecendo esses movimentos, eu não só me vi como uma pessoa trans, eu me vi como cidadã”. Layza tem um histórico de ativismo que se inicia na adolescência: primeiro foi ligada ao movimento estudantil onde

⁴⁷ Nesse sentido, o processo que é desenvolvido neste trabalho é similar à proposta weberiana de construção de uma “possibilidade objetiva” (WEBER, 1973), em que o pesquisador é responsável por isolar, dentro de uma infinidade de componentes causais, aqueles que melhor o ajudam a compreender um fenômeno ou uma cadeia causal. Assim sua descrição analítica é uma “possibilidade” objetivada pelo método de coleta dos dados, o que ajuda a imputar causalidade e racionalidade à ação dos sujeitos: a análise não seria um “espelho fiel da realidade, pois esta contém infinitas determinações” (CUSTODIO, 2012, p. 73).

⁴⁸ Layza de Castro (entrevista em 12 de novembro de 2014). Ativista trans de 27 anos que reside no município de Serra: integrou o Fórum LGBT da Serra, é conselheira do Conselho do Negro e do Fórum de EJA (Educação de Jovens e Adultos) daquele município. Também foi fundadora da Associação Arco-Íris Espírito-Santense (que atualmente se encontra com as atividades suspensas).

atuou no grêmio da escola e conheceu a UJS⁴⁹, depois, aos 16 anos de idade, acompanhou o movimento de orçamento participativo no município da Serra. Em seguida se aproximou da associação de moradores do bairro onde reside. Quando questionada sobre sua entrada no movimento de travestis e transexuais, Layza aponta:

A questão é, quando você tem sua orientação sexual e sua identidade de gênero negada pela sociedade, como... como um todo, você sofre de muito preconceito você quer um espaço que você possa ter voz. Eu atuei nesse espaço justamente para aquelas outras pessoas que viriam após a mim, depois de mim portanto, não passasse pelo mesmo (Layza de Castro, 12 nov. 2014).

Como no caso das transexuais que Berenice Bento (2006) acompanhou, as pessoas que se identificam ou são identificadas como travestis e transexuais parecem se constituir como um grupo através dos sentimentos individuais de revolta. Estes têm a potencialidade de tornarem-se movimentos sociais quando são capazes de diagnosticar o quadro de opressão e, a partir disso, desenvolver propostas de intervenção e de mudança social. “O confronto pode apontar um descontentamento, identificar uma clientela e nomear um inimigo” (TARROW, 2009, p. 145). Como a mudança não se dá de forma rápida, e tais propostas estão em concorrência com outros projetos de sociedade, o movimento social deve ser capaz de sustentar no tempo a disputa por seus objetivos. Neste sentido, a solidariedade do grupo pode ser de grande utilidade na organização do movimento. Para Sidney Tarrow:

[...] construir um movimento em torno de fortes laços de identidade coletiva, seja ela herdada ou construída, poupa muito o trabalho que normalmente seria da organização; mas ela não pode fazer o trabalho da mobilização, que depende do enquadramento interpretativo das identidades de tal forma que elas conduzam a ação, a alianças e à interação (TARROW, 2009, p. 155).

⁴⁹ A UJS – União da Juventude Socialista é uma associação civil que atua através do movimento juvenil e com clara inclinação socialista (ver: <<http://uj.org.br/index.php/sobre-a-uj/estatuto/>>, acessado em 02 fev. 2015).

Retomando a discussão de Robert Benford e David Snow (2000), isso se deve à produção de “quadros” interpretativos que são construídos como parte da negociação dos “partidários”⁵⁰ sobre o significado compartilhado da mobilização: indicando a condição ou situação problemática que precisa de mudança, atribuindo culpa sobre essa situação ou condição, articulando as alternativas disponíveis e produzindo o apelo para que os atores ajam para realizar a mudança.

Essa produção coletiva do significado acaba por influenciar a ação das ativistas capixabas, e ela acontece, sobretudo, no que podemos chamar de “núcleo de tarefas do enquadramento”⁵¹ (BENFORD; SNOW, 2000, p. 615), que engloba os enquadramentos de diagnóstico, de prognóstico e de motivação. Assim, o processo de diagnóstico do quadro desfavorável ao grupo e a produção de propostas de mudança social (ou prognóstico) são cruciais para dotar o movimento social de sentido. Sem o diagnóstico do que está errado na sociedade, a necessidade de mobilização coletiva parece descabida, sem o prognóstico do que deve ser mudado para alcançar a justiça e o bem-estar social, o movimento não tem objetivo. Assim a constituição de um *frame* específico, um “enquadramento” da injustiça, deve ser realizado para dar corpo à reivindicação de mudança social. Essa conclusão parece ser partilhada por Diani e Bison, que escrevem:

A ação coletiva não somente se orienta para o trato de problemas coletivos, para corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais; ela o faz identificando alvos para os esforços coletivos, especificamente articulados em termos sociais ou políticos (DIANI; BISON, 2010, p. 3).

Diante da pergunta sobre quais as “principais demandas do movimento trans atual, e quais os problemas mais urgentes a serem combatidos”, Deborah Sabará aponta a “invisibilidade e o preconceito” como as principais barreiras do movimento, ao passo que Natália Becher aponta a “dignidade e o resgate da cidadania” como

⁵⁰ “*Adherents*”, no original.

⁵¹ “*Core framing tasks*”, no original.

as demandas mais urgentes. Tais formulações devem ser entendidas como fios condutores das ações práticas do movimento social.

A discussão do uso do nome social⁵² na Prefeitura de Vitória e na Assembleia Legislativa do Espírito Santo são os desdobramentos práticos de uma luta por visibilidade e superação da exclusão. Já o projeto Trans em Ação tem o objetivo de, através da busca ativa das pessoas trans em situação de vulnerabilidade, promover sua inclusão social, e de certa forma o “resgate” de sua cidadania. As formulações mais genéricas sobre a ação política, quando compartilhadas dentro do campo político e coletivamente discutidas entre movimento e ativistas, geram as ações e iniciativas nos movimentos sociais.

A diferença entre a revolta individual e o movimento social é, portanto, de escala de mobilização. Os eventos cotidianos de opressão e injustiça podem se tornar, em algum momento da biografia pessoal, episódios de “choque moral”⁵³ (JASPER, 1995): o momento em que o cotidiano de opressão torna-se “ultrajante” e acaba impelindo o sujeito à busca de mudanças para aquela situação. Para Jasper, não só os espaços de movimentos sociais e as redes de contatos entre ativistas desempenham um importante papel para a mobilização dos indivíduos; a constituição de um episódio em um “choque moral” também desempenha um importante papel no recrutamento de novos militantes (1995, p. 499).

No entanto, o episódio de injustiça que se apresenta ao sujeito de forma “chocante” só parece revestido da potencialidade de o transportar da indignação particular para a ação coletiva se for compartilhado. A revolta individual, quando traduzida em uma revolta coletiva por meio do diagnóstico, é capaz de convencer apoiadores a se mobilizarem para a disputa política (e mantém o conflito aceso tempo suficiente para ocasionalmente gerar mudanças sociais). Assim a “experiência”, que é individual (porém socialmente posicionada), pode ser coletivamente elaborada no “fluxo de experiência” e engajar o “dever coletivo” (CEFAÏ, 2009, p. 26). Voltando à fala de Layza de Castro:

⁵² Entre 2013 e 2014 houve importantes disputas sobre o uso do nome social para pessoas trans no Espírito Santo, tanto na Prefeitura Municipal de Vitória quanto na Assembleia Legislativa do Estado.

⁵³ *Moral shock*, no original.

A gente vive política a todo momento [...] e se você não atua no movimento, e você não sabe que vai sofrer ataque e que você vai ser atacada, e não se defender [...] você vai voltar pra trás e, isso eu pensei, hoje a gente olha pra trás e viu que sofreu tanto mas hoje os tempos, assim, temos um pouco de reconhecimento. Não como a gente queria, mas a gente tem um pouco (Layza de Castro, 12 nov. 2014).

Os sentimentos de injustiça e a opressão vivenciada devem ser traduzidos, coletivamente gestados e produzidos, para que ressoem aos ouvidos e corações dos demais ativistas e os levem à ação coordenada. Contudo, esse processo, para ser bem-sucedido, deve manter certa correspondência com as necessidades, mazelas e anseios reais dos ativistas e de seus apoiadores. Quando a opressão cotidiana é traduzida num plano de ação, este deve manter certa relevância junto às histórias reais dos envolvidos. Tais formulações estruturam o campo de possibilidades políticas que os ativistas encontram para sua atuação, limitando o espectro de problemas legítimos de serem discutidos. Como aponta Pierre Bourdieu:

O campo político exerce de facto um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da *problemática* política como espaço das tomadas de posição efetivamente realizadas no campo [...]. A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura (BOURDIEU, 2010, p. 165, grifo no original).

No caso das travestis e transexuais, o resgate da dignidade é um resgate da condição de “cidadã”, uma vez que o campo da política institucional parece perpetuar um “fracasso na representação”⁵⁴ (FRASER, 2008) de alguns sujeitos dentro do terreno político. As pessoas trans nem sempre foram “problemáticas” (BOURDIEU, 2010) políticas legítimas, o que as leva à invisibilidade política.

⁵⁴ “*Representación fallida*” no original.

A esse quadro de exclusão podemos dar o nome de “fracasso da representação político-ordinária”⁵⁵ (FRASER, 2008, p. 43), que nada mais é do que a exclusão institucional de certos grupos categoriais. No limite, o “quadro” que organiza o campo político é responsável por dizer “quem” são os sujeitos que estão aptos a interagir uns com os outros, e o resultado é que os excluídos serão levados a uma situação de “desenquadramento”⁵⁶ (FRASER, 2008, p. 45), em que tais populações podem ser alijadas do direito de serem interpretadas como pertinentes ou importantes na disputa política. O “fracasso da representação político-ordinária” leva a uma representação desigual no campo político; o “desenquadramento” desqualifica o sujeito na participação política levando a uma “morte política”.

Natália Becher⁵⁷ teve sua entrada no ativismo facilitada pelo uso da internet. Os discursos positivos do movimento LGBT e as formulações dos movimentos feministas foram cruciais para seu primeiro “aprendizado” dos movimentos sociais, ou, como ela mesmo formula, “se educar e aprender a respeito”. Porém Natália está ciente de que a internet é “terra de ninguém” e aponta que existem muitos discursos problemáticos circulando na rede:

Agora eu consigo perceber que está começando a juntar a questão do movimento feminista, que é uma coisa importante, abarca as necessidades, esse feminismo interseccional, e que agora está começando esse diálogo com o movimento feminista e ter pautas específicas para, por exemplo, o movimento trans, a questão do movimento negro. Se bem que já há esse diálogo do movimento negro com o movimento feminista como um todo [...]. Agora na internet é terra de ninguém, digno de Primeira Guerra Mundial as vezes. É um lugar com muitas falas problemáticas mas também tem assim falas boas porque problematizam alguma questão e dá o diálogo. On-line tem muita coisa boa pra você aprender, ler [...] uma coisa bem problemática é o evento conhecido de pessoas TEFs [...] um grupo de pessoas que se dizem uma vertente do movimento feminista, especificamente dentro do feminismo radical (embora elas não sejam sinônimo de feminismo radical) existem algumas

⁵⁵ “Representación fallida político-ordinaria” no original.

⁵⁶ “Des-enmarque” no original.

⁵⁷ Natália Becher (entrevista em 13 de novembro de 2014). Estudante de medicina de 34 anos, integrante do Fórum Municipal LGBT de Vitória, do Geps (Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades/Ufes) e do Cores (Consciência, Orgulho e Respeito no Espírito Santo).

peessoas que dentro do movimento feminista radical adotam o feminismo radical transfóbico [...] é feminismo transfóbico, são mulheres que elas não pregam sua liberdade, não pregam o empoderamento de mulheres, elas pregam o ódio a trans [...] para elas não existem homens e mulheres, existe macho e fêmea. Mulheres trans são machos inseridos pelo patriarcado pra poder tentar espionar ou romper ou roubar o movimento feminista de 'nós' nascemos com útero e vagina. Que somos as fêmeas mesmo. Mas isso não é transfóbico? Não, elas dizem ter uma divergência ideológica de mim [...]. As mulheres dessa vertente usam o discurso da divergência ideológica pra poder defender a posição delas de exercer a transfobia (Natália Becher, 13 nov. 2014).

Por mais que Natália seja influenciada pelo discurso feminista para sua atuação, ela está ciente de que não se trata de toda e qualquer formulação que atenderá suas expectativas de atuação política. O discurso do feminismo transfóbico é um exemplo extremo de discordância entre os quadros interpretativos gerados em certas iniciativas de movimentos sociais e as demandas concretas dos ativistas, da falta de “aderência”⁵⁸. A aderência de um quadro interpretativo é crucial para que este gere a mobilização coletiva. Para Benford e Snow (2000), um quadro interpretativo, para ser bem-sucedido, deve gerar ressonância, que, nada mais é do que a efetividade do poder de mobilização do “quadro” interpretativo gerado na negociação coletiva de significado. Assim temos em mente que determinados “quadros” de significado influenciam os contextos de mobilização e atuação, ao passo que outros não são capazes de mobilizar as pessoas. No caso do feminismo transfóbico, o “quadro” dos movimentos TEFs, na verdade, parecem levar a um “contramovimento” (TARROW, 2009).

A “aderência” do quadro interpretativo é entendido assim como a correspondência entre sua formulação, e as expectativas dos ativistas, e diz respeito tanto a “comensurabilidade experiencial”⁵⁹ que indica até que ponto os aspectos mobilizados por determinado enquadramento são significativos para as experiências cotidianas dos públicos-alvo da mobilização coletiva, quanto para “fidelida-

⁵⁸ “Saliency”, no original.

⁵⁹ “Experiential coomensurability”, no original.

de narrativa⁶⁰ que é a correspondência entre os elementos mobilizados pelo enquadramento e as narrativas culturais dos alvos da mobilização coletiva (BENFORD; SNOW, 2000, p. 621). Quanto maior a proximidade entre as experiências cotidianas e os aspectos mobilizados pelo “quadro”, maior será a probabilidade de mobilização, sempre tendo por referência os constrangimentos e limites que a “cultura” impõe para a atividade dos enquadramentos dos movimentos sociais.

Após a produção coletiva dos “quadros” que permitem diagnosticar os problemas enfrentados e propor soluções, cada indivíduo que adentrar o campo político deve tomar conhecimento de seu funcionamento. Essa adequação do indivíduo ao “campo” político é o aprendizado ativo, objetivo e subjetivo, de suas regras e códigos. Sem tal aprendizado não é possível mobilizar os recursos necessários para a atuação política, para a manutenção da disputa em torno de um projeto de justiça e inclusão. Deborah Sabará aponta essa necessidade de se conhecer a forma de se fazer política:

As pessoas vinham me criticando, por que eu sempre achava que seria mais interessante trabalhar com movimento social dentro do fórum, por que a gente não tem entidade. A gente é tipo que, não partidário [...] não se fez nada no Espírito Santo, por quê? Porque a gente não tem movimento. Não correu atrás de edital. Não correu atrás de emenda parlamentar. Quando eu fui aprender isso, foi agora. Entendeu? Então a gente vai aprendendo e Vanilly sempre, Vanilly e outras pessoas, sempre em cima, ‘Débora é assim, assim, assado’ [...] lógico que é um caminho doloroso né, gente. Até a gente conseguir aprender isso tudo. Por que tem entidades ae minha filha que são macaca velha, nem sai de casa, fica só na internet, faz projeto, ganha-se. Tudo numa sala, e nós aqui suando pra fazer esse Trans em Ação (Deborah Sabará, 05 dez. 2014).

Por mais que seja um processo *doloroso* ele é necessário. Se o conhecimento das regras do campo permite angariar recursos para o movimento social, ele também é condição para a própria participação das militantes nesses espaços de disputa política. Os “quadros” interpretativos que regem o campo político e possibilitam a repre-

⁶⁰“Narrative fidelity”, no original.

sentença efetiva dos grupos é uma construção coletiva e, com efeito,

[...] nada é menos natural do que o modo de pensamento e ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política (BOURDIEU, 2010, p. 169).

As teorias, problemáticas, conceitos e tradições históricas levantadas por Bourdieu são os “quadros” compartilhados que as travestis e transexuais devem conhecer e rotinizar para serem capazes do “domínio prático” (2010, p. 169) sobre o campo político.

Carlos José teve o primeiro contato com movimentos sociais quando atuou como agente de prevenção na Acard. Sua entrada se deu pela necessidade de emprego:

Sempre tive vontade de ajudar as pessoas ... aí minha amiga me ligou e falou assim ‘tem uma ONG, na prefeitura de Vitória, que está contratando homossexuais, travestis’. Eu fui e procurei essa ONG que era a Acard. Fiz minha inscrição, esperei, falei ‘ah, eu não vou ser chamado’. Aí o telefone tocou, pra eu fazer a entrevista. Aí eu fiz a entrevista, esperei mais um pouco, passei na entrevista e me chamaram. Foi onde atuei e gostei muito. Por estar trabalhando com as minhas amigas, com preservativo, estar visitando. Foi onde pude atuar bastante e gostei (Carlos José, 02 dez. 2014).

Contudo, durante sua participação na Associação, Carlos teve oportunidade de entrar em contato com ativistas e militantes que o ajudaram a compreender a atuação dos movimentos sociais e também como atuar politicamente. Ao contar da possibilidade de ir a Brasília para um evento do Ministério da Saúde, que reuniu diversas entidades que atuavam no combate a DST/Aids, Carlos aponta com entusiasmo a possibilidade de, pela primeira vez, poder dialogar sobre assuntos como nome social e o acolhimento de travestis e transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS).

Como argumentado, se esse aprendizado das regras do “campo” político acabam por conformar os sujeitos, diferentes campos com diferentes “quadros” cognitivos levam à construção de movimentos diferentes. O contexto do movimento capixaba leva à constituição de um perfil próprio, um “jeitinho capixaba”, como pontua Deborah Sabará sobre sua atuação na ABGLT:

Falam que a gente tem um jeito de se comportar. Eles falam assim. Quando a gente chega em algum evento, eu e a Vanilly, eles sabem que a gente tem um certo tipo de comportamento que é diferenciado de outros estados. Então tem o comportamento das capixabas [...] eu já recebi críticas assim do tipo por não estar em nenhuma entidade. Por que todas as vezes que eu chego lá todo mundo pergunta: qual a sua entidade? Pra mim entrar no movimento, entende? [...] Todo mundo sabia que eu não queria ser de entidade nenhuma, mesmo assim Vanilly achava interessante pra gente participar da ABGLT. Há também uma análise que eu faço que a presença das capixabas na ABGLT é um jeito capixaba. A gente não tem aquela disputa, mas a gente também é crítica [...] mas eles gostam porque a gente não tem aquelas frescuras, porque gente tem uma trans lá em Curitiba que pelo amor de Deus, a mulher faz da cara do governo uma palhaçada. No último evento agora ela exigiu carro pra ela sozinha, sabe? Daí o movimento ameaça o ministério, ameaça as pessoas, que “tem de tratar diferenciado, porque sou diferenciada!”. Sabe? É chocante! [...] Lógico que a gente tem uma dificuldade, no Brasil todo. Os lugares mais polêmicos, ou mais perigosos, as metrópoles com mais serviços voltados para a população LGBT, é onde estão os movimentos mais afamados, mais ligados. E eu fiz minha análise também sobre isso porque, se a gente pegar o Nordeste agente verá que o Nordeste é bem mais evoluído com questão das entidades. Gente, tem projetos lá maravilhosos. Tem um projeto de Pernambuco que estava vendo de um espetáculo de trans, gente! Bancado pela Secretaria de Cultura! (Deborah Sabará, 05 dez. 2014).

Todavia, como esse contexto local de demandas, ativismo e engajamento se conecta com as lutas mais amplas das travestis e transexuais nos espaços nacionais? Seria possível identificar “quadros” de luta política compartilhados entre as ativistas capixabas e os “marcos” brasileiros de luta do movimento social? E quais seriam esses “marcos” nacionais de luta política?

Apoiando-me na etnografia de Mario Felipe de Lima Carvalho (2011), chamo de “agenda política trans” o conjunto das

três principais demandas do movimento de travestis e transexuais [...] que são: a facilitação do processo de alteração de nome e sexo no registro civil, o acesso a tecnologias de transformação corporal no SUS e a despatologização da transexualidade (2011, p. 87).

Assim, esse grupo de demandas nos permitirá uma comparação entre a militância trans local e a agenda política gerada na articulação nacional.

A facilitação de alteração do nome nos registros civis remete à demanda mais central por reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans, uma vez que negar o nome leva a graves violações de direitos e situações vexatórias e constrangedoras para travestis e transexuais (CARVALHO, 2011; BARBOSA, 2010). Embora existam legislações locais, como no caso de Vitória, que reconhece o uso do “nome social”⁶¹ em determinados serviços e instituições, a mudança do registro civil continua condicionada a uma demanda judicial cujo sucesso é sempre incerto. Atualmente tramita na Câmara dos Deputados a PL 5002/2013 de autoria dos deputados Jean Willys (PSOL/RJ) e Erika Konkay (PT/DF), que visa garantir o reconhecimento da identidade de gênero e a alteração dos registros civis; porém, por ser controverso, não existe previsão de quando irá a votação.

Já as demandas de acesso às tecnologias de modificação corporal assistidas pelo SUS remetem ao “direito ao próprio corpo” (CARVALHO, 2011, p. 112) e seus embates entre a autodeterminação dos sujeitos e o modelo de saúde (BENTO, 2006, 2008). As possibilidades de acesso à modificação corporal para as pessoas trans via SUS hoje são condicionadas pelos “protocolos” que levam à construção de um “diagnóstico diferenciado” (BENTO, 2006, p. 47) de Transtorno de Identidade de Gênero (TIG). Assim, temos as pessoas transexuais condicionadas

⁶¹Uma definição sucinta de nome social pode ser encontrada na Portaria 233 de 18/05/2010: “entende-se por nome social aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade” (BRASIL, 2010).

ao diagnóstico e uma exclusão das pessoas travestis no processo transexualizador⁶².

Por fim, a despatologização das identidades trans é uma reivindicação que parece central para o movimento internacional, mas se apresenta como um impasse para as ativistas brasileiras (CARVALHO, 2011). Na etnografia de Carvalho, a campanha, levada a cabo pela militância trans internacional e por parte da academia brasileira, de redefinir as identidades trans fora dos marcos da patologia⁶³ é vista com cautela por parte do movimento que, mesmo não se considerando “doente”, ainda vê na patologização a garantia do acesso às modificações corporais pelo SUS.

Agendas políticas nacionais e contextos locais

Pesquisador: Deborah, com relação à questão da despatologização das identidades trans, qual sua posição ou opinião?

Deborah Sabará: Alguém já perguntou para as trans? Quem são as trans que querem?

Foi em tom de desafio que Deborah Sabará respondeu à minha questão sobre a proposta de despatologização, uma das pautas que compõem o que chamo de “agenda política trans”. De forma geral, o conjunto de demandas que Mario Felipe Carvalho (2011) levantou em sua etnografia nos encontros nacionais do movimento de travestis e transexuais é conhecido pelas ativistas capixabas, porém, assim como nos fóruns nacionais de discussão, tais proposições estão longe de encontrar consenso.

A questão da despatologização é um bom exemplo, tanto das distensões internas ao movimento quanto da necessidade de a

⁶² Embora a Portaria (2803/2013) que redefine o processo transexualizador no SUS emitida pelo Ministério da Saúde tenha por diretriz a “integralidade da atenção a transexuais e travestis”, essa segunda população parece, na fala das minhas entrevistadas, não ter assistência para a concretização das modificações corporais.

⁶³ É importante frisar que essa foi uma campanha bem-sucedida dos homossexuais na década de 1980 que redefiniu o “homossexualismo” de uma patologia para a categoria de outras condições psicossociais benignas.

demanda “aderir” às expectativas reais baseadas na experiência concreta das ativistas. Natália Becher, por exemplo, indica que no início era a favor da patologização da transexualidade como uma forma de *respaldar* as modificações corporais via SUS. Em sua análise, na época, o reconhecimento de sua condição como “doente” seria mais legítima, por exemplo, do que se sua necessidade de cirurgia fosse encarada como “estética”. Porém, ao entrar em contato com o contexto de militância e as proposições do transfeminismo, Natália acaba por rever sua posição inicial. Como ela mesma comenta:

A ideia era o que: é tão difícil pra poder obter o acesso a terapias hormonais, acompanhamento endocrinológico, cirúrgico e psicológico que então (e ter isso custeado pelo governo nessa demanda em saúde) que seria interessante manter a patologização que manteria um respaldo governamental, de saúde e jurídico pra você poder ter acesso [...] depois revi alguns conceitos meus que estavam errados e parei e pensei: o que que é doente em ser trans? [...] se o doente é ser trans, então o saudável é ser cis⁶⁴ [...] há uma hierarquia ideológica e relação de poder que é problemática (Natália Becher, 13 nov. 2014).

A patologização leva à redução da pessoa trans a ser um “ratinho de laboratório” pela objetificação, assim ela vê nessa situação um processo “desumanizador”. Sua condição de ser uma pessoa trans deixa de ser um problema na medida em que ela entra em contato com os discursos da militância. Uma vez que “o problema era como o mundo batia de volta a expressão do que eu sou”, ela chega à constatação de que o problema não estava na transexual Natália, mas no “mundo”, e a proposta de despatologização se torna interessante.

Layza de Castro comenta que “não se sente doente” por ser uma pessoa trans, pelo contrário, a associação de sua identidade de gênero à patologia para ela é uma agressão. Porém reconhece que

⁶⁴ A palavra *cis* remete ao termo *cisgênero*, uma categoria surgida no movimento trans (mais precisamente nas vertentes feministas e transfeministas) que, segundo Letícia Lanz, designa uma “identidade de gênero [que] está em consonância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, ou seja, quando sua conduta psicossocial, expressa nos atos mais comuns do dia a dia, está inteiramente de acordo com o que a sociedade espera de pessoas do seu sexo biológico. Dessa forma, o indivíduo cisgênero é alguém que está adequado ao sistema bipolar de gêneros, em contraste com o transgênero, que apresenta algum tipo de inadequação em relação a esse mesmo sistema” (Disponível em: <<http://www.leticialanz.org/cisgenero/>>. Acesso em: 21 fev. 2015).

sem o CID F64.065 e o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero (TIG) ela não teria acesso ao processo de redesignação sexual. A patologia se apresenta, no seu caso, como um recurso estratégico, uma vez que ela não acredita estar doente. Na sua concepção, trabalhar as questões das identidades trans dentro da saúde pública sem lançar mão da patologia é “complicado”. Para Layza, “se você não é doente você não tem acesso à saúde”; assim, exigir o atendimento sem recorrer ao expediente de reconhecê-lo como uma “terapia” para uma “patologia” estaria baseado num apelo junto à “sensibilidade dos governantes” sem qualquer garantia de êxito.

Deborah Sabará, como mencionado inicialmente, sente-se incomodada com a discussão da despatologização, associando-a mais a uma demanda da academia do que das próprias ativistas. Com efeito, na etnografia de Carvalho (2011), o antropólogo aponta que a “Rede Internacional pela Despatologização Trans” não chegou a influenciar diretamente o contexto local onde “poucas organizações brasileiras do movimento de travestis e transexuais compõem essa rede” (2011, p. 120). Porém “é notável no Brasil a participação de intelectuais e pesquisadores da área no debate sobre despatologização” (p. 123). Assim, para Deborah a demanda da despatologização parece vazia, sem sentido, frente a necessidades mais urgentes. Retomando sua fala:

alguém já perguntou para as trans? Quem são as trans que querem? [...] se a gente sabe do histórico das trans de sofrimento, de recusa da sociedade, a gente tira e faz a despatologização a gente garante o processo transexualizador? [...] Eu sou mais tentar aprovar agora a aposentadoria das trans a partir dos quarenta anos. Chegou aos quarenta anos o governo aprova o salário que essa pessoa precisa, gosto dessa proposta [...] chegou aos quarenta anos dá uns dois, três salários pra pessoa e pronto, entendeu? Por todo o sofrimento que acarretou na vida dela (Deborah Sabará, 05 dez. 2014).

Carlos José foi o único entrevistado que não apresentou muita familiaridade com a demanda. Para ele a ideia de patologia não era

⁶⁵ O Código Internacional de Doenças em sua 10ª edição (CID-10) indica o transtorno de “transexualismo” no item F64.0. Layza de Castro, que se encontra em acompanhamento dentro do processo transexualizador no estado da Paraíba, cita o CID-10 recorrentemente na entrevista.

ligada, necessariamente, à sua vivência de “*performances* de gênero” (BUTLER, 2014) tidas como feminina. Diante da curiosidade dele com relação ao tema, tivemos uma rápida conversa em que expus, de forma sucinta, o que queria dizer por despatologização.

As divergências locais sobre o tema da despatologização acompanham os debates nacionais da militância trans e o impasse caracterizado, segundo Carvalho, como um:

[...] *double bind*, na qual, de um lado, há um consenso de que as experiências relativas à transexualidade e à travestilidade não se tratam de uma psicopatologia; por outro lado, há um receio de que o desaparecimento da categoria patológica [...] possa leva à desresponsabilização do Estado em arcar com os custos das tecnologias médicas envolvidas no processo transexualizador, já que não haveria mais uma patologia a ser tratada através de tais intervenções (CARVALHO, 2011, p. 122, grifos no original).

Diante da demanda da despatologização das identidades trans, temos quatro reações diferentes das entrevistadas: o reconhecimento da importância da demanda, o uso estratégico da patologia para acesso às demandas de saúde, o rechaço da pauta como algo secundário ou um “assunto para estudantes”, e, por fim, o quase desconhecimento da proposição. O que leva a um acolhimento tão díspare desse componente da agenda trans?

Uma resposta a isso pode ser encontrada não na importância em si da demanda, mas em sua “aderência” às expectativas concretas das ativistas e a seus históricos pessoais de inserção na militância LGBT. Para Natália Becher, que se reconhece transexual e tem acesso tanto aos discursos médico-terápicos quanto às elaborações transfeministas, a despatologização é um desdobramento lógico dentro da crítica que o termo *cisgênero* implanta no movimento ao nomear algo que antes não tinha nome, já que o “normal” não precisa ser rotulado⁶⁶. Defender que as travestis e transexuais não são “anormais”, mas apenas uma das configurações possíveis de sub-

⁶⁶ Uma importante discussão dentro dos estudos das sexualidades e identidades de gênero “dissidentes” é a questão do normal e do anormal, como referenciado numa “norma”. Essa construção do “anormal” como aquele que se afasta da normatividade pode ser encontrada nos escritos de Michel Foucault (1988, 2001) que acaba por embasar tanto a ideia de uma norma heterossexual, ou “hetero-normatividade” (BUTLER, 2014), quanto da norma *cisgênera* ou *cisnormatividade*.

jetividade, tal como a subjetividade *cis*, leva ao questionamento da condição “patológica” dessas vivências.

Semelhante conclusão é exposta por Layza de Castro, que “não se sente doente”, porém recorre a um certo “essencialismo estratégico” (SPIVAK, 2008, 2010) para garantir o acesso às modificações corporais. Layza reconhece que, no contexto capixaba, a redesignação sexual via SUS não está plenamente regulamentada, por isso iniciou seu acompanhamento médico em outro estado, e identifica que sem o diagnóstico não alcançará seus objetivos de cirurgia.

Layza e Natália têm em comum um histórico de acolhimento na família, onde negociaram de forma mais ou menos conflituosa a aceitação de suas identidades de gênero. Ambas relatam em entrevista que se sentem com “sorte” por esse acolhimento, já que conhecem histórias menos exitosas em que a expulsão do lar leva travestis e transexuais à situação de prostituição como forma de sobrevivência.

Carlos José também relata esse acolhimento na família, mesmo com certa tensão com os pais de forte inclinação religiosa, e de nunca ter sido “posto pra fora de casa” ou de ter sofrido qualquer sansão ou constrangimento. É importante lembrar que Carlos foi o único entrevistado a se autôn timer com prenome e identidade masculina durante a entrevista e a se autoidentificar como “homossexual”, mesmo assumindo uma *performance* de gênero feminina em vários momentos em que interagimos nos espaços de militância. Carlos mencionou, em diversas passagens de nossa conversa, que sempre foi de “respeitar” seus pais e familiares, indicando certo nível de negociação para a aceitação de sua identidade de gênero.

Deborah Sabará, contudo, nunca escondeu o fato de que atuou em diversos momentos da vida como profissional do sexo. Mesmo tendo ingressado junto ao Hucam para o acompanhamento do protocolo transexualizador, acaba deixando o programa e assumindo uma identidade de travesti, indicando em vários momentos sua desconfiança com relação à necessidade da cirurgia de redesignação. Deborah, como visto, é a que mantém a postura mais crítica quanto à necessidade da discussão da despatologização.

Na etnografia de Carvalho (2011), ao entrevistar a ativista campineira Janaina Lima, esta sugere a existência de dois “eixos” de

experiências que acabam por constituir duas categorias identitárias diferentes. Uma vez que as experiências fundam sujeitos (SCOTT, 1998), as diferenças entre travestis e transexuais parecem residir, ao menos em parte, no encadeamento de acontecimentos (comuns ao grupo) que se tornam marcantes para a constituição das identidades coletivas. Assim, no primeiro eixo, as pessoas que decorrem de lares e meios sociais menos tolerantes com seus trânsitos de gêneros acabam mais estigmatizadas e marginalizadas, e esse processo as leva à expulsão do lar e à prostituição. Uma vez que são forçadas a se prostituir, ocorre um processo de “desinibição corporal” (1998, p. 74) em que a necessidade de se fazer “qualquer coisa por dinheiro” leva a certa rotinização do sexo e à aceitação do pênis (tanto para os negócios quanto para o prazer). A desinibição corporal e a aceitação do pênis fundariam a travesti. Por outro lado, ambientes familiares e sociais mais tolerantes não empurram os sujeitos para a marginalização. Estes podem ser aceitos ou, mais comumente, reconhecidos como “doentes” e encaminhados para o processo de “medicalização” (1998, p. 74). Os protocolos de redesignação sexual pregam a recusa e a repulsa ao próprio corpo (BENTO, 2006), o que acarreta um processo inverso ao da travesti, e a “inibição corporal” enseja a rejeição ao pênis e o desejo de cirurgia – a transexual passível de ser diagnosticada e, por isso, tratada cirurgicamente.

Esses dois eixos de experiências podem ser aplicados para compreender a “aderência” ao “quadro” de ação coletiva baseado na demanda da despatologização das identidades trans. Natália e Layza aproximam-se mais do segundo eixo, que organiza suas vivências concretas: forte acolhimento familiar, nenhuma experiência no mercado sexual e autoidentificação como transexuais. Para elas a demanda pela cirurgia é crucial e a discussão sobre a despatologização interfere diretamente nessa demanda: ora negando o componente patológico de sua condição, ora reafirmando-o para com isso alcançar certos objetivos estratégicos.

Já Deborah Sabará se enquadra no primeiro eixo, em que ambientes menos tolerantes a levaram para a prostituição e para processos de desinibição corporal e aceitação do pênis (e com isso a rejeição da cirurgia de redesignação). Deborah reconhece a importância de um acompanhamento médico para travestis realizarem suas mudan-

ças corporais pelo SUS e não nas mãos de *bombadeiras*⁶⁷. Porém, se a modificação do próprio corpo é crucial, não é a prioridade para ela. A questão da subsistência e da qualidade de vida das travestis é mais urgente do que discussões de “estudantes” quanto ao caráter patológico de sua condição: a requalificação de sua condição como uma “não doente” não lhe garante algum de qualidade de vida, e assim a despatologização não gera “ressonância” ou influência na sua atuação.

A despatologização, como apontado, é intimamente ligada à demanda pelo acesso facilitado às modificações corporais pelo SUS. Por mais que a portaria do Ministério da Saúde⁶⁸, atualmente em vigor, estabeleça que travestis e transexuais sejam os públicos-alvo do processo transexualizador, são poucos os hospitais credenciados e dotados de equipes multidisciplinares aptas a lidar com as demandas.

Durante o ano de 2011, quando Mario Felipe Carvalho realiza o trabalho que uso como base para pensar a agenda trans, a portaria do Ministério ainda não existia e o atendimento às modificações corporais pela rede pública de saúde passava por outras questões. Os quatro hospitais credenciados para realizar as cirurgias de redesignação sexual⁶⁹ atendiam exclusivamente aos pacientes que eram devidamente diagnosticados com TIG, ou seja, além de poucos lugares para atendimento, estes não contemplavam a população de travestis. Como ele mesmo relata:

A exclusão das travestis do processo transexualizador é pouco mencionada espontaneamente pelas minhas colaboradoras. Creio que essa situação decorra do fato de grande parte das travestis, principalmente as profissionais do sexo, já realizarem tais procedimentos de forma clandestina, fazendo uso do silicone industrial ao invés de próteses cirúrgicas e pela automedicação na ausência de possibilidades de uma hormonioterapia nos serviços públicos de saúde (CARVALHO, 2011, p. 113).

⁶⁷ *Bombadeira* é o nome dado à pessoa, geralmente uma travesti mais velha, que conhece a técnica de injeção de silicone industrial em partes específicas do corpo, para dotá-lo de curvas e formas mais “femininas”. A prática de *bombar* é arriscada e pode levar a sequelas e deformidades, mas é amplamente utilizada em diversas populações de travestis (PELUCIO, 2009; KULICK, 2008; BENEDETTI, 2005).

⁶⁸ Portaria Ministério da Saúde n. 2.803, de 19 de novembro de 2013.

⁶⁹ Os hospitais universitários da Uerj, UFRGS, UFG e USP (CARVALHO, 2011, p. 112).

Com a Portaria 2.803, é reconhecido o acolhimento de ambos os públicos no processo transexualizador e a possibilidade de travestis ingressarem nos atendimentos de hormonioterapia e demais cirurgias estéticas sem a necessidade do diagnóstico de TIG ou o comprometimento de levar ao final o processo de realização da cirurgia de redesignação genital (o que a maioria das travestis não deseja). Assim, a demanda muda de uma necessidade de regulamentação do acesso para a necessidade de efetivo atendimento na rede pública de saúde.

Todas as entrevistadas reconhecem que a demanda de acesso facilitado às modificações corporais é legítima e importante para o movimento capixaba e conhecem, mesmo que de forma superficial, a portaria do Ministério da Saúde. Contudo, é unânime o reconhecimento de que, no estado do Espírito Santo, o efetivo acesso ao SUS por parte das pessoas trans não é garantido.

Natália Becher considera que a demanda pelo processo transexualizador foi central para o movimento político de transexuais, porém, com isso, outras questões importantes como o acesso à escolarização e ao mercado de trabalho, ou o problema da violência policial com relação a travestis e transexuais, acabaram negligenciadas. Ou seja, ocorreria uma redução grosseira que ligaria todos os problemas das transexuais ao acesso à cirurgia.

Muitas vezes as demandas políticas para transexuais envolvem a questão do acesso ao protocolo transexualizador. E muitas vezes, assim, não abordam as questões específicas que ambas as pessoas, travestis e transexuais, estão expostas como violência policial. Muitas vezes, aí entra aquela questão da exclusão do mercado de trabalho formal, 90% de todas as travestis e transexuais estão onde? Na pista. Então o que acontece? É um trabalho, digno como qualquer outro, mas as vezes sofre violência policial, violência de clientes, violência sexual. Elas estão expostas! [...] E assim e como ficam essas questões? (Natália Becher, 13 nov. 2014).

Uma vez que é estudante de medicina e almeja ingressar no processo transexualizador, Natália conhece a fundo o protocolo e reconhece que ele foi idealmente pensado para ser ofertado a travestis e transexuais.

Layza de Castro, após diversas tentativas de ingressar no processo transexualizador no Hucam, resolve por fim partir para a Paraíba, onde realiza seu acompanhamento clínico. Para ela:

Quando se fala em demandas para esses grupos [travestis e transexuais], a gente não tem agenda! A gente tem rodas de conversa, mas a gente não tem de fato uma efetivação de políticas voltadas. A gente tem uma adequação de lei, uma portaria. Mas muitas das vezes dependemos da aplicação do estado e dos municípios e muitas vezes eles [servidores] nem tem conhecimento de tal [...]. O único hospital capacitado para fazer isso [processo transexualizador] era o HUCAM. Mas não temos o processo de hormonioterapia, e há uma grande urgência de se ter! Pois a maioria das pessoas trans (tanto travestis quanto trans⁷⁰) tomam hormônio por automedicação. Não sabem o risco que tem pro fígado, pros rins, os riscos futuros de trombose e essas questões causadas pelo excesso de hormônios sem conhecimento total do corpo. Não temos esse processo aqui no Espírito Santo. Já a portaria que eu disse, a 2.803, ela cita o tratamento de hormonioterapia e toda uma equipe multidisciplinar em que você faz todos os exames para acompanhar sua taxa hormonal, pra vê como seu corpo vai reagir. No SUS existe uma portaria pra isso mas, na prática do Espírito Santo ela não existe, não temos. A maioria das pessoas, travestis principalmente, tomam hormônio de forma ilegal⁷¹, com desconhecimentos dos fatos que ela pode causar (tanto benefícios quanto malefícios), com a automedicação, inclusive a morte (Layza de Castro, 12 nov. 2014).

Tanto Layza quanto Natália indicam em diversas passagens de suas entrevistas que as demandas de acesso às modificações corporais pelo SUS são demandas comuns a travestis e transexuais, variando apenas a questão do acesso à cirurgia de redesignação genital, que seria pleiteado exclusivamente pelas transexuais. Deborah Sabará também recorda que os procedimentos oficiais para a implementação no SUS tanto da hormonioterapia para tra-

⁷⁰ Neste ponto, é interessante notar que Layza utiliza a expressão *pessoas trans* como termo englobante para travestis e transexuais que ela reduz no termo *trans*.

⁷¹ É importante apontar que a compra de hormônios femininos em farmácias, por travestis e transexuais, não é um procedimento ilegal (por não se tratarem de medicamentos comercializados obrigatoriamente com prescrição médica). Acredito que a intenção de Layza é apontar não a ilegalidade, mas a insegurança da ingestão de hormônios sem acompanhamento especializado.

vestis quanto do processo transexualizador para as transexuais são condicionados pelo mesmo instrumento e decorrem de demandas comuns. Assim, parece ocorrer nesse contexto algo similar ao percebido por Mario Felipe Carvalho, para quem a “explicitação da similaridade nas demandas por transformações corporais parece servir de argumento para uma unificação das categorias identitárias, ao invés da proposição de uma nova política pública” (CARVALHO, 2011, p. 117).

O terceiro e último componente da agenda trans abordada em entrevista foi quanto à possibilidade de alteração de nome e sexo nos registros civis das pessoas trans. Para as pessoas trans, a impossibilidade de reconhecimento do nome social é uma das principais barreiras para a concretização da cidadania, mesmo em situações cotidianas, em que a falta de um documento oficial que as legitimem geram constrangimentos e situações vexatórias.

As principais consequências do não respeito ao nome próprio para as pessoas trans, segundo as entrevistadas, seriam a exclusão do mercado de trabalho formal e dos ambientes escolares. Para Natália Becher, existiria um silêncio “político” sobre essa questão “que é uma coisa engraçada: o governo lembra de travesti e transexual quando tá no Carnaval e tem de fazer campanha de prevenção à DST. E no restante do ano?”. Na continuidade, quando questionada sobre os impactos para a vida social de travestis e transexuais ela pontua:

A pessoa tem todas as qualificações necessárias, daí volta também a questão do respeito ao nome, vai ver lá na hora de contratar você tá entrevistando o “João”, mas o nome tá “Maria”. A desculpa, você não tem o perfil da nossa empresa (Natália Becher, 13 nov. 2014).

No Brasil, o uso do nome social já é garantido em determinadas instâncias governamentais. Uma importante medida foi a Portaria n. 233, de 18 de maio de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que assegura a utilização do nome social de pessoas travestis e transexuais que componham o quadro de servidores públicos da administração federal. Já para os usuários do SUS, a utilização do nome social é garantida graças à Portaria n.

675, de 30 de março de 2006⁷², o que permite atualmente a emissão do cartão do usuário portando apenas o nome social⁷³. Soma-se a elas o Parecer Técnico 141/2009 do Ministério da Educação, solicitado junto ao Ministério pela ABGLT, e que se posicionou favorável à inclusão do nome social nos registros escolares.

Já no âmbito local temos a Prefeitura Municipal de Vitória, que conta com legislação específica que assegura, a funcionários e usuários dos serviços públicos sob sua responsabilidade, a utilização do nome socialmente reconhecido⁷⁴. Essa conquista foi alcançada após duros embates entre movimento social, prefeitura e câmara de vereadores, e não se repetiu quando a Assembleia Legislativa do Estado (Ales) tentou, sem sucesso, estabelecer regras similares para os funcionários e servidores daquela instituição.

É importante esclarecer que, em todas as situações descritas acima, o que as portarias nacionais e as legislações locais asseguram é a possibilidade de registro do nome social e a garantia de que as entidades e órgãos governamentais efetivamente o reconhecerão para o tratamento dos usuários e servidores dentro de suas instituições e atribuições. Em nenhuma dessas resoluções é garantida a troca efetiva do registro civil de pessoas trans, o que leva tais avanços a um impasse na avaliação das entrevistadas.

⁷² Embora não mencione o uso de “nome social”, a portaria em questão estipula “a identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identificação do usuário um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil” (Portaria n. 675/GM, 30 de março de 2006).

⁷³ Segundo relatos, o Cartão do SUS passou por diversas modificações com relação ao uso do nome social. Inicialmente o cartão portava o nome de registro e, abaixo, o nome social. Posteriormente o nome social foi colocado no cartão em local de destaque (sendo que o nome de registro era apostado no verso). Atualmente apenas o nome social figura no cartão, sendo que o nome de registro está presente apenas nos prontuários e documentações internas do SUS.

⁷⁴ Em 28 de junho de 2011, mediante o decreto 15.074, a prefeitura de Vitória garantia a inclusão do nome social de “pessoas travestis e transexuais, servidores e usuários do serviço público municipal, em todos os registros municipais relativos aos serviços públicos sob sua responsabilidade, como fichas de cadastro, formulários, prontuários, registros escolares e outros documentos congêneres” (VITÓRIA, 2011). No mesmo ano o vereador Esmael Almeida (PMDB) ingressa com o projeto de lei de número 120/2011 na câmara municipal, instituindo que os estabelecimentos de ensino da cidade de Vitória, públicos e particulares, passem a ser obrigados a usar somente o nome civil nos registros dos documentos escolares. A lei foi aprovada em abril de 2013 (Lei 8.457/2013) após a derrubada pela câmara do veto do prefeito, porém acabou sendo anulada pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJES), que acatou a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) movida pela prefeitura. Em 11 de julho de 2013, acatando a posição do Conselho Municipal de Educação, o nome social voltou a ser utilizado nos estabelecimentos de ensino da capital.

Para Natália Becher, o uso do nome social é um paliativo, uma “cidadania conta-gotas”. Uma vez que é prerrogativa de cada órgão e instituição o reconhecimento e regulamentação do seu uso, as pessoas trans se veem “perdidas” dentro da estrutura de estado sem saberem ao certo até que ponto, ou em quais instâncias, esse direito será reconhecido. “Já que, se a universidade aceita o uso do nome social, e fora dela?”, pergunta-se Natália. Já para Layza de Castro, essas legislações e resoluções esbarram no “despreparo” dos agentes públicos, que em situações cotidianas acabam se “esquecendo” (propositalmente ou não) de usar os nomes escolhidos e registrados pelas travestis e transexuais, gerando ainda mais constrangimento.

Para Natália, Layza e Deborah, o mais importante seria a possibilidade efetiva de alteração do registro civil. O direito ao reconhecimento do próprio nome é encarado pelas ativistas, como nos diz Natália Becher, como um “privilegio das pessoas cis” e é utilizado na prática para negar direitos as pessoas trans. Assim, a aprovação do Projeto de Lei 5002/2013 (Chamada de Lei João Nery⁷⁵ ou Lei da Identidade de Gênero) que “permite a retificação de nome e sexo no registro civil para pessoas travestis e transexuais, sem ter que recorrer à boa vontade do judiciário” (Natália Becher) seria a solução mais confiável.

Referências

- BARBOSA, B. C. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BENEDETTI, M. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, n. 26, p. 611-639, 2000.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. *O que é transexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

⁷⁵ O Projeto de Lei recebeu esse nome devido à atuação de João Nery, um dos primeiros homens transexuais a serem operados no país, que se tornou famoso pela publicação de uma biografia na década de 1980 e que foi relançada em 2011.

- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Portaria 233/2010, de 18 de maio de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 maio 2010.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CARVALHO, M. F. de L. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CEFAÍ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11-48, abr./maio/jun. 2009.
- CUSTODIO, H. F. F. *A fundamentação do conceito de possibilidade objetiva na metodologia weberiana*. 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.
- DIANI, M.; BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 219-250, jan./jul. 2010.
- FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FOUCAUL, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FRASER, N. *Escalas de justicia*. Barcelona: Herder, 2008.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: RTC, 2008.
- JASPER, J. M. Recruiting strangers and friends: moral shocks and social networks in animal rights and anti-nuclear protests. *Social Problems*, v. 42, n. 4, p. 493-577, nov. 1995.
- KULICK, D. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- NERY, J. *Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*. São Paulo: Leya, 2011.
- PELUCIO, L. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume, 2009.
- SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.
- _____. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.
- SPIVAK, G. Estudios de la Subalternidad. Deconstruyendo la Historiografía. In: MEZZADRA, Sandro (Org.). *Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.
- _____. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VITÓRIA. Prefeitura Municipal. *Decreto 15.074/2011*. Vitória: PMV, 28 jun. 2011.
- WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais (parte 1)*. São Paulo: Cortez, 1973.



Marcha das Vadias, agosto de 2014.

SOBRE AS FOTOS

Corpos em luta – fotografias de André Alves⁷⁶

Num momento em que se discutem com cuidado os fundamentalismos e as violências incidentes sobre populações com marcas de diferença e “menores” (DELEUZE; PARNET, [s. d.]) em fuga de modelos esvaziados no contemporâneo, um segundo de pausa para olhar e fazer mover um lastro de afetividade entre as lutas traçadas por uma prática fotográfica que embaralha e contagia os campos da política e da estética.

André Alves circula pela Grande Vitória sempre com uma câmera na bolsa. Sua presença enquanto *fotógrafo* é quase imperceptível nas lutas travadas cotidianamente na cidade desde 2013. Ele está entre atos incrivelmente ruidosos no baixo tom de seus e quase não é percebido pelas militâncias enquanto fotografa. É uma prática que, além de captar as resistências que espocam cotidianamente pelas cidades, procura suscitá-las e empoderá-las.

Prestes a desaparecerem devido ao avanço da violência policial de forma aguda nas periferias das cidades, mulheres negras capixabas, ou a negritude jovem, a negritude LGBT da Grande Vitória, ou ainda o que sobrevive da urbe enquanto espaço público de livre circulação e invenção de práticas e corpos, podem ser vistos em algumas fotos, são resistências aos investimentos violentos de todas as ordens em tentativas de reduzir tais minorias em batalhas justamente contra sua redução cotidiana. Uma redução que, nas palavras de Georges Didi-Huberman, “ainda que fosse extrema como nas decisões de genocídio, quase sempre deixa restos, e os restos quase sempre se movimentam” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p.149), algo que os registros convocam.

⁷⁶ André Alves é autor das fotos que ilustram este livro.

É o traslado de pequenas luzes, pontos de esperança, suavidade e possível que tais imagens convocam. Se colhemos nessas práticas e nas imagens decorrentes delas uma vontade de olhar essas minorias em movimento, em fuga, isso se deve porque ela parece atacar “a mais irrealizável de todas as exigências, a renúncia do homem” (BENJAMIN, 1987, p.102) no transcorrer dos dias. Ou ainda por ela indicar *a urgência de uma história a ser deixada* com a “sobrevivência dos signos ou das imagens, quando a sobrevivência dos próprios protagonistas se encontra comprometida” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 150). Uma ação que passa por um modo ético de se portar com a câmera, de ver, entrelaçado por um desejo muito grande de vista dos pequenos rastros luminosos que atravessam a cidade em voos rasantes, luminosos.

Ao longo do livro, apresentamos uma prática fotográfica que parece enlevada por um desejo traçado nas derivas pelas ruas, na feitura de amizades, no *produzir imagens entre amigos*. Os corpos captados por André Alves fazem emergir relações e alianças que parecem escondidas no estampido das bombas e no ruído das músicas cantadas, entre beijos cúmplices, pés enfaixados e punhos levantados. Relações estabelecidas com a confiança modulada por dias juntos, por *corres* da polícia, por uma vida compartilhada a céu aberto e partilhada entre as militâncias, e que se funda num plantio de histórias em cada gesto dos corpos e em colheitas registradas a cada clique e vista. Talvez seja por causa do estabelecimento dessa cumplicidade que algumas das imagens escolhidas deixem ver a desaparecimento de um rosto, fotógrafo, artista, e tal desaparecimento provoque o realce de uma coletividade inerente à marginalidade dos corpos que busca fotografar na cidade. Algo que suscita uma possível resposta para as discussões abertas por este livro que tentamos entremear pela desconcertante questão de Michel Foucault: o que estamos fazendo de nós? Ou ainda, o que fazer com as imagens distribuídas ao longo das últimas páginas?

Corpos em luta.

Referências

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 1).

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Ser de esquerda*. [s. d.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_Wer1VGBZi8>. Acesso em: 3 fev. 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Curadoria e texto

Haroldo Lima é jornalista (Ufes, 2011) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI-Ufes). Pesquisador do Laboratório de Imagens da Subjetividade (LIS-CNPq) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidades (Gepss).

Laura Daré Rosebaum é psicóloga (PUC-SP, 2011) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI-Ufes). Pesquisadora do Laboratório de Imagens da Subjetividade (LIS-CNPq).

Leila Domingues é docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI-Ufes). Coordenadora do Laboratório de Imagens da Subjetividade (LIS-Ufes). É autora de *A flor da pele: cinema e subjetividade, clínica e cinema no contemporâneo* (Editora UFRGS, 2010).

SOBRE OS AUTORES

Adriana Sales

Travesti. Ativista social do movimento travesti no Brasil. Professora da rede pública no Estado de Mato Grosso. Mestre em Educação. Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação da Unesp, *Campus* de Assis.

Alex Silva Ferrari

Mestrando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Alexsandro Rodrigues

Doutor em Educação. Professor Adjunto do Departamento de Teorias e Práticas do Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Ufes. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Gepss) e do Núcleo Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Neps).

Allan Felipe Rocha Penoni

Estudante de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras.

Anderson Cacilhas Santiago

Jornalista e especialista em Gestão Cultural pelo Senac Rio. Atualmente presta assessoria e consultoria em comunicação para sindicatos, conselhos e federações pela agência Nova Pauta.

André Luiz Zanão Tosta

Graduado em Ciências Sociais (Antropologia) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Ciências Sociais (PPGCSO/Ufes). Pesquisador associado do Núcleo Organon/Ufes.

Beatriz Adura Martins

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Supervisora Clínico-Institucional da Rede de Saúde Mental do Município do Rio de Janeiro.

Benjamim Braga de Almeida Neves

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação (Pro-PEd), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Pesquisador do Geni (Gênero, Sexualidade e(m) Interseccionalidades na Educação e(m) Saúde) (Uerj) e também do Ibrat (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades).

Catarina Dallapicula

Mestre em Educação, Professora Assistente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras.

Elda Alvarenga

Mestra em Educação pela Ufes (2004). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes. É professora e coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade Estácio de Vitória.

Erineusa Maria da Silva

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Ufes, tem mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes (1996) e é professora na Ufes.

Helder Gomes

Economista. Mestre em Economia e Doutor em Política Social pela Ufes.

Herbert Proença

Psicólogo, ator e mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação da Unesp, *Campus* de Assis.

Hugo Souza Garcia Ramos

Graduado em Pedagogia pela Ufes. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da mesma instituição. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Neps).

Jésio Zamboni

Psicólogo e doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes e membro do Grupo de Pesquisa em Sexualidades (Gepss/Ufes).

Lana Lage

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. É professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Uenf, onde também coordena o Núcleo de Estudos de Exclusão e da Violência – Neev.

Luciana Silveira

Mestra em História pela Ufes.

Luis Antonio Baptista

Professor Titular do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Tem doutorado em Psicologia Escolar pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado na Faculdade de Sociologia da Universidade de Roma.

Maria Beatriz Nader

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em Sociologia Política pela Uenf. É Professora Titular da Ufes, vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas e é membro da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras.

Maria Carolina F. B. Roseiro

Psicóloga e mestranda em Psicologia Institucional pelo PPGPSI/Ufes. Atuação profissional na área de assistência social, na infância e juventude, em serviços de Proteção Social Básica. É membro do Grupo de Pesquisa em Sexualidades (Gepss/Ufes).

Mariana Lima Winter

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Flumi-

nense Darcy Ribeiro. Integra o Núcleo de Estudos da Exclusão e da Violência Neev/Uenf.

Marina Francisqueto Bernabé

Psicóloga e mestranda em Psicologia Institucional pelo PPGPSI-Ufes. É membro do Grupo de Pesquisa em Sexualidades (Gepss/Ufes).

Mateus Dias Pedrini

Psicólogo e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Ufes. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Neps).

Matheus Magno dos Santos Fim

Graduando em Psicologia (Ufes), bolsista de iniciação científica e membro do Grupo de Pesquisa em Sexualidades (Gepss/Ufes).

Miguel da Silva Fonseca

Estudante de Filosofia da Universidade Federal de Lavras e bolsista de Iniciação Científica da Fapemig.

Mirela Marin Morgante

Doutoranda em História na Ufes.

Naiara Ferreira Vieira Castello

Psicólogo e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Ufes. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Neps).

Oswaldo Luiz Ribeiro

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor da Faculdade Unida de Vitória e coordenador do Coordenador do Programa Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.

Pablo Cardozo Rocon

Bacharel em Serviço Social e Mestrando em Saúde Coletiva pela Ufes. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Gepss) e do Núcleo Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Neps).

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira

Jornalista, artista gráfico, doutorando em pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA, professor substituto do departamento de Comunicação Social da Ufes e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Gepss).

Steferson Zanoni Roseiro

Graduado em Pedagogia pela Ufes, bolsista de iniciação científica e membro do Grupo de Pesquisa em Sexualidades (Gepss/Ufes).

Tatiana Lionço

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília – PED/IP/UnB e Conselheira de Psicologia no Conselho Regional de Psicologia da Distrito Federal (CRP/DF).

William Siqueira Peres

Professor do Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Unesp/Assis; Doutor em Saúde Pública pelo IMS-Uerj, com pós-doutorado em Psicologia e Estudos de Gênero pela Universidad de Buenos Aires.

Esta publicação foi composta utilizando-se as famílias tipográficas Garamond Premier Pro. É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.